

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Vitor Birck

**ENVELHECER NO CAMPO OU CIDADE: AS MOTIVAÇÕES DE
APOSENTADOS RURAIS DA COMUNIDADE DE CERRO DO OURO,
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES/RS.**

Santa Maria, RS
2022

Vitor Birck

**ENVELHECER NO CAMPO OU CIDADE: A ESCOLHA DE APOSENTADOS
RURAIS NA COMUNIDADE DO CERRO DO OURO, SANTO ANTÔNIO DAS
MISSÕES-RS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Alisson Vicente Zarnott

Santa Maria, RS
2022

Birck, Vitor
ENVELHECER NO CAMPO OU CIDADE: A ESCOLHA DE
APOSENTADOS RURAIS NA COMUNIDADE DO CERRO DO OURO, SANTO
ANTÔNIO DAS MISSÕES-RS. / Vitor Birck.- 2022.
188 p.; 30 cm

Orientador: Alisson Vicente Zarnott
Coorientadores: Everton Lazzaretti Picolotto, Marcos
Botton Piccin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2022

1. Êxodo Rural 2. Idosos Rurais 3. Migração 4. Idosos
Urbanos I. Vicente Zarnott, Alisson II. Lazzaretti
Picolotto, Everton III. Botton Piccin, Marcos IV. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, VITOR BIRCK, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

VITOR BIRCK

ENVELHECER NO CAMPO OU CIDADE: A ESCOLHA DE APOSENTADOS RURAIS NA COMUNIDADE DO CERRO DO OURO, SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES-RS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Aprovado em 25 de agosto de 2022

Dr. Alisson Vicente Zarnott (Presidente – Coorientador)

PPGExR- UFSM

Dr. Alessandra Troian (UNIPAMPA)

PPGA- Unipampa

Dr. Cláudio Becker (UERGS)
Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade - UERGS

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

Considero que essa seja uma das etapas mais complexas na escritura de um trabalho, a quem agradecer? São tantas pessoas que de alguma forma ou outra participam desse momento que não quero deixar ninguém fora dos meus agradecimentos.

Primeiramente, quero agradecer a aquele que me protegeu ontem, protegeu hoje e protegerá amanhã e sempre me apoiou e deu graças à vida, meu bom Deus, que de um passado difícil fez uma vida fácil.

Não posso deixar de agradecer a minha pessoa por buscar ser melhor, sair da zona de conforto e querer mais, terminar a faculdade e logo ingressar no mestrado. Durante o mestrado ter uma virada impressionante, com uma mudança radical em meus planos e como resultado: muitas aprovações...

Agradeço aos meus pais por me apoiarem e me dar abrigo nesse período, afetado pela pandemia retornei para casa, um lugar em que não pensava que iria mais voltar.

Não fui um bom aluno nesse período, não posso negar, com tantos planos sendo executados junto aos estudos para o mestrado tive que escolher no que poderia me dedicar mais. Sendo assim, me desculpo pelos tropeços e ao mesmo tempo agradeço a todos os professores que participaram da construção do meu conhecimento durante o curso, que apesar de nunca ter contato pessoal com eles, participei do seu dia a dia no interior de suas casas, decorrente das videoconferências.

Ao meu orientador, Alisson, por, logicamente, ter me orientado em como proceder com a pesquisa, pelo conhecimento transmitido em aula e a experiência obtida pela docência orientada.

A UFSM pela possibilidade de realizar o curso e me acolher como aluno, que, se possível, nos encontremos novamente, como aluno ou professor.

Aos meus amigos da graduação, hoje todos também mestrados na UFSM, os quais são muito especiais e que nos apoiamos uns aos outros nas dúvidas e dificuldades do curso.

Agradecer as duas pessoas que me ajudaram no ingresso ao curso, a professora Cassiane e a Tayane pelo apoio, tanto por conhecimento quanto emocionalmente.

A banca de defesa, composta pelo professor Alisson, Alessandra e Cláudio por aceitarem a participação nessa etapa.

Por fim, cabe agradecer a todos os meus entrevistados e participantes da pesquisa, que colaboraram para que esse trabalho fosse concluído, sem eles isso não seria possível. Aos participantes que partiram para a estância dos céus fica o meu pesar.

EPÍGRAFE

“Permita-se ir além, mas permita-se voltar”

Casual-Haikais

RESUMO

ENVELHECER NO CAMPO OU CIDADE: A ESCOLHA DE APOSENTADOS RURAIS NA COMUNIDADE DO CERRO DO OURO, SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES-RS.

AUTOR: Vitor Birck

ORIENTADOR: Prof. Dr. Alisson Vicente Zarnott

O presente trabalho aborda o processo de envelhecimento no espaço rural, e nesse contexto discute a migração de idosos aos espaços urbanos após a aposentadoria. O objetivo da pesquisa visa entender a percepção dos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro, Santo Antônio das Missões-RS em relação a escolha do local de moradia após a aposentadoria, ou seja, sobre a permanência no campo ou a migração para a cidade. A abordagem metodológica aplicada foi a entrevista qualitativa com aspectos quantitativos, com perguntas semiestruturadas, conversas e observações. O universo amostral compreendeu 71 idosos residentes na região das Missões no Estado do Rio Grande do Sul, sendo 46 moradores da zona rural e 25 idosos que migraram para a zona urbana. As questões versaram sobre assuntos relacionados a aspectos socioeconômicos, fundiários, hábitos de vida, saúde, escolhas, dificuldades, etc. A análise dos dados foi de caráter descritivo e exploratório. Os resultados apontam que dentre as principais motivações para a saída de idosos estão a saúde, a renda e a família, fatores esses afetados pela oferta de serviços públicos e para os que ficam a justificativa é apoiada pela calma, segurança, trabalho e natureza. Portanto, a migração de idosos no contexto estudado está ligado a certas particularidades enfrentadas pelos núcleos familiares, em como o poder público dá suporte a necessidade dos idosos e sua renda, enquanto a permanência é baseada na manutenção da tranquilidade e sossego.

Palavras Chave: Aposentadoria. Rural. Urbano.

ABSTRACT

AGING IN THE COUNTRYSIDE OR THE CITY: THE CHOICE OF RURAL RETIREES IN THE COMMUNITY OF CERRO DO OURO, SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES-RS

AUTHOR: Vitor Birck

ADVISOR: Dr. Alisson Vicente Zarnott

This paper addresses the aging process in rural areas, and in this context discusses the migration of elderly people to urban spaces after retirement. The objective of the research is to understand the perception of the elderly in the Cerro do Ouro Community, Santo Antônio das Missões-RS in relation to the choice of place of residence after retirement, that is, about staying in the countryside or migrating to the city. The methodological approach applied was the qualitative interview with quantitative aspects, with semi-structured questions, conversations and observations. The sample universe comprised 71 elderly people living in the Missões region in the State of Rio Grande do Sul, 46 of whom live in rural areas and 25 elderly people who migrated to the urban area. The questions dealt with issues related to socioeconomic and land tenure aspects, life habits, health, choices, difficulties, etc. Data analysis was descriptive and exploratory. The results show that among the main reasons for the departure of the elderly are health, income and family, factors that are affected by the provision of public services and for those who stay the justification is supported by calm, safety, work and nature. Therefore, the migration of the elderly in the current context is linked to certain particularities faced by the family nuclei, in how the public power supports the needs of the elderly and their income, while the permanence is based on maintaining tranquility and peace.

Keywords: Retirement. Rural. Urban.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- População brasileira segundo o sexo e os grupos de idade por amostra de domicílios contínua 2012/2019 (%).	30
Figura 2- População do Município de Santo Antônio das Missões segundo os grupos de idade no ano de 2000 (%).	66
Figura 3- População do Município de Santo Antônio das Missões segundo os grupos de idade no ano de 2019 (%).	67
Figura 4- População do Município de Santo Antônio das Missões segundo os grupos de idade no ano de 2010 em comparação com a população brasileira (%).	68
Figura 5- Imagem dos conglomerados populacionais e estradas que cortam a Comunidade do Cerro do Ouro.	76
Figura 6- Imagem da sede da comunidade do Cerro do Ouro com indicação dos pontos principais.	77
Figura 7- Meios de acesso à informação utilizado pelos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.	83
Figura 8- Total de eletrodomésticos por tipo nas residências dos idosos da comunidade do Cerro do Ouro.	85
Figura 9- Avaliação subjetiva de saúde dos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.	101
Figura 10- Formas de tratamento de doenças procuradas pelos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.	103
Figura 11- Meios de transporte utilizados pelos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro. .	107
Figura 12- Vantagens do meio rural na percepção dos idosos residentes na Comunidade do Cerro do Ouro.	112
Figura 13- Formas de interação social utilizadas pelos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.	113
Figura 14- Meios de acesso à informação utilizado pelos idosos que saíram da Comunidade do Cerro do Ouro.	125
Figura 15- Total de eletrodomésticos por tipo nas residências dos idosos da comunidade do Cerro do Ouro.	128
Figura 16- Moradias que ficaram após a saída dos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.	133

Figura 17- Avaliação subjetiva de saúde dos idosos migrantes da Comunidade do Cerro do Ouro.	139
Figura 18- Formas de tratamento de doenças procuradas pelos idosos migrantes da Comunidade do Cerro do Ouro.	142
Figura 19- Vantagens do meio rural na percepção dos idosos migrantes da Comunidade do Cerro do Ouro.	150
Figura 20- Formas de interação social utilizadas pelos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Histórico da população urbana, rural e total do Município de Santo Antônio das Missões.....	65
Tabela 2- Número de estabelecimentos agropecuários no município de SAMISSÕES-RS.	72
Tabela 3- Faixa salarial familiar dos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.....	87
Tabela 4- Distribuição da área de terra das propriedades dos idosos da comunidade do Cerro do Ouro por faixa de hectares.....	89
Tabela 5- Faixa salarial familiar dos idosos migrantes para o meio urbano.	129
Tabela 6 - Distribuição da área de terra das propriedades dos idosos migrantes da comunidade do Cerro do Ouro por faixa de hectares.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FAO	A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FARSUL	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
OMS	Organização mundial da saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
RS	Rio Grande do Sul
SAMISSÕES	Santo Antônio das Missões
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA	14
1.2 HIPÓTESES	14
1.3 OBJETIVOS	15
1.3.1 Objetivo Geral	15
1.3.2 Objetivos Específicos	15
1.4 JUSTIFICATIVA	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 A TIPOLOGIA DE AGRICULTORES E TRABALHADORES RURAIS	16
2.1.1 A agricultura familiar	17
2.1.2 O produtor patronal	22
2.2 O RURAL E O URBANO- A REALIDADE DEMOGRÁFICA E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DO MEIO RURAL	24
2.3 A VELHICE E A APOSENTADORIA	29
2.3.1 O que é Terceira idade: a velhice é uma doença?	35
2.3.2 O idoso rural e o idoso urbano	42
2.4 O PROCESSO DE ESVAZIAMENTO DO CAMPO- EXÔDO RURAL DE IDOSOS	50
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS E A LEGISLAÇÃO PARA A TERCEIRA IDADE	53
3 METODOLOGIA	58
3.1 COLETA DE DADOS	58
3.3 ANÁLISE DOS DADOS	61
4 AS MOTIVAÇÕES DOS IDOSOS RURAIS DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES: RAZÕES PARA A SAÍDA E ESTÍMULOS A PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL ..	62
4.1 CONFIGURAÇÃO DA REGIÃO DAS MISSÕES-RS	62
4.1.1 Vila Treze de Janeiro: a atual conformação do Município de Santo Antônio das Missões	63
4.1.1.1 Características socioambientais	65
4.1.1.2 Ocupação do território e estrutura fundiária	70
4.1.1.3 Cerro do Ouro	73
4.2 OS IDOSOS QUE FICARAM	78
4.2.1 Perfil socioeconômico dos idosos rurais	78
4.2.2 Trabalho e aposentadoria	91
4.2.3 Saúde dos idosos rurais e políticas públicas	100
4.2.4 Porque permanecer no meio rural na velhice	110

4.3 OS IDOSOS QUE SAÍRAM.....	120
4.3.1 Perfil socioeconômico dos idosos ex-rurais.	121
4.3.2 Trabalho dos idosos ex-rurais.....	133
4.3.3 Saúde dos idosos ex-rurais	138
4.3.4 Porque sair do meio rural na velhice	147
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	169

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento no espaço rural é um fato bastante conturbado no círculo familiar, pois há a concepção da homogeneidade no processo do envelhecimento. Contudo, a definição de Neri e Cachioni (1999), é de que o modo de envelhecer é variável e constitui-se numa experiência diversa, sendo determinado pelo curso de vida de cada pessoa, pelas circunstâncias sócio-históricas, patológicas, genéticas e ambientais, assim, variando para cada circunstância, o que torna essa fase uma experiência única, marcada pelo transcurso do indivíduo no decorrer de sua vida.

No Brasil, as pesquisas acadêmicas e projetos públicos sobre a ótica de desenvolvimento rural demonstram-se pouco preocupados com certos segmentos desse espaço, sendo que em maioria (ainda que escassos) busca-se estudos na manutenção e permanência do jovem no meio rural, em contraposição ao êxodo, assim como de fomento ao desenvolvimento de alternativas a grupos já estabelecidos, como os adultos, excluindo o pensamento da necessidade de se trabalhar diferentes gerações, como a criança rural e o idoso, este último, frequentemente invisível a sociedade e denominado um “problema social” (DE GUSMÃO, 2008).

Para Pereira e Santos (2007), o assunto envelhecimento é pouco abordado pela academia e pela sociedade em geral e o pouco que se fala no envelhecimento é marcado pela classificação de “terceira idade”, algo mais modesto que a palavra “velho”, sendo “um novo sentido para o envelhecimento” revertido a uma caracterização da “melhor idade”, ou melhor período da vida. Essa percepção é concebida a partir da busca de um novo conceito a essa fase, que muitas vezes a velhice é vista com negatividade, e na atualidade se apresenta como desafio público e privado, pois a partir da modernização e introdução de tecnologias prolongou-se a expectativa de vida, consequentemente aumentando a porcentagem de idosos entre a população. O que gera novas necessidades sociais provindas desse grupo.

O envelhecimento torna-se uma vulnerabilidade da condição do ser humano, principalmente nos espaços rurais brasileiros, que por suas características afetam a população idosa, essencialmente devido a exclusão de boa parte da população jovem que busca na cidade novas oportunidades de trabalho, mantendo-se no rural quase que exclusivamente os idosos (DELGADO; CARDOSO JR., 2000).

Pensar a sustentabilidade dos espaços rurais brasileiros sem a presença do jovem e a população envelhecida vivendo sob o amparo dos benefícios previdenciários e da Assistência

Social, é um desafio, já que esses espaços são marcados pelo grande motor da economia nacional e importante na distribuição espacial da população. Dessa forma, um ambiente envelhecido, como o rural, requer novas estratégias para o desenvolvimento, a fim de evitar a que esse espaço seja reprodutor de pobreza e dependência econômica.

A extensão aposentadoria para o rural no Brasil constitui um marco importante para as lutas agrárias. A implantação do ProRural ocorreu em 1971 em um contexto conturbado da história do Brasil, o Regime Militar. A necessidade do programa para o meio rural já era uma demanda no início do governo Vargas, principalmente entre as ligas camponesas, que buscavam equiparação dos direitos entre os urbanos e rurais.

Em relação a previdência, a aposentadoria muitas vezes é insuficiente, pois, em alguns casos, eles não detêm de outras fontes de renda e são impossibilitados fisicamente de exercer algum tipo de atividade remunerada, agravando a situação dessa faixa populacional que possui as piores condições de saúde e de função física e menor uso dos serviços de saúde (TONEZER et al., 2017).

O fato de os idosos residirem em áreas rurais, faz com que suas vulnerabilidades sejam naturalmente acentuadas, como a ausência de saúde, consumo de álcool, isolamento, seja da família ou vizinhos próximos, sentimentos de solidão provocados pela viuvez e falta de acesso a transporte público (ALCÂNTARA, 2010). Nesse contexto, muitos idosos optam por migrar para as cidades na busca de melhores condições de vida econômica e social, tornando comum observar a aglomeração de idosos, principalmente homens, conversando e jogando xadrez nas praças das cidades, e mulheres em encontros religiosos (ALCÂNTARA, 2010).

Muitos também recorreram a instituições, como asilos, na alternativa de não perturbar a rotina dos filhos ou parentes, pois a velhice pode resultar em diversas limitações e cuidados necessários, que podem ser encontrados nesses espaços. Alcântara (2010) enfatiza em seu trabalho, desenvolvido no Nordeste, que muitos idosos optam por permanecer no meio rural. Estes, diferente dos demais, atribuem o rural como um espaço com melhor qualidade de vida, devido à alimentação, contato com a natureza, à tranquilidade e as tradições, além da resistência à mudança, pois em muitos casos sempre viveram naquele espaço.

A decisão dos idosos em optar por permanecer no meio rural ou sair dele, deve ser vista sobre os impactos sociais decorrente deste processo. O espaço rural do Rio Grande do Sul já é marcado pelo envelhecimento e masculinização da população (ANJOS; CALDAS, 2005), processos esses relacionados à urbanização e à modernização da agricultura. Nesse contexto, os idosos são representativos e importantes nas famílias, muitas vezes contribuindo com as

diferentes atividades na propriedade e complementando a renda da família com o valor recebido da aposentadoria.

A perspectiva da velhice rural e como isso afeta as relações sociais e econômicas desse meio é uma pauta atual, visto que o envelhecimento da população é uma realidade social, a qual ainda pouco explorada por pesquisadores das ciências sociais.

Este grupo social possui extrema importância no contexto atual, tanto no meio rural quanto no urbano, devido ao aumento da expectativa de vida e as menores taxas de natalidade, produzindo um envelhecimento progressivo da população, o que, por sua vez, resulta em problemas a serem enfrentados como o déficit previdenciário e no campo uma população rural envelhecida.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho visa problematizar o contexto do processo de aposentadoria rural, a caracterização dos indivíduos e os motivos de escolha dos idosos em permanecer no rural ou ir para às cidades, processo que compõe os movimentos migratórios entre o meio rural e o urbano.

Como universo empírico da pesquisa foi analisada a Comunidade do Cerro do Ouro em Santo Antônio das Missões-RS.

1.1 PROBLEMA

Quais os motivos que levam os idosos da Comunidade do Cerro do Ouro em Santo Antônio das Missões-RS a preferir permanecer no meio rural ou a identificar as cidades como melhor lugar para viver a velhice?

1.2 HIPÓTESES

- a) Para os que preferem permanecer, o meio rural reúne as características desejadas para viver com qualidade e calma, bem como o apego e as lembranças do lugar onde vive;
- b) Para os que preferem migrar para as cidades, a mudança ou o desejo de mudança é determinada pela busca de descanso, acesso à recursos e fuga da solidão provocada pelo esvaziamento do campo.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os fatores que influenciam a preferência dos idosos rurais da Comunidade do Cerro do Ouro em Santo Antônio das Missões-RS quanto a preferência sobre permanecer no campo ou migrar para a cidade para viver a velhice.

1.3.2 Objetivos Específicos

- 1) Descrever a dinâmica dos processos de permanência e migração dos idosos rurais na comunidade;
- 2) Identificar quais são as vantagens e dificuldades percebidas pelos idosos no que tange a viver a velhice no rural ou na cidade;
- 3) Analisar as relações existentes entre quem migra e quem permanece no meio rural;
- 4) Refletir sobre a percepção de qualidade de vida dos idosos nesses espaços.

1.4 JUSTIFICATIVA

A pesquisa possui relevância no âmbito social, pois busca entender o processo de êxodo rural a partir da visão dos idosos, um grupo específico e pouco estudado pela academia, dando assim, voz e vez aos esquecidos pelas políticas públicas. Esses, que nos últimos anos, passaram a ser uma grande parcela da população em decorrência do aumento da expectativa de vida (CARDOSO et al., 2021).

Esse fenômeno da velhice, no meio rural, é composto por pessoas que em maioria eram agricultores durante sua vida laboral e, após aposentarem-se, permanecem em suas propriedades rurais, ou deixam de serem rurais ao migrarem para as cidades. Assim, conhecendo as vantagens de suas escolhas e as necessidades que esses grupos apresentam, pode servir de ferramenta ao poder público como base para criação de políticas que agreguem qualidade de vida, conforme o Estatuto do Idoso, Lei. 10.741, artigo 20, preconiza que “O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que

respeitem sua peculiar condição de idade” (BRASIL, 2003). O que cabe investigar se os idosos que vivem tanto no rural quanto no meio urbano do Município de Santo Antônio das Missões tem esses direitos assegurados.

Outro ponto de relevância é de que a exploração do tema irá trazer maior visibilidade ao assunto, pouco estudado. Isso é importante tanto para a sociedade em geral como para a academia, mas principalmente aos órgãos de extensão rural. Na formulação de projetos de desenvolvimento rural, que deve ser incluído todas as esferas da sociedade, beneficiando os diversos atores do espaço. Os idosos também podem ser muito importantes na construção do “Novo Rural” pois as experiências vividas por eles, e os conhecimentos adquiridos, juntamente com o saber local é de grande relevância para o desenvolvimento racional desses espaços.

Em relação ao espaço empírico, este revela ser um local que, apesar de sua riqueza histórica, é pouco explorado pelas pesquisas acadêmicas e escritores, havendo raras citações sobre o município e a inexistência de materiais sobre a comunidade estudada. Por outro viés, o local é o berço do pesquisador, o qual presenciou parte das mudanças ocorridas nesse espaço, o que motivou a explorar e escrever sobre ele na tentativa de valorizar sua terra natal.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Tratar sobre a velhice no Brasil ainda é um desafio e por esse assunto permeiam diversas discussões que podem ser levantadas, entre elas é a do idoso no meio rural. Dessa forma, discutir sobre o idoso rural envolve assuntos como a tipologia de agricultores em que se inserem, as políticas públicas que os afetam, o que é a velhice e o aspecto previdenciário, muito importante ao se falar da velhice nesses espaços.

2.1 A TIPOLOGIA DE AGRICULTORES E TRABALHADORES RURAIS

A partir do estudo sobre os idosos, para esse caso específico em que o público-alvo possui origem no meio rural e que conforme a sua trajetória de vida fazem a escolha do lugar de residência, torna-se importante considerar a tipologia dos produtores rurais, já que esse fator possui influência na tomada de decisão, visto que para isso depende da condição econômica, social e familiar dos idosos, como os provenientes da agricultura familiar, altamente afetada pelo fenômeno do êxodo rural. Nesse sentido, torna-se importante discorrer brevemente sobre a agricultura familiar, o produtor patronal e os trabalhadores rurais, conforme a classificação

elaborada por Silva Neto (2007) em pesquisa sobre a tipologia dos produtores no município de Santo Antônio das Missões.

2.1.1 A agricultura familiar

A agricultura familiar ou sua designação recorrente do passado, conforme Neves (2007), de pequeno produtor, pequeno proprietário e, às vezes, de camponês, ainda que incorretos são comumente associados ao tema dessa discussão. Nas últimas décadas o termo “agricultura familiar” passou a ser consagrada pela importância do fenômeno social que esse grupo representa, principalmente na década de 1990, pois, para Abramovay (1998) o desenvolvimento brasileiro, pela diversificação de seu sistema urbano, vai exigir uma nova dinâmica territorial, onde o papel das unidades familiares pode ser decisivo.

O enquadramento do que é agricultura familiar ainda é debatido entre autores, visto que o agricultor familiar moderno, para alguns, não rompeu definitivamente os laços com as formas anteriores da agricultura camponesa. Neste trabalho tomaremos como linha de pensamento os argumentos de Nazareth Wanderley (1999) e Hugo Lamarche (1998) os quais entendem que a agricultura familiar é um conceito genérico de múltiplas situações específicas, como o campesinato. Para Wanderley (1999) a agricultura familiar moderna, inserida na lógica de mercado:

[...] guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças. (WANDERLEY, 1999, p. 15).

A agricultura familiar é uma contraposição ao sistema patronal, divergindo no tipo de mão de obra e na gestão da produção. Segundo o Incra/FAO (1996) a agricultura familiar é baseada em três características: 1) A gestão da unidade produtiva e os investimentos são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; 2) A maior parte do trabalho é feita pela família; 3) Os meios de produção pertencem à família e é transmitida através da herança ou aposentadoria.

Lamarche (1993) tem como conceito de agricultura familiar a propriedade ou a unidade de produção agrícola explorada pela família em que a produção, gestão e trabalho estão intimamente associados à família, e como particularidade básica a não separação do trabalho, gestão e distribuição do produto da propriedade para a família. Ainda, ocorre a transmissão do

patrimônio e a reprodução da exploração às novas gerações. Schneider (2016) diz que a agricultura familiar é caracterizada como uma forma específica de trabalho e produção, em que a interação familiar por laços de parentesco e conexões comunitárias com outras famílias são bastante intensas e de alto valor simbólico.

Adicionalmente, como contribuição Picolotto (2011) conceitua a Agricultura Familiar como uma organização agropecuária centrada na empresa familiar que possui vantagens sociais, econômicas, isso se dá em função de ser mais democrática, eficiente e sustentável. O que ocorre é a forma organizacional em que a família possui funções de família e empresa, feitas pelos mesmos agentes, que precisam definir os destinos da produção, de consumo e comercialização. Ainda, o autor explica que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna, importante na estratégia de crescimento econômico.

É necessário salientar que o agricultor familiar possui uma visão estigmatizada sobre a sua conformação, como a de pequeno produtor (pobreza), contudo, a agricultura familiar pode estar composta de diferentes níveis de tecnificação e capitalização além da inserção no mercado, como é o caso dos modernos produtores familiares de grãos, os tipicamente coloniais ou os de subsistência, todos são familiares, porém se altera os níveis de capitalização (LAMARCHE, 1998). Outro ponto é o uso da mão de obra, que necessita ser predominantemente familiar, o que não impede a contratação de mão de obra externa eventualmente. Ainda, o agricultor familiar não auferir renda apenas da produção, mas também pode ser um pluriativo, obtendo rendas de atividades não agrícolas no estabelecimento ou fora dele.

A discussão sobre a agricultura familiar permeava apenas a academia e movimentos sociais, necessitando que fosse oficialmente reconhecida como uma categoria. Assim, como marco legal para o enquadramento da agricultura familiar foi promulgada a Lei 11.326 de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Essa lei conceitua de maneira formal o que é o agricultor familiar em termos legais, conforme:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, Art. 3º).

Além dessas circunstâncias a lei abrange os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e povos tradicionais que atendam aos requisitos anteriores. Portanto, para a lei o agricultor familiar deve possuir características cumulativas de tamanho de propriedade, mão de obra predominantemente familiar, renda da propriedade e gestão da produção feita pela família. Essa delimitação é bastante genérica, pois tem como objetivo incluir a diversidade de produtores existente no país, ainda que por conceitos diferente, o conceito legal é abrangente como o de Nazareth Wanderley (1999) e Hugo Lamarche (1998).

Ainda, a agricultura familiar, no cenário social e político do Brasil, também foi legitimada pelo estado em 1996 pela criação do PRONAF, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em resposta aos movimentos sociais, como os sindicais da década de 1990, para a política de crédito agrícola e apoio institucional. Em razão da heterogeneidade da categoria os órgãos públicos também possuem distinções na definição, para o Banco Central do Brasil o PRONAF considera que os produtores familiares devem atender simultaneamente aos seguintes critérios:

- 1) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA ou permissionário de áreas públicas;
- 2) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;
- 3) não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;
- 4) obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- 5) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra. (PRONAF, 2022, Art 1º)

Outro ponto a ser observado na agricultura familiar é o destino da produção, enquanto a agricultura empresarial comercializa toda a produção, na maioria das vezes em monoculturas, a agricultura familiar detém-se em diversificar a produção, não apenas para venda, mas também para o autoconsumo, uma forma de diminuir os gastos com produtos externos e manter uma alimentação mais saudável. Esse aspecto igualmente está bastante associado à permanência do homem no campo, principalmente os mais idosos, que valorizam a produção própria de comida e o manejo da terra, como uma terapia, que é uma função sócio-cultural e um resgate do modo de vida, cultura, tradição e identidade desses povos (ALTAFIN, 2007).

Uma importância da agricultura familiar, que é intimamente associada ao tema desse trabalho, é a de desenvolvimento local, sendo reconhecida como um importante ator social, principalmente em municípios menores, em que é peça fundamental nas dinâmicas rurais e na articulação entre o meio rural e o urbano (ALTAFIN, 2007). Outro ponto fundamental da agricultura familiar é a pluriatividade, em que os membros da família exercem diferentes atividades produtivas, ou ainda o exercício de atividades não-agrícolas no campo ou na cidade, mas mantendo uma moradia no campo e uma ligação produtiva com a agricultura (SCHNEIDER, 2003). Assim, a pluriatividade pode ser um instrumento de desenvolvimento local e sobrevivência, pois incrementa a renda para as famílias do campo e garante a manutenção das atividades da família pelo significado econômico, o sentido sociocultural (SCHNEIDER, 2003).

Também, uma particularidade ao se falar sobre a agricultura familiar é sua forma diferenciada de manter-se produzindo alimentos, gerando emprego e renda, apesar de ter passado por todas as transformações produtivas, como de riscos climáticos, alto grau de penosidade do trabalho, exigências dos mercados, problemas socioeconômicos de movimentos demográficos de esvaziamento, sucessão familiar, entre outros (ORTIZ, 2019). Assim, não desapareceram, mas em alguns casos se fortaleceram desenvolvendo novos mecanismos de reprodução social e inserção econômica. Quanto à sobrevivência Lamarche explica que:

As explorações familiares que sempre se mantiveram em seus lugares são as que souberam – ou puderam – adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado (LAMARCHE, 1993, p.21).

Essa lógica da agricultura familiar possui diversas raízes como o campesinato, mas no Brasil a agricultura familiar é diversificada com origens em diferentes povos e culturas que moldaram o agricultor que conhecemos hoje. A nomenclatura do agricultor familiar também se altera no tempo e no espaço, conforme conta Altafin (2007) e Martins (1986) no Brasil em muitos lugares é conhecido como caboclo, no Nordeste de tabaréu e no Sudeste é o roceiro e caipira. Para eles esses nomes possuem duplo sentido, pois fazem referência a uma pessoa agricultora, residente no meio rural, contudo, com características rústicas, atrasado e ingênuo, de viés depreciativo e exclusivo, voltado a um indivíduo preguiçoso e indiferente ao trabalho. Esse preconceito atribuído ao agricultor familiar também é decorrente da sua origem indígena, de escravos africanos, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus (ALTAFIN, 2007).

Essas origens estão intimamente associadas com o local de estudo, como os indígenas que contribuíram nas atividades agrícolas para a produção de milho, mandioca, abóboras, feijões, arroz, batata-doce, entre outros produtos além de instrumentos agrícolas, além de muitos possuírem atividade camponesa, como nas missões jesuíticas, na formação de núcleos de produção de alimentos (AMARAL, 1958). Já os escravos africanos eram responsáveis pelo cultivo de lotes em dias livres para o consumo e venda do excedente dentro de uma lógica camponesa (CARDOSO, 1987). Os mestiços eram o campesinato do período colonial com a ocupação de terras marginais e esgotadas para viver da agricultura em um sistema familiar de produção.

Por outro lado, ocorreu também a origem da agricultura familiar por pessoas brancas, como é o caso dos brancos não herdeiros, resultado do regime morgadio em que apenas o filho mais velho recebia a herança com os demais como dependentes, exceto quando ocorria desavenças. Para esses casos o filho fazia a abertura de novas áreas para formar uma propriedade, normalmente em solos já esgotados, voltados a produção de alimentos para o mercado interno. Por fim, há os imigrantes europeus que formaram núcleos de produção de alimentos, os quais exerciam concorrência com os latifúndios e posteriormente se expandiram para outras localidades na fundação de novas colônias para a agricultura.

Nas Missões, local desse estudo, a agricultura familiar no último censo agropecuário (IBGE, 2017) representava 91,5% dos estabelecimentos agropecuários, o que significava 18.805 empreendimentos rurais. Contudo, a continuidade da agricultura familiar nessa região está ameaçada devido à desagregação de algumas famílias, marcadas pelo processo de desativação das atividades agrícolas e descampesinização (THIES et al., 2020). Ainda, o autor cita que esse fenômeno atinge principalmente famílias de menor poder de capital, como as de subsistência, que desinvestem todo o capital e passam a depender dos recursos da aposentadoria, consequência da ausência de sucessores, envelhecimento, redução de integrantes e migração para a cidade.

Nesse sentido, Ploeg (2008) argumenta que esse fenômeno é a descampesinização dos espaços rurais, visto que ocorre o abandono do campo pela família e as terras são comercializadas com outras famílias que as incorporam nas unidades de produção, o que resulta em um desenvolvimento com redução na densidade populacional, esvaziamento das comunidades rurais, concentração de terras e aumento da urbanização.

A agricultura familiar, porém, é altamente adaptativa as situações de estresse econômico e produtivo. Assim, muitas famílias ao sentir a pressão do mercado cessam sua atividade produtiva comercial e mantêm a produção voltada apenas para o autoconsumo, normalmente associado a núcleos familiares sem sucessores e de idade elevada, dessa forma, a família opta por arrendar as terras e viver do rendimento do arrendo somado aos benefícios previdenciários (THIES et al., 2020). Esses atores são comumente chamados de agricultores aposentados.

Portanto, regiões ocupadas pela agricultura familiar, como é o caso da Região das Missões são modificadas pelas dinâmicas de produção, em que as famílias deixam a atividade produtiva do meio rural para utilizar a cede da propriedade para a moradia e viver de rendas externas como o arrendamento e moradia, ou seja, o caso da dependência regional de recursos externos.

2.1.2 O produtor patronal

O surgimento da agricultura patronal se dá em razão do processo produtivo ser organizado por um capitalista, em terras geralmente arrendadas e o trabalho exercido por assalariados ou como conhecidos, os peões (VEIGA, 1997). Os peões que trabalham para os patrões, em muitos casos, são pouco qualificados e para os gerentes ou fiscais não há grandes exigências de formação.

Como características básicas desse sistema de produção, uma forma contrastante com a agricultura familiar, está a já citada dependência estrutural da mão de obra assalariada para manter o funcionamento dos sistemas de produção. A produção patronal é, muitas vezes, confundida com a agricultura empresarial, contudo, os termos se referem a categorias diferentes, pois em um sistema empresarial os sócios proprietários não participam diretamente do sistema produtivo, com mão de obra integralmente contratada, enquanto que no patronal o “patrão” executa várias tarefas, inclusive as que também são executadas pelos seus empregados (SILVA NETO et al., 2007).

A agricultura patronal é também bastante diversificada e varia de cada região, pelo contexto em que está inserida. Nesse sentido, o Centro-Oeste é a região onde existe a maior concentração do agronegócio ligado à atividade patronal no Brasil, com tecnologias e políticas agrícolas de controle de capital (GUILHOTO et al., 2007). No Rio Grande do Sul a agricultura patronal, por meio do arrendamento, ocupou boa parte das terras baixas da região central e

sudeste do estado e, após, expandiram-se também para o sudoeste e o oeste, atingindo a região das Missões na década de 1930 (SILVA NETO, 1994).

O produtor patronal, ainda que dependente de mão de obra externa é pouco geradora de empregos. Segundo o Incra/FAO (1996) os estabelecimentos patronais, em média, precisam de cerca de 67 hectares para gerar um emprego, enquanto que a agricultura familiar necessita somente de 8 hectares para a geração de um posto de trabalho. Em algumas regiões essa realidade é agravada, como no Norte do país em que são necessários 166 hectares para a geração de um emprego, já a agricultura familiar é capaz de fornecer um posto de trabalho a cada 14 hectares.

A produção patronal também é prejudicial ao meio ambiente, pois é baseada na monocultura, contudo, parte da agricultura familiar também é considerada danosa, como os em processo de exclusão. No campo da produção o agronegócio é muitas vezes associado a produtores patronais, o que segundo Assad & Almeida (2004) é um mito, visto que em alguns casos esta é pouco produtiva e menos eficiente em produção por hectare que a agricultura familiar.

2.1.3 Trabalhadores Rurais

Os trabalhadores rurais, para Silva Neto et al. (2007), também conhecido como agricultores familiares minifundiários, são os que os sistemas de produção não possuem grau de intensificação ou escala suficiente para garantir a sua reprodução social, o que faz com que seja necessário vender a força de trabalho para completar a renda familiar. Os trabalhadores rurais não são a mão de obra exclusiva do sistema patronal, mas também dos agricultores familiares que necessitam eventualmente de mão de obra externa para cumprir o trabalho nas propriedades.

O trabalho rural está regulado pela Lei nº 5.889/73, regulamentado pelo Decreto nº 73.626/74 e no artigo 7º da Constituição Federal/88. A Lei 5889/73 considera empregado rural é toda a pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário. Ainda, a definição de trabalhador rural pode ser entendida por todas as pessoas que prestam serviços nomeio rural, como as tarefas campesinas, artesanais, agrícolas, pastoris e pecuárias, não somente de forma assalariada, mas também na condição eventual, como os “boias-frias” ou os autônomos na forma de parceiros, arrendatários ou meeiros

O trabalhador rural, ou assalariados, é uma categoria muito presente no cenário brasileiro e também no Município de Santo Antônio das Missões devido às tradicionais fazendas pecuárias de característica patronal. O uso do termo agricultor familiar está ligado os sindicatos, os quais representam as pessoas que trabalham no meio rural, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (SCHMITZ & MOTA, 2007). Contudo, essa organização sindical engloba também os agricultores familiares, confirmado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e em alguns casos os agricultores familiares são a maior parte dos sócios desse sindicato.

Uma das origens dos trabalhadores rurais de hoje está nos indígenas que viviam nessa região, como os das Missões Jesuíticas, que pela distância dos centros de comércio desenvolveram o plantio de alimentos e o cuidado com os animais. Contudo, de produtores passam a ser mão de obra nas estâncias de gado devido às perseguições que sofreram (ALTAFIN, 2007).

2.2 O RURAL E O URBANO- A REALIDADE DEMOGRÁFICA E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DO MEIO RURAL

A vida no meio rural é dinâmica, se por um lado ocorre o êxodo de pessoas do meio rural, por outro atrai hoje tanto as pessoas idosas, aposentadas, quanto jovens em plena atividade produtiva, mesmo que este em menor número (WANDERLEY, 2000). Atualmente, há significativas parcelas de propriedades rurais de lazer, de aposentados e de moradores, os quais somados alcançam, por exemplo, mais de 52% dos estabelecimentos rurais do município de Santa Maria no Rio Grande do Sul, o que demonstra uma nova tendência de uso desses espaços (FROEHLICH, 2002). Para Da Silva et al. (2002) o que manteve as pessoas no meio rural não foram as atividades agropecuárias e sim as ocupações não-agrícolas e a ampliação da previdência social nas áreas rurais. Os mesmos autores apontam que nas famílias de contapropria essa é uma das principais formas de transferência de renda, sobretudo quando a propriedade rural compreende uma área menor que 10 hectares a parcela do benefício compõe de um quarto a um terço da renda, sendo essa uma importante ferramenta de distribuição de renda, que por sua universalidade, alcança a população de qualquer lugar do país, independente da condição.

Nesse contexto, o meio rural, a partir do aspecto previdenciário, atrai um grande número de aposentados, boa parte dos quais reencontravam suas origens rurais, após o período de

atividade produtiva, no caso de familiares ou amigos de infância (WANDERLEY, 2000). Essa característica do retorno dos aposentados ao meio rural possui dois vieses. Por um lado, uma parcela dispõe de recursos e em condições de aproveitar a “terceira idade” com abundância e busca o meio rural como uma forma de descanso, calma, segurança, aumento da esperança de vida, sossego, ar, água, alimentos puros, qualificando o crescente número de pessoas que optam por viver sua aposentadoria no rural. Por outro, ocorre também a fuga das cidades por dificuldades econômicas decorrente do baixo valor do benefício previdenciário, relacionado ao fato de no campo as despesas com alimentação e moradia serem menores, além da possibilidade de executar pequenas atividades extras. Ainda, outros autores como Ferraz et al., (2017) e Wanderley (2000) afirmam que o envelhecer no meio rural é influenciado pelos laços afetivos, pois grande parte dessa população viveu toda a sua vida no meio rural, apego a terra, as questões culturais e a identificação com as atividades agrícolas são elementos que auxiliam na permanência dos idosos trabalhadores atuando no meio rural, apesar de haver prejuízo quando a rentabilidade é muito baixa e estando expostos à riscos ocupacionais.

Apesar da diminuição do êxodo de uma forma geral e do retorno de uma parcela dos idosos ao campo esse acontecimento é pontual, normalmente encontrado em locais que o campo possui uma infraestrutura adequada para absorver essa população como a proximidade das cidades, na forma de chácaras ou mesmo condomínios rurais em que é facilitado o acesso a postos de saúde, polícia, mercados, comunicação, entre outros, que é visto no caso do Rio Grande do Sul na região central, Serra Gaúcha e Noroeste do estado (FROEHLICH et al., 2011), regiões essas compostas por municípios de menor população e índices de violência ou mesmo que proporcionam maior acesso a qualidade de vida. Da Costa e Froehlich (2014) também citam essa dinâmica por diferença de localidade ao estudar a composição do meio rural em diferentes regiões no estado do RS, o que foi identificado é uma maior predominância idosa nas áreas em que ocorre a apresentação de uma melhor infraestrutura, como postos de saúde próximos.

Atualmente também vem crescendo, nos espaços rurais das regiões das Colônias e do Planalto, a organização de grupos de terceira idade, com oferta de opções de lazer e saúde para esse público (DA COSTA; FROEHLICH, 2014), efeito da composição de comunidades interioranas bem estruturadas, em que é possível encontrar uma organização social entre os moradores e a conservação de espaços comuns, como igrejas, salões de festa e associações de moradores.

No entanto, essas características que atraem idosos não são suficientes para segurar os jovens nesses espaços, principalmente as moças. Vários pesquisadores demonstram a diminuição de um êxodo rural generalizado para um êxodo seletivo para esse público, mas

também, mesmo que em menor número, os rapazes são vítimas dessa migração (DOS ANJOS; CALDAS, 2005). Esse aspecto do êxodo seletivo molda a população rural, a qual fica predominantemente formada por idosos e homens, enfatizando o envelhecimento e masculinização do campo. O único momento que ocorre uma sobreposição do número de mulheres é a partir de 75 anos, o que pode demonstrar que o homem vem a falecer antes, muitas vezes relacionado a periculosidade e insalubridade do trabalho rural (GOLDANI, 1999).

Contudo, decorrente da masculinização do campo, pode acontecer de que os idosos também sejam em maioria masculina com o passar dos anos, essa característica é vista principalmente em municípios mais agropecuários, de pecuária extensiva e agricultura mecanizada, como na região da campanha do RS, que ocupa o topo na desigualdade da relação homem/mulher, já a predominância feminina é encontrada em locais de agricultura familiar representativa (FROEHLICH et al., 2011).

Já quando falamos nas atividades normais, ou seja, agropecuárias (plantio, colheita, cuidado com animais), passa a ser comum a atividade ser “tocada” por um casal de idosos. No entanto, nem sempre as propriedades têm a finalidade produtiva, Neumann e Silveira (1999) citam que 46% dos estabelecimentos dos aposentados já na época da sua pesquisa não desenvolviam nenhum tipo de atividade agrícola, sendo que uma parcela de 36% desenvolvia atividade de subsistência, e somente 18% permaneciam com algum tipo de atividade agrícola em escala comercial. Essas propriedades normalmente estão associadas a uma baixa perspectiva de desenvolvimento, tendendo a ser vendidas a um curto prazo. Contudo, é importante lembrar que essas propriedades que não têm atividade agrícola podem fazer parte do movimento da nova ruralidade, sendo o espaço apenas utilizado como moradia e/ou lazer.

Da Costa e Froehlich (2014) confirmam ser comum que, após a aposentadoria rural, o casal sem sucessor diminua consideravelmente a produção comercializada, embora dificilmente a produção agropecuária seja totalmente abandonada. No entanto, Brumer (2002) discorre que por muitas vezes o benefício previdenciário ser insuficiente, acaba por obrigar o aposentado a seguir na atividade, principalmente os homens ou por motivo de não apresentar morbidades, pois Silva (2000) mostra que, no Sul do Brasil, enquanto 52,9% dos homens beneficiários declararam-se ocupados, isso não ocorre com 74,5% das mulheres beneficiárias, após os primeiros anos da concessão do benefício, o que é comum ser associado a continuação da atividade ao bom estado de saúde que possuem ou necessidade de renda.

É importante lembrar também que o benefício aos aposentados rurais acarreta em vantagens que vão além da economia própria da família, mas também é um fator importante na economia dos municípios do interior dos estados e das comunidades rurais, que muitas vezes a

economia local é movimentada apenas pela produção agropecuária e pelos pensionistas. Ou ainda, nas áreas do rural não agrícola, que conforme Mendras (1984) “[...] haverá cada vez menos agricultores no campo porque a população agrícola ativa diminui mais rapidamente do que a população rural. Como há um século, o povo do campo será formado por não-agricultores [...]”, assim, evidencia-se a ruralidade de alguns espaços não mais como produtivos e sim para outros propósitos, como já mencionados, nesse cenário os pensionistas têm um papel fundamental, pois a partir de sua renda é que possibilita que novas atividades sejam desenvolvidas no meio rural, como é o caso do setor de prestação de serviços.

Contudo, essa não é uma realidade homogênea, afetando apenas as áreas mais desenvolvidas do estado, em muitas localidades o êxodo rural não é tão seletivo e agrava as diversas faixas etárias, inclusive os idosos, além do baixo êxodo reverso. O êxodo rural está ligado diretamente a agricultores de pequeno porte e que não são proprietários, o que faz com que a vida urbana se torne motivo de esperança de uma vida melhor (ALVES et al., 2011). O advento do êxodo seletivo com o posterior envelhecimento do campo causa um novo êxodo, que acomete os aposentados, tanto casais como o cônjuge viúvo, isso se dá principalmente entre os agricultores familiares, esse fenômeno é comum nessas localidades pela associação à penosidade do trabalho, sendo a aposentadoria um “estado de transição” para a diminuição do trabalho e desfruto de uma melhor qualidade de vida, normalmente em meio urbano pela proximidade social, melhor acesso à recursos como saúde, transporte e lazer.

Esse processo de migração para os meios urbanos afeta em grande parte viúvas, que após a morte do marido possuem dificuldade em manter o trabalho rural, segundo relatos obtidos por Schumacher (2019) o medo de ficar sozinha e a insegurança no campo afetam a permanência, associado ao aumento da violência com o “esvaziamento da colônia”, aumentando as vulnerabilidades do espaço. A mudança de vida para cidades interioranas oferece uma sensação de segurança e proximidade à vizinhos que antes também residiam no meio rural. As áreas agrícolas, de grandes lavouras e pecuária extensiva também são pouco atraentes para permanência, um dos fatores está na grande utilização de agrotóxicos, seja na própria produção, como também na aplicação por vizinhos. Esse fenômeno é bastante sentido na Região das Missões, com as pequenas cidades locais absorvendo o fluxo migratório de idosos do campo, e esse, torna-se um espaço essencialmente voltado a produção de grande porte.

Nesse sentido, a migração é uma variável que deve ser tomada com atenção no processo demográfico e também não ser desconsiderada, principalmente no planejamento e elaboração de políticas públicas voltadas à população idosa. Os processos de transição demográficos no

Brasil são bastante heterogêneos e estão associados às desigualdades sociais. Nesse ponto, a população idosa é um grupo desigual e diferenciado entre si e entre os outros grupos etários, tanto socialmente quanto aos aspectos demográficos, sendo eles dependentes econômico-social dos familiares (MELO et al., 2017).

Essa desigualdade também é evidenciada entre os sexos no processo de migração, no Brasil, o maior número de mulheres idosas é um fenômeno urbano, sendo que no censo de 2010 as mulheres constituíam 57,1% da população idosa, por apresentarem maior longevidade (IBGE, 2021). Já no meio rural o cenário é o inverso, em que predomina a população masculina, sendo ela 52,8% dos idosos. Brumer (2004) explica que essa desigualdade dos sexos é decorrente do maior fluxo migratório rural urbano das mulheres.

Outro ponto a ser debatido é o de que as diferentes regiões brasileiras reagem de maneira distinta ao êxodo. Para os jovens por exemplo, regiões de alto potencial de oportunidades concentram o maior número de jovens, enquanto que as de baixo potencial possuem mais idosos. Dessa forma, as regiões possuem capacidades diferentes para a alta ou baixa migração rural-urbana (VOGT & FOCHEZATTO, 2019).

A migração de idosos é influenciada por fatores múltiplos, não existindo uma questão principal para esse fenômeno. Tal processo é evidenciado, nas palavras de Garcia (2017), pelas características das etapas de vida das pessoas com idade mais avançadas, como: aposentadoria, estado de saúde, procura por suporte e reunião familiar, viuvez e busca por locais que apresentam “amenidades”, dentre elas o clima agradável, baixo custo de vida, acessibilidade, segurança e facilidade de acesso aos serviços de saúde. Contudo, a aposentaria pode ser apontada como uma das principais causas da migração, visto que é um marco temporal bastante significativo no envelhecimento. Para os idosos com vínculo empregatício a aposentadoria representa um rompimento com a sua situação trabalhista, o que permite que possam residir em outros lugares (GARCIA, 2017).

Para Garcia (2017) outros fatores acompanham a aposentadoria, como o estado de saúde do idoso, que tem como consequência algumas limitações da capacidade física cognitiva do indivíduo. A migração para esses indivíduos acontece pela busca de suporte em locais que oferecem melhores condições de infraestrutura, bem como a proximidade de familiares para acompanhamento em momentos de necessidade. Esse fator é bastante decisivo para os idosos rurais, pois esse ambiente é vulnerável nesse quesito.

Outrossim, a viuvez também acarreta modificações na situação de moradia, principalmente para as mulheres que não conseguem manter a atividade agropecuária pela falta de força de trabalho. Assim, o idoso viúvo busca, como no caso de saúde, o aconchego de

familiares a fim de refúgio afetivo. A rede social reflete a teia de relações que os indivíduos mantêm, no caso da migração representam o conjunto de laços interpessoais que ligam potenciais migrantes a migrantes de fato e a não migrantes, através de relações de parentesco, amizade e naturalidade, como a presença dos filhos (GARCIA, 2017).

Desse modo, Garcia (2017) conclui que a migração de idosos causa impactos na sociedade e que ocorrem dois tipos de migrantes. O primeiro deles são os idosos que possuem melhores condições econômicas e de saúde, em que a migração tem o objetivo de usufruto dos benefícios desta fase da vida, ou seja, o descanso e o gasto dos recursos acumulados durante a vida. O segundo grupo é o dos vulneráveis, que por insuficiência financeira ou física migram em busca de suporte para vencer as dificuldades. Portanto, para esse autor a migração não é somente em decorrência de dificuldades, mas também é tratada como lazer, como é o caso dos idosos que retornam ao meio rural em busca dos benefícios desse espaço, formando o “novo rural”.

2.3 A VELHICE E A APOSENTADORIA

No mundo, no ano de 2020, havia o registro de 1,1 bilhão de idosos, o que converge com o cenário brasileiro, que apresenta 29,9 milhões (WHO, 2021). Nesse contexto, o aumento da população idosa está associado à elevação da expectativa de vida. O caso brasileiro sofreu um incremento de 30,3 anos no período de 1940 a 2016, sendo o estado com maior longevidade o de Santa Catarina. Em 1980 a população idosa brasileira era composta por 7,2 milhões de pessoas, o que representava cerca de 6,1% do total da população (CAMARANO et al., 2016).

Para Tonezer et al. (2017) em 2050 é previsto que o número de pessoas com mais de 65 anos nas regiões menos desenvolvidas seja quatro vezes maior do que o verificado na primeira década do século 21, o que representa um aumento de 292 milhões para 1,168 bilhão, sendo assim, 19% da população dos países menos desenvolvidos em 2050. Já para a dinâmica dos países desenvolvidos o ritmo de envelhecimento se mantém, mas de forma mais lenta. Nesses países, as pessoas idosas representarão 33% da população em 2050, ao ponto que a porcentagem de jovens continuará a diminuir. Conforme dados do último censo demográfico, o número de idosos no país passou para 20,6 milhões, significando cerca de 11% da população total, e hoje esse número se estima ser muito maior, em torno de 14 % do total (Figura 1) (IBGE, 2021).

Figura 1- População brasileira segundo o sexo e os grupos de idade por amostra de domicílios contínua 2012/2019 (%).



Fonte: IBGE (2021).

A pirâmide etária evidencia o rápido envelhecimento da população, visto que aumentou em 2019 quando comparado a 2012. Esse processo é observado pela menor porcentagem de jovens em 2019 (base da pirâmide) conjuntamente com o aumento na porcentagem dos grupos acima de 60 anos. Os grupos de 60 a 64 anos constituíram em 2019, 4,9 % e as pessoas com 65 anos ou mais de idade representavam 10,8 % da população, assim os idosos já somavam 15,7% do total no caso brasileiro. Segundo o IBGE (2021) a expectativa de vida ao nascer em 1940 era de 45,5 anos e em 2018 atingiu 76,3 anos.

Ainda que ocorra o envelhecimento populacional e as transformações demográficas do último século, há pouca visibilidade e valorização dessa parcela da população, necessitando-se a importância de garantir aos idosos uma sobrevida maior, bem como a qualidade de vida. Contudo, verifica-se continuamente uma visão preconceituosa, estigmatizada e estereotipada, instigando o ageísmo, que legitima a idade cronológica como diferenciador de classes, inclusive com envolvimento de crenças e atitudes que ridicularizam o idoso (GOLDANI, 2010).

Pela perspectiva da “pessoa-ambiente”, de Lawton (1982), o envelhecimento é um conjunto de vários eventos, como a aposentadoria, declínio da renda (relativo), declínio da saúde, morte do cônjuge e aumento nas pressões do ambiente, o que necessita diversas adaptações por parte do idoso. As pressões do ambiente podem ser físicas ou sociais, a pressão

social, por exemplo, pode ser da dependência do idoso ter de filhos, parentes e amigos, baseado na ideia das trocas nas suas redes de relações.

Dada a importância do idoso no cenário atual, em setembro de 2017 foi aprovada a declaração de Lisboa na IV conferência de ministros nomeada de: “*A sustainable society for all ages: Realizing the potential of living longer*” a qual elencou três objetivos políticos para concretização até 2022: i); reconhecer o potencial da população idosa; ii) incentivar o envelhecimento ativo; iii) garantir um envelhecimento com dignidade. Nesse sentido, se eleva a importância das políticas públicas continuadas, a fim de tornar os ambientes sociais mais inclusivos aos idosos e respondam às suas necessidades, proporcionando assim um envelhecimento com maior qualidade de vida.

Essa fase da vida é tida como um momento de mudança na vida dos indivíduos, Motta (1998) e Debert (1999) argumentam que esse momento é diferente para homens e mulheres. Segundo os autores, os homens gozam deste período para o descanso, usufruir da tranquilidade econômica, engajamento social em grupos de convivência e em atividades de lazer, como os bares, jogos e passeios. Por outro lado, as mulheres passam a experimentar a nova realidade social, com o aproveitamento de novas atividades, que antes eram restritas aos cuidados do ambiente doméstico, da casa e das obrigações do casamento, além de muitas exercerem o trabalho de cuidadoras, tendo de dividir a atenção entre as atividades e a assistência e apoio ao cônjuge, pais, netos e demais parentes. A perspectiva de “aproveitar a velhice” é adotada principalmente por mulheres viúvas, as quais adquirem maior liberdade nessa condição.

Por outro aspecto, algumas regiões são marcadas por áreas remotas e pouco beneficiadas por serviços públicos, agravadas pela pobreza no campo, que acomete principalmente os idosos carentes da renda laboral. Nesse viés, a aposentadoria se apresenta como uma forma de renda significativa dentre as populações rurais, que de modo geral contribui para a diminuição da pobreza, na melhoria de qualidade de vida alimentícia e de moradia, acesso a serviços sociais, e em alguns casos a principal fonte de receita para alguns municípios, principalmente os mais interiorizados, além disso, contribui para a diminuição do êxodo rural e favelização das cidades (SARAIVA, 2019).

A aposentadoria também significa uma entrada de renda mensal, o que não costuma ser frequente na produção agropecuária. Ainda, nesse mesmo argumento, há outro fato relacionado a aposentadoria exposto por Souto et al. (2018) que em unidades produtivas da agricultura familiar ocorre o não interrompimento da atividade laboral, pois ainda se sentem ligados à atividade e em alguns casos dependente da continuidade da produção para complementar as

necessidades financeiras e que por não haver sucessão da família, sentem-se obrigados a prosseguir com o trabalho do campo.

O programa previdenciário modifica a condição simbólica das minorias rurais, como é o caso das mulheres que passam a receber um salário periódico, muitas vezes o primeiro, o que é uma forma de reconhecimento pelo seu trabalho, o qual quase sempre é tratado como invisível. Silva (2000) cita que elas passam a ter uma conta e um cartão bancário em seus próprios nomes, o fato de receber o dinheiro da aposentadoria, da pensão e da licença-maternidade diretamente em seus nomes permite que elas próprias decidam como gastá-lo, o que aumenta seu poder pessoal. Brumer (2000), em suas pesquisas, constatou que as mulheres têm gastos diferentes dos gastos dos homens com seu salário, normalmente não está associado a despesas pessoais, e sim para o sustento e melhoria da qualidade de vida da família.

No Rio Grande do Sul, segundo Delgado e Cardoso Jr. (2000), o peso do benefício previdenciário representava 41,5% do orçamento domiciliar, em média, principalmente entre os de baixa renda da atividade produtiva. O benefício para o produtor absorve diversas finalidades, dentre elas está o da subsistência ou mesmo para a manutenção das atividades econômicas ou auxílio para o financiamento de pequenas produções agrícolas, que, conforme o autor, há possibilidade de se afirmar que a regularidade, a segurança e a liquidez monetária que caracterizam os pagamentos previdenciários podem estar exercendo a importante função de ampliar as oportunidades e a recorrência de gastos com a manutenção de atividades voltadas seja para o autoconsumo familiar, seja para a geração de pequenos excedentes comercializáveis. Nesse sentido, os benefícios se apresentam mais favoráveis quando para pessoas de pequenos municípios ou regiões mais pobres, principalmente em regime de economia familiar de subsistência, os quais suprem as necessidades básicas de consumo dessas famílias.

Delgado e Cardoso Jr. (2000), ao estudar o fluxo migratório das famílias beneficiárias, observou também as condições de moradia delas, o que se encontrou foi a busca pelo bem-estar e o aumento fatídico da qualidade de vida, visto pelos aspectos de composição e tamanho das casas, como é o caso das paredes de madeira que passaram a ser de alvenaria em muitos casos, ou mesmo pelo aumento do número de cômodos da residência. Além disso, outras formas de incremento de bem-estar foram observadas, como o acesso a bens duráveis de consumo.

Nesse ponto de vista, é importante enfatizar essas mudanças no estudo da previdência rural dado que essas mudanças criam um novo setor rural distinto do tradicional e que passa a ter o aposentado como peça chave nas novas dinâmicas, pois, em muitos lugares, é ele quem mantém o espaço social em atividade, seja por participação ou de forma econômica, constitui

um setor socioeconômico novo, muito relevante para explicar o próprio setor rural da atualidade.

Em relação ao benefício previdenciário em específico, esse demonstra ser um programa importante para a manutenção das populações rurais, assim, beneficia o crescimento demográfico pela adoção de certas políticas de caráter econômico, facilidade de comunicação, transporte e políticas de desenvolvimento local, ajudando na redução dos fluxos migratórios do campo para as cidades, bem como a atração ao meio rural de outras categorias sociais (WANDERLEY, 2000).

A aposentadoria rural no Brasil é marcada por diversas lutas e reivindicação por parte dos movimentos sociais, principalmente as Ligas Camponesas. No início, a previdência somente beneficiava trabalhadores urbanos, assim, a partir da criação do ProRural houve a extensão aos trabalhadores rurais. Essa era uma demanda que já era discutida desde o governo Vargas (1950), ganhando força com as lutas dos movimentos sociais, mas que fora implementada somente em 1971, durante o governo Médici, mesmo com a forte repressão a esses movimentos.

Apesar da implementação da previdência rural, essa era restrita a algumas categorias, como os trabalhadores rurais assalariados e produtores rurais. Para esses casos, apenas beneficiavam-se os homens, enquanto que as mulheres esposas eram tratadas como dependentes. Desse mesmo modo, categorias rurais que não se enquadravam nas citadas anteriormente também não podiam receber.

Nesse sentido, foi importante a inclusão de certos grupos na parcela de “rural informal” que possibilitou uma melhor distribuição de renda a famílias menos favorecidas. É o caso do produtor, parceiro, meeiro, arrendatário rural, garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes” (art. 195, § 8º, Constituição Federal de 1988) que arrendam até quatro módulos rurais, cujo tamanho varia conforme o município. O que a constituição faz é estender o benefício para mais cidadãos, como as mulheres, praticamente excluídas do Funrural, pelo não reconhecimento como trabalhadoras, e também permite a aplicação da aposentadoria especial, além da assistência aos desamparados e inválidos independente da contribuição.

A aposentaria especial, uma mudança do regime assistencial precário do Prorural/Funrural (1971) para o regime especial da previdência rural, foi implementada a partir de 1992, devido as condições de trabalho do produtor, como o ambiente, mais ainda quando seu trabalho é desenvolvido em regime de economia familiar, que normalmente é executado de forma braçal, para própria sobrevivência, trabalho esse desenvolvido dia-a-dia, sob sol e chuva,

por anos, não podendo ser interpretado como um privilégio e sim como um direito que permite o acesso a aposentadoria, mesmo sem ter cumprido a exigência feita ao trabalhador urbano.

No entanto, muitos idosos possuem situação financeira precária, permanecendo assim na atividade laboral mesmo após a aposentadoria, devido à necessidade de uma renda adicional (VANZELLA et al., 2011). No caso brasileiro, a aposentadoria para agricultores familiares é de um salário mínimo por pessoa, o que representa um baixo valor, visto as necessidades que essa faixa etária impõe, sendo essa uma das vulnerabilidades sociais, pois não atinge somente o idoso, mas todo o grupo familiar que depende do recurso (FERRAZ et al., 2018). A dependência dos recursos econômicos dos aposentados está associada às altas taxas de desempregos, sendo o idoso responsável pelo sustento da família, desse modo, o valor que já é baixo para uma pessoa ainda precisa ser dividido para outras mais.

Esse ponto, contudo, é relativo e depende da condição do idoso, para os que possuem a saúde agravada e baixa condição econômica ocorre a alta dependência do benefício e também muitos gastos com medicamentos, já para os que possuem atividade econômica o benefício previdenciário representa um bônus, um dinheiro a mais que pode ser utilizado na melhoria da qualidade de vida. Para outros, a aposentadoria pode ser acumulada em decorrência da viuvez, o que gera uma condição mais favorável.

No caso do idoso urbano a dependência somente da aposentadoria pode significar uma vulnerabilidade econômica, visto que todo o consumo é baseado no salário. Já para a população rural o custo de vida é menor, pois a propriedade é capaz de fornecer boa parte da alimentação, por meio do autoconsumo, principalmente dos produtos da horta e de carnes, esse último com grande peso sobre a alimentação (FERRAZ et al., 2018). Esta renda tem contribuído para a permanência dos idosos neste território (SAKAMOTO, 2013).

Dessa forma, a aposentadoria no meio rural possui um espaço significativo no orçamento da família, ainda que sozinha não consiga garantir o sustento do idoso, pode representar segurança de uma renda passiva todos os meses, algo incomum no meio rural, trazendo assim um “status de independência”, principalmente para as mulheres que passam a usufruir de um salário, que em alguns casos é o primeiro (ALCÂNTARA, 2016).

Contudo, essa situação está ameaçada, segundo Camarano & Pasinato (2004), o envelhecimento populacional nos países desenvolvidos foi um acontecimento em um estado socioeconômico favorável, diferente dos países em desenvolvimento em que o processo de envelhecimento está ocorrendo em meio a um cenário de recessão e de uma crise fiscal que dificultam a expansão do sistema de proteção social. Nesse mesmo sentido, Kalache (2008) afirma que as políticas públicas nos países que não contemplarem alternativas para essa

mudança demográfica levarão as pessoas a diversas vulnerabilidades sociais que afetam diretamente a qualidade de vida. Dessa forma, a previdência, como conhecemos no Brasil, precisa ser repensada diante das transformações do cenário etário, garantido assim a continuidade desse programa.

No Brasil, em 2019 ocorreu mudanças na previdência, são novas idades de aposentadoria, novo tempo mínimo de contribuição e regras de transição para quem já é segurado, entre outras mudanças. Tal reforma é classificada como “reestruturação histórica”, pois visava a economia de dinheiro aos cofres públicos ao longo de 10 anos. No quesito idade e tempo de contribuição, trabalhadores e trabalhadoras rurais, foram mantidos o tempo de contribuição de 15 anos e as idades mínimas de aposentadoria de 55 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens.

2.3.1 O que é terceira idade: a velhice é uma doença?

Afinal, o que é ser velho? Por um critério objetivo e adotado como referência neste trabalho, segundo o Estatuto do Idoso (LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003), a terceira idade é atribuída a indivíduos em que a idade seja superior a 60 anos. Essa faixa de idade é associada a idosos que vivem em países denominados em desenvolvimento, como é o caso brasileiro (CABRAL et al., 2013).

Já nos países mais desenvolvidos, ainda que essa faixa de idade caracterize o idoso, os programas sociais elevam essa idade para outros patamares. Segundo Melo & Barreiros (2017), ocorrem as maiores perspectivas de crescimento da população idosa, o que implica exigências, preocupações e mudanças na organização social, como por exemplo a elevação da idade para a aposentadoria na França, Espanha e Alemanha para no mínimo 65 anos para ambos os sexos, com projeção de novas reformas na próxima década, para o patamar de 67 anos. Tal classificação de idade é considerada também pela WHO (2002) com 60 anos nos países subdesenvolvidos e 65 nos desenvolvidos, independente de outras condições. Para Netto (2002) a substituição da idade cronológica como critério é somente por outro melhor, que não existe, visto a dificuldade de definir outra completa.

Mas a velhice é relativa para alguns autores, partindo da dificuldade de se estabelecer quando um indivíduo começa envelhecer, segundo Carmo (2019) e Schaie (2016), sendo que possui por base três tipos de idade além da cronológica i) a idade biológica, associada a alterações dos sistemas orgânicos e ao declínio das capacidades funcionais; ii) a idade social, que corresponde aos papéis e hábitos que o indivíduo desempenha na sociedade,

maioritariamente, influenciados pela sua cultura; iii) a idade psicológica, que engloba um conjunto de capacidades do indivíduo como a percepção, aprendizagem, memória, inteligência, emoções, sentimentos, assim, se torna uma característica de adaptação ao meio onde se vive.

É possível ainda seguir o pensamento de autores que dividem a terceira idade, como Baltes & Smith (2003), em que para eles há a terceira e quarta idade, em que a quarta idade é um período de transição que ocorre entre os 75 aos 80 anos nos países desenvolvidos e de 50 a 60 nos países em desenvolvimento, contudo, isso pode ser relativo para cada pessoa, visto que a expectativa de vida pode ser de até 120 anos, o que remete ao efeito transitório dependente da condição de saúde da pessoa. Nesse mesmo sentido, há também a divisão dos idosos mais jovens, de 60 a 74 anos, os idosos velhos de 74 a 84 anos e os muito velhos com mais de 85 anos, subdivisão essa feita por Costa et al. (2001) e compartilhada por Neri (2001).

Na América alguns estudos relativos ao envelhecimento da população nos atentam para os conceitos de velhice, idoso e envelhecimento, como os de Solari (1987) e de Chakiel (2000), sendo essa uma construção social variável para cada cultura, país ou classe social, o que é importante ao se estudar uma região bastante heterogênea como a América Latina, palco de grandes desigualdades sociais.

O envelhecimento é um fenômeno fisiológico de comportamento social ou cronológico (FRANCHI & MONTENEGRO, 2005). Segundo os autores, é um processo biossocial complexo e variável de regressão que ocorre em todos os seres vivos, o que ocasiona perdas de capacidade ao longo do processo biológico e que é determinado sobre diversos fatores, como os genéticos, danos acumulados, estilo de vida e alterações psico-emocionais (GUEDES, 2001). Ainda, Rocha (2007) cita que a velhice é um fenômeno universal, dinâmico, progressivo, multidimensional e multidirecional, visto que é personalíssimo de cada indivíduo, pois ocorre em taxas e de formas diferentes, sendo mais cedo para alguns, bem como a percepção de idade é mais notável para outros, esse processo pode alterar o bem-estar e qualidade de vida do idoso. Assim, não há velhice e sim velhices (BRAGA & VIANNA, 2011).

Nesse sentido, Fornasier & Leite (2018) argumentam que não há um conceito específico para a velhice, visto que há inúmeros fatores que modificam esse fenômeno, como a condição econômica, grau de instrução, alimentação, relações familiares, hábitos, entre outros. Nesse viés, Paulo Roberto Barbosa Ramos, a partir dos ensinamentos de Elida Séguin (2001), Leonard Hayflick (1998) e Norberto Bobbio (1992) considera que o conceito de velhice é compreendido pela perspectiva cronológica, burocrática, fisiológica e psicológica.

A velhice cronológica corresponde ao alcance de certa idade que delimita a velhice, como o caso brasileiro que considera 60 anos. Já a burocrática é o patamar de idade que

preenche condições jurídicas para ter acesso à aposentadoria. A fisiológica indica o processo de fragilização da capacidade física pelo tempo. Por fim a psicológica é complexa, pois é bastante subjetiva e varia de cada pessoa. Como complemento, Ramos (2014) cita outros tipos de velhice, como a velhice excluída, atribuída a pessoas envelhecidas residentes nas zonas rurais, subúrbios ou após migrações; a pseudo velhice, que acomete pessoas com quarenta anos ou menos, na condição de desempregadas; e a precoce, que ocorre por condições adversas que envelhecem muito mais cedo.

Dada a importância do envelhecimento atualmente, surgem novas áreas específicas para tratar dessas particularidades, como a da qualidade de vida, visto que, a principal preocupação de estudo na área é como envelhecer bem e com saúde (NERI, 2004). Ao se falar em qualidade de vida, o conceito é relacionado à autoestima e ao bem-estar pessoal, semelhante ao estabelecido pela OMS “ [...] a percepção individual da posição pessoal na vida, no contexto do sistema cultural em que as pessoas vivem relacionada com os seus objetivos, expectativas, normas e preocupações [...] ” (WHO, 1994, p. 34).

No entanto, conforme Vecchia et al. (2005) o conceito vai além, abrangendo a capacidade funcional, nível socioeconômico, estado emocional, interação social, atividade intelectual, suporte familiar, autocuidado, estado de saúde, valores culturais, éticos e religiosos, estilo de vida e a satisfação sobre a vida. O conceito de qualidade de vida é relativo, variando de pessoa para pessoa e também da apresentação de cada autor, devido a sua complexidade (PEREIRA et al., 2012. Alguns autores ao descrever o conceito utilizam o previsto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo essa determinada pela percepção do indivíduo sobre a sua vida, considerando a cultura, valores próprios e da sociedade onde vive, objetivos, expectativas, preocupações e padrões (WHO, 1998)

Rowe & Kahn (1997) apresentam o conceito de “envelhecimento com sucesso”, o qual é baseado em três pilares multidimensionais para que esse período seja satisfatório. O primeiro é evitar doenças e incapacidades, ou seja, manter hábitos saudáveis para prevenir enfermidades. O outro é o de manter a função física e cognitiva, obtida pelo treinamento e movimento para a capacidade corporal. Por fim, cita-se o engajamento em atividades sociais e produtivas, com a finalidade de manter a saúde mental e espiritual. Dessa forma, os hábitos saudáveis ao longo da vida têm sido discutidos para, conforme Ferreira et al. (2017), “acrescentar saúde aos dias”. Esses pontos são discutidos com a expectativa de acumular ganhos a conquista de aumentar a perspectiva de sobrevivência humana na atualidade livre de problemas. Baltes e Baltes (1990) consideram que o envelhecimento bem-sucedido resulta da concretização de dois objetivos: um elevado nível de funcionamento (ganhos) e evitamento de comportamentos de risco (perdas).

A qualidade de vida na terceira idade quando afetada por fatores emocionais é comumente associada ao estresse, causado pela vivência de problemas acumulados ao longo da vida, de ordem psicossocial, como o envolvimento com o luto pela perda de amigos, familiares e cônjuge, assim como de doenças (FORTES-BURGOS & NERI, 2008). Ainda que esse problema afete mais o bem-estar de idosos quando comparado aos jovens e adultos, é dado pouca importância a esse problema.

Contudo, uma das maiores adversidades atuais associadas a velhice está no tratamento a essa condição como uma doença. A algum tempo, em que a expectativa de vida era bastante baixa, a velhice era venerada por ser um acontecimento raro, hoje, esse mesmo fenômeno é tratado como um simples problema frequente e social, visto que a população idosa passa a ser bastante numerosa e com dificuldades sociais a serem enfrentadas, como a previdência e população laboral ativa. Conforme Melo e Barreiros (2017) a sobrevivência da população foi um dos triunfos do século XX, assim como a melhora na qualidade de vida, a qual ainda é possível de ser intensificada.

A questão da velhice como algo pejorativo também é relativo de cada cultura. Na civilização oriental por exemplo, conforme explica Fornasier & Leite (2018), o idoso sempre possuiu uma posição privilegiada, pois se acreditava que a autoridade da velhice era sinônimo de sabedoria. Já no ocidente, o envelhecimento tinha um tratamento diverso, principalmente nos tempos mais antigos, de acordo com a descrição feita por Simone de Beauvoir (1990) da primeira obra que se refere à velhice, elaborada no Egito, mostra como era degradante o processo de envelhecimento, ao citar que:

Quão penoso é o fim do ancião! Vai dia a dia enfraquecendo: a visão baixa, seus ouvidos se tornam surdos, o nariz se obstrui e nada mais pode cheirar, a boca se torna silenciosa e já não fala. Suas faculdades intelectuais se reduzem e torna-se impossível recordar o que foi ontem. Doem-lhe todos os ossos. A ocupação a que outrora se entregara com prazer, só a realiza agora com dificuldade e desaparece o sentido do gosto. A velhice é a pior desgraça que pode acontecer a um homem (Beauvoir, 1990, p.114).

Essa passagem evidencia que o envelhecimento era tratado com desprezo e crueldade (LEITE, 2015), esse pensamento ocorria até mesmo na Ética Aristotélica, em que se ensinava que o ser humano progredia apenas até os 50 anos, tornando a velhice como condição pessoal de diminuição e indignas de confiança, necessitando serem afastadas do poder (CRESCENZO, 1988). Nos dias de hoje essa prática ainda existe, é tratada como “ageísmo”, uma discriminação etária, reflexo de diversos processos sociais, como a industrialização, mudança dos modelos de família, educação das massas, institucionalização da aposentadoria, entre outros.

O ageísmo também é conhecido por outros nomes como o idaísmo, etarismo, idosismo, contudo, todos têm significados semelhantes. Em termos gerais o ageísmo é referente às atitudes e práticas negativas generalizadas em relação a indivíduos pela sua idade, baseados em crenças e estereótipos referentes às pessoas idosas (MARQUES et al., 2020). Dessa forma, o envelhecimento é “desdenhado”, o que pode se manifestar também em abuso e maus tratos. Essa violência também pode ser vista em como a velhice é denominada, para Neri (2007) formas de tratamento como “terceira idade”, “velhinho”, “idade legal”, “gatão da meia-idade”, “melhor idade” são subterfúgios semânticos, aprazíveis, com o propósito de encobrir a velhice, pois chamar alguém de “velho” parece um insulto.

Autores como Alcântara (2010) e Park (2005) mencionam que falar “terceira idade ou “melhor idade” ante a palavra “velho” encobre um debate mais importante, “a função social da velhice na sociedade” e privilegia discussões sobre a longevidade, uma forma de “combate a velhice”, o que movimenta um grande comércio de produtos com essa função.

Os problemas enfrentados na velhice são decorrentes de limitações que passam a surgir nos indivíduos. Melo e Barreiros (2017) nomeiam a limitação como “deterioração”, que está baseada em dois fatores, o desuso e a degeneração. O desuso e a degeneração são consequências das transformações das condições de trabalho na sociedade moderna, facilitado por soluções de ordem técnica, como o uso de máquinas que substituem os trabalhos que exigem força humana e repetitivos. Esses equipamentos poupam a força de trabalho, contudo exigem maior capacidade perceptiva, sensorial e cognitiva para controlá-las, aumentando a participação do cérebro nas operações, contudo, o desuso corporal e os hábitos de vida sedentários acarretam em limitações precoces na capacidade física, como a obesidade.

Algumas degenerações físicas marcam a senescência humana, sendo três delas as mais importantes e marcantes para o período, são elas: a redução da quantidade de água nos tecidos corporais, modificação do percentual de massa gorda e a redução de massa muscular (MELO & BARREIROS, 2017). Outras mudanças também podem ser sentidas, como o conteúdo mineral ósseo, tornando-os mais fracos com o tempo e menor capacidade de recuperação quando fraturados. Essas mudanças alteram a capacidade dos idosos, como para o trabalho e atividades físicas. Os autores também citam as degenerações biológicas, relacionadas a redução da capacidade cardíaca e aumento da pressão arterial, o que está associado a diminuição no consumo de oxigênio. A perda da capacidade de oxigenação é um dos fatores determinantes para a menor intensidade de trabalho que um idoso pode suportar. No entanto, um dos sintomas mais aparentes da velhice está na modificação da aparência da pele, muito explorado pela indústria de cosméticos, como o aparecimento de rugas, flacidez e manchas.

Outrossim, a capacidade neurológica e cognitiva também sofre alterações, Carmo (2019) e Melo & Barreiros (2017) afirmam que a massa cefálica e a quantidade de células nervosas sofrem redução, assim como a velocidade de condução nervosa é prejudicada, o que faz com que as respostas do organismo sejam mais lentas, como a perda da memória de curto prazo, diminuição de atenção e concentração. Assim, a degeneração muscular e nervosa reflete em impulsos mais lentos e tardios, comuns na terceira idade. Tal lentidão por ser agravada com a sedentarização e falta de estímulos cerebrais. Aliado a essas deficiências ainda ocorre mudanças a nível psicossocial, como o estado de saúde, viuvez, morte de amigos e situação financeira (CARMO, 2019), algo que contribui para essa fase ser marcada por degradação e regressão.

Melo & Barreiros (2017) discorrem que durante a velhice ocorre a situação de dependência, o que não é compatível com a estrutura familiar da atualidade, a qual é constituída por pequenos núcleos e a presença do individualismo, característica comum na sociedade moderna, principalmente em regiões mais urbanizadas, fato que necessita novas atitudes do estado para o controle dessa vulnerabilidade. Para muitos idosos, o refúgio do próprio lar se torna o principal remédio contra a solidão e dependência, visto que a convivência com filhos e parentes passa a ser problemática. Todavia, muitas residências ainda carecem de serviços básicos, como água encanada, luz elétrica e saneamento básico, encontrado em regiões mais pobres. Nesse sentido, como consequência da vida atual mais solitária, o velho, na maioria das vezes, tem que arcar com os custos de manutenção de sua casa e muitos desses idosos não possuem uma poupança, além de que os ganhos no final da vida tendem a ser piores do que quando trabalhava.

Daniel et al. (2015) em uma pesquisa com uma amostra de idosos e cuidadores formais, constataram que os conceitos mais recorrentes pelos profissionais quando questionados sobre o que lhes fazia lembrar a velhice, foram respectivamente: “solidão”, “doença” e “plenitude de vida”. Por outro lado, os idosos referiram as palavras “solidão”, “doença”, “dependência” e “morte”. Sendo assim a velhice ainda é estereotipada como algo negativo.

Entretanto, ainda que no passado se considerava a velhice como doença, e que sobre a velhice não incidia nenhum valor, nenhum discurso, nenhum saber, nenhuma preocupação (RAMOS, 2014). Cachioni et al. (2017) desconstruem esse mito, adquirido por considerar a fase uma conotação negativa de solidão, doença, tristeza, dependência, morte. Os autores citam que nos anos 1960 ocorreu uma mudança na forma de se discutir essa questão, sendo uma mudança no campo da gerontologia, que passa a não tratar a velhice como uma doença, inatividade ou déficit no desenvolvimento.

Diante disso, o estudo da velhice visa observar também os aspectos positivos deste período, como o bem-estar e a qualidade de vida na terceira idade (DA SILVA & DE LIMA, 2014), como citava o filósofo Marco Túlio Cícero: a arte de envelhecer está em descobrir o prazer que todas as idades proporcionam, pois todas têm as suas virtudes (CÍCERO, 1999). O idoso atualmente tem maior expectativa de vida, e necessitam ser inseridos no espaço social, visto que são prejudicados pela relativa alienação, inatividade, incapacidade física, dependência e conseqüentemente sem qualidade de vida (FRANCHI & MONTENEGRO, 2005).

Hoje se tem o conceito de envelhecimento ativo, uma evolução cultural, oriundo da maior representatividade da população idosa na sociedade, principalmente nos casos europeus de otimização da saúde, das novas oportunidades de vida, em que o idoso assume um papel funcional a partir das novas tecnologias que o idoso é capaz de manter-se social e culturalmente envolvido. De acordo com a OECD (1998), o envelhecimento ativo consiste na capacidade de as pessoas em idade avançada conseguirem uma vida mais produtiva na sociedade e na economia. Nesse sentido, a sua melhor situação econômica da população idosa quando comparado ao restante da população, proveniente do acúmulo de riquezas durante toda a vida laboral e dos benefícios previdenciários, para alguns casos, esses que especialmente na área rural, com a universalização da aposentadoria, também se favoreceram com políticas habitacionais, ao passo que os filhos não tiveram as mesmas oportunidades, tendo em vista as nuances da economia do País (SIQUEIRA, 2007).

Tanto isso, que se popularizou as expressões “veio da lancha” ou “o dono da lancha é o cabeça branca” que remete a alta condição econômica da população idosa em algumas situações. Não somente isso, o desenvolvimento de tecnologias possibilitou retardar a velhice por meio de procedimentos estéticos, fármacos, hábitos saudáveis, entre outros (LARANJEIRA, 2010). Ainda, o idoso é empoderado por outras características frente à sociedade, como a sua capacidade e conhecimento acumulado em carreiras específicas, como a dos negócios e gerenciamento de empresas. Para a OMS a palavra “ativo”, implica que a população idosa participe em questões sociais, econômicas, culturais, espirituais, cívicas e educacionais, que favoreçam a sua integração na sociedade (CARMO, 2019).

A partir dessa visão positivista do envelhecimento, apresentou-se pela primeira vez em 1961, por Havighurst, o envelhecimento bem-sucedido, um mecanismo de adaptação às condições específicas da velhice. A qualidade de vida na terceira idade também é conhecida como “velhice bem-sucedida”, associada ao bem-estar psicológico, um estado de saúde mental positiva a partir do auto aceitação e gerenciamento dessa fase, assim como o bem-estar subjetivo, atribuído a satisfação geral com a vida, pelo domínio do funcionamento da saúde,

relações sociais, senso de controle e senso de significado de existência (CACHIONI et al. 2017; Neri, 2013). O bem-estar subjetivo, conforme Cachioni et al. (2017), é uma auto avaliação sobre a sua vida, um reconhecimento se a vida é algo bom e desejável, que segundo Diener & Louis (2015) a avaliação subjetiva é relacionada à satisfação com a vida e emoções positivas e negativas, de acordo com critérios próprios e a comparação entre as circunstâncias de vida do indivíduo e um padrão por ele escolhido.

Para o bem-estar psicológico, Ryff (2013) apresenta um modelo para a análise das perspectivas do bem-estar e felicidade, que abrange seis esferas. A primeira é o sentido, propósito e direção que os indivíduos dão as suas vidas, qual é o propósito de vida delas; por segundo é o de viver conforme as próprias convicções pessoais, que se traduz em autonomia; como terceiro ponto, tem-se usar o seu potencial e os talentos pessoais, ou seja, o crescimento pessoal; em quarto lugar está a administração satisfatória das situações da vida, com o domínio sobre o ambiente; o quinto aspecto está voltado em manter laços profundos e significativos com outros, são as relações positivas; e por fim o autoconhecimento, como saber sobre as limitações pessoais e a auto aceitação.

Portanto, pensar em uma velhice ativa e que proporcione qualidade de vida ao idoso é proporcionar um conjunto de condições que quando reunidas são motivadoras da felicidade e bem-estar, como a saúde física, psicológica, social, econômica, entre outros aspectos.

2.3.2 O idoso rural e o idoso urbano

Antes de qualquer assunto sobre esse tópico é importante conceituarmos o que é rural e o que é urbano. Entender o que é o urbano e o rural não é simples, não sendo apenas o “ser ou não ser”, do algo é urbano ou algo é rural por exemplo por uma lógica aristotélica e monocontextual pois se está diante de uma pluralidade de contextualidades e de um cenário hipercomplexo, adotado por Luhmann de sociedade moderna, em que é um sistema policontextual com um número infundável de descrições (FORNASIER, 2015; LUHMANN, 2007). Essa divergência de rural e urbano é permeada de discursos dicotômicos e estereotipados, em que normalmente o meio rural é um local atrasado e o urbano símbolo do progresso (ALCÂNTARA, 2010).

Urbano também é diferente de cidade, conforme Lefebvre (2004) a cidade é entendida como um objeto, espacial, um espaço físico, uma obra fabricada por um grupo, já o urbano é um conceito complexo, concebido como um conjunto de relações sociais, lugar de encontro e a inscrição no espaço de um tempo promovido ao nível de bem supremo, composto e significado

por uma complexidade de fatores. Essa mesma lógica é aplicada na relação de campo e cidade, estabelecida pelo urbano e o rural.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), urbano é toda a sede de município (cidade), um critério de delimitação político-administrativo definido pelas câmaras municipais, o que representa uma ideia limitada, uma vez que, “os interesses políticos, econômicos e tributários podem prevalecer no momento da sua demarcação” (REIS, 2006). Essa delimitação não demarca adequadamente os espaços territoriais e ainda estabelece uma supremacia do urbano sobre o rural. Além disso, prioriza a demarcação para a arrecadação, considerando áreas de terras marginais de populações rurais como perímetro urbano, prejudicando a concessão de benefícios a esse público.

Veiga (2003) presume que o Brasil é menos urbano do que se imagina, pois, a delimitação deveria contemplar o critério de tamanho populacional, densidade demográfica e a localização. Como exemplo, muitos municípios com características típicas de rural são tratados como meio urbano, é o caso de muitos municípios do Rio Grande do Sul, em que possuem baixa densidade demográfica e população mínima na sede do município, como o Município de União da Serra- RS com densidade de 11,3 hab./km² e 280 habitantes na sede do município enquanto na área rural haviam 1207, em 2010 pelo censo demográfico do IBGE. Cidades desse tipo são tipicamente rurais, pois reúnem, conforme Silva (2005, p. 92), “características dos modos de vida da população que remete aos valores associados ao universo rural: a agricultura, as criações, os períodos dos cultos religiosos, períodos de plantio e de colheita”, o que se traduz a rural e urbano como categorias simbólicas.

Entre o meio urbano e o meio rural ocorrem muitas diferenças e particularidades. As diferenças entre estes espaços iniciam na dimensão populacional e geográfica, porém é mais complexo que isso, como o acesso a serviços públicos, de saúde, transporte, assistência; atividades de lazer, costumes, crenças e representações sociais, o que torna o processo de envelhecer no meio rural muito particular (ROHDE & AREOSA, 2018). Nesse mesmo contexto, o idoso rural passa a ter uma carência na pesquisa acadêmica, sendo elas, em maioria, voltadas para a área da saúde e para o idoso urbano ao se falar sobre outros assuntos como economia, lazer, vivência, e outras abordagens, pouco explorado entre os rurais, sendo assim, vulnerável em atenção.

É um fato que o cenário social atual é marcado por diversas mudanças recentes, como a do êxodo rural, o qual fez com que a realidade demográfica fosse invertida e ocasionasse o processo de urbanização, que, segundo o IBGE (2021), tem como causa o processo de industrialização, melhores condições de vida e de acesso a serviços, como os de saúde, além da

mudança para a cidade a fim de acompanhar os parentes. Nesse contexto, o grupo dos idosos também foi fortemente afetado, ainda que o campo seja envelhecido, essa população se encontra cada vez mais urbanizada (FORNASIER & LEITE, 2016), o que implica em novas preocupações, como a mobilidade urbana, garantia de direitos, acesso a serviços, entre outros.

Como vantagens do meio urbano para o idoso, estão as organizações sociais, nas quais ele pode encontrar outros idosos e pessoas, sendo o principal o “grupo de terceira idade”. Como característica humana intrínseca, está o gregarismo, em que a pessoa se desenvolve melhor em grupo, assim, os grupos de terceira idade se apresentam como opção para a reconstrução da rede de relacionamento dos idosos (ZIMERMAN, 2000). As interações sociais presentes nessas organizações são diversas, como a realização de reuniões, palestras, educação, festas comemorativas e religiosas, além de passeios para outras localidades (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2008). Essas interações entre os idosos possuem uma visão positiva sobre a felicidade ao envelhecer, gera um incremento na saúde, se sente acolhido e cuidado, o que melhora a qualidade de vida.

Nesse aspecto, o idoso quando introduzido em atividades sociais tem melhora no sistema cognitivo, longevidade e funcionalidade. Contudo, no meio rural o idoso também pode receber esse suporte a partir de uma boa estrutura familiar e a comunidade ativa, seja ela organizada por um grupo de pessoas ou então a partir de projetos do poder público.

É comum o pensamento de que somente o idoso rural é vulnerável. No entanto, a realidade urbana também se torna dificultosa para o grupo, principalmente relacionado ao sistema de exclusão (FORNASIER & LEITE, 2016), esse pensamento está pautado em que o idoso não é apenas excluído da sociedade como também do espaço urbano. Vêras & Felix (2016) citam que aproximadamente 84% dos idosos no Brasil vivem em áreas mais pobres e precárias das cidades, demonstrando assim um fenômeno de segregação, decorrente do declínio da situação econômica.

Esse cenário é agravado ao se identificar que aproximadamente 62% dos idosos possuem renda inferior a um salário mínimo e baixa escolaridade, sendo ainda chefes de família em cerca de 64% das residências (IBGE, 2021), o que torna o valor recebido insuficiente para cobrir as despesas domésticas. Conforme Franchi & Montenegro (2005) no Nordeste do Brasil a situação é agravada pela maioria dos idosos residirem em domicílios multigeracionais e apresentarem morbidade física e mental principalmente em áreas mais pobres, o que vem se tornar um cenário preocupante sobre os serviços de saúde nos próximos anos.

Para Carmo (2019) o ambiente urbano torna as pessoas mais distanciadas da homogeneidade cultura e funcional, como há no meio rural, local esse onde a mobilidade social

é menor e as estratificações tradicionais são mais intensas. Soczka (2005) considera o espaço urbano mais estressante, com conflitos de valores e representações sociais, mas, outrora é importante para a socialização. Ainda, o ambiente urbano sofre alterações de modo mais acelerado, o que diminui a capacidade de adaptação do idoso, afetando a sua percepção de qualidade de vida.

As cidades precisam adaptar seus espaços para comportar a realidade demográfica do momento, com isso, os espaços públicos urbanos como as ruas, praças, espaços verdes, entre outros, possuem papel importante na qualidade de vida da população idosa, principalmente os espaços verdes que assumem os maiores potencializadores de benefícios aos idosos, que o utilizam para passeios, caminhadas e recreação (BROWN & GRANT, 2007). Nesse sentido, os espaços construídos são valorizados pelos idosos quando bem conservados, com bancos e vegetação, principalmente para os que residem sozinhos (ASPINALL et al., 2010).

Os espaços urbanos também oferecem alguns desafios aos idosos, como a dificuldade de mobilidade, principalmente em grandes centros, que ocorrem congestionamentos, transportes coletivos com escadas altas e calçadas sem condições de transitar, como descrito por Freire Júnior et al. (2013) em que 66,3% das calçadas possuem obstáculos; o individualismo social e o isolamento, contato com a família e amigos pode ser pouco frequente; habitações precárias, pouco preparadas para recebê-los, a segurança, reflexo da falta de policiamento, iluminação e políticas de segurança pública.

Nesse mesmo ponto, a mobilidade dos idosos é prejudica em ambos os espaços, sendo que a população mais pobre é a mais atingida, visto a dependência dos transportes públicos. No campo, ocorre que na atualidade muitas das linhas de transporte passaram a ser desativadas devido ao aumento dos veículos particulares, contudo, os idosos não habilitados ou mais carentes acabam na dependência de vizinhos para se deslocar para a cidade. Por outro lado, os desafios no meio urbano também têm a mobilidade prejudicada pelo crescimento das cidades, conforme:

O Idoso tem sido segregado em sua moradia pelas dificuldades enfrentadas na circulação urbana, tais como: calçadas esburacadas, com degraus e bloqueios físicos, a falta de calçamentos, os degraus nos acessos aos prédios públicos e transporte coletivo urbano, a falta de semáforos e travessias adequadas para pedestres. (FERNANDES, 2000, p. 32).

A falta de padronização desses espaços é um fator limitante da circulação de idosos e deficientes, visto que não são projetados para atender a diversidade de pessoas que circulam. Além disso o idoso e a família terá de conviver com os problemas típicos das áreas urbanas

menos favorecidas: infraestrutura sanitária inadequada, escassa atenção médico hospitalar, transporte deficiente, alta densidade populacional, violência e outros (VERAS et al., 1987)

Outro ponto a ser debatido sobre o meio urbano é a econômica, principalmente ao se discorrer sobre os migrantes recém-chegados das áreas rurais, esses fixam residência nas periferias das zonas metropolitanas pelo seu menor poderio econômico. Em alguns casos, as áreas ocupadas são de difícil acesso pela sua topografia, como de encostas, banhados ou junto a rios, criando favelas nas cidades. É nesses espaços que a população idosa tem migrado, pois o idoso tende a se concentrar predominantemente em determinadas áreas (HUGO & SMAILES, 1985). Essa realidade, porém, é menos frequente na região sul, em que os idosos do campo tendem a migrar para a zona urbana do mesmo município, normalmente de menor porte e com melhor desenvolvimento, que apesar das limitações econômicas, conseguem oferecer melhores condições de qualidade de vida, diferente dos grandes centros urbanos.

Contudo, ainda que as condições econômicas nas cidades sejam um entrave para os idosos, esse meio é o que fornece os maiores amparos sociais, visto que os projetos voltados para a terceira idade possuem cunho urbano, como é o caso do “envelhecimento ativo” de iniciativas comunitárias e de inclusão do idoso na cidade. Dentre essas políticas está o programa “Cidade amiga do idoso”, desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde; o Decreto 8.114/2013, que estabelece o compromisso nacional para o envelhecimento ativo, entre outros programas dos estados e municípios com vistas as particularidades locais.

Apesar de que no meio rural tenha ocorrido um aumento nos casos de violência, como os de roubo e assaltos, essa é uma problemática muito mais acentuada nos meios urbanos, principalmente quando as vítimas são idosos, devido à fragilidade inerente a questões biológicas, psicológicas e sociais (CAUBI et al., 2004), visto que, idade e gênero são os fatores de maior relevância na percepção de insegurança pela sua vulnerabilidade física, social e econômica (TANDOGAN & ILHAN, 2016). Desse modo, a segurança é uma necessidade básica da pessoa, e a sua ausência leva a que um indivíduo sinta ansiedade, medo e insegurança, emoções e sentimentos com consequências negativas na autoestima, autonomia e qualidade de vida da população, como o medo de sair de casa, com maior impacto na população idosa (DUARTE & BARBOSA, 2011).

Com relação à saúde, a procura por esses serviços está associada a maior taxa de doenças, estima-se que 85% dos idosos apresentem, pelo menos, uma doença crônica e, destes, pelo menos 10% com sobreposição de afecções concomitantes (FERRETTI et al., 2017). Entre as doenças crônicas com maior prevalência na população idosa, está a Doença de Alzheimer (DA), responsável por 60 a 70% de todos os casos de demência em idosos (WHO, 2012).

Situação essa que inviabiliza a permanência do idoso no meio rural, principalmente quando residem sozinhos ou com apenas o cônjuge, visto que a doença demanda cuidados pela família, muitas vezes não preparada para essa adversidade. Do mesmo modo, os serviços públicos de saúde possuem dificuldade em fornecer suporte adequado, tanto na zona urbana quanto na rural. Todavia, no meio rural as dificuldades são maiores, influenciado pelo fator distância e estradas de difícil acesso (FERRETTI, et al. 2017).

Ainda que o meio rural apresente melhores índices de qualidade de vida, como descrito por Tavares et al. (2012) e Garbaccio et al. (2018), ocorrem certas dificuldades. Dentre elas, podem ser citados o acesso a transporte, predomínio de atividades domésticas, as distâncias geográficas para aquisição de bens e serviços (comércio, serviços de saúde, escolas) e o tempo necessário para o deslocamento (TAVARES et al., 2012). Em relação à saúde, Garbaccio et al. (2018) estimam ser dificultoso pelo acesso, seja por transporte insuficiente, condições viárias, seja pela distância, ou mesmo pela condição econômica e hábito comum de procurar por assistência curativa/terapêutica e não preventiva. Além disso, os idosos rurais possuem menores níveis educacionais e econômicos e isolamento social, deixando-os mais suscetíveis a adoecer (RIGO et al., 2010)

Outro ponto a ser debatido sobre o idoso rural é o de que, em consequência da pouca visibilidade, a realidade é marcada pelo senso comum, imaginário social, visão deturpada da realidade e com prevalência de visões estigmatizadas (GARBACCIO et al., 2018). Essa visão não é atribuída apenas pela sociedade, mas também pelo poder público, o qual desempenha os maiores investimentos, principalmente em saúde, para o cenário urbano, demonstrando assim o tratamento desigual entre os grupos. São diferenças essas que determinam a desigualdade no desenvolvimento econômico, nas oportunidades de emprego, diversidade cultural e na disponibilidade e acesso a bens e serviços (BOMBARDELLI et al., 2017)

No Brasil a realidade é agravada ao se estudar o meio rural, visto que o idoso desse espaço é marcado pela vida de atividade laboral periculosa e penosa, já em 2007 dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostravam que aproximadamente 13% dos idosos rurais brasileiros sofriam restrição nas atividades cotidianas por motivo de saúde e a prevalência de incapacidade funcional moderada aumentada com a idade, o que significa preocupação frente à vulnerabilidade desses locais, como pobreza, isolamento social, educação, habitação mais precárias, restrição do acesso a transporte e distância dos recursos sociais e de saúde (TRAVASSOS & VIACAVA, 2007).

Um desses impasses está na indisponibilidade de cuidadores em razão do envelhecimento e masculinização do rural, ficando o idoso dependente do acompanhamento de

familiares. O arranjo familiar, que muitas vezes é composto pelos idosos e um dos filhos, normalmente um “solteirão”, que por escolha prefere não iniciar um relacionamento, convivendo com os pais, auxiliando nos serviços da propriedade (DA COSTA, 2013). Estes solteirões realizam o trabalho da casa, preparando refeições, fazer compras, tarefas domésticas leves, tarefas pesadas e auxílio aos idosos, ajudando a tomar banho, vestir-se, comer, deitar, sentar ou levantar, caminhar, sair de casa e usar o banheiro ou sanitário. Já, por outro lado, há idosos que residem sozinhos ou com o cônjuge e outros com descendentes, envolvendo ambiente familiar cogeracional ativo ou passivo para apoio social, incluído filhos, netos, bisnetos.

Alguns dos espaços rurais podem ser mais vulneráveis que outros, assim como as situações nos centros urbanos, principalmente em realidades em que predomina a pobreza, isolamento, baixos níveis educacionais, residências precárias, limitações de transporte, distância de recursos de saúde, entre outros (FERRAZ, 2018; MORAIS et al., 2008). As pesquisas realizadas apontam diferenças entre o urbano e o rural, sendo que os idosos rurais possuem uma diversidade socioeconômica e de concentração geográfica, aparentemente, eles são mais pobres que os urbanos, disparidade nos serviços de saúde, com poucas alternativas e mens acessíveis (ROGERS, 2000).

Outro ponto de vulnerabilidade rural está na educação, segundo IBGE (2021) o último censo apontou que a baixa instrução afeta 55% dos idosos rurais, enquanto os da cidade são apenas 27,5%. Contudo, no Sul do Brasil as diferenças são menores, sendo de 25,5% para o rural e 20,5% para o urbano. Essa baixa instrução dificulta a convivência do idoso na sociedade moderna, pois, é uma barreira de acesso a serviços, como as tecnologias (telefone, televisão, internet), serviços bancários (operar cartão e caixa eletrônico) e direitos, ficando suscetível a golpes e estelionato, por exemplo.

Com relação aos hábitos mais saudáveis, importantes na garantia de um bom envelhecimento, as atividades físicas são cruciais, sendo elas diferenciadas entre os que vivem no meio urbano e no rural. No meio rural o idoso possui atividade voltada as tarefas ocupacionais, como as do trabalho agrícola (capinar, carregar objetos, cuidar da horta, caminhar nos campos de cultivo, entre outras) e atividades domésticas, já no meio urbano ocorre uma tendência dos idosos se agruparem em centros de convivência e como consequência a diminuição das atividades laborais e domésticas, com as atividades físicas baseadas na academia e caminhadas (RIBEIRO et al., 2017). Nesse sentido, Souza et al. (2010) citam que a ausência do trabalho pode ser substancialmente responsável pela redução da qualidade de vida e de envelhecimento, sendo esse um indicador dos melhores índices de qualidade de vida entre

os idosos do meio rural, pois significa uma participação ativa na sociedade e minimiza o isolamento e a discriminação contudo, tal trabalho deve ser prazeroso.

Por outro lado, o trabalho para o idoso pode representar um risco a sua integridade, sendo os rurais mais vulneráveis a acidentes devido a exposição a vários riscos como animais, calor, umidade, ruídos, etc. estando intimamente associados com o uso de máquinas agrícolas, exposição ao sol, chuva e frio (FERRAZ et al., 2017). Os autores ainda incluem a nova realidade do campo, o uso de agrotóxicos, dos quais durante o seu manejo podem resultar em contaminação, com efeitos imediatos ou crônicos. Além dos agentes externos pode ocorrer lesões decorrente da atividade laboral, como dores de coluna e fraturas.

Falamos de potencialidades e dificuldades de um modo geral até aqui, contudo, existem particularidades para certos grupos, como as mulheres idosas rurais, das quais são expostas a diversas situações de violência, podendo ser decorrentes de relações sociais do dia a dia, como a subordinação a maridos ou companheiros, dominação masculina e divisão do trabalho desigual, contudo, a violência também pode ser de ordem física, psicológica, moral, sexual e privação de liberdade (HIRT et al., 2018). A violência citada não é exclusiva do meio rural, pois afeta as mulheres em contexto geral, porém, o meio rural é potencializado por ser mais vulnerável devido à baixa escolaridade das vítimas, limitações físicas, velhice e a ausência de recursos coletivos de atenção social e de proteção.

Fruto do êxodo, um problema enfrentado pelo homem idoso rural é o isolamento social, agravado por ser uma fase de conflitos na diminuição do status profissional e das relações sociais e afetivas, o que exige adaptações do idoso frente a essas mudanças (FERRAZ et al., 2018). O efeito do isolamento social aliado a outros problemas como o trabalho pesado e dificuldades econômicas podem ter efeitos devastadores, como a dependência do álcool e o tabagismo, muito frequente nas áreas rurais mais afastadas. O isolamento social no meio rural é resultado da carência de instrumentos sociais para interação, como é o caso das programações sociais de grupos de terceira idade, sendo isso com caráter mais urbano.

Um aspecto positivo para o idoso rural está no fato de haver uma maior estabilidade das relações pessoais, o que permite maior solidificação dos laços afetivos entre a população (RODRIGUES et al., 2014). Esse fato parece controverso, mas ainda que o meio urbano possa fornecer um maior contato social para o idoso, esse ambiente é marcado pelo individualismo das relações, principalmente em locais mais urbanizados. Por outro lado, o campo é mais afetivo, os vizinhos conhecem uns aos outros e a reciprocidade é maior, como o tradicional aceno de mãos para quem cruza por alguém na estrada, independente de conhecer o outro.

Portanto, apesar das diferenças encontradas entre os idosos urbanos e rurais, ambos possuem problemas e potencialidades sobre o lugar onde vivem. Enquanto a cidade proporciona melhor acesso aos serviços públicos, como os de saúde e também uma maior convivência social pela proximidade dos vizinhos ela também carece de alguns atributos, como a calma, segurança e o alto custo de vida. Já o rural se opõe a cidade, apesar de ser um local isolado e com pouco acesso à serviços básicos, como saúde e transporte, possui como vantagem a maior segurança, tranquilidade e o menor custo de vida, ainda que a população rural seja economicamente mais pobre a aposentadoria possui maiores benefícios nesses locais, relativamente. Assim, em termos gerais, o meio rural apresenta melhores índices de qualidade de vida, mas acaba por ser, dependendo da localidade, inviável para o domicílio dos idosos, principalmente quando em grandes distâncias dos recursos, conforme a citação:

[...] a média de rendimento dos velhos da área rural é consistentemente menor que os urbanos; os da área rural tem maiores problemas de saúde, tendem a ser mais severos que os urbanos; os da área rural consomem maior quantidade de álcool; ao mesmo tempo que os problemas de saúde mental não são facilmente tratados; os serviços de atenção à saúde são escassos, inacessíveis e mais custosos que em área urbana; o transporte público é mais necessário, mas muito menos disponível do que na área urbana, tanto intra como inter regional (MONTES & BORRERO, 2004, p. 153).

2.4 O PROCESSO DE ESVAZIAMENTO DO CAMPO- EXÔDO RURAL DE IDOSOS

O processo do êxodo rural é um fenômeno mundial, não exclusivo do caso brasileiro, e que tem por consequência o envelhecimento e a masculinização, resultado do êxodo rural seletivo, predominante entre jovens e mulheres (ANJOS & CALDAS, 2005) como diz Sakamoto (2014, p. 57): “há uma redução da população rural jovem, que migra para os centros urbanos em busca de melhores condições de estudo e de trabalho, na perspectiva de melhora de vida”. Tal fenômeno ficou conhecido na França já na década de 1960, em que o êxodo aconteceu antes do que no Brasil, descrito por Bourdieu (2004) na obra “El baile de los solteiros” devido a diminuição da presença feminina, o que comprometia a composição familiar e a sucessão dos estabelecimentos.

Segundo Costa et al. (2013) a modernização da agricultura, a mecanização massiva do campo especialmente nas culturas do arroz e soja, tem influenciado indiretamente na demografia rural e a masculinização do campo, consequência da diminuição do grau de mão de obra nas atividades agropecuárias. Nesse sentido, os autores apontam que o êxodo de mulheres e jovens desestabilizou a composição geracional do equilíbrio social nas áreas rurais, fruto de

um sistema patriarcal com maior intensidade nas zonas rurais, o qual atribui ao homem o papel produtivo na lavoura e na lida campeira. Além disso, os padrões sucessórios de relação entre gerações e gêneros são fatores determinantes no esvaziamento das regiões rurais (VOGT & FOCHEZATTO, 2019).

Conjuntamente com a masculinização, Anjos et al. (2014) evidenciam a tendência do aumento da idade mediana dos agricultores, o que resulta no envelhecimento da população rural. Sakamoto & Maia (2013) citam que há um incentivo para largar o meio rural e iniciar uma vida urbana, gerando uma espécie de abandono do meio rural, principalmente pelos jovens. Essa realidade provoca a redução dos membros da família, da força de trabalho nas propriedades, e da possibilidade de que eles exerçam o cuidado com os mais velhos.

Os movimentos migratórios rurais no Brasil são decorrentes das mudanças na organização da produção e realocação espacial dos recursos econômicos. Esse cenário foi iniciado nos anos de 1970 com a mecanização e modernização na agricultura, com isso a necessidade de mão de obra decaiu causando o desemprego rural e abandono do campo (VOGT & FOCHEZATTO, 2019). Nas áreas rurais os migrantes saem em busca de melhores condições de educação e trabalho bem como o acesso a serviços, principalmente para as cidades médias (ABRAMOVAY, 1998). Essa realidade pode ser evidenciada por uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul em 1997 em que 66,22% da população de idosos nas cidades nasceram no meio rural, o que significa que quando jovens saíram do meio rural e envelheceram no meio urbano (RIO GRANDE DO SUL, 1997).

Assim como já mencionado a respeito do êxodo, a redução da população rural de jovens decaiu fortemente, desestimulados pelo trabalho rural. Diante dessa realidade, a responsabilidade de continuar com a produção decaiu sobre outros membros da família, entre eles está principalmente os pais, que continuam nesse meio, a maioria já senão idosos, em processo de envelhecimento, que optam por continuar a fim de manter o vínculo com o ambiente e a história de vida que obteve naquele local (FERRAZ et al., 2017). Neste sentido, o meio rural tornou-se envelhecido, estima-se que entre 1991 e 2010 o índice de envelhecimento da população rural passou de 9,7% para 21,4% (MAIA & BUAIANAIN, 2015). Esse aumento se deu principalmente nas regiões sul e sudeste, visto também o aumento do desenvolvimento humano e econômico nessas regiões.

A estrutura do campo fica prejudicada nesse cenário de envelhecimento, pois com o aumento de idosos ocorre a redução da quantidade de mão de obra disponível, o que tem como consequência a queda na produtividade do campo (VOGT & FOCHEZATTO, 2019). Para Filho et al. (2011) os idosos possuem maior experiência em gestão da propriedade e pelo fato

de ter um horizonte de planejamento mais curto, afeta na adoção de tecnologias de produção e resulta na prosperidade da propriedade.

Os aspectos produtivos em propriedades tocadas por idosos também é influenciada pela tipologia do produtor, no caso da agricultura familiar se enfatiza a não continuidade pela atividade, assim, proprietários de estabelecimentos com menores rendas são os que mais incentivam a migração dos jovens para o meio urbano, a fim de buscarem melhores condições, ainda que isso signifique a não sucessão da propriedade na família. (MENDONÇA et al., 2013). Como no caso de unidades de produção voltadas à pecuária de produção familiar em que o uso de tecnologias é relativamente baixo pelos produtores enquanto nas de produção patronais o nível tecnológico é maior (FILHO et al., 2011). Portanto, o potencial de crescimento de serviços, necessidade de mão de obra, localização e características de agricultura familiar ou patronal podem definir se a migração será alta ou baixa.

Godoy et al. (2010), nesse sentido, verificou que na região de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, o processo de envelhecimento do campo era motivado pela falta de continuidade da agricultura familiar, com o êxodo dos jovens que abandonam a propriedade. Essa dinâmica é incentivada a partir da não valorização, pelos mais novos, das atividades agrícolas e também pela baixa qualidade de vida para essa população nessas áreas. Consequentemente a esse fato as unidades familiares são as mais afetadas, envolvendo problemas da questão da estrutura sucessória e transferência hereditária (ABRAMOVAY et al., 2000).

A escolha dos idosos em sair do campo muitas vezes está associada a estarem sozinhos no lugar onde vivem, fato esse bastante recorrente devido ao êxodo dos filhos. Conforme Ramos (2013), no Rio Grande do Sul, entre os idosos, 20% vivem sozinhos, 24% com o cônjuge, 15% cônjuge e filhos, 12% somente com os filhos e 29% com o cônjuge, filhos e netos, o que representa quase metade dos idosos residindo sozinhos ou com apenas o cônjuge, fazendo assim muitos migrarem do meio rural para os centros urbanos em busca da convivência próxima dos filhos, ainda que não residindo junto, mas próximo. Essa proximidade da família é uma característica brasileira, do arranjo familiar, pois, para o mesmo caso, os idosos nos EUA preferem morar sozinhos (WILMOTH, 1998).

A migração, é influenciada por muitas variáveis, algumas não tão perceptíveis, como as citadas por Vogt & Fochezatto (2019). A mecanização por exemplo, é citado que o número de máquinas tem efeito negativo sobre a proporção de idosos nos municípios com mais juventude no meio rural, entretanto, é positivo em localidades com mais idosos. Por esse motivo, em locais de maiores oportunidades, uma alta mecanização tem efeito negativo sobre a migração, desde que não ocorra a redução de mão de obra. Outro fator é a assistência técnica e a inserção em

cooperativas, para esse último a participação tem efeito negativo na proporção de idosos, já a assistência técnica possui efeito positivo sobre a produção.

Vogt & Fochezatto (2019) também relatam que a produção da região influencia na migração, o valor agregado agropecuário tem efeito negativo, enquanto o valor referente a serviços tem efeito positivo. Desse modo, quanto maior a produção agropecuária menor a proporção de idosos e quanto maior a produção de serviços maior a proporção de idosos o que representa que os jovens tendem a permanecer onde a agropecuária é mais forte. A área do município e das propriedades também interfere, assim, localidades com maior potencial para jovens possuem uma área rural maior, mas o tamanho médio das propriedades é menor, resultado esse que se relaciona com a migração em razão da redução da área das propriedades em função de herança, e a permanência de jovens em localidades com maior área rural.

Ainda, Vogt & Fochezatto (2019) argumentam que a localização das áreas rurais em municípios periféricos tem efeito positivo e decrescente na proporção de idosos em relação a localidades centrais. Por outro lado, a urbanização pode ser significativa para os idosos, podendo ser motivado pela presença de pequenas propriedades nos meios rurais urbanos que são utilizadas por pessoas (normalmente idosos) para fins de lazer, confirmado por Hoffmann & Ney (2010).

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS E A LEGISLAÇÃO PARA A TERCEIRA IDADE

Para a garantia dos direitos aos idosos é fundamental saber quais são as leis de proteção. As políticas públicas necessárias proporcionam à população idosa o acesso à realização das atividades que desejam, desenvolvimento laboral, do lazer e de uma vida prazerosa, com bem-estar a partir de uma maior interação com o meio social.

Ao se tratar sobre direitos, a expressão “direitos humanos” é uma das primeiras associações que surgem. Os direitos humanos são frutos de revoluções liberais combinados com cidadania, ou seja, é algo mais completo que os “direitos do homem” sendo essa uma expressão utilizada aos direitos de todos que detêm a condição de “humano”, independente da comunidade política, algo próximo da corrente jusnaturalista (NEVES, 2009). A ideia de Direitos Humanos engloba também a dimensão política, como a positivação do direito ao voto, e a dimensão social, como a prestação do estado para os indivíduos, todos são internacionalmente protegidos. Já quanto aos direitos de ordem interna, como os presentes nas constituições, esses são chamados de “direitos fundamentais” que abrangem os direitos civis, políticos, sociais e outros direitos.

Segundo Fornasier & Leite (2018), os direitos humanos possuem sentido de “inclusão” do ser humano como pessoa nos sistemas sociais, principalmente na esfera dos direitos, o que está intimamente associado ao idoso como pessoa detentora de direitos, assim, há uma relação direta entre a seleção e a aceitação social de outras formas de vida. Nesse sentido, no cenário global ocorre uma grande complexa exclusão de indivíduos, seja por ação, em que ocorre a perseguição e destruição, seja por omissão, quando deixa de comunicar o direito por exemplo. Ainda, a exclusão de pessoas pode se dar por questões sociais, como a nacionalidade, ou por questões biológicas, como a idade e incapacidades físicas, dentre esses há os idosos.

Para os idosos a preocupação em assegurar os direitos é algo recente, tanto em âmbito interno como internacionalmente. Essa preocupação é impulsionada principalmente porque esse grupo, diferente dos deficientes, crianças e adolescentes, por exemplo, não possuem um instrumento jurídico internacional, com força vinculante, para a defesa dos seus direitos (FORNASIER & LEITE, 2018).

Por outro lado, no cenário jurídico interno são vários os dispositivos legais pertinentes à proteção dos direitos dos idosos, sendo a mais importante a Constituição Federal de 1988, também chamada de constituição cidadã, que inovou no ordenamento jurídico ao tratar com maior contundência aspectos sociais para a população, que devem ser observados pelos agentes públicos, ao investir em valores como a dignidade humana e a cidadania, elevados como cláusulas pétreas presentes no núcleo intangível da constituição. Essa constituição ainda é vigente e possui a tarefa precípua de superar as desigualdades, não sendo elas apenas as voltadas a situações econômicas ou sociais, como também às desigualdades de cor, sexo, raça, condição física e de idade.

Para os idosos, foi garantida a proteção pelos artigos 229 e 230 na constituição, em que cita o dever de os filhos maiores ajudar e amparar os pais na velhice, assim como a família, sociedade e o Estado devem amparar os idosos, assegurando a participação na comunidade, defendendo a sua dignidade e bem-estar e a garantia do direito à vida. Essa responsabilidade é compartilhada, não apenas do estado, mas de todos, consagrando assim o princípio da solidariedade. Outrossim, os programas de amparo, segundo o texto constitucional, serão executados preferencialmente em seus lares e, por fim, aos maiores de 65 anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Dentre os direitos sociais constantes no roll do art. 6º está a previdência social, assegurada mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade. A fim de que se mantenha a ordem da organização estatal a Constituição tratou de princípios da seguridade social, ou seja, não são normas, mas que possuem força vinculante e

devem ser seguidas, como é o caso da universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; equidade na forma de participação no custeio. Para isso, a Constituição reafirma no Art. 203 que a assistência será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos a proteção à velhice.

A Constituição apenas norteia as ações, cabendo às leis complementarem-na, como a Lei de Benefícios da Previdência Social (LEI 8213/91), que tem como finalidade assegurar aos beneficiários meios indispensáveis de manutenção pela incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, entre outros. Contudo, o principal objetivo dessa lei está na modificação da idade para a aposentadoria, sendo o homem em 65 anos e mulher para 60 anos em geral, já os trabalhadores rurais são beneficiados pela aposentadoria especial, incluindo nesse grupo os empregados rurais, avulsos rurais, eventuais rurais e os produtores, seringueiros, pescadores e vários outros que venham a se incluir nessa regra.

Como mais um objeto de amparo ao idoso, foi promulgada a Lei nº 8.842/94 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, tendo a finalidade de assegurar os direitos sociais a esse grupo, com vistas a promoção da autonomia, participação efetiva e integração na sociedade. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1948 de 3 de julho de 1996. Já a Política Nacional de Saúde do Idoso foi implementada com a Portaria Ministerial nº 1.395/1999, regulamentada pela portaria nº 2.528/2006 estabelecendo como diretriz a promoção do envelhecimento ativo e saudável, de acordo com as recomendações da ONU. Logo depois passa a ser instituído o Decreto nº 4.227/2002, o qual cria o Conselho Nacional dos direitos dos idosos, sendo esse órgão vinculado ao ministério da justiça, com a finalidade de supervisionar e avaliar a Política Nacional do Idoso, entre outros assuntos.

Ainda sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é importante discorrer sobre alguns pontos, como o seguinte:

A finalidade primordial da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. É alvo dessa política todo cidadão e cidadã brasileiros com 60 anos ou mais de idade (PNSI, portaria nº 2.528/2006, ANEXO).

Essa portaria dá atenção especial a saúde do idoso com enfoque à autonomia e independência, que, de acordo com uma das suas finalidades: “o conceito de saúde para o

indivíduo idoso se traduz mais pela sua condição de autonomia e independência que pela presença ou ausência de doença orgânica”.

Por fim, cabe destacar, entre outros dispositivos, o Estatuto do Idoso (LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003), uma ferramenta de proteção integral aos vulneráveis. Dessa forma, tem o objetivo de proteção aos de idade igual ou superior a 60 anos, garantindo os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana para a sua saúde física e moral e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de igualdade e dignidade, o que vai de encontro ao texto constitucional a partir do artigo 3º do estatuto, o qual cita o dever da família, do estado e da sociedade em amparar as pessoas idosas, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, assegurando a participação dele na comunidade e ao bem estar.

Dentre os direitos citados é importante discorrer sobre a liberdade. Tal direito, compreende a opção de o idoso poder ir e vir em locais públicos e comunitários, exceto em casos de restrição legal. Nesse mesmo sentido, a liberdade também é entendida pela faculdade de se expressar e exprimir opiniões, crença e culto religioso, participação na vida política, prática de esportes e diversão, assim como de refúgio, auxílio e orientação. A liberdade também proporciona aos idosos a livre escolha da sua moradia, o que está relacionado aos fluxos migratórios de idosos do campo para a cidade ou vice-versa.

Nesse sentido, Silva e Yazbek (2014) apontam alguns objetivos para o enfrentamento do risco social que a pessoa idosa passa. Dentre eles está o da preocupação com a garantia de níveis mínimos de qualidade de vida aos cidadãos associada a políticas de promoção do acesso a direitos universais e a serviços sociais condizentes com a dignidade humana”

Para isso, os idosos passam a gozar de alguns privilégios, como é o caso da preferência nas filas de atendimento ao público, sendo que essa atitude além de ser uma forma de costume ou educação, também está positivado em lei, ainda, demais leis tratam como crime a discriminação, maus tratos e abandono do idoso em ação pública incondicionada para que se possa cumprir as normas declarativas desse dispositivo.

Para o devido cumprimento desses direitos os municípios desenvolvem projetos para a melhoria da qualidade de vida desse grupo. Na Região das Missões, assim como no restante do estado há a Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande Do Sul – (FETAPERGS) que defende os interesses, reivindicações gerais e comuns dos aposentados, pensionistas e idosos, representando-os junto às autoridades competentes, aos poderes públicos e à sociedade em geral, na defesa coletiva, judicial e extrajudicial, além de

oportunizar descontos em passagens, eventos culturais e convênios. Entidades desse viés são importantes, pois auxiliam na defesa e reivindicação de direitos, aumentando a representatividade da classe.

Ações mais contundentes são tomadas pelos municípios, estando entre as principais os grupos de terceira idade, por meio de associações, realizando eventos como festas, grupos de dança, organização de viagens, capacitações, grupos das religiões, entre outros. Como exemplo, há um projeto no Corede/Missões que visa o desenvolvimento do turismo para idosos nos municípios menores que 10 mil habitantes, inicialmente, a fim de organizar viagens para conhecer a história, cultura e gastronomia das cidades. No entanto, comumente é voltado para as mulheres, sendo carente de atividades para homens, não por impedimento de acessibilidade, mas por baixa adesão desse público, necessitando de outras atividades que sejam aceitas por eles.

Todavia, os projetos possuem uma visão urbana, sendo poucas as experiências específicas para o idoso rural, limitando-se a ações desenvolvidas, a exemplo, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) que beneficia trabalhadoras e trabalhadores rurais da terceira idade, idosas e idosos, agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da Reforma Agrária, assalariadas e assalariados rurais, sem-terra, quilombolas e indígenas, dentre outros povos e comunidades tradicionais, realizando o Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade e criação das Secretarias e Coletivos da Terceira Idade na Contag.

Não somente os programas legislativos são importantes, mas também as ações práticas, como a construção de infraestrutura para a população, dentre elas estão as praças, jardins, espaços verdes e academias abertas. Existem evidências de que são os homens, a maioria com mais de 65 anos, que utilizam com maior frequência os espaços públicos, principalmente no período da manhã (NOON & AYALON, 2018). A organização, o design e a construção de espaços públicos em ambientes urbanos têm grande impacto na mobilidade, autonomia e qualidade de vida da população idosa (WHO, 2007).

Ainda que não esteja totalmente consolidado o acesso à direitos e a proteção do idoso, percebe-se que ocorreu uma evolução sistêmica nos últimos anos, com o surgimento de novas expectativas sobre a terceira idade. Nesse sentido, a população idosa passa a ter o reconhecimento mais contundente, visto que também se tornou uma parcela bastante representativa na sociedade, o que exigiu mudanças e modificações na estrutura social. Portanto, o processo do envelhecimento, por sua natureza, aumenta a vulnerabilidade do idoso

que necessita, cada vez mais, de serviços de ótima qualidade para manter sua saúde e independência (NOVAES & DO VALLE, 2018).

3 METODOLOGIA

O presente capítulo aborda o percurso metodológico da pesquisa. A abordagem metodológica deste trabalho ocorreu em forma de pesquisa presencial para o levantamento de dados com base em estudo de natureza parte qualitativa e parte quantitativa, ou seja, de métodos mistos, de caráter descritivo e exploratório. Segundo Gil (2008) a pesquisa exploratória tem como objetivo propiciar uma aproximação com o problema, além de permitir o aperfeiçoamento de ideias através de um planejamento flexível que possibilite considerar as variações de aspectos relativos ao fato estudado.

3.1 COLETA DE DADOS

O estudo em discussão foi realizado na Comunidade do Cerro do Ouro, em Santo Antônio das Missões-RS, entre os meses de setembro de 2021 e julho de 2022 com o objeto de análise voltado aos aposentados residentes no meio rural ou ex rurais residentes no meio urbano (migrantes).

Qualitativamente, o trabalho estuda a história dos sujeitos analisados e do ambiente em que estão inseridos, assim como as relações, percepções, sentimentos, pensamentos e opiniões que possuem sobre si mesmos e do local em que vivem. Quantitativamente, busca por questões objetivas para embasar com mais fidedignidade a realidade encontrada e confirmar os aspectos qualitativos.

Ampliando a informação sobre os sujeitos protagonistas do estudo, importa explicitar que são homens e mulheres idosos, que aceitaram participar da pesquisa e ser, de forma originária, residente na comunidade do Cerro do Ouro para o primeiro grupo e os que viviam na comunidade e migraram para a cidade, como participante do segundo grupo. A presente investigação contou com 71 entrevistados com idades compreendidas entre 62 e 94 anos dos quais 46 residiam na zona rural e 25 na zona urbana, números esses obtidos pela contagem do programa de agentes de saúde da comunidade.

A seleção dos participantes ocorreu com a análise da população total (Censo). Nesse sentido, foram selecionados os indivíduos residentes da comunidade com idade superior a 60

anos (critério objetivo segundo o Estatuto do idoso) e os que se tornaram ex-residentes da comunidade após completar 60 anos nos últimos 10 anos. Implica informar que os ex-residentes podem ter migrado para qualquer localização urbana (para qualquer outro município).

A comunidade do Cerro do Ouro, onde foi realizada parte da pesquisa, é composta por 161 pessoas reunidas em 65 famílias, sendo 35 famílias com pelo menos um idoso e um total de 46 idosos na comunidade. Por outro lado, o número de idosos quantificados que migraram para zona urbana nos últimos dez anos é de 37, sendo que desses 12 já faleceram, o que limita a população de estudo em 25 idosos. Informações essas, também obtidas pelos dados fornecidos pela agente de saúde da comunidade.

Para a caracterização da comunidade, visto a falta de documentos públicos ou privados que discorrem sobre a história e estrutura atual do local, foi feito o levantamento a partir de observações do pesquisador e pelo relato dos moradores da localidade, principalmente os mais antigos, os quais acompanharam o processo de formação do local.

A proposta da apresentação dos sujeitos investigados partiu de dados de pesquisa de campo, coletados por meio de entrevistas realizadas nas residências ou em local previamente combinado, em ambiente calmo, organizadas com base em roteiro, simulando uma “conversa”, gravada, de duração de aproximadamente uma hora, com perguntas semiestruturadas, permitindo a espontaneidade do entrevistado, para a fiel reprodução da realidade e validade dos dados, além de, em parte, um roteiro aberto para possíveis perguntas não planejadas. Desse modo, o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005).

Buscou-se, assim, levantar informações socioeconômicas (profissão, idade, estado civil, sexo, anos residindo na zona rural/urbana, local de nascimento, sabe ler/escrever, vive sozinho, condição de aposentado, recebe/realiza ajuda financeira, propriedade da residência, entre outras), hábitos de vida (exerce atividade laboral, rotina de trabalho, satisfação com a própria vida, gosta de viver na condição atual, preferência pelo rural/urbana,), saúde (consultas com profissional de saúde rural, hábitos alimentares, uso de álcool), políticas públicas (acesso à serviços como transporte, saúde, educação, comunicação, lazer) motivos de sair ou permanecer no meio rural, aprovação das escolhas, o que sente falta, o que mais gosta do local onde vive, opinião sobre morar no campo ou na cidade, dificuldades encontradas, etc.

Essa forma de abordagem possui o objetivo de fornecer os dados primários para o trabalho, ou seja, tem como fonte o pesquisador. O enfoque qualitativo da intervenção pode ser caracterizado pelo fato do pesquisador ser o instrumento-chave, o ambiente também ser considerado como fonte direta de dados e não requerer o uso de técnicas e métodos estatísticos

(GODOY, 1995). Do mesmo modo, os dados secundários possuem origem em outros trabalhos desenvolvidos na academia ou de fontes governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo úteis para confirmar e explicar os primários, com a maior parte deles retirados de sites da internet, outros por materiais escritos (principalmente os históricos) e de fontes empíricas da população local.

A escolha da pesquisa por entrevista se deu em função de que é possível reconstruir elementos de trajetórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações dos entrevistados, escolhidos segundo os critérios e interesses do tema investigado (LIMA, 2016). Nesse sentido, a modalidade de entrevista presencial permite uma melhor interpretação dos dados coletados pois são complementados por observações do pesquisados no decorrer da execução do roteiro, ainda que possuam um viés quantitativo. Desse modo, a pesquisa qualitativa, em questões sociológicas, trabalha com significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa (MINAYO, 1996).

Na mesma lógica, Poupart (2008) destaca três argumentos relacionados à entrevista de tipo qualitativo, sendo que o primeiro é de ordem epistemológica, já que a entrevista permite o aprofundamento da perspectiva dos atores sociais, sendo este um elemento indispensável. O segundo argumento é de ordem ética e política, tendo em vista que a entrevista qualitativa abre a possibilidade de conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais. Por último, destacam-se também os argumentos metodológicos, os quais demonstram que a entrevista é uma ferramenta de informação capaz de elucidar as realidades sociais, além de ser um instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores.

Ainda, é necessário enfatizar que o público ao qual se aplicou a entrevista possui tendência a ser mais participativo, necessitando perguntas com maior liberdade de expressão, se faz então a demanda por perguntas semiestruturadas, iniciando com perguntas fechadas para fim de caracterização do indivíduo e familiarização, posteriormente as perguntas abertas, quando o entrevistado demonstrar maior tranquilidade de resposta. É importante também mencionar que ocorre a sensação de pertencimento, pois eles beneficiam-se psicológica e socialmente ao desempenhar o papel de informante em uma pesquisa acadêmica (SIMSON; GIGLIO, 2001). Nesse sentido Fialho (2005) explica que é interessante que se tenha um vínculo interpessoal no estudo, entre pesquisador e pesquisado, criando conexões de amizade como forma para que se possa compreender melhor ainda o tema de pesquisa.

Para um primeiro momento, os instrumentos utilizados foram testados em três idosos de outra comunidade vizinha com características semelhantes, como forma de pré-teste. Dessa maneira, o procedimento permitiu avaliar a estrutura e a condução da entrevista. Posteriormente foi dado o início nas entrevistas, processo esse realizado entre outubro de 2021 e janeiro de 2022. O horário da entrevista foi durante a manhã e à tarde, com a visitação do idoso na sua residência (*locus*) evitando chegar muito cedo, visto que é o horário de trabalho (para quem segue as atividades), assim como respeitando o horário de almoço das famílias e o encerramento das atividades ao final do dia, preservando o período noturno.

Durante a coleta dos dados, ao chegar no domicílio dos idosos para a realização da entrevista, ocorreu de haver a presença de outras pessoas, como amigos, vizinhos e parentes. Dessa forma, as entrevistas não foram realizadas nesse momento, sendo feitas posteriormente, visto que a presença de terceiros fere os princípios éticos de desenvolvimento de estudos e ainda interferem no teor e profundidade das respostas, além de expor a intimidade do idoso. Por esse motivo, para muitos dos casos, foi necessário retornar várias vezes à residência do idoso na tentativa de realizar o procedimento.

Todas as entrevistas foram realizadas mediante consentimento do uso dos dados, sendo previamente informados sobre os objetivos e procedimentos utilizados, além da orientação sobre a participação voluntária e confidencial, podendo ocorrer a desistência do entrevistado se preferisse, além de obedecer às recomendações éticas vigentes para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos. Outrossim, utilizou-se um dispositivo de gravação digital para o registro da entrevista e autenticidade dos dados, com a finalidade de reprodução para o pesquisador e maior fluidez do diálogo, o que evita o material escrito.

Os dados referentes às famílias do local foram cedidos pela agente de saúde da comunidade, fonte direta de informações, que além de ter o contato frequente com os entrevistados, possui também a delimitação de famílias que compõe o local por critérios da Prefeitura Municipal.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

As informações obtidas foram examinadas pela análise de conteúdo temático proposta por Minayo (1994), através de três etapas: pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A pré-análise consistiu na organização do material para posterior análise e a exploração do material para estatística descritiva, com a passagem dos dados para o editor de planilhas *Microsoft Excel®* e as demais falas mantidas em áudio para a escuta, a fim de gerar as impressões sobre o material e transcrevendo as falas consideradas “importantes” para o desenvolvimento do trabalho.

A análise e interpretação dos dados suscitou em oito categorias exemplificadas a seguir, que também orientaram a escrita na seção correspondente aos resultados: a) Aspectos socioeconômicos dos idosos rurais; b) Trabalho e aposentadoria dos idosos rurais; c) Saúde e políticas públicas dos idosos rurais; d) Motivos de permanecer no meio rural; e) Aspectos socioeconômicos dos idosos ex-rurais; f) trabalho dos idosos ex-rurais; g) saúde e políticas públicas dos idosos ex-rurais; h) Motivos de migrar para o meio urbano.

4 AS MOTIVAÇÕES DOS IDOSOS RURAIS DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES: RAZÕES PARA A SAÍDA E ESTÍMULOS A PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL

Este capítulo versa sobre os resultados da pesquisa empírica realizada nos anos de 2021 e 2022. Para tanto, iniciamos a discussão com a apresentação da configuração da Região das Missões no Rio Grande do Sul, em seguida, é analisado o contexto do Município de Santo Antônio das Missões e da Comunidade do Cerro do Ouro. Ademais, é apresentado e discutido os dados do perfil dos idosos que permaneceram na comunidade, questões relacionadas à saúde, trabalho, hábitos e motivações. A mesma lógica de distribuição de tópicos é utilizada para discutir-se sobre os idosos que saíram da comunidade.

4.1 CONFIGURAÇÃO DA REGIÃO DAS MISSÕES-RS

O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) da região das Missões está inserido na região funcional 7, e é formada por vinte e cinco municípios, a maioria de pequeno porte e de perfil predominantemente rural, com taxa de urbanização de aproximadamente 70%, com base econômica voltada à agropecuária, destacando-se a criação de suínos e bovinos, além do cultivo de soja, milho, trigo e mandioca. Também pode ser inserido o turismo histórico e cultural, com os sítios arqueológicos remanescentes das Reduções Jesuíticas. Como problemas regionais está principalmente a saúde, a geração e apropriação de renda, com alguns municípios

sem acesso asfáltico, e baixa adoção de rede de esgoto e fossa séptica (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

A região das Missões é caracterizada por possuir baixo nível de renda e desenvolvimento, dentre os motivos está o de que a matriz produtiva é de produção de *commodities* de produtos agrícolas, como a soja, milho, trigo e pecuária de corte e leite. Segundo Ortiz (2019) essa matriz econômica promove uma estratégia de construção social, que reproduz a lógica hegemônica do capital.

Ainda, o modelo de desenvolvimento adotado, conjuntamente com uma baixa densidade demográfica, envelhecimento populacional e problemas na geração de renda e emprego, intensifica o processo de dominação de capital nas mãos de poucos e também promove a expulsão dos atores sociais que participaram da construção desse território (ORTIZ, 2019; ZUANAZZI, 2015)

Os COREDS possuem a função de desenvolvimento regional e coordenação de políticas públicas, tendo em vista mudanças no cenário social, nesse sentido, o estado do Rio Grande do Sul criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento na forma da Lei nº 10.228, assim:

[...] a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente (GOVERNO DO ESTADO DO RS, 1994, Art. 5º).

Portanto, tal divisão tem por objetivo diminuir a desigualdade social na intra e entre regiões por meio do conhecimento da realidade social e econômica do Estado.

4.1.1 Vila Treze de Janeiro: a atual conformação do Município de Santo Antônio das Missões

Santo Antônio das Missões, segundo a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 2021) está inserido no COREDE Missões, situado no Noroeste do Rio Grande do Sul. O município, ainda que não seja originalmente uma redução jesuítica, foi resultado do desmembramento da Redução de São Borja e membro do território da região das Missões, sendo ele o maior município em extensão territorial da região, com 1.710 km². Localizado a 28°30'41" de latitude e 55°13'40" de longitude oeste, fazendo limite ao norte com os municípios de São Nicolau e Garruchos, ao sul Itacurubi, a leste Bossoroca e a oeste São Borja. O local em que se situa o município possui um grande potencial hídrico pois é banhado

por dois rios, o Piratini e o Icamaguã, além das diversas sangas, como o Manuã, Pessegueiro, Barreiro, entre outras (PREFEITURA MUNICIPAL, 2021).

Inicialmente, o Município era conhecido como Vila Treze de Janeiro, um povoado localizado às margens da estrada que ligava São Borja a São Luiz Gonzaga, e que foi elevado à categoria de Vila em 13 de janeiro de 1940, em decorrência de ser o 4º distrito de São Borja e em homenagem à Moção Plebiscitária de São Borja. A emancipação do Município ocorreu em 12 de outubro de 1965, pela lei estadual n.º 5059, sancionada pelo então governador do Estado Ildo Meneguetti, o que alterou seu nome para Santo Antônio devido ao fato da sede municipal estar situada em uma antiga sesmaria com esse nome, pertencente aos jesuítas e Missões foi acrescentado devido a sua localização regional (PREFEITURA MUNICIPAL, 2021).

Atualmente a cidade é pacata, dita como cidade de interior, sem prédios, com trânsito calmo, sem sinaleiras e apenas uma rótula no acesso principal. Atualmente fica às margens da BR-285, mas é cortada ao meio pela Avenida Florduarte José Marques, antiga estrada que ligava São Borja a São Luiz Gonzaga. O comércio da cidade se localiza principalmente ao redor da praça da matriz, avenida e acesso.

Conforme Brum (2015) a arquitetura dos prédios da cidade não possui uma memória específica, missioneira, açoriana-portuguesa ou europeia, sendo os prédios públicos construídos com linhas modernas e despojadas. Ainda é possível encontrar algumas casas antigas que seguem o modelo português e açoriano, contudo, tendem a desaparecer em substituição às casas modernas.

No meio rural é onde as habitações possuem maior significado cultural. Brum (2015) em um estudo sobre o programa Minha Casa Minha Vida descreve as características das casas de acordo com a tipologia dos moradores. Nas grandes propriedades havia os ranchos de “pau a pique” de madeira e cobertura de capim santa fé, as quais serviam de moradia para os peões das estâncias. Por influência dos agricultores vindos de fora (imigrantes alemães, italianos e poloneses) impulsionados pelos arrendamentos de terras, construíram casas provisórias de madeira para instalação da família e dos trabalhadores, que, conforme aumentava a situação econômica da família o sistema de moradia também melhorava. Os pequenos agricultores familiares do município, de origem emigratória, construíam as casas de madeira, com divisórias entre a cozinha, sala e quartos. Ainda, Brum (2015) cita que os caboclos e índios habitavam os ranchos tradicionais de “pau a pique” ou as casas de chão batido, ainda presente em alguns lugares, como no Quilombo das Luzias.

4.1.1.1 Características socioambientais

A dinâmica populacional do município sofreu oscilações no decorrer dos anos, conforme a série histórica do Censo Demográfico do IBGE (Tabela 1).

Tabela 1- Histórico da população urbana, rural e total do Município de Santo Antônio das Missões.

Ano	População Urbana	População Rural	% População Urbana	% População Rural	População Total
1970	2.294	9.295	19,8	80,2	11.589
1980	3.979	8.700	31,4	68,6	12.679
1991	5.742	7.515	43,3	56,7	13.257
2000	7.081	5.610	55,8	44,2	12.691
2010	6.788	4.422	60,6	39,4	11.210
2021	5.942	3.988	59,8	40,1	9.930*

Fonte:Censo Demográfico 1970, 1980,1991,2000,2010 e 2021

*Estimada

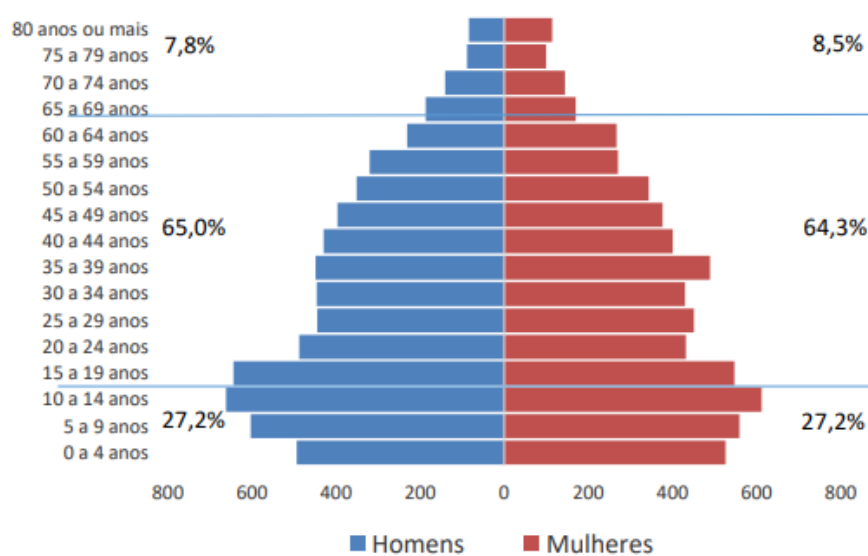
Em 1970, cinco anos após a emancipação, o município possuía cerca de onze mil e seiscentos Santo-antonienses e a maior parte da população vivendo no meio rural (80,2%), posteriormente registrou-se o pico populacional no censo de 1991 e a partir disso apresenta a constante queda populacional até atingir cerca de nove mil novecentos e trinta habitantes na estimativa atual do IBGE (2021). A diminuição no quadro populacional do município é resultado principalmente dos fluxos migratórios internos no estado, sendo essa uma constante na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, segundo Mocellin et al. (2012) o principal destino dos migrantes dessa região ocorre para a Serra Gaúcha, motivada, em maior grau, pela busca de trabalho, emprego e sobrevivência e que a mobilidade ocupacional com a elevação da renda é movida pela ascensão social.

Essa dinâmica é observada principalmente entre os jovens, os quais não buscam apenas a melhora na qualidade laboral, mas também a qualificação por meio de cursos e especializações, ocorrendo principalmente em um momento em que a fronteira dispunha de pouca infraestrutura educacional técnica. Tal fenômeno também foi estudado por Albuquerque (2009) a partir da noção de “fronteira em movimento”, porém em um cenário de transnacionalidade, mas que pode ser aplicado a esta situação, visto que os migrantes pertencem a fronteira e como objeto de diferenciação utilizam o termo “sou da fronteira”, uma forma de garantir o mercado de trabalho.

Já a população rural diminuiu ano a ano, passando de 80,2% do total para cerca de 40,1%, fruto do êxodo rural, tanto para a zona urbana do município como também em migração para outras localidades. Contudo, ainda que tenha ocorrido o decréscimo da população rural, esse número é bastante expressivo frente a urbanização brasileira, que segundo Gutierrez (2021) ultrapassa 90%, o que demonstra a necessidade de atenção a essa parcela da população no município, visto que boa parte da população ainda vive nesse meio.

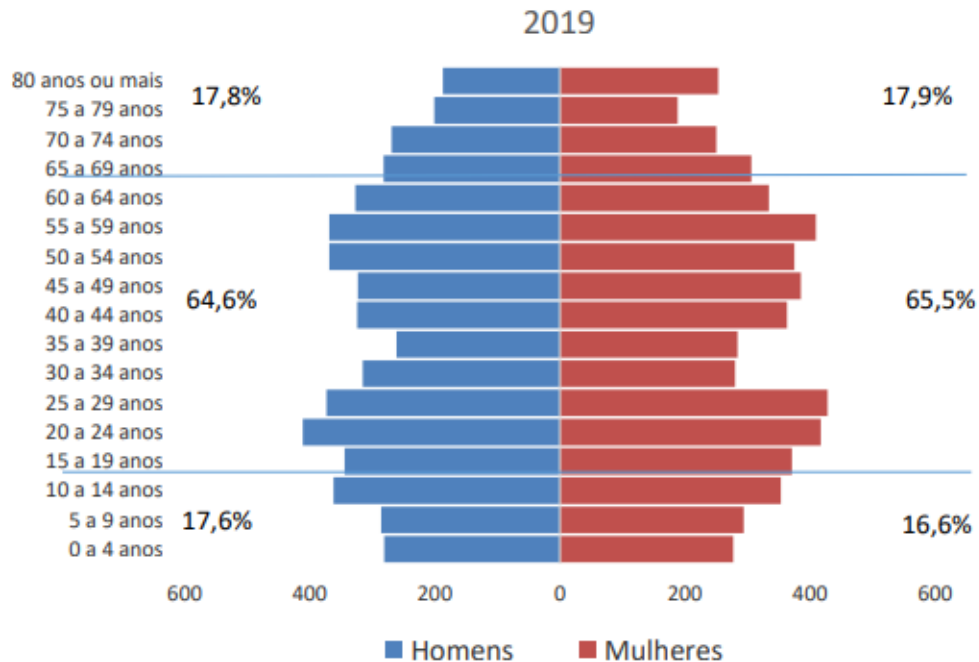
Já ao se analisar a dinâmica etária do município, essa também sofreu alteração nos últimos anos, segundo o DATASEBRAE (2020) em uma comparação entre os anos de 2000 e 2019 (Figura 2) (Figura 3).

Figura 2- População do Município de Santo Antônio das Missões segundo os grupos de idade no ano de 2000 (%).



Fonte: DATASEBRAE (2020).

Figura 3- População do Município de Santo Antônio das Missões segundo os grupos de idade no ano de 2019 (%).



Fonte: DATASEBRAE (2020).

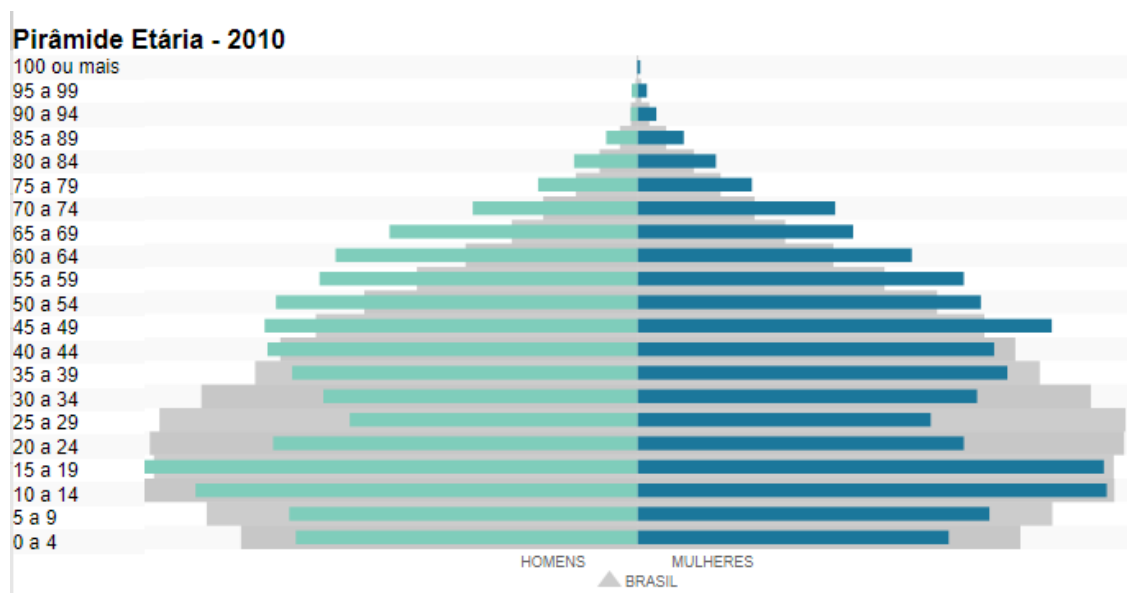
O envelhecimento da população é evidenciado ao se analisar a pirâmide etária do ano de 2019 em comparação ao de 2000. A pirâmide etária é uma representação gráfica da estrutura populacional por faixa etária e sexo, formados por barras sobrepostas, sendo as inferiores correspondentes à população mais jovem, enquanto as superiores à mais velha. O lado esquerdo do gráfico representa a população masculina, enquanto o lado direito representa a população feminina. A comparação mostra que a população jovem deixou de ser significativa e diminuiu a proporção neste período, tal redução é decorrente da menor taxa de fecundidade pela diminuição de filhos por casal. Já a população economicamente ativa estabilizou, contudo, diminuiu sua base (população mais jovem) e ocorreu a distribuição das faixas mais altas (população mais idosa). Por fim o grupo dos idosos sofreu modificação, em que os de acima de 65 anos dobrou a porcentagem no período de 19 anos, o que demonstra o rápido envelhecimento da população do município de Santo Antônio das Missões por meio de uma pirâmide envelhecida.

O envelhecimento da população do município pode ser explicado por alguns fatores, visto que o envelhecimento pode ser comparado ao que ocorre em países desenvolvidos, que

geralmente apresentam expectativa de vida elevada por melhores condições de vida em relação à saúde e à educação, entre outros. No município pode ocorrer o fenômeno de que as taxas de natalidade e de mortalidade são baixas, o que sugere um baixo crescimento vegetativo (diferença entre taxa de natalidade e taxa de mortalidade (SOUSA, 2022)). As pirâmides etárias de municípios envelhecidos apresentam normalmente bases estreitas que indica a população de jovens menor, enquanto o topo é largo pela maior proporção de idosos. Essa dinâmica pode evidenciar problemas como falta de mão de obra e gasto com programas de assistencialismo com os grupos idosos pois se encontram fora do mercado de trabalho e dependente de programas previdenciários (SOUSA, 2022).

As mudanças demográficas em Santo Antônio das Missões são acentuadas, sobressaindo a tendência brasileira, decorrente da melhora nos indicadores socioeconômicos e menor fecundidade. Esses fatores são influenciadores de uma maior longevidade da população do município (Figura 4).

Figura 4- População do Município de Santo Antônio das Missões segundo os grupos de idade no ano de 2010 em comparação com a população brasileira (%).



Fonte: IBGE (2021).

A população do Município de Santo Antônio das Missões quando comparado ao caso brasileiro indica o maior envelhecimento da população que é evidenciado pelas faixas coloridas que se sobrepõe em comprimento a que representa o Brasil como um todo para os grupos acima

de 60 anos, enquanto a população jovem é menor que a do Brasil, esse é o efeito da redução da fecundidade (número de filhos por família) que deu início, em um primeiro instante, ao estreitamento da base da pirâmide populacional e, num segundo momento, ao alargamento do topo da pirâmide (ALVES, 2018). Apesar de que os indicadores demográficos já evidenciem o envelhecimento, o Brasil encontra-se no início do estágio de transição de país jovem para país maduro (SOUSA, 2022). Ainda, é possível observar a baixa % populacional entre os 25 aos 35 anos de idade, consequência da migração da população jovem em busca de empregos em outras regiões.

Conforme a classificação de Köppen, a temperatura média anual do município é de 17°C, do tipo subtropical úmido, com grande amplitude térmica no decorrer do ano, sendo que em janeiro ocorre as maiores temperaturas médias, de 32,7°C, e em julho as mais baixas, com média de 10,5°C e umidade relativa do ar média anual de 71%. Já a precipitação pluviométrica média é de 1900 mm /ano com distribuição desuniforme durante esse período, o que prejudica o desenvolvimento de culturas sensíveis a seca, como o milho (INMET, 2021). Em relação as horas de sol, são contabilizadas entre 2200 e 2400 horas por ano.

Em relação aos indicadores socioeconômicos, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2021), o município apresenta um crescimento de 56,8% no seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) entre 1991 e 2010, passando de 0,44 para 0,69. Essa evolução no índice geral é atribuída principalmente a educação que apresentou um crescimento de 176,1%, posteriormente a renda com elevação de 21,8% e, por fim, a longevidade com aumento de 16,9%. Nesse sentido, em comparação os índices nacionais o município se destaca com o crescimento de 9,9% a mais no IDH, número esse atribuído a maior elevação nos níveis de renda. Contudo, apesar do maior crescimento no período, todos os índices são menores que os nacionais, exceto para longevidade.

Outrossim, o crescimento na renda está associado ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que hoje é estimado em 36.914,92 R\$, cerca de 1.750,00 R\$ acima do PIB per capita nacional. Tal valor municipal provém principalmente da atividade agropecuária, que segundo os últimos dados disponíveis, no ano de 2018 o PIB municipal era composto por 52,5%, muito superior ao brasileiro, que no mesmo ano atingiu a marca de 21,1% das receitas fiscais adicionadas (IBGE, 2021). Assim, os produtos agropecuários que compõe a produção municipal em termos comerciais é a soja (principal cultura), milho, trigo, arroz irrigado, bovinocultura de corte e leite e ovinos, bem como a produção da horticultura e para subsistência.

4.1.1.2 Ocupação do território e estrutura fundiária

Inicialmente o território missioneiro, onde está localizado o município, era ocupado pelos indígenas que formaram dezoito reduções na região, contudo, todas foram destruídas pelos bandeirantes e exploradores portugueses (AZAMBUJA, 1966). Posteriormente, os jesuítas voltaram para essas terras fundando os Sete Povos das Missões. Mais tarde, novamente as reduções são destruídas na Guerra Guaranítica pela disputa entre Portugal e Espanha e os jesuítas, suas terras então são empossadas e os índios dispersados do local. Ao final do século XVIII Portugal distribuiu as terras na forma de “sesmarias” a militares para a criação de gado, atingindo também as terras onde se localiza o município de Santo Antônio das Missões (PESAVENTO, 1984).

As primeiras atividades econômicas do local são baseadas na criação de gado, uma herança jesuítica, que se multiplicava de forma livre nas pastagens naturais. Pesavento (1984) também cita a mão de obra das estâncias, a qual deu origem as tradições do estado, que era composta pelos “gaúchos”, uma forma pejorativa para se referir a população pobre e mestiça ou indígenas que trabalhavam para os donos de terras.

A criação de gado na região desencadeou a mercantilização desses animais em forma de produtos a partir do processamento da carne na forma de “charque”, bem como havia a criação de cavalos e mulas nas áreas não tão propícias para o desenvolvimento do gado de corte, essa produção era destinada para realizar trabalho. Como forma de delimitar as áreas de terra e também conter os animais foi comum o uso de cercas de pedra ou valos e também o uso de “posteiros”, trabalhadores que residiam nos limites da estância e monitoravam os animais (SILVA NETO, 1994).

No início do século XX a 1930 a pecuária extensiva sofreu forte desenvolvimento, esse processo foi possível a partir do cercamento das estâncias de forma mais efetiva, com o uso da cerca de arame. Assim, a ovinocultura ganhou espaço nas estâncias e a mão de obra necessária diminuiu, formando trabalhadores que sobreviviam da extração de erva mate e de pequenas agriculturas de derrubada e queimada. Esses trabalhadores, eram marginalizados, principalmente pela sua descendência indígena e africana com mestiçagem europeia, formando o “caboclo”, que hoje é encontrado como assalariado na agricultura da região (SILVA NETO, 1994).

O período das estâncias sofre então um declínio com a queda do preço do charque e conseqüentemente das terras das fazendas, o que beneficiou a introdução da agricultura na região. A busca por terras na região formou um fluxo migratório de imigrantes provindos das

colônias das regiões próximas, o que deu origem a agricultura familiar no local, baseada na compra e arrendamento de terras dos estancieiros, a fim de expandir as atividades (SILVA NETO; FRANTZ, 2005). Silva Neto (1994) também cita o desenvolvimento da produção de arroz arrigado, a qual contribuiu para a conformação agrícola atual. A orizicultura no município, assim como as demais culturas de grãos, foi introduzida e reproduzida pelos imigrantes não ibéricos na década de 1930 que ocuparam as áreas de várzea e banhados.

Outro ponto fundamental para o desenvolvimento do território atual está no fato de que na década de 1950 houve a criação das cooperativas tritícolas na região, como a Cooperativa Tritícola Regional São-luisense Ltda. (Coopatrigo), ainda atuante no mercado, com três unidades espalhadas pelo município, tracionando a economia agrícola. Entre 1961 e 1980, segundo Silva Neto et al. (2007) ocorre a consolidação das atividades agrícolas frente à pecuária devido ao uso de insumos e equipamentos, apoiado pela política estadual de crédito, esse aumento da capacidade produtiva impulsionou ainda mais a chegada de imigrantes das “colônias” para o município adquirindo terras e formando uma agricultura familiar capitalizada.

Silva Neto et al. (2007) também mencionam que o desenvolvimento da agricultura familiar foi baseado na produção de leite, o qual substituiu o trigo, por apresentar maior rendimento por área. Para os agricultores familiares menos capitalizados o que possibilita a sua permanência são as feiras de produtores para a comercialização de hortifrutigranjeiros e produtos coloniais, organizadas pela Emater.

A introdução do plantio direto na região também foi um transformador do campo, pois, com a menor necessidade de mão de obra se intensificou o êxodo rural, tal situação afetou principalmente agricultores familiares e minifundiários. Atualmente, as unidades de produção são resultado da acumulação de capital de forma desigual, principalmente devido as reiteradas estiagens que afetaram o município durante a década de 2000, prejudicando principalmente o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares enquanto nesse período os produtores maiores conseguiram se capitalizar e desenvolver sistemas especializados na produção de grãos.

Nesse cenário, a estrutura fundiária sofreu significativa alteração durante os anos, segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) o município de Santo Antônio das Missões possuía 80,4% dos estabelecimentos agropecuários ocupados por agricultores familiares. Já o número de empreendimentos sofreu com cerca de 35,8% de redução no número de estabelecimentos agropecuários entre os anos de 1991 e 2018 conforme os últimos censos agropecuários (Tabela 2) (IBGE, 2021).

Tabela 2- Número de estabelecimentos agropecuários no município de SAMISSÕES-RS.

Ano	1991	2000	2010	2018
Estabelecimentos	1.886	1.619	1.508	1210

Fonte: FEEE (2021); CENSO AGROPECUÁRIO (2018).

A queda no número de estabelecimentos não é um fator isolado no município e possui diversas causas, como o próprio êxodo rural com o abandono de propriedades em busca de novas oportunidades no meio urbano. Também a concentração de terras e capital entre poucos proprietários, fenômeno em nível internacional, sendo impulsionado por corporações privadas (TEIXEIRA, 2018; BORRAS et al., 2011). Segundo Valadares & Alves (2020), em linhas gerais, essa tendência é demonstrada a nos últimos censos agropecuários com a queda do número de estabelecimentos agropecuários a partir do ano de 1985, sejam eles familiares ou não. Contudo, em maior número a redução de estabelecimentos se deveu à diminuição do número de trabalhadores ocupados em estabelecimentos classificados como agricultura familiar.

Além do número de estabelecimentos agropecuários é importante mencionar as condições de ocupação dos produtores, segundo o IBGE (2021) dos 1210 estabelecimentos no ano de 2018, 1045 são proprietários, o que significa 86,3% dos estabelecimentos, 54 arrendatários com 4,5% e as demais condições representam 9,2%. Associado a essa estatística, o índice de Gini de 0,45 indica baixa desigualdade, condição diferente da encontrada no censo de 1995/1996 em que era de 0,73, que, segundo Silva Neto et al. (2007), era decorrente da alta concentração fundiária.

O município também possui uma grande diversificação na tipologia dos produtores, que conforme estudo realizado por Silva Neto et al. (2007) com base nas categorias sociais propostas por Dufumier (1996), inspiradas nas relações de produção mantidas entre os agricultores no local foi possível encontrar zonas que predominavam certas categorias, como a zona de ocupação mais antiga em que predomina as unidades de produção patronal ou capitalistas, dependentes estruturalmente de assalariados para manter em funcionamento o sistema produtivo, no entanto, participam diretamente do processo produtivo. Esse perfil é

originário das estâncias de criação de gado, com pouca diversificação e mecanização por conta da limitação imposta pelos solos do local onde se encontram.

O outro grupo de unidades de produção é semelhante ao descrito anteriormente, porém, são mais diversificadas, principalmente com produção de grãos e da possibilidade do arrendamento de terras por agricultores patronais além da compra de lotes dos estancieiros. Por outro lado, há produtores familiares e minifundiários, ocupando as áreas pouco propícias a instalação de estâncias, esses agricultores são em maioria imigrantes das “colônias”, as propriedades são pequenas e médias, com bastante diversidade de produção, destacando-se a soja, arroz irrigado, trigo, milho, mandioca e pastagens naturais permanentes ou pastagens anuais, com relevância para a produção leiteira, bem como do gado de corte ou misto, além de se diferenciar pela execução de todas as operações agrícolas da unidade.

Ressalta-se que os minifundiários possuem sistemas de produção que não alcançam grau de intensificação para garantir a reprodução social, complementando a sua renda pela venda da força de trabalho. Por fim, ocorre a presença de unidades de produção com superfícies maiores, de médias a grandes e produtores patronais e agricultura familiar capitalizada com atividade agrícola voltada para culturas de grãos, como soja, trigo e milho e ainda a presença do gado de corte para a utilização nos sistemas de rotação de culturas.

4.1.1.3 Cerro do Ouro

A Vila do Cerro do Ouro, como é conhecida atualmente, compõe uma parte do espaço rural do Município de Santo Antônio das Missões. O local tem origem antiga, ainda antes do município ser conhecido como Vila Treze de Janeiro. Segundo os moradores mais antigos da localidade, seus antepassados contavam como era o lugar e os acontecimentos mais importantes ali presenciados.

O Cerro do Ouro ficou conhecido por esse nome pelas famosas carreiras de cavalo que aconteciam nesse lugar. A cancha onde eram realizadas as corridas ficava em uma coxilha pedregosa, de ondulação suave e longa, bastante arborizada, que acabava às margens das matas que acompanham o Rio Manuã, o que dá origem ao primeiro nome, de Cerro. A segunda parte, o Ouro, advém da moeda de aposta dessas corridas, o patacão e o ouro, os quais eram largados sobre um poncho ou pala na ponta da cancha para dar início a corrida. Muitas dessas moedas acabavam por serem perdidas, e até hoje é um mistério a localização de tais objetos. As carreiras que ali aconteciam eram muito famosas, reuniam “gente de todo o canto”, como da Argentina e Paraguai para se aventurar nas corridas, já que valia muito dinheiro. Desse modo, o lugar se

tornou bastante próspero e rico pelas negociações que aconteciam ali, inclusive por ser utilizada para o comércio, feito pelos “mascates”, que traziam mercadorias da Argentina.

Assim foi chamado o local, como Cerro do Ouro, que até pouco tempo atrás era palco das carreiradas, porém sem o ouro, a moeda passou a ser o cruzeiro e posteriormente o real. No século passado. A Vila era bastante populosa e importante na produção de alimentos, ocupada pela criação de gado e agricultura, como o arroz, cultivado nas várzeas das fazendas. Essas fazendas resultaram na conformação atual do local, visto que a maioria dos moradores residentes hoje são descendentes dos grandes fazendeiros da época, mas que hoje já não possuem mais o mesmo capital devido os fracionamentos das terras por meio da herança entre muitos filhos nas famílias.

A origem desses fazendeiros é em sua maioria espanhol, enquanto a mão de obra era feita por índios e o tradicional “pelo duro” nome dado aos negros e mestiços do local. Esses povos que serviam de mão de obra nas fazendas patronais e possuíam terras para criação de gado e plantação para subsistência, porém ainda que detentores de capital, eram considerados miseráveis dada a desigualdade de capital frente aos fazendeiros. Essa condição, de ter capital, ainda que pouco, mas ser considerado miserável, era atribuída como algo pejorativo, de que os menos favorecidos não sabiam administrar seus bens para aumentar a sua condição econômica.

Em um tempo mais recente as grandes fazendas já não eram tão grandes, fruto do fracionamento pela herança, como é o caso da família Ferreira, que dividiu suas terras para três filhos, um deles que inclusive doou as terras para a construção dos prédios públicos da comunidade e de algumas casas. No centro da vila (parte onde reúne os prédios públicos) também era palco dos bolichos de interior, como o famoso Bolicho do Fileto, lugar muito utilizado para o comércio de produtos alimentícios e bebidas no passado.

Hoje, a comunidade do Cerro do Ouro compreende um importante espaço no município, localizado na parte norte e a oeste do território, fazendo divisa com o município de Garruchos. As categorias sociais presentes no local são bastante diversificadas, mas em geral as unidades de produção possuem superfícies maiores, voltadas para a produção agrícola e pecuária, com a tipologia patronal e de agricultura familiar capitalizada, essa proveniente dos imigrantes alemães e italianos que vieram em um tempo recente em busca de terras para a agricultura. Por outro lado, ocorre também a parcela dos trabalhadores rurais, ainda que proprietários de pequenos lotes e caracterizados como agricultores familiares ou minifundiários, vendem a força de trabalho nas unidades maiores para usufruir de renda.

Segundo descrito por Neto et al. (2007) a região onde a comunidade está inserida é formada por áreas de várzeas e coxilhas suave-onduladas com a presença de uma vegetação

campeste e capões de mata nativa ou ciliar, área essa propícia para o cultivo de grãos de sequeiro além da criação de gado onde não há os cultivos de grãos e nas várzeas o cultivo do arroz irrigado, hoje pouco explorado no local. Essas características permitiram o desenvolvimento da agricultura nessas áreas conjuntamente a infraestrutura necessária, como silos de cooperativas e empresas privadas para recebimento de grãos na proximidade, esbarrando, porém, nas condições viárias, devido às estradas precárias decorrente da pouca manutenção pelo poder público estadual e municipal.

Em relação a área da comunidade, a delimitação utilizada pela Prefeitura Municipal nos serviços de saúde engloba outros conglomerados pouco populosos (Figura 5), mas que também são considerados como Cerro do Ouro, é o caso da linha “Salso” a noroeste do centro da vila e o início de “São Gregório” a nordeste até o limite da estrada municipal na ERS 176, principal ligação entre a BR 285 e a zona urbana de Garruchos. A oeste Cerro do Ouro é delimitado pelo “Empedrado” que o separa da comunidade de Caçapava. Já ao sul a delimitação do espaço ocorre pelos contornos do Rio Manuã. Por fim, outro conglomerado além dos já citados e do centro da vila, há “Os Penteados” nome esse oriundo do sobrenome da maioria dos moradores desse lugar.

Figura 5- Imagem dos conglomerados populacionais e estradas que cortam a Comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: Imagens Google Earth Pro (2020).

Na localidade há estruturas sociais, sejam elas públicas ou privadas que se localizam na sede da vila (Figura 6). Entre as instituições públicas há a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maximiano Nenê (EMEFMN), a qual engloba a formação de alunos da pré-escola até o nono ano do ensino fundamental. A outra instituição pública é o posto de saúde, hoje em processo de desativação devido à falta de recursos humanos. Por fim, existe o campo de futebol da comunidade, um espaço para a realização de esportes, porém pouco utilizado nos dias atuais pela falta de adeptos, sendo usado pela escola nas aulas de educação física.

Figura 6- Imagem da sede da comunidade do Cerro do Ouro com indicação dos pontos principais.



Fonte: Imagens Google Earth Pro (2020).

Entre os espaços privados, de acesso público, há o prédio da Igreja Católica, com a realização de missas mensais, há ainda o Clube de Mães Januária Garcia, que reúne o grupo de mulheres da comunidade para atividades sociais, como passeios, cursos, confraternizações, entre outros. Os bailes são tradicionais na comunidade e em um período anterior eram realizados na igreja ou então no salão da escola, hoje, para essa atividade, foi criado o Piquete Unidos pela Tradição, utilizado principalmente na comemoração da semana farroupilha. Por fim é possível adicionar também o Boteco da Tia Neusa, um mercadinho no centro da vila, inaugurado no ano de 2020 e que reúne muitas pessoas da comunidade que fazem suas compras e para atividades recreativas, como jogos de baralho e da mesa de bilhar, além de contar com música ao vivo em alguns fins de semana para entretenimento da comunidade.

A comunidade é um lugar calmo e tranquilo, com poucos registros de ocorrências policiais segundo os moradores do local. O centro da vila é cortado pela estrada de chão municipal, que liga até a comunidade do Caçapava. As casas do local são em maioria construídas à beira da estrada, com terrenos pequenos, à par das atividades agrícolas, visto que

muitos utilizam a vila apenas como local de moradia. O local no passado já foi bastante populoso, hoje, apesar do êxodo, ainda é bastante expressiva, possuindo uma população de 161 pessoas que compõe 65 famílias.

4.2 OS IDOSOS QUE FICARAM

4.2.1 Perfil socioeconômico dos idosos rurais

Na comunidade do Cerro do Ouro os idosos remanescentes constituem 46 pessoas da estrutura social, dentre os 161 habitantes, ou seja, 28,5% do total, o que demonstra ser um local envelhecido, superior aos índices municipais, estaduais e nacionais. Nesse sentido, ainda é possível acrescentar a média de idade da população estudada do meio rural, de 74,32 anos, e desvio padrão populacional de 6,32. Essa média de idade da população pode ser classificada, segundo Costa et al. (2001) como os idosos mais velhos, faixa que varia de 74 a 84 anos, sendo que 9 idosos possuem acima de 80 anos e o patriarca com 94 anos. No Brasil, a expectativa de vida da população estimada em 2017 era de 76 anos (IBGE, 2018).

O homem atual possui a propensão de uma maior capacidade de vida, sendo ela superior a 100 anos de idade, visto que na era moderna ocorre a ausência de grandes guerras, maior acesso a recursos e a evolução do conhecimento científico e tecnológico que proporciona no século XXI a um recém-nascido atingir 74 anos se homem e 81 anos se mulher. Outrossim, em 2025 estima-se que a esperança de vida alcance 85 anos para os homens e 93 anos para as mulheres (MELO & BARREIROS, 2017).

A idade elevada do grupo estudado pode refletir em maior vulnerabilidade frente ao período da vida em que se acentua a dependência e a necessidade de cuidados, também chamados de idosos frágeis ou débeis (ISHIZAKI et al., 2003; WHO, 1998). Ainda, os idosos em áreas rurais estão suscetíveis a maiores riscos, uma consequência da distância dos serviços de saúde visto o isolamento geográfico (HINCK, 2004), como é o caso da Comunidade do Cerro do Ouro, distante 30 quilômetros da cidade e 59 quilômetros do hospital mais próximo, já que o município não possui esse serviço, apenas o atendimento em postos de saúde.

Em relação ao sexo dos idosos da comunidade, esse quesito não demonstra desigualdade entre os sexos, visto que dentre os 46 idosos 24 deles são homens, ou seja, 52%. Contudo, ainda que a diferença seja pouco significativa, confirma o citado por Alcântara (2016), que indica que as mulheres tendem a representar a maioria nos espaços urbanos, nas cidades, enquanto os

homens estão em número superior no ambiente rural. Esse fenômeno é também aplicado aos idosos que pode ser explicada pelo fato de que é comum as mulheres migrarem para os centros urbanos junto com seus parentes, enquanto os homens permanecem trabalhando no campo, a fim de complementar a renda familiar (FERRAZ et al., 2018).

A situação conjugal dos idosos também merece atenção, dentre os 46 idosos 24 deles estão solteiros, representando 52,1% do total, proveniente de diversos motivos, como a viuvez e a separação de casais. Desses 11 são mulheres, o que remete aos efeitos benéficos da previdência social, pela tendência maior das mulheres idosas viverem sozinhas, o que demonstra a independência financeira (KONZEN & AREOSA, 2019).

Outro fator que merece atenção é a estrutura social domiciliar, que dos 25 idosos solteiros, 19 residem sozinhos, o que representa 41,3% dos idosos da comunidade vivendo em habitações unipessoais, sendo o motivo principal a viuvez (20 idosos) ou o fato de nunca terem casado (4 idosos). Essa porcentagem mostra um fato relevante, visto que no Brasil, em média, 13,7% dos idosos moram sozinhos (PNAD, 2010), ou seja, uma porcentagem bastante inferior a encontrada. Por outro lado, 5 dos idosos solteiros moram com a presença de filhos como companhia, representando 10,8% da amostra, o que condiz com o encontrado por Bolina et al. (2021) em um estudo com 796 idosos, que encontrou uma porcentagem de 12,8%.

As configurações dos arranjos familiares dos idosos, associadas a aspectos culturais de suas origens, a questão financeira, a saúde, a independência funcional, ausência de filhos e idade mais avançada, são determinantes para que o idoso resida só (BUZ MAINARDI et al., 2019). Ainda que essa modalidade de arranjo represente uma conquista e um desejo do idoso de viver sozinho, pode ser fator de risco para o isolamento social, com prejuízo à saúde mental e dificuldades para acesso aos serviços de saúde, e a execução de tarefas do cotidiano, além de que os idosos que viviam com a família mostraram-se mais propensos a receber recursos financeiros e apoio emocional de seus familiares em comparação àqueles que residem sozinhos (BOLINA et al., 2021; BOLINA & TAVARES, 2016; HENNING-SMITH, 2016).

Adicionalmente, o fato de o idoso residir sozinho interfere nos índices de qualidade de vida, possuindo esses os piores escores de saúde, mas quando o idoso é mais exposto à interação social esse efeito negativo é reduzido (BOLINA et al., 2021). Esse efeito de residir sozinho é conformado por Bolina et al. (2021) ao identificar que a qualidade de vida fica prejudicada e sendo ela mais elevada quando os idosos estão sob a companhia dos filhos, mas a companhia dos filhos compromete a autonomia e a intimidade do idoso. Por outro lado, os idosos que residem em domicílios unipessoais podem ser enquadrados no processo de envelhecimento

bem-sucedido, pois para esses o envelhecimento é também sinônimo de independência e autonomia (BOLINA & TAVARES, 2016).

Em contrapartida 22 dos entrevistados formam 11 casais. A presença do cônjuge interfere em várias características da vida dos idosos, como a companhia, a divisão de tarefas e a fonte de cuidados em caso de doença. A literatura cita que a presença do parceiro no lar melhora os níveis de saúde física e mental (HENNING-SMITH, 2016; KIM & FREDRIKSEN-GOLDSSEN, 2016). Nesse contexto, a velhice quando é compartilhada com o cônjuge, ocorre maior empatia com o envelhecimento do parceiro, criando laços de apoio afetivo e material mútuo, bem como a prevenção do isolamento social fornecendo melhores índices de qualidade de vida. Ainda, residir com o parceiro contribui para o sentimento de pertencimento e segurança, ocorrendo menor sensação de solidão (KIM & FREDRIKSEN-GOLDSSEN, 2016).

Entre os que residem sozinhos 20 deles é resultado da viuvez. Esse fenômeno ainda é estereotipado pela sociedade, que embora influencie os idosos a desfrutar de lazer e diversão, não há apoio familiar para que iniciem novos relacionamentos e tenham liberdade sexual após a viuvez, permanecendo, assim, solteiros até o final da vida (BOLINA et al., 2021). Por outro lado 4 dos idosos da comunidade formaram dois casais, indo contra a tendência de permanecer solteiro.

Quanto a escolaridade do público-alvo é possível perceber a carência educacional dos entrevistados, 38 dos 46 afirmam saber ler e escrever, ou seja, 82,6% possuem algum tipo de instrução, semelhante ao estudo realizado com dados da Pesquisa Nacional de Saúde, na qual a maioria dos idosos brasileiros declarou possuir primário ou menos (76,7%) (NORONHA et al., 2019). Ainda, o IBGE compreende como alfabetizado o indivíduo que sabe ler e escrever ao menos um bilhete. Considerando a taxa nacional de analfabetismo de idosos a pesquisa do PNAD mostra que índice de idosos analfabetos, com 60 anos ou mais, alcançou 23,9%, em 2010, assim, considera-se os idosos do Cero do Ouro com menor taxa de analfabetismo, que é de 17,3%.

Dos 38 que estudaram 37 deles permaneceram até o 4º ano do ensino fundamental (antigo primário) em que eram aprendidos apenas conceitos básicos da leitura, escrita e operações matemáticas. Em minoria, um dos idosos disse possuir ensino superior com especialização decorrente da sua atividade como educador. Por outro lado 8 idosos dizem não saber ler ou escrever, o que nos remete a outra vulnerabilidade desses espaços, que é o analfabetismo da população rural, que dentre esses não está somente os que dizem não saber ler ou escrever, mas também os que possuem pouca ou quase nada de instrução devido as limitações educacionais da época em que eram jovens, pois, ainda que tenham frequentado a

escola, não aprenderam a ler e escrever, assim os idosos podem ser caracterizados como os analfabetos funcionais.

A escolaridade é um fator relevante ao se estudar a população idosa rural, visto que interfere no processo de saúde-doença, procura por serviços médicos e continuidade de tratamentos (RIBEIRO et al., 2018). Nesse sentido a baixa escolaridade somada ao fato do grande número de idosos viverem sozinhos pode representar uma vulnerabilidade às piores condições de saúde pela maior dificuldade ao acesso aos serviços e a cuidados com doenças (NEGRINI et al., 2018). O Estatuto do Idoso, Lei. 10.741, artigo 20, preconiza que “O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade” (BRASIL, 2003). Contudo, pouco se investe na educação de idosos, segundo o relato de uma das idosas, que trabalha na escola da comunidade, já houve em um momento passado um projeto de alfabetização de idosos por um tempo, mas não houve continuidade.

Sobre a naturalidade dos idosos do Cerro do Ouro 8 dizem não serem nascidos no local, sendo proveniente de comunidades vizinhas e cidades da Região das Missões. Contudo, o mais recente a migrar para o local já tem cerca de 15 anos, o restante acima de 35 anos que já residem no lugar. Ao serem questionados sobre os motivos da migração todos vieram por conta da atividade laboral, como 5 deles que chegaram a esse lugar após o casamento em busca de terras para o uso agrícola, conforme o relato de um casal:

A gente veio pra cá porque na nossa cidade quando a gente casou já não tinha muita oportunidade, a terra era cara, muita gente depois que casava saía, como os nossos irmãos, alguns iam para até outros estados ou regiões. Nós viemos pra cá porque meu pai comprou esse lote de terra e dividiu com mais dois irmãos meus pra gente plantar e poder ter nossa vida aqui, já que a terra era bem mais barata aqui por achar que era mais ruim do que lá, o que não é verdade, ela só não era tão disputada porque são lugares maiores (Casal de idosos não naturais da comunidade).

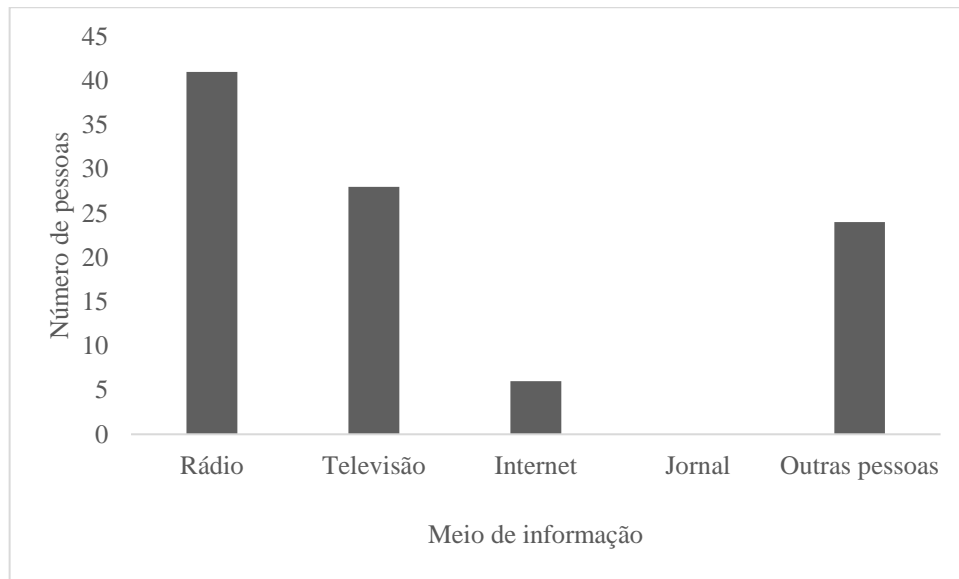
Nesse sentido a composição do lugar é variado, com origens locais e também de imigrantes alemães e italianos que chegavam nesses locais visando a produção agrícola, se adaptaram e permaneceram mesmo após a velhice e aposentadoria. Já a maioria representa os que sempre viveram na localidade, filhos de fazendeiros e peões de estâncias do passado. A permanência é associada ao sentimento de pertencimento, visto que sempre viveram aqui e possuem a maior parte da família e amigos na proximidade, situação essa que será rediscutida em um próximo momento. Tonezer et al. (2017) explicam que idosos que vivem no meio rural, muitos nasceram no local, por este motivo criam uma identidade de pertencimento ao território em que vivem com laços socioculturais e afetivos com o lugar.

A profissão principal de 42 dos 46 idosos durante a vida foi baseada na atividade agrícola e pecuária, ou seja 91,3%, característica essa decorrente das suas origens e características sociais, visto que seus pais já praticavam essas atividades e a sua criação foi intimamente ligada ao trabalho no campo, acontecendo a reprodução do desenvolvido pela família. Dentre esses 42 somente 9 deles trabalhavam na condição de agricultores familiares, o restante se classifica como trabalhadores rurais, conforme classificação de Silva Neto et al. (2007), que, por possuir minifúndios trabalhavam em atividades agrícolas e pecuárias para outros produtores com a finalidade de complementar a renda da família.

Já os 4 idosos que demonstraram ser à parte das atividades agrícolas duas delas possuíam trabalho de doméstica em casas de pessoas com melhores condições econômicas, como as fazendas de características patronais. Essas duas idosas exerciam o trabalho de doméstica como atividade principal, contudo, dentre as trabalhadoras rurais de atividades agrícolas também ocorria o serviço de doméstica para 3 das mulheres que buscavam complemento de renda do minifúndio e dos trabalhos externos agrícolas. Uma outra idosa teve sua vida voltada à atividade comercial, conhecida como bolicheira. Por fim, uma das mulheres idosas sempre trabalhou como professora na escola da comunidade e permanece em atividade até os dias de hoje.

O meio de informação determina o acesso que o idoso tem a conhecimento e notícias sobre os acontecimentos mais recentes. As fontes podem ser variadas, dentre as opções disponíveis estão o rádio, televisão, internet, jornal e outras pessoas, podendo optar por mais de uma, sendo relativo à sua utilização (Figura 7).

Figura 7- Meios de acesso à informação utilizado pelos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK, V (2022).

O principal meio de informação apontado pelos idosos foi o rádio, com 41 adeptos, seguido da televisão com 28, outras pessoas são 24, a internet utilizada por 6 e nenhum usa o jornal. O rádio no meio rural possui uma grande importância, tendo ele como um elemento principal de interesse, a partir de interações e construções mobilizadas por seus ouvintes (BIANCHI, 2018). Conforme Bourdieu (2007) o rádio pode ser entendido como um mecanismo de criação e de manutenção de *habitus* visto o consumo da mídia e o relacionamento.

O meio rural a mídia radiofônica está bastante presente no contexto familiar e vai além de uma questão meramente instrumental, mas está relacionada ao consumo simbólico, os programas são tradicionais e se perpetuam por longa data além de trazerem notícias temporais e da proximidade dos usuários, diferente da televisão que a programação é regional, estadual, nacional ou mesmo internacional. As informações divulgadas nos espaços noticiosos dos programas são vistas pelos receptores como essenciais não só na constituição dos programas, mas também se revelam como preponderantes no seu cotidiano (BIANCHI, 2018). Essa proximidade que o rádio traz entre o apresentador e o ouvinte é fundamental, principalmente em rádios do próprio município, o ouvinte, ainda que em um meio de comunicação unilateral pode interagir com o apresentador de outras formas, como uma ligação para pedir música.

No cenário do tradicionalismo o rádio está intimamente associado à cultura do gaúcho que logo ao acordar liga o aparelho, prepara um chimarrão e se senta para matear e escutar

programas com músicas gauchescas, assim como os entrevistados relatam fazer nos primeiros momentos após despertar. A televisão hoje lentamente perde espaço para as outras mídias, principalmente a internet que penetra nas mais diversas localidades, na comunidade por exemplo, já está presente há quinze anos via rádio e hoje já conta com estrutura de fibra óptica, uma tecnologia bastante recente. Nesse sentido, o meio rural, atualmente, não é mais um local de isolamento e de atraso social, econômico, cultural e tecnológico, compartilhando as mesmas inovações presentes nos centros urbanos.

Ainda sobre os meios de informação está a os usuários de internet, em que nos dias de hoje reúne bilhões de usuários ao redor do mundo, mas que na comunidade foi pouco recepcionada pelos idosos. Esse fato pode ser correlacionado aos baixos níveis de escolaridade encontrados nesse grupo, o que dificulta o acesso e a manipulação das inovações. Em contrapartida, uma parte significativa de usuários recebem notícias por outras pessoas, normalmente provenientes de conversas com amigos e vizinhos, bem como da agente de saúde sobre a oferta de serviços médicos.

Nesse sentido o acesso à informação pode ser uma vulnerabilidade social próxima dos sistemas sociais, pois:

[...] ao modo de obtenção de informações [...], como acesso aos meios de comunicação, escolaridade, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidades de enfrentar barreiras culturais, estar livre de coerções violentas ou poder defender-se delas (AYRES et al., 2003, p. 127).

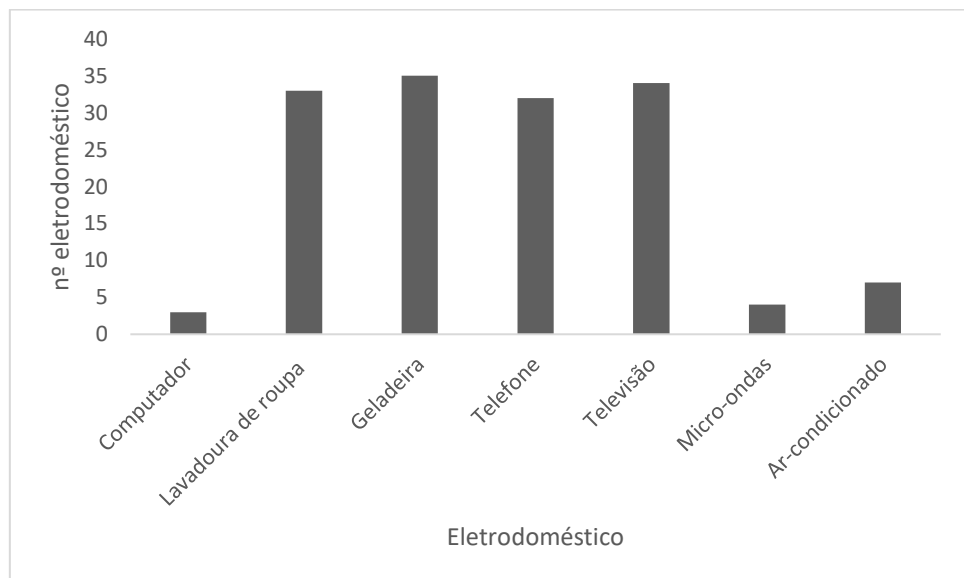
Portanto o plano social inclui, entre outras, as condições socioeconômicas, acesso à informação, escolarização, garantia de acesso aos serviços e de respeito aos direitos humanos (PAULILO & JEOLÁS, 2000).

A situação econômica dos idosos nos espaços rurais é bastante variável. Na comunidade do Cerro do Ouro o domínio da moradia é em maioria da propriedade do idoso, (95,6%), sendo ela fruto da aquisição em todos os casos, ainda que a terra seja proveniente de herança. Esse fator é importante na permanência do idoso no local, já que possui um espaço próprio para moradia, sem custos de aluguel ou a incerteza de um local para viver. Contudo, ainda que as casas sejam próprias, das 35 residências visitadas 28 delas não possui acabamento (80%) como reboco, pintura ou piso e duas delas sem o acesso a banheiros sanitários (5,7%), mas todas possuem ligação de energia elétrica e água encanada. As casas podem ser caracterizadas como pequenas e em média possuem cinco cômodos, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. O

piso em 88,5% das residências é de cerâmica, independente do estado de conservação, 8,5% de chão batido e 2,8% assoalho.

A partir de observações do pesquisador também foi possível visualizar o baixo nível de conservação das moradias, limpeza a desejar e instalações precárias, principalmente em moradias habitadas por idosos solteiros com correlação linear de 62% entre a baixa conservação e a habitação unipessoal. Ainda, ocorre a contagem de eletrodomésticos, sendo os pesquisados: computador, máquina de lavar roupa geladeira, telefone celular, televisão, micro-ondas e ar-condicionado (Figura 8).

Figura 8- Total de eletrodomésticos por tipo nas residências dos idosos da comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK, V (2022).

As casas habitadas por idosos no Cerro do Ouro, assim como a condição de moradia, possuem em maioria eletrodomésticos básicos para a conservação de alimentos, comunicação e facilitador das tarefas domésticas, como a geladeira presente em 100% das habitações, máquina de lavar roupa em 94,2%, televisão em 97,1% e telefone em 91,4%, esse último possui dificuldade de usabilidade pelo sinal ruim em alguns locais. Outros itens menos utilizados são considerados “luxos” como o computador em 8,5% dos lares, o micro-ondas em 11,4% e o ar-condicionado em 20% delas, sendo o ar condicionado em 3 casas foi instalado recentemente

para melhorar o conforto térmico visto que no período da pesquisa a temperatura diariamente passava de 40°C segundo termômetros do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

A condição de moradia é um passo importante na fixação dos idosos no espaço rural, pois fornece a ele o sentimento de pertencimento e de qualidade de vida. Contudo, apesar de se observar a melhora na qualidade de vida por conta dos benefícios previdenciários, em uma análise subjetiva do pesquisador, evidenciou-se certa deficiência na qualidade das moradias do espaço rural, com habitações simples, sem acabamento, apresentando apenas o essencial em quantidade de cômodos e mínimos itens associados à qualidade de vida, como o ar-condicionado para amenizar a grande amplitude térmica da região. Segundo Tonezer et al. (2017) a estrutura da habitação e a posse de alguns bens duráveis são fatores que contribuem para as condições de vida e de saúde, além de facilitarem a comunicação, o conforto e o bem-estar da população. A autora ao estudar a condição de vida dos idosos rurais dos municípios de Canguçu e Camaquã no Rio Grande do Sul também encontrou um cenário precário, em que muitas habitações não possuíam luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias.

Nesse ponto se faz necessária a presença do poder público atuante na defesa dos direitos dos idosos, que segundo o estatuto do idoso: “O idoso tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada” (BRASIL, 2003, Art. 37). Para essa questão, uma das casas encontradas foi viabilizada por intermédio dos serviços do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio das Missões que oportunizou o benefício da condição de moradia digna a um casal de idosos na comunidade.

A condição de moradia dos idosos é influenciada por diversos fatores, sobretudo a renda. Tonezer et al. (2017) em análise as moradias dos idosos rurais cita que elas se diferenciam de acordo com as categorias analisadas. Para a autora, as casas dos agricultores familiares geralmente são maiores e melhores que as dos assentados e empregados rurais, pois esses possuem casas mais precárias. Cenário semelhante foi encontrado com os idosos do Cerro do Ouro, em que os agricultores todos os idosos classificados como agricultores familiares possuem residência em melhores condições que os empregados rurais. Isso se dá em função de que os agricultores familiares da região serem mais capitalizados e usufruírem de maior renda pela atividade agrícola segundo a classificação de Silva Neto (2007).

Nesse sentido, a renda dos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro é bastante variada, determinando vários aspectos estudados, como a condição de moradia, qualidade de vidas e

influência no ficar ou sair do meio rural quando idoso, já que para a transição para o meio urbano tem como requisito a necessidade de condição econômica razoável para sobreviver nesses espaços. Assim, investigou-se a faixa salarial desses idosos a fim de se mensurar a renda do núcleo familiar desses indivíduos (Tabela 3).

Tabela 3- Faixa salarial familiar dos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.

Quantidade de salários	Nº de idosos	%
Até 1 salário	9	19,5
2 salários	26	56,5
3 salários	1	2,1
4 salários	1	2,1
5 salários	0	0
Acima de 5 salários	9	19,5

Fonte: BIRCK, V. (2022).

Os ganhos familiares dos idosos estudados demonstram uma desigualdade entre o grupo, enquanto 76% vivem com até dois salários 19,5% possuem maior renda (acima de 5 salários). Essa diferença é explicada, assim como as moradias, pela tipologia de produção adotada durante a vida laboral, indicando que os agricultores familiares compõem a maior renda entre os idosos por continuar ativo na atividade agrícola ou pelo recebimento da renda da terra (arrendamento), enquanto os classificados como trabalhadores rurais usufruem apenas dos ganhos provindos da aposentadoria.

A maior quantidade de idosos com renda familiar de dois salários é encontrado devido ao núcleo familiar ser composto pelo casal de idosos, cada um recebendo uma aposentadoria ou quando ocorre a viuvez em que o que está na condição de viúvo passa a receber também o salário do falecido, sendo essa situação presente em 39,1% dos casos. O trabalho de Da Rosa & Areosa (2019) obteve resultados semelhantes ao confirmar que 86% recebem dois até dois salários, ou seja, duas aposentadorias por família em um cenário em que 65,3% vivem com o cônjuge e apenas 11,5% recebem algo superior a 2 salários.

Apesar de apresentarem, em maioria, a renda baseada em 2 salários mínimos, essa configuração se mostra importante pois conforme Oliveira & Aquino (2017) as aposentadorias possuem um impacto direto na redução da pobreza no meio rural brasileiro, de forma que

facilitam a reprodução econômica da população que não teria condição de sobreviver de maneira digna sem a proteção da política social, visto que na ausência do benefício fariam jus apenas aos proventos do trabalho, o que seria desastroso, já que muitos não possuem condição alguma de executar tarefas, vivendo na extrema pobreza.

Ao idoso, o ideal seria, igualmente, possuir uma boa situação financeira, pois isso permite a amortização de suas despesas básicas, como as de alimentação, moradia, saúde, medicamentos, entre outros, retirando assim a necessidade de recorrer ao apoio de familiares, amigos ou de instituições solidárias (NUNES & MENEZES, 2014). Muitos idosos quando em situação econômica difícil, com problemas de saúde e falta de cuidadores, acaba por viver em lares de idosos, os quais recolhem os proventos previdenciários em troca dos cuidados.

A origem da renda dessas famílias é em maioria proveniente da aposentadoria, constituindo a principal fonte renda para 73,9% dos idosos. Essa situação também foi encontrada nos estudos de Da Rosa & Areosa (2019) que evidenciou a aposentadoria como principal renda para 65% dos idosos pesquisados. A representatividade observada sobre a renda dos benefícios previdenciários rurais confirma os recentes estudos, de que os idosos aposentados da área rural, em todo o território nacional, têm como renda principal, a aposentadoria (BITENCOURT; DALTO, 2016).

Outro ponto questionado sobre a renda é se o valor recebido é inteiramente gasto, ou seja, se sobra algum excedente da renda. Desse modo, 28 deles (60,8%) apontaram que é possível guardar parte do dinheiro recebido e o restante possui dificuldade em armazenar pelo fato de receber pouco e possuir despesas maiores, principalmente quando associadas ao tratamento de doenças, sendo essa uma das mais significativas demandas financeiras, como evidenciado por Da Rosa & Areosa (2019) em que para 64,5 % dos idosos falta dinheiro para cuidar da saúde. Nesse mesmo viés, a fim de entender, em um cenário hipotético, o destino do excedente ou em caso de sobrar, em que investiriam, a maioria optaria por melhorar as condições do lar (82,6%), 6,5% em comprar terras e 10,8% em apenas guardar o dinheiro, o restante das opções não obteve respostas, como o investimento em lazer, viajar, ajudar outras pessoas, entre outras. Esse resultado remete a discussão sobre a condição de moradia, demonstrando que essa também é uma situação econômica, pelo fato de que para muitos não sobra dinheiro para esse investimento

Um processo bastante comum na conformação das comunidades rurais é o acesso à terra, a qual determina a estrutura agrária do local e a possibilidade de renda, que é influenciada por

diversos fatores. Dentre eles está o fracionamento pela herança, uma forma muito comum de transmissão de patrimônio nas áreas rurais e também característica básica da agricultura familiar. A pesquisa a campo revelou que os entrevistados possuem em média 2,5 filhos, acima da média brasileira de 1,7 em 2017 (THE WORLD BANK, 2022). Em segundo ponto, os pais dos entrevistados possuíam uma média de 6,4 filhos por casal, o que na época era normal, visto que conforme dados do Banco Mundial, em 1961, o mundo apresentava uma taxa de fecundidade total média de 5,0 filhos por mulher. Essa quantidade maior de filhos influenciou na divisão das terras aos entrevistados, diminuindo os lotes originais em razão do fracionamento pela herança de propriedades que já eram pequenas.

Nesse sentido, a pesquisa apontou que os idosos da comunidade possuem em média de 30,1 hectares, com desvio padrão populacional de 51,2 hectares. A média encontrada não reflete o resultado real, devendo recorrer ao alto desvio padrão encontrado, já que enquanto 3 dos idosos detém área superior a 100 hectares, outros permeando a faixa de 70 a 90 hectares e alguns nem propriedade agrícola possuem, residindo em terrenos que compreendem apenas a moradia (Tabela 4). A desigualdade agrária encontrada entre os idosos é reflexo não apenas da transmissão de capital pela herança, mas também está associada a tipologia dos idosos rurais, sendo que os que possuem mais terras são os agricultores familiares capitalizados e os de tipologia patronal, enquanto os trabalhadores possuem pouco ou quase nada.

Tabela 4- Distribuição da área de terra das propriedades dos idosos da comunidade do Cerro do Ouro por faixa de hectares.

Hectares	Nº de idosos	%
Inferior a 1	7	15,2
1-20	26	56,5
21-40	2	4,3
41-60	1	2,1
61-80	1	2,1
81-100	6	13
Superior a 100	3	6,5

Fonte: BIRCK, V. (2022).

É importante destacar que a divisão das faixas leva em consideração a área por módulos fiscais, sendo que no Município de Santo Antônio das Missões o módulo é considerado como de 20 hectares.

Para o caso estudado, 15,2% dos idosos possuem áreas de terra inferiores a 1 hectare, o que representa que na prática não possuem propriedade rural, mas apenas terrenos rurais, que em maior parte estão localizados na sede da comunidade. Esses idosos, em totalidade, eram trabalhadores rurais e sua renda não permitia que adquirissem propriedades voltadas à produção agrícola e em maioria seus terrenos são fruto de doação de fazendeiros que eram donos das áreas. Para o segundo caso, mais da metade dos idosos (56,5%) possuem área entre 1-20 hectares, nessa faixa se encontram os trabalhadores rurais que possuem alguma área para produção agrícola e os agricultores familiares menos capitalizados.

Por outro lado, há outra faixa expressiva que é dos que possuem área entre 81 a 100 hectares, nessa faixa se concentram os agricultores familiares capitalizados, que possuem atividade agropecuária com carro chefe o cultivo de grãos e secundariamente a pecuária ocupando as áreas impróprias para o cultivo. Por fim, vale destacar a classe acima de 100 hectares que é composta pelos produtores de tipologia patronal. Para esses três casos, ainda que o trabalho seja feito exclusivamente pela família, é necessário esclarecer que as propriedades e os idosos vem de um sistema tipicamente patronal, não sendo mais replicado atualmente, possuindo traços mais próximos ao familiar, pelo fato de uma parte significativa de sua propriedade estar sobre a situação de arrendamento para terceiros, logo é possível que o restante da propriedade seja conduzida pelo trabalho da família.

Apesar das diferenças de capital entre os idosos as propriedades são avaliadas como boas ou ótimas por 86,9% devido a terra ser de boa qualidade e o fácil acesso a água, principalmente em locais onde há áreas de várzea. A pesquisa demonstrou que 94,2 % das 35 propriedades visitadas possuem alguma forma de produção, seja comercial ou para o autoconsumo, incluindo desde produção de hortaliças a grandes animais e *commodities* agrícolas. A produção de bovinos está presente em 72,3 % das propriedades e em todas o destino da produção é dual, sendo parte para a comercialização e outra para a venda. Já o cultivo de grãos está presente em 5,7% das propriedades.

Em geral o local possui solo e relevo propícios para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária (SILVA NETO et al., 2007). Nesse aspecto, os entrevistados, em todos os casos, responderam que o lugar é muito produtivo e que tudo o que se planta se produz, pois o clima tem cooperado, com boas colheitas, já que a algum tempo atrás os produtores eram bastante

prejudicados pelas chuvas irregulares no verão e as fortes geadas do inverno que acabavam com as produções, o que afetava diretamente na renda das famílias, seja dos agricultores por diminuir a renda ou nem tê-la, seja dos trabalhadores rurais que eram demitidos para cortar gastos, além de também não produzirem para o autoconsumo. Retrato esse obtido por falas dos idosos:

“Esse é um lugar muito bom, porque dá para plantar de tudo, e tudo dá, só que tem anos né, já teve época aqui que não era fácil, mais é no verão que as vezes da seca e fica complicado, as água ficam pouca, o campo seco, aí começa a morrer bicho magro. Mas graças a Deus tem ano que é bom, dá bastante fruta e o que a gente planta vem bem.”

No entanto, no ano de 2021/2022 em que foi realizada a pesquisa o local novamente sofreu com uma forte estiagem, inibindo o crescimento das lavouras e das pastagens, mortandade de animais e problemas de acesso à água, com elevados prejuízos aos produtores e a falta de alimentos caseiros utilizados para o autoconsumo, como as frutas e hortaliças.

4.2.2 Trabalho e aposentadoria

Conforme já citado no tópico 4.2.1 os idosos do Cerro do Ouro eram/são agricultores familiares ou trabalhadores rurais e para três casos foi encontrando a tipologia patronal. Nesse sentido, para os idosos pertencentes de famílias de agricultores familiares e trabalhadores rurais o trabalho é algo intrínseco e que se iniciou muito cedo, sendo a média de idade em que iniciavam o trabalho rural em torno de 11,02 anos de idade. Casos desse tipo no meio rural e para a época eram comuns, em que logo cedo as crianças passavam a auxiliar os pais nos trabalhos da roça e do campo ou cuidar dos seus irmãos mais novos.

Para os de tipologia patronais (3 idosos), que possuem propriedade com área superior a 100 hectares, o que destoa do restante dos demais idosos, a situação também é semelhante, pois sempre estiveram muito presentes no trabalho rural, visto que nenhum deles possuía funcionário fixo para a execução das tarefas e em um dos casos a propriedade é administrada e todo o trabalho é executado pela idosa e seu filho.

Outrossim, 60,8% dos entrevistados ainda realizam os trabalhos ligados a agropecuária, enquanto os demais não o executam por conta da idade muito avançada ou problemas de saúde, caso contrário relatam que ainda estariam em plena atividade. Ademais, mesmo os que estão à

parte dos trabalhos agropecuários ainda se dedicam aos serviços domésticos, como cuidar da casa, cozinhar, cortar a grama, varrer o pátio, entre outros. Ferraz et al. (2017) cita que em 2007, 22,5% dos idosos brasileiros continuavam exercendo alguma atividade laboral, mas na área rural esse número se modificava, com percentuais que atingiam cerca de 47% dos idosos.

Como resposta do porquê ainda trabalham, 67,3% dizem ser por satisfação, pois o trabalho significa saúde, movimento, vida e por gostar. Por outro lado, 13% o fazem por necessidade e 19,5% para complementar a renda da aposentadoria. Desse modo, mesmo com a aposentadoria, para alguns a carga de trabalho pouco diminuiu, principalmente pelo fato de terem que executar as atividades sozinhos ou com a ajuda do cônjuge, visto que não possuem funcionários e poucos tem a presença dos filhos para auxiliarem nas atividades. A quantidade de trabalho somente diminuiu nos casos limitantes, como a incapacidade física, resultados de doenças crônicas acumuladas do trabalho, limitando-se às atividades domésticas.

O fato dos idosos, em maioria, avaliar o trabalho como por satisfação precisa ser caracterizado por oito benefícios, segundo cita Snyder e Lopez (2009): 1) Variedade de tarefas realizadas, sendo elas bastante diversificadas no dia a dia do campo. 2) Ambiente de trabalho seguro, que apesar de haver riscos. 3) Renda para a família e para a própria pessoa. 4) Propósito derivado do fato de fornecer um produto ou prestar um serviço. 5) Felicidade e satisfação. 6) Engajamento e envolvimento positivos. 7) Sensação de estar desempenhando bem e atingindo objetivos. 8) Companheirismo e lealdade de colegas de trabalho, chefes e empresas. No campo esses requisitos são parcialmente reunidos, pois é considerado bastante diversificadas as tarefas diárias; seguro, apesar de oferecer riscos, mas que podem ser minimizados; é traduzido em renda, podendo parte ser não monetária, como o autoconsumo e trocas de favor; fornece produtos a sociedade; a maior parte se diz satisfeito; ocorre o engajamento individual e familiar; os trabalhadores fazem o melhor possível nas condições apresentadas; e por fim a boa relação com os vizinhos que podem ser parceiros nas tarefas.

Para os que não tem o trabalho como prazeroso, pode haver a percepção negativa, de sofrimento, o que é determinado pelas relações e condições proporcionadas, resultado da negociação entre o desejo do indivíduo e a realidade em que está inserido. Se essas necessidades não são atendidas, ocorre o sofrimento, que pode desencadear somatizações, e dificuldades de ver o trabalho como algo bom (TOMÉ & FORMIGA, 2021).

A questão do trabalho na terceira idade é, como apontou a pesquisa, também uma questão de renda, já que o valor dos proventos da aposentadoria serem relativamente baixos, principalmente para os casos de idosos doentes com uso regular de medicamentos, em que os custos dos remédios ocupam uma parcela significativa do salário ou mesmo entre os que

possuem um padrão de vida mais elevado, sendo a aposentadoria um valor insuficiente para manter os gastos que possuem. Nesse sentido, dos 28 idosos que ainda trabalham na atividade agropecuária, 25 deles dizem que sem o dinheiro ganho com o trabalho, vivendo apenas do benefício previdenciário, as condições seriam bem difíceis, mas que ainda seria possível sobreviver. Ao contrário dessa situação, se não houvesse os ganhos previdenciários, vivendo apenas da renda do trabalho, algumas frases foram ditas, como: “morreria de fome”, “aí a miséria ia bater”, “teria que voltar a trabalhar”, “seria bem difícil”, entre outras expressões. Já para alguns idosos, mais capitalizados, ainda seria possível ter uma condição boa, principalmente para os que produzem *commodities*, produtos esses em alta no mercado durante a realização da pesquisa.

Para Wajzman et al. (2004) ocorre uma mudança na tendência do trabalho entre os mais velhos, sendo a população idosa ativa em crescimento pois o rendimento do trabalho do idoso é fundamental na composição de sua renda pessoal e familiar. Esse cenário é resultado também da desigualdade socioeconômica do campo, pois para o autor os indivíduos mais mal posicionados na escala socioeconômica são os que mais participam do mercado de trabalho. Entretanto, são os trabalhadores de maior nível de escolaridade os que encontram a maior probabilidade de se manter ocupados nas idades avançadas, isso se dá em função da sua capacidade intelectual de ocupar funções de chefia, enquanto os menos favorecidos socioeconomicamente depende da força manual de trabalho, que é prejudicada com a idade.

Conforme o resultado majoritário, que revela o trabalho como satisfação, em todos os casos os idosos dizem gostar do trabalho no campo, por diversos motivos, dentre eles o fato de se sentir bem, sentimento de vida, movimento, lazer e liberdade. O trabalho da roça é gratificante por poder fazer o que gostam, pois sempre executaram essas atividades e é o que sabem fazer, está intrínseco na cultura e no tradicionalismo dos indivíduos. Apesar dos pontos negativos relatados, como “trabalho pesado”, “perigoso”, “sol quente”, “tem anos que o clima judia e a gente não colhe nada, prejudica a renda” as vantagens se sobrepõe às desvantagens e que não se adaptariam ao trabalho na cidade, principalmente os agricultores familiares por serem “patrões de si mesmo” ou os trabalhadores rurais, ainda que empregados, dizem que o trabalho no campo expressa liberdade, por não ser um ambiente fechado.

O trabalho no meio rural é também associado ao tradicionalismo e a uma rotina diária inerente aos meios urbanos, ainda que não ocorra de fato um horário pontual para o início das atividades. A pesquisa revelou que, nesse sentido, acordar cedo está intimamente ligado ao hábito, pelo fato de iniciar as atividades laborais logo no início da manhã enquanto o sol ainda não está quente. Assim, os entrevistados dizem acordar, em maioria, das 5 às 6 horas da manhã.

Esse horário é antecipado para permitir o desenvolvimento de atividades tradicionais, como o costume de levantar e preparar um chimarrão, tomar o café da manhã e sair para o campo.

Nesse sentido, os homens tendem a trabalhar até idades avançadas, realizando pequenas tarefas no ambiente doméstico, no trato com os animais e nos cuidados com as hortas que mantém (MORAIS et al., 2008; DA ROSA & AREOSA, 2019). O trabalho para essas pessoas costuma se prolongar até idades avançadas, visto que significa uma tradição e a impossibilidade de executá-las é sinônimo de desgraça e decadência.

Portanto, o homem realiza diversas atividades agrícolas mesmo após a idade elevada, o que muitas vezes representa risco para a saúde e segurança, principalmente pela condição corporal mais fragilizadas, perda de força física e reflexos mais lentos, além do contato com produtos químicos utilizados na produção (FERRAZ et al., 2018).

Atividades de trabalho mais leves durante a velhice, como plantio e colheita, cuidado com os animais e as atividades domésticas, além de ser uma terapia, são também benéficas do ponto de atividades físicas, pois proporcionam movimentação e pequenos esforços físicos (PEDREIRA et al., 2016). Consequentemente, essas atividades diminuem o sedentarismo e aumentam o vigor, como relatado por alguns “eu não tenho preguiça para trabalhar”.

Com a execução das atividades diárias logo pela manhã é comum durante a tarde, conforme observação do pesquisador, encontrar os idosos sentados à sombra descansando, tomando mate, com visitas ou escutando programas de rádio. No final da tarde novamente voltam às atividades, como alimentar os animais, posteriormente voltando à residência e ir dormir cedo.

O trabalho no meio rural também envolve as atividades domésticas como os serviços de cuidar da casa e da horta e pequenas plantações, normalmente executado pelas mulheres. O plantio de alimentos para o autoconsumo, ainda que em lotes pequenos, é feito por 93,4% dos idosos, alguns com maior diversificação que outros, mas em geral se produz: mandioca, batata, frutas, hortaliças, abóbora, milho e carnes de frango, gado, porco, ovelha e peixes.

Esse tipo de alimento, quando produzido pelos próprios indivíduos ou por vizinhos, possui um valor não monetário superior aos que podem ser adquiridos em supermercados. Nesse sentido, os alimentos “caseiros” são tratados por eles como “mais saudáveis”, “naturais” e “sem veneno”, o que remete a uma qualidade alimentar maior, conforme relato de uma entrevistada ao ser questionada sobre a importância desses alimentos:

“Mas olha, é muito bom né, porque são alimentos que a gente mesmo planta e sabe o que foi colocado. É mais saudável porque não tem esses produtos que botam nos comprados”

Ou...

“É muito importante porque foi a gente mesmo que produziu, se precisa é só ir lá na horta e pegar”

Ou...

“Quando vamo mata uma vaca ou algum outro animal a gente cuida pra não fazer mais remédio um tempo antes, porque essas carnes que se compra por aí vai saber o que aplicaram no bicho antes de carnea”

Ou...

“Se economiza, aqui mesmo nós só compramos o essencial, coisa que não se produz, que nem o sal e o açúcar, erva pro mate e um arroz, o resto tem tudo”

Ou ainda...

“É mais barato, se não tem dinheiro pelo menos se tem comida, é só ir ali arrancar um pé de mandioca e carnear uma galinha que já tem o que come”.

Portanto, o autoconsumo possui uma forte relação com o homem do campo, pois não está baseado somente no consumo de um alimento de maior qualidade, mas também pelo acesso mais fácil e como uma estratégia de sobrevivência, sobretudo aos mais carentes que economizam a renda da aposentadoria com a produção própria, forte característica de perpetuação da agricultura familiar.

O fato de poder produzir os alimentos para o consumo é um forte atrativo do meio rural, principalmente para os idosos de menor condição, que podem diminuir os custos de vida a partir da produção própria, como a carne, um dos itens alimentares que possui maior custo nas refeições e é fundamental nos hábitos alimentares, em especial às populações rurais. No meio urbano a prática de produção alimentar, ainda que existam estratégias de pequenos espaços verdes, é mais limitada, sendo praticamente inexistente ao se falar sobre a produção de carne para o consumo, devido às limitações territoriais dos lotes. Assim, para os idosos isso constitui um forte argumento para a permanência no meio rural.

Dessa forma, Areosa & Freitas (2018) argumentam que o fato do idoso poder produzir o próprio alimento e a vivência do trabalho com a terra é considerado por eles como um forte argumento de que o campo é um bom lugar para envelhecer. Ainda, para os autores, consumir o que é plantado tem como consequência a elevação dos índices de qualidade de vida além da possibilidade de envelhecer com mais saúde. Tal ação é entendida por Areosa & Freitas (2018) como o fenômeno da objetivação, definido por Moscovici (2003), em que os idosos corporificam as suas representações sociais com essa atividade, materializando o que está em sua mente para o mundo físico.

O trabalho, além de todo o já citado, como o prazer, satisfação, renda, ou necessidade, ainda é uma forma de passar o tempo, essa é a resposta dos idosos que residem no meio rural sobre o questionamento: “Se você estivesse morando na cidade o que faria para passar o tempo que antes era usado para trabalhar?”. Desse modo, 80,4% dos idosos dizem não saber o que

fazer, pois não se imaginam morando no ambiente urbano em nenhuma hipótese. Para o restante (19,6%) haveria o desempenho de atividades de lazer, como frequentar academia, a igreja, fazer caminhadas, passear, viajar ou mesmo apenas descansar e cuidar do lar.

Ao estudar o dia a dia da vida dos idosos no meio rural, Araújo et al. (2013) concluíram que, mesmo após atingirem a velhice, os idosos mantêm o vínculo com as atividades que antes desenvolviam, o que representa uma maior facilidade e gosto pelas tarefas cotidianas, além da percepção que tais tarefas incrementam sua qualidade de vida. Por outro lado, entendem que no meio urbano ocorreria a ruptura da continuação das atividades, alterando o seu cotidiano e não prevendo alternativas de adaptação.

A aposentadoria está diretamente associada ao trabalho, no campo esse período é bastante importante, pois os proventos previdenciários auxiliam na renda das famílias. Contudo, poucos produtores rurais idosos encerram as atividades após esse momento, pelo fato de necessitar ter uma continuidade do processo produtivo, que sem um sucessor, o ciclo do trabalho se renova.

O produtor rural possui a vantagem da aposentadoria especial, um benefício que permite os comprovadamente rurais de aposentar-se cinco anos antes do trabalhador urbano. A aposentadoria especial no RGPS possui previsão no §1º do artigo 201 da Constituição Federal com alteração dada pela EC 47/05, pois o trabalhador rural está entre os segurados que exercem atividades que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Pancotti & Grégio (2019) explicam que o trabalhador rural é exposto ao esgotamento e muitas vezes inerente aos direitos trabalhistas.

Contudo, ainda que o trabalho seja importante para a saúde dos idosos, já que beneficia a saúde física quando executado de forma compatível com a sua capacidade e pelo benefício mental ao realizar uma tarefa que considera prazerosa, essa é também uma realidade bastante alarmante, visto que as trajetórias de vida dos idosos, já acumularam prejuízos, como trabalhar sem registro em carteira e muitas vezes sem remuneração, iniciar a vida laboral precocemente, ter jornadas duplas e muitas outras irregularidades, fatores que causam danos aos idosos, como doenças precoces e problemas físicos (TONEZER, et al., 2017; DA ROSA & AREOSA, 2019). Além disso, o trabalho entre idosos esconde a precariedade de sua situação econômica, que muitas vezes é exposto a trabalhos penosos para usufruir de renda suficiente para cobrir suas necessidades.

Nesse sentido, a aposentadoria é apresentada como uma importante ferramenta de incorporação de renda nos espaços rurais, o que garante ao idoso do campo o seu sustento e provimento das necessidades, uma certeza de renda, e logo, não lhes faltará o alimento e também não serão privados de suas necessidades básicas (ALCÂNTARA, 2016) diminuindo a necessidade dos idosos a submeter-se a trabalhos inadequados para seu estado de saúde, bem como a insegurança das atividades agrícolas, as quais nem sempre são estáveis e garantidas, como em anos de estiagem ou frio intenso (BITENCOURT & DALTO, 2016).

Os benefícios que a aposentadoria incorpora nos espaços não está somente no indivíduo ou no núcleo familiar que passa a viver melhor, com maior poder de compra e segurança financeira, evoluindo suas condições de moradia e saúde, mas também a movimentar economicamente a região onde vivem, como o município e a comunidade, pela geração de empregos de cuidador e empregados domésticos e injeção de recursos no comércio local pelas compras, que em maioria são feitas no próprio município (OLIVEIRA; AQUINO, 2017).

Alcântara (2016) ao pesquisar sobre os aposentados rurais constatou que a aposentadoria significa, além da principal fonte de renda para muitos, é também a garantia da independência econômica.

O significado da conquista da aposentadoria consiste na segurança de que um tempo de grande privação não se repetirá, e o alimento não lhes faltará.[...] Assim, embora possa parecer um valor pequeno, a aposentadoria lhes confere dignidade, uma vez que, de acordo com estes interlocutores, eles haviam sido privados de uma das necessidades básicas vitais, isto é, comer. Foi frequente ouvir dos aposentados rurais sobre a satisfação em que se encontram ao compararem o presente com o passado, visto que, hoje, o “aposento” garante o sustento de toda a família, ao passo que, no passado, inexistia esse benefício, sendo comum, então, a presença dos velhos pedintes de porta em porta. Assim, a Previdência é a principal fonte de renda dos idosos brasileiros (ALCÂNTARA; 2016, p. 336).

Assim, o benefício altera a composição de renda no campo, com os aposentados passando a ser uma parcela muito importante na economia dos municípios devido ao consumo de bens que é realizado com esse dinheiro recebido, principalmente nos interiores do Brasil (BITENCOURT & DALTO, 2016). Também, Augusto & Ribeiro (2005) e Rosa & Areosa (2019) tratam desse assunto ao discutir que os valores recebidos da previdência impulsionam a economia local dos pequenos municípios rurais, já que normalmente esta renda é gasta amplamente nos comércios locais, proporcionando aumento dos estabelecimentos, de emprego, e maior movimentação financeira, devido a garantia do pagamento mensal do benefício

A aposentaria também altera o planejamento econômico familiar. No campo, as receitas são sazonais, já que são dependentes das colheitas ou venda de animais, normalmente de uma a duas vezes ao ano, necessitando assim um bom planejamento ao dividir para as despesas mensais. Oliveira & Aquino discorrem no mesmo sentido exposto, de que aposentar-se possibilita uma garantia de renda que até então era desconhecida por muitos trabalhadores, já que a maioria costumava possuir arrecadação semestral ou anual, pois variava de acordo com o período das colheitas. Ocorre que em alguns anos, como os de seca intensa, tais receitas são prejudicadas, comprometendo assim o planejamento familiar, acarretando em fortes cortes de despesa pela família, algo muito característico da agricultura familiar, a capacidade de adaptação às condições adversas.

Com a chegada da aposentadoria esse cenário é modificado, agora a renda passa a ser também mensal e garantida, o que significa segurança e alívio e o fim da instabilidade na busca pelo sustento e a garantia de que sempre terá provisões (DA ROSA & AREOSA, 2019). Conforme o relato dos aposentados, agora é possível contrair despesas parceladas e planejar a longo prazo, visto que se sabe que nos próximos meses é certo o recebimento do dinheiro, que conforme Bitencourt & Dalto (2016) o recebimento de uma renda fixa traz segurança pois deixam de correr risco para honrar os compromissos financeiros das compras ou das adversidades das safras.

[...] o impacto da aposentadoria rural junto às famílias pobres foi fundamental para a transformação das relações no meio rural, uma vez que o dinheiro oriundo das aposentadorias é usado para comprar alimentos para o lar, para enviar crianças à escola, investir em tecnologias agrícolas e garantir a sobrevivência de muitas famílias (MORAIS; RODRIGUES; GERHARDT, 2008, p. 380).

Dessa forma, o marco da aposentadoria é bastante esperado, principalmente aos menos favorecidos e mulheres, os quais passam a receber todo mês o provento que necessitam. Para as mulheres, em muitos casos, representa o primeiro salário de suas vidas, o que significa independência dos filhos e marido. Na pesquisa, encontrou-se que das 22 idosas da comunidade 15 delas nunca haviam recebido algum tipo de salário, além disso, 18 das entrevistadas assumem decidir onde usar o dinheiro, as demais compartilham a decisão com o marido.

A aposentadoria para as mulheres é, por muitas vezes, a oportunidade de ter a sua primeira conta em banco, o que ocorreu para 13 entrevistadas (59%), as demais ou já possuíam conta ou tem ela compartilhada com o marido. Uma vez que essas mulheres passam a ter

capacidade financeira, com cartão bancário próprio e uma renda fixa podem, a partir de então, tomar decisões sobre sua vida, seu futuro, e isso lhes confere poder (BARROS, 2014).

A importância do benefício para as mulheres é em razão do seu papel de mulher no meio rural, em que tradicionalmente se dedicava às atividades domésticas e à reprodução, limitando a sua capacidade de trabalho externo. Ainda quando auxilia no trabalho da roça, esse é tratado como “ajuda” o que culmina em jornadas duplas de trabalho, o da roça e o doméstico (HIRT et al., 2018; DA ROSA & AREOSA, 2019). Assim, as decisões financeiras do núcleo familiar ficam a cargo, em muitos casos, do marido, principalmente as rendas agrícolas, já a aposentadoria percebida pela mulher passa a ser a sua própria remuneração, deixando de ser economicamente dependente do marido (SOUZA et al., 2017).

Outro caso bastante importante é o fato de muitos idosos receberem dois salários, um resultante da aposentadoria e outro da pensão por morte do cônjuge, o que beneficia principalmente as mulheres, que tendem a ter uma maior sobrevivência em relação ao marido.

No entanto, a aposentadoria também representa o doloroso processo de esvaziamento do campo, não somente dos idosos que migram para o meio urbano, como também de seus sucessores, que, segundo Tavares et al. (2011), a aposentadoria está associada ao êxodo rural juvenil devido ao incentivo que os idosos promovem aos seus filhos e netos a saírem do meio rural e utilizar a renda previdenciária no financiamento dos estudos. Essa situação, para esses idosos, é fruto da sua experiência de sofrimento e dificuldades do campo e não querem que isso se repita com seus descendentes, como o evidenciado por Alcântara (2016) em que as falas dos idosos eram carregadas de conselhos aos jovens sobre a fome no campo durante as épocas desfavoráveis à agropecuária, ainda que a realidade hoje não seja mais a mesma.

Além dos pontos citados, foi possível deduzir a partir das falas dos idosos sobre a melhoria que a aposentadoria propiciou aos domicílios, assim como Soares et al. (2006) afirma haver uma melhora econômica geral no meio rural, devido ao maior volume de aposentadorias e programas governamentais como o Bolsa Família. A partir do recebimento dos proventos foi possível adicionar novos itens para as casas como eletrodomésticos e ar condicionado, realidade distante se dependesse exclusivamente da renda agrícola. O dinheiro também propiciou reformas estruturais, com o embelezamento e aumento das moradias. Por outro lado, a aposentadoria acabou modificando também os hábitos alimentares, que a partir do maior poder de compra, aumentou-se o consumo de produtos industrializados em detrimento dos produzidos na propriedade.

Outrossim, visualizou-se que o destino do dinheiro permite a compra de “itens de luxo”, em outras palavras, produtos que não seriam comprados com a renda regular da família, mesmo entre os que já recebiam maiores proventos, mas economizam, evitando comprar produtos não essenciais. Assim, itens alimentícios como chocolates, presentes, roupas e eletrodomésticos não essenciais foram os itens mais consumidos após o advento da aposentadoria.

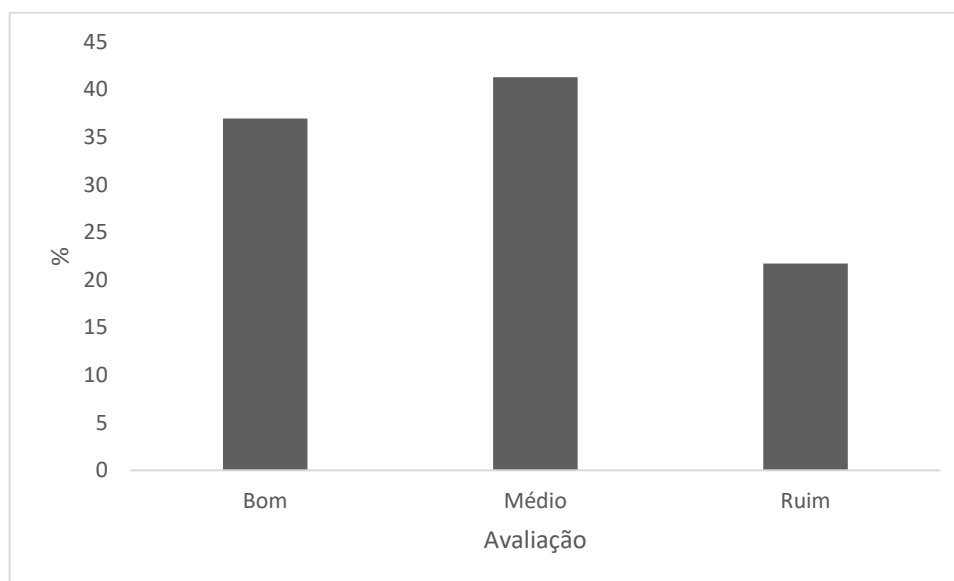
Portanto, entende-se que a aposentadoria é um processo muito importante de mudança na realidade socioeconômica do idoso, permitindo que ocorra a diminuição da carga de trabalho e o provento de renda facilitado, o que contribui para a diminuição da pobreza no campo.

4.2.3 Saúde dos idosos rurais e políticas públicas

O estado de saúde possui significância ao estudar os idosos, sendo esse um grupo bastante vulnerável, principalmente nos espaços rurais, onde as vulnerabilidades são acentuadas. A pesquisa com os idosos rurais da Comunidade do Cerro do Ouro indicou que 71,7% possuem algum tipo de doença, sendo as mais diversas, como: câncer, alterações hormonais, hipertensão, problemas locomotores, depressão, falta de nutrientes, problemas respiratórios, entre outros. O restante diz não possuir qualquer doença ou problemas insignificantes, que não afetam as atividades diárias

Também foi questionada a percepção de saúde subjetiva dos idosos a fim de saber o que acham do estado pessoal de saúde individual (Figura 9). A auto percepção de saúde é um bom indicador do estado de saúde, recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para verificar a saúde das populações, pois está relacionada ao bem-estar pessoal, à mortalidade e ao declínio funcional, assim como para a orientação de políticas públicas (FAYERS & SPRANGERS, 2002; SARGENT-COX et al., 2008; BORIM et al., 2012; PAVÃO et al., 2013; PAGOTTO et al., 2013; CONFORTIN et al., 2015;).

Figura 9- Avaliação subjetiva de saúde dos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK, V. (2022).

Apesar dos problemas de saúde afetarem a maior parte da população estudada, os idosos possuem a percepção subjetiva elevada, com 17 idosos (37%) dizendo ter boa saúde, 19 (41,3%) como média e ruim com 10 (21,7%).

Esse cenário em que 71,7% dos idosos possuem algum tipo de doença e que a maioria possui a percepção de média/boa pode ser influenciado por outros fatores, como a qualidade de vida dos indivíduos, alimentação, sociabilidade, acesso à recursos, serviços médicos de qualidade e o local onde vive, os quais podem trazer um a sensação de despreocupação com os problemas de saúde. Scott & Jacks (2000) estudaram a associação entre suporte social e auto percepção de saúde em idosos norte-americanos rurais e urbanos. Na pesquisa, os idosos norte-americanos rurais apresentaram melhores níveis de auto percepção de saúde do que os idosos urbanos.

Entre os idosos que relatam auto percepção de saúde boa destacam-se fatores como maior escolaridade, renda e comportamentos relativos à saúde, como consumo frequente de frutas e verduras e uso moderado de álcool (OLIVEIRA et al., 2008; BORIM et al., 2012). Para a alimentação, os idosos rurais têm a possibilidade de maior acesso a esses produtos, pois ou os produzem ou recebem de vizinhos.

A boa percepção de saúde, como dito, é a aceitação com a convivência dos problemas, visto que quem possui alguma enfermidade já a tem a alguns anos, apontando a média de 10,9

anos que convivem com essas patologias. Isso se dá em função dos avanços na medicina e tratamentos de saúde, que permitem que os indivíduos possam ter uma vida normal, mesmo em casos mais graves com o uso regular de medicamentos e tratamentos menos danosos à saúde. Nesse sentido, os idosos relatam que os problemas de saúde acabam afetando nas atividades diárias de várias formas, precisando adaptar a rotina, principalmente no trabalho, que precisa ser limitado, como os que necessitam movimento, erguer peso, andar a cavalo, ou simplesmente não exercer atividade alguma.

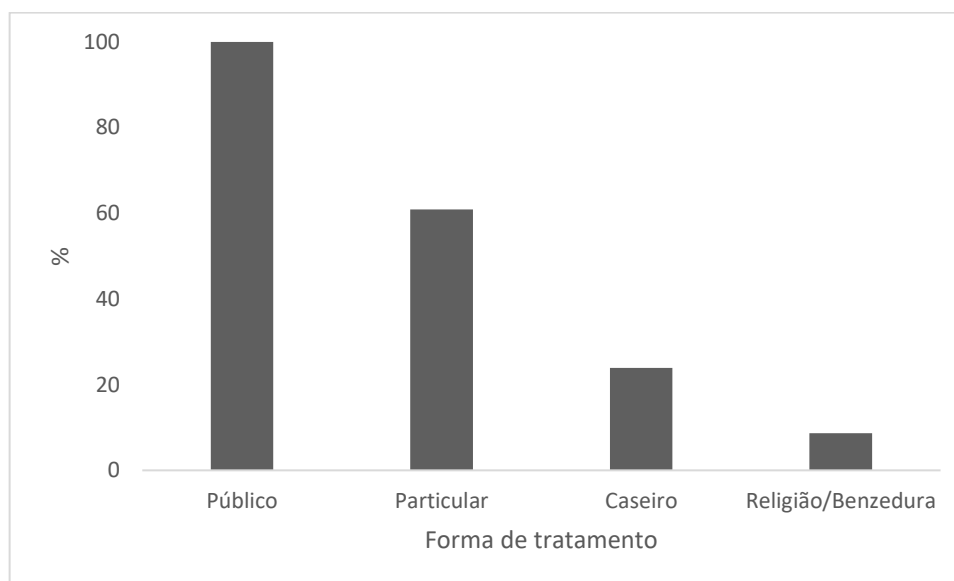
A possibilidade de convivência normal com os problemas de saúde é benéfica para os idosos, como cita Py e Scharfstein (2001, p. 117), “[...] há pessoas que envelhecem bem e outras envelhecem mal”, visto que portar uma doença não significa ausência de saúde, já que como mencionado, há alternativas para contornar muitos dos problemas que afetam esse público.

Um problema de saúde frequente entre os idosos é a depressão, que afeta fortemente esse grupo. A pesquisa indicou que após a velhice (mais de 60 anos) 30,4% apresentam alguma forma desse problema, seja contínua ou em pequenos episódios, como a viuvez. A viuvez é um fator bastante preponderante no desenvolvimento da depressão devido ao sentimento de solidão. Em estudos conduzidos por Bowling & Windsor (2001); Canavarró et al. (2010) e Gobbens & Van Assen (2017) verificou-se ser os indivíduos viúvos ou divorciados evidenciavam pior qualidade de vida e saúde quando comparados aos casados ou solteiros.

Dentre os idosos que possuem algum tipo de problema de saúde, 87,8% fazem o uso regular de medicamentos. Os remédios auxiliam no controle das doenças para permitirem que o indivíduo tenha uma convivência normal, como nos casos de hipertensão, hormonal e depressão que podem ser controlados com o uso diário de medicamentos.

A fim de sanar os problemas de saúde, ou em casos periódicos, os idosos foram questionados sobre as fontes de cuidado ou de serviços médicos que procuram. Desse modo, foi ofertado opções como fonte de tratamento os serviços públicos, particulares, caseiros (tratamento sem prescrição médica) e da religião ou benzedura, que permitia mais de uma resposta (Figura 10).

Figura 10- Formas de tratamento de doenças procuradas pelos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK, V. (2022).

A principal forma de tratamento para doenças ou acidente evidenciado na pesquisa foi a procura por serviços públicos, como os postos de saúde do município ou os hospitais de outros municípios, por 100% dos idosos, já que o serviço público oferta tratamento as mais diversas situações. Por outro lado, 60,9% optam somente, ou cumulativamente com as demais formas, pelos serviços particulares, seja de profissionais autônomos ou de planos de saúde. O tratamento caseiro é utilizado por 23,9%, principalmente em casos de pequenas moléstias, como gripes, resfriados, dores corporais, picadas de insetos, entre outros, baseado na medicina naturalista ou mesmo sobre a automedicação. Por fim, ocorre o tratamento por meio da espiritualidade e da benzedura, ainda que muito tradicional, é acolhida por apenas 8,7% dos idosos.

A busca pelos serviços públicos está associada principalmente a questão dos custos, pelo fato de poder fazer a consulta, exames e remédios no todo ou em parte gratuitos. Um dos maiores custos está nos remédios, alguns medicamentos, segundo os entrevistados podem ser adquiridos gratuitamente na farmácia municipal, outros precisam recorrer ao sistema judiciário para o fornecimento desses medicamentos, já que alguns não são fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como um dos idosos que pleiteou pelo direito de receber periodicamente cilindros de oxigênio pelo advento de doenças pulmonares e ser de baixa renda.

Em Portugal, Melo & Barreiros (2017) argumentam que a população próxima aos 80 anos é a principal consumidora do Serviço Nacional de Saúde, pois está associado ao aumento

da dependência e carências socioeconômicas. Dessa forma, Bitencourt & Dalton (2016) verificam que a aposentadoria rural dos idosos no Brasil se destinam em grande parte para a aquisição de medicamentos, pois ocorre a falta desses medicamentos no SUS ou então ele não os fornece, devendo assim, procurarem o comércio privado de medicamentos. Isso se dá em razão de que muitos medicamentos não estão disponíveis no SUS e não são participantes de planos de saúde, sendo necessário pagar pelos serviços médicos (ROSA & AREOSA, 2019).

Mesmo os serviços públicos, quando utilizados, são em espaços urbanos, carecendo a comunidade de serviços médicos locais, ainda que eventualmente ocorra o deslocamento de equipes de saúde da família, não há a oferta de serviços específicos, apenas consultas para tratamento de enfermidades leves, como gripes, resfriados e dores, além da oferta de medicamentos básicos. Autores como Ribeiro et al. (2017) destacam haver uma grande discrepância nas possibilidades de acesso aos serviços de saúde dos idosos residentes no meio rural para o urbano.

A saúde é um fator importante ao se considerar a permanência do idoso no meio rural, pois é um espaço de mais difícil acesso aos serviços médicos e no caso de cuidados também é agravado devido à disponibilidade de pessoas para essa condição. Nesse sentido, em caso de ficar doente ou incapacitado os idosos dizem ser o esposo (a) /companheiro (a) o principal cuidador (100% entre os casados), posteriormente o filho (a) entre os solteiros e viúvos (92%) e por fim, outra pessoa para dois deles 8% que não possuem familiares próximos.

O acompanhamento e cuidados se torna uma dificuldade para os idosos solteiros, principalmente homens, que passam a conviver com a antítese de tais eixos estruturantes: declínio da força física e saída do mercado de trabalho, com a aposentadoria, os adoecimentos crônicos e a progressiva dependência de terceiros, que segundo a presente pesquisa, recai sobre os filhos (KILMARTIN, 2002; RIBEIRO, 2010; BURILLE & GERHARDT, 2018).

Outro ponto fundamental na saúde dos idosos é a saúde psicológica ou mental sendo que ela pode ser atribuída a capacidade de memória e lucidez ou mesmo de manter-se bem contra doenças como a depressão a partir do autocuidado, como o cuidado com a aparência e do corpo, o cultivo de relações sociais saudáveis, oposto ao isolamento sofrido por alguns. Nesse aspecto, os idosos foram submetidos a uma avaliação subjetiva da capacidade de memória, devendo atribuir uma nota de 0 a 10, que obteve como resultado médio de 7,7 com desvio padrão populacional de 1,13, o que demonstra certa lucidez entre os idosos, afetado por pequenos esquecimentos, como onde deixou algum objeto ou de alguma atividade que deveria fazer.

A fim de comprovar a capacidade de saúde dos idosos, questionou-se sobre o desempenho das atividades diárias básicas, ou seja, a capacidade funcional (ANDEOTTI, 1999), como: sair de casa utilizando um transporte (ônibus, van, táxi, trem, metrô, barca, etc.), sair de casa dirigindo seu próprio carro sair de casa para curtas distâncias (caminhar pela vizinhança), preparar sua própria refeição, comer a sua refeição, arrumar a casa, a sua cama, tomar os seus remédios, vestir-se, pentear seus cabelos, caminhar em superfície plana, subir/descer escadas, deitar e levantar da cama, tomar banho, cortar as unhas dos pés, ir ao banheiro em tempo. Como resultado, todos os entrevistados demonstraram possuir aptidão para realizar essas tarefas, ainda que algumas com mobilidade reduzida como subir e descer escadas ou incapacidade de dirigir um veículo.

A capacidade desses idosos em locomover-se e praticar as atividades da vida diária pode estar associado à continuidade das atividades agropecuárias e domésticas, pois associa-se que um estilo de vida fisicamente inativo pode ser causa primária da incapacidade para realizar as atividades da vida diária.

Já em relação a aparência física 58,6% dos idosos dizem se importar com ela, sendo as mulheres mais propensas a tomar esse cuidado (72,7% das mulheres) relatando que gostam de manter o cabelo cortado e arrumado, dispensando o cuidado com as unhas apenas, visto que é difícil realizar a pintura pois ocorre a exposição aos fatores do trabalho que removem o esmalte (produtos químicos, terra, materiais abrasivos). Ademais fazem uso de produtos de beleza, roupas bonitas, protetor solar e boa higiene. Entre os homens o cuidado quando existe é limitado a pentear e cortar cabelo, corte de unhas e uso de roupas melhores. Apenas 21,7% dos idosos cuida da condição corporal, como o peso, os demais dizem optar pela não realização de exercícios físicos. Entre os que não cuidam da aparência, apenas a manutenção da higiene, está a justificativa do trabalho não permitir, não ter estímulo ou simplesmente não se importar com isso, como apenas “usar a roupa que tem”.

Apesar de poucos idosos possuírem alguma forma de cuidado com o corpo, 97,8% dizem se importar com a alimentação, não em relação a quantidade, mas na qualidade dos alimentos, optando por produtos mais naturais e menos industrializados. Essa questão pode estar associada à renda e ao autoconsumo das famílias, o fato de poder produzir alguns alimentos faz com que eles deixem de procurá-los em supermercados, assim como a renda, que é um limitador do poder aquisitivo dos idosos, refletindo em um consumo alimentar baseado em itens mais fundamentais, dispensando o consumo de “luxo”.

Dentre as características que formam a saúde de um indivíduo está a saúde mental, formada pela auto percepção de felicidade, sentimento de gostar de si mesmo e das relações

que um indivíduo cultiva socialmente. Nesse contexto, muitos indivíduos ao atingir a velhice rompem os laços afetivos com a família, amigos e vizinhos, seja por opção própria, seja por serem isolados dos demais devido à condição de idoso. No entanto, essa situação foi verificada apenas com dois idosos, um deles, a partir do exposto pelos vizinhos, a família acabou abandonando-o por razões particulares das suas escolhas, já o outro passou a se isolar da família e amigos em função de problemas mentais, que causa labilidade de humor; impulsividade, violência ou raiva episódica, tratados com lítio.

A saúde do público estudado depende, conforme explicitado anteriormente, dos serviços públicos de saúde, sendo que esse serviço foi o mais mencionado ao serem questionados sobre “Como o poder público deveria agir para manter/ melhorar a vida dos idosos no meio rural?” Que foi pauta de 69,7% das respostas, baseado em melhoria dos serviços de saúde do município, principalmente dos postos de saúde nas comunidades rurais, que hoje, na estudada, se encontra desativado por falta de profissionais. Assim, a solicitação dos idosos é da contratação de pelo menos um técnico em enfermagem para a realização de serviços mais simples, como a medição de pressão e curativos, bem como da visita periódica de um médico clínico geral para consultas, evitando assim a necessidade de se deslocar até a cidade.

Além disso, a área da saúde na comunidade e no município passa por uma grave crise, com o vencimento dos contratos dos agentes de saúde e a interrupção do serviço nas comunidades, no decorrer dessa pesquisa. Tal programa foi considerado essencial pelos idosos (82,6%) pois para eles, ainda que os agentes de saúde não possuam formação na área para realizar procedimentos básicos, possuíam um papel importante, como a marcação e encaminhamento de consultas e exames, orientações e avisos de utilidades dos serviços de saúde.

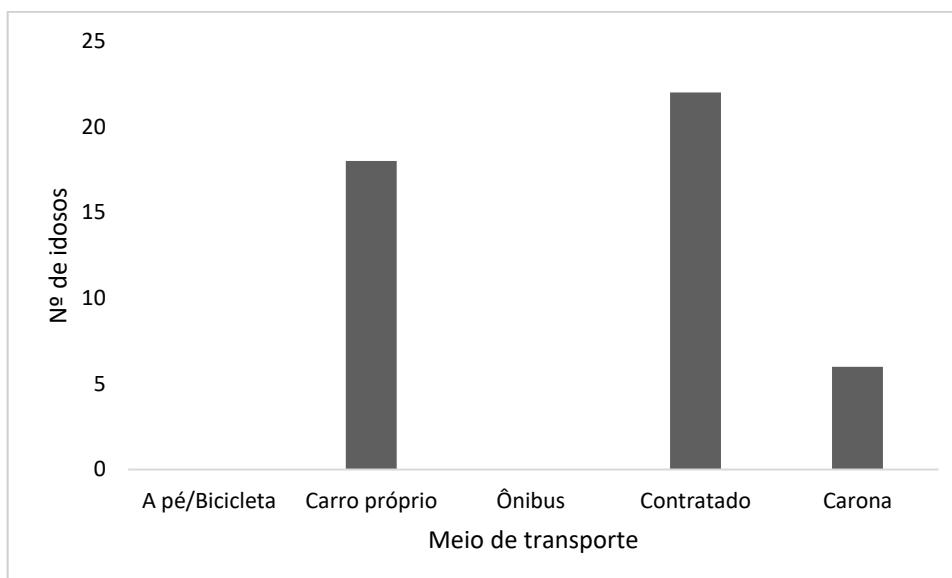
De Mera e Netto (2014) destacam a necessidade de políticas públicas voltadas não somente para o idoso residente no meio urbano, mas também para o idoso que reside no meio rural, que segundo esses autores os idosos rurais apresentam sinais de dificuldades no acesso aos serviços de saúde. Assim, serviços de saúde pública bem estruturados e funcionais são imprescindíveis para que o idoso usufrua de melhores índices de qualidade de vida e longevidade além da possibilidade de formação de uma sociedade mais igualitária, com amplo acesso aos serviços essenciais (TAVARES et al., 2015).

De acordo com Alcântara (2016) o espaço rural é um local de restrição às políticas públicas, com pobreza material, educacional e trabalho precário. Necessitando, assim, de consideração das diferenças existentes entre o meio urbano e o rural, sejam econômicas, sociais ou regionais para uma melhor aplicação das políticas públicas. Dessa forma, historicamente no

campo as políticas tiveram um caráter econômico e produtivista, voltado para as unidades familiares, priorizando a produção e excluindo mulheres e idosos (KONZEN & AREOSA, 2019). Assim, as políticas públicas pouco se voltam aos aspectos sociais, como os citados pelos idosos.

Uma das políticas públicas consideradas essenciais à população é o transporte, ponto requerido por 19,5% dos idosos, sendo esse no meio rural um entrave na locomoção dos idosos, pelo fato de não se investir em infraestrutura pública, prejudicando principalmente os idosos mais carentes. Ao serem questionados sobre o meio de locomoção para ir até a cidade obteve-se diferentes relatos (Figura 11).

Figura 11- Meios de transporte utilizados pelos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK, V. (2022).

O carro próprio é uma das formas de transporte mais utilizado pelos idosos da comunidade, sendo que 18 deles usufruem desse meio, associado ao fato de terem melhor renda ou a necessidade de possuir um veículo. A bicicleta ou a caminhada já foi muito utilizada no passado, contudo hoje é inviável pela idade do público aliado à distância até a cidade (cerca de 30 km), dificultando o uso desse meio de transporte. Por outro lado 22 idosos utilizam o sistema de contrato, o qual remuneram um vizinho ou amigo que possua automóvel para fazer o trajeto até a cidade, passar o dia e depois retornar, contudo, esse serviço é dispendioso, visto que são

cobrados valores entre 150 a 300 reais pelos custos relativos à distância e as estradas precárias que danificam os veículos.

O modelo de transporte contratado é uma alternativa encontrada a não mais existência de transporte público na localidade, que antes era cortada por duas linhas de Garruchos- Santo Antônio das Missões e Garruchos- São Borja com passagens acessíveis. Esse foi um dos relatos mais encontrados na pesquisa, o que demonstra uma necessidade de iniciativa pelo poder público a fornecer esse serviço à população, devido a afetar os mais carentes que não detém de meios próprios para se locomover. Por fim, 6 idosos optam pelo modelo de carona por não possuir condições financeiras para o pagamento de uma viagem.

Adicionalmente, a estrada foi pauta de 30,3% das respostas sobre os serviços públicos necessários, pois, como a comunidade se localiza cerca de 30 quilômetros da cidade, com aproximadamente 28 km de estrada de chão. A reclamação dos idosos está nas más condições de manutenção dos acessos, principalmente porque parte dela é também do Governo do Estado, que liga o município de Santo Antônio a Garruchos e não possui acesso asfáltico. Essas estradas possuem grande movimentação de caminhões pesados, por ser uma área agrícola, além da presença de buracos e de um cascalho extremamente grosso que fica exposto do solo, dificultando o trânsito de pequenos veículos e em dias de chuva marcados por atoleiros.

As más condições viárias afetam a locomoção dos idosos, que além dos maiores custos de manutenção de veículos ou de contratação da viagem de terceiros, também aumenta o tempo de locomoção, que dura em torno de 1h para realizar o trajeto, um período longo ao se pensar nos serviços de emergência, como o deslocamento de uma ambulância no caso de socorro.

Pelos pontos apresentados é possível visualizar a tendência de necessidade de serviços públicos provenientes do próprio município, ou seja, de competência municipal. A previdência social não teve citações em relação a melhorias, entendendo assim que o Governo Federal está cumprindo com seus deveres. Por outro lado, a estrada tem parte dela de competência estadual, sendo esse um dos piores trechos segundo os idosos. Por fim, cabe salientar que a saúde é uma responsabilidade comum dos entes federativos, devendo assim todos colaborarem para a boa execução dos serviços. Contudo, o próprio município carece de um hospital para atender a população, precisando recorrer a outros municípios, sobrecarregando os serviços deles e prejudicando o atendimento da população, principalmente em casos de urgência e emergência.

Outro serviço observado, agora no âmbito privado, está o entretenimento dos programas de rádio da região. A programação, conforme observado pelo pesquisador, procura diversificar

o conteúdo, com atrações para o público que prefere notícias, músicas, conversas, para os tradicionalistas, jovens, entre outros, no entanto, é limitado quanto ao público rural ou idoso. Para os rurais a programação é difusa, baseada em notícias e os programas tradicionalistas, os voltados especificamente para os rurais são informativos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais nas terças-feiras e da Cooperativa Tritícola da região e da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) aos sábados, todos reproduzidos na rádio da cidade vizinha. Já para os idosos ocorre somente a “voz da terceira idade”, diariamente as 18 horas.

Essa perspectiva de entretenimento deve ser tomada com maior atenção, pois os idosos e os habitantes do meio rural são um dos principais usuários dessa mídia. Ao considerar o Município de Santo Antônio das Missões é importante mencionar que cerca de 40% da população é rural e aproximadamente 1/4 é idosa. Assim, é importante repensar a necessidade de maior investimento em opções para essa parte da população que é bastante significativa.

Ainda sobre o entretenimento e atenção aos idosos a pesquisa concluiu que entre os idosos rurais nenhum deles possui conhecimento de algum programa ou política pública da prefeitura voltada a esse público. Ainda que possa existir alguma ação da prefeitura, ela não atinge o público alvo, sendo considerada como ineficaz. Nesse sentido, o público da terceira idade é carente em serviços que estimulem o lazer, principalmente nos ambientes rurais que pelo afastamento dos centros urbanos são esquecidos pelos serviços públicos.

Um serviço privado que beneficia os idosos do meio rural é a participação nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, sendo que 76% deles é filiado ao serviço sindical. A filiação, ainda que aposentados, permite continuar usufruindo das vantagens, os idosos dizem que é possível receber algumas facilidades e descontos, entre eles está: ajuda em documentações rurais, auxílio para o processo da aposentadoria, cartão de desconto no comércio e desconto em serviços médicos e odontológicos. Esses serviços são muito utilizados pelos agricultores, principalmente a ajuda na tramitação de documentos, pelo fato de esse público ser carente em educação, o que dificulta o acesso e o andamento desses documentos.

Nesse sentido, a dificuldade que idosos analfabetos e semianalfabetos apresentam quando buscam seus direitos, sendo isso não somente uma exclusividade dos idosos rurais, também presente em espaços urbanos. Segundo entrevistados de uma pesquisa, existe dificuldade de comunicação entre os serviços e os idosos, porque “muitos sequer sabem ler e escrever”, “não sabem nem o que perguntar”, isso considerando apenas os que “chegam” até as instituições, “Tem muitos que nem sabem dos seus direitos” (TONEZER et al., 2017, p.22).

Assim, é possível concluir que os idosos rurais, apesar de usufruírem de um espaço que proporciona boa qualidade de vida, são apenas com o descaso do poder público. Segundo Morais et al. (2008) na zona rural há predomínio da pobreza, com níveis educacionais baixos, precariedade de moradias e dificuldades com o transporte público e com o acesso aos recursos sociais e de saúde, semelhante ao que ocorre no estudo da comunidade do Cerro do Ouro. Acontece que, nessa comunidade ainda é possível enumerar serviços básicos que são fornecidos a esses idosos, como água abundante, eletricidade e coleta de lixo, o que favorece a permanência do idoso nesse local.

4.2.4 Por que permanecer no meio rural na velhice?

Neste tópico consideramos as percepções subjetivas dos idosos sobre a vida no meio rural e do porquê permanecer nesses espaços após a velhice. Os tópicos anteriores nos permitiram traçar o perfil desses idosos a fim de entender as correlações com as motivações de permanecer nos espaços rurais, como as condições socioeconômicas, moradia, acesso, serviços públicos, entre outros.

Entre uma das questões introdutórias deste tópico está a questão da qualidade de vida da população rural, mediante a avaliação subjetiva de percepção da satisfação com a vida. Nesse sentido, 93,4% dos entrevistados dizem estar satisfeito com a vida que leva, sendo o restante dos indivíduos razoavelmente satisfeitos, apontando problemas como dificuldade de transporte e saúde, mas que pouco poderiam fazer para alterar essa situação, mesmo os que se dizem satisfeitos ao serem questionados sobre o que poderia melhorar, o que demonstra um cenário de “aceitação” dos problemas.

Um estudo com os idosos demonstrou uma situação semelhante nos municípios de Arcos, Piumhi, Pimenta e Japaraíba, localizados na região centro-oeste de Minas Gerais, Garbaccio et al. (2018) questionou quanto à satisfação com a própria vida e sobre gostar de viver a vida atual, em que 134 entrevistados (73,6%) dizem estarem satisfeitos com a vida que possuem. Essa pesquisa vai de encontro com o resultado obtido no presente trabalho, ainda que ocorra certa diferença entre os percentuais, pode haver uma variação, decorrente de mudanças culturais, estilo de vida, local onde mora, entre outros fatores

Entre as coisas boas da vida, das quais permitem a elevação do índice de satisfação com a vida os participantes da pesquisa associam principalmente ao núcleo social, sendo as amizades a principal menção, atribuída a poder conversar e dar-se bem com eles. A tranquilidade também

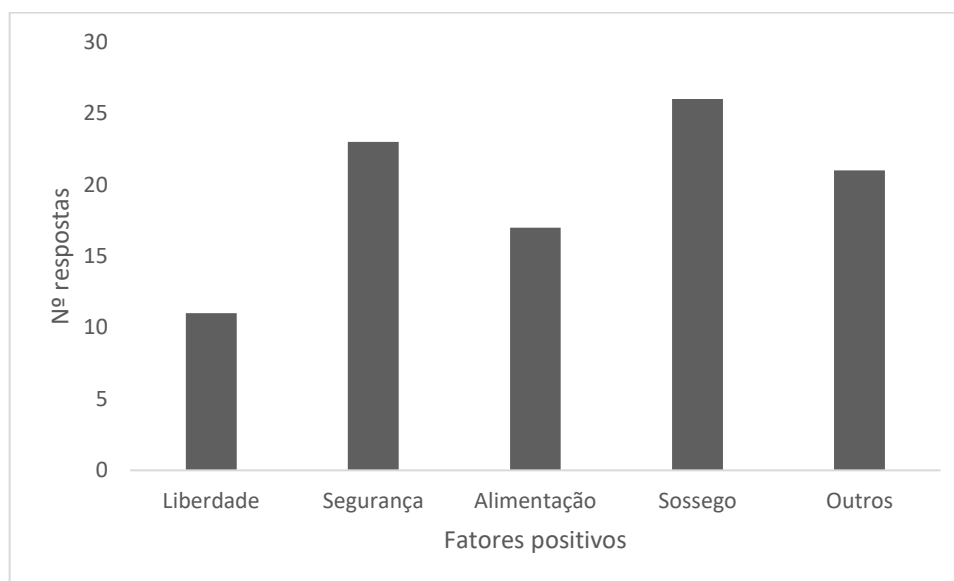
é citada, assim como a “despreocupação” pois, para eles “o que deveria ser feito já foi feito” devendo agora apenas aproveitar a fase velhice, com a manutenção do trabalho apenas para passar o tempo, já que, apesar de muitos receberem apenas os recursos previdenciários, acreditam que representa uma boa condição econômica, pois no passado, durante a fase laboral, as condições de vida eram bastante inferiores as atuais.

Como a maioria dos entrevistados ou é/foi trabalhador rural ou agricultor familiar essa situação de diminuição do trabalho e apenas manutenção dos seus níveis econômicos está de acordo com o raciocínio de Chayanov, que é apoiado pela escola marginalista em que a estratégia do camponês não é obter a maior lucratividade possível, que é o que lhe difere do capitalista, pois uma vez o consumo da família assegurado, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho (ABRAMOVAY, 1992). Assim, enquanto é possível encontrar idosos que aumentam o capital com empreendimentos, os idosos estudados preferem diminuir as atividades laborais e manter apenas a preservação da sua situação a fim de não saturar os momentos de descanso e a rotina de um aposentado.

A alta percepção subjetiva de satisfação com a vida está associada, também, conforme apontado pelos dados da pesquisa com o lugar onde vivem, que, para os idosos residentes no meio rural, este é um aspecto muito importante na manutenção da felicidade e prazer de viver. Desse modo, apesar das dificuldades apresentadas nos tópicos anteriores sobre condições socioeconômicas, trabalho e saúde, o campo demonstra-se um ótimo lugar para viver, pelo fato de que, ao serem questionados, 100% do público rural prefere o meio rural a cidade, o que demonstra uma homogeneidade dessa percepção.

Com a finalidade de entender o que o campo possui de vantagens ou benefícios em relação ao meio urbano, foi deixado aberta a possibilidade de resposta, com uma variedade de justificativas recebidas pelos entrevistados (Figura 12).

Figura 12- Vantagens do meio rural na percepção dos idosos residentes na Comunidade do Cerro do Ouro.



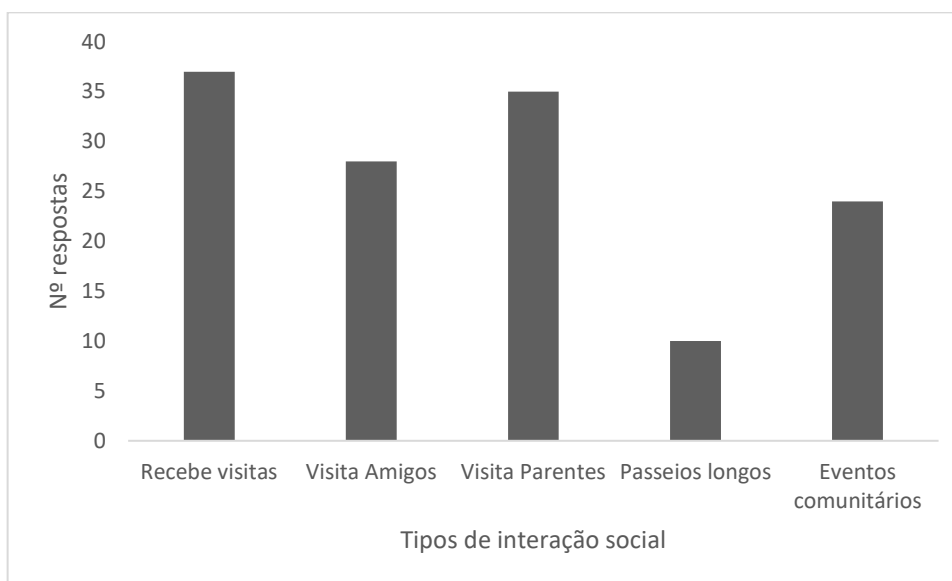
Fonte: BIRCK.V (2022).

Os índices elevados de satisfação com a vida no meio rural são atribuídos a diversas características, sendo que o sossego foi a resposta predominante entre os entrevistados (26 citações), ao passo que a comunidade estudada é pacata, com pouco movimento de pessoas e carros, barulho apenas da natureza e as vezes das máquinas agrícolas no cultivo dos campos. Nesse mesmo sentido, a segurança é o segundo fator (23 menções), que assim como a liberdade (11 citações) representa que no local pouco ocorre casos de violência e roubos, sendo possível, conforme os entrevistados, dormir com a janela da casa aberta, deixar objetos no exterior da residência, carros sem precisar trancar ou acionar o alarme e transitar sem preocupação de assaltos, ainda que no local não ocorra vigilância policial.

A alimentação também é mencionada pelos participantes da entrevista (17 menções), que conforme já discutida em tópicos anteriores, representa uma forma de qualidade de vida com o consumo de produtos oriundos do próprio trabalho, certificação da origem, forma de cultivo, livre de produtos químicos e importante na composição da economia de renda. Por fim, reuniu-se como “outros” (21 citações) distribuídas entre o maior contato com o meio ambiente, trabalho, natureza, ar puro, condição econômica e vizinhança.

A tranquilidade do local também é evidenciada pela característica dos idosos serem “caseiros” com poucos passeios e visitas de maior duração e a participação restrita a eventos locais, para muitos deles (Figura 13).

Figura 13- Formas de interação social utilizadas pelos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK, V. (2022).

O contato com o meio social, importante característica atribuída a qualidade de vida, é baseada principalmente nas relações comunitárias. Assim, 37 idosos dizem receber visitas de forma frequente, enquanto que os demais, embora recebam, é menos constante. Por outro lado, 35 dizem visitar parentes, mas restritos aos que moram em proximidade, já que apenas 10 deles admitem fazer passeios longos, sendo a justificativa mais citada, entre os que não praticam, o fato de não gostar de ficar longe de casa por tempo estendido. Já alguns costumam visitar os amigos e vizinhos da comunidade (28 deles) para cultivar a amizade e também passar o tempo, tomando chimarrão, conversando ou jogando carta, conforme observado durante a pesquisa de campo.

Ainda que ocorram visitas entre os idosos e vizinhos, a velhice diminui e altera as relações interpessoais e o meio social começa a diminuir progressivamente. Pois, com a

dispensa do trabalho há a perda dessa relação de grupo e passa a conviver mais com a família e amigos mais próximos além de que em muitos casos também é afetado pela morte do cônjuge, o que contribui para o aumento do isolamento (PAÚL, 2005)

Os eventos comunitários possuem menor adesão, de 24 dos entrevistados, sendo que é restrito aos eventos religiosos, da igreja católica da comunidade, ou festas da escola e do piquete tradicionalista. Nenhum entrevistado diz participar de eventos esportivos, pois quase não há organização nesse sentido e também os esportes praticados não são adequados às pessoas de idade elevada. A adesão a eventos comunitários acaba sendo prejudicada por poucos projetos voltados ao público idoso, pois no local não há organização social com esse fim, associação ou grupo de terceira idade. Tal falta de instrumentos sociais para os idosos é prejudicial, pois é através das suas relações com outros idosos que esses novos sentidos vão sendo dados à vivência do ser idoso no meio rural (JOVCHELOVITCH, 2008).

A ausência de grupos de terceira idade na comunidade pode prejudicar as relações sociais dos idosos, pois acabam isolando-se dos eventos comunitários e atividades coletivas. Esse problema é sentido principalmente pelas mulheres que carecem de entretenimento no meio rural, já que os grupos são estratégias de aperfeiçoamento da capacidade dos idosos com o compartilhamento de experiências, oferecimento de cursos e viagens. Isso representa melhoria na qualidade de vida e bem-estar individual e coletivo. Os homens são menos expressivos na participação nesses grupos, sendo que se atribui como possível explicação para este fenômeno a forma como os grupos se organizam em relação aos projetos a serem trabalhados, o que mostra a falta de estratégias que motivem a inserção masculina nessas práticas sociais e de lazer. (BURILLE & GERHARDT, 2014; KONZEN & AREOSA, 2019).

A interação social entre os idosos é relevante no que se refere à saúde mental. Nesse sentido, uma vizinhança que estabelece laços de amizade entre os indivíduos é favorável no bem-estar. Conforme a pesquisa, todos os entrevistados dizem estar satisfeito com os amigos e vizinhos que possuem, apesar de algumas inimizades que surgem entre alguns, é superado pelos aspectos positivos.

Nesse sentido, pelos idosos do local formarem uma teia de amizade e comunicação, muitos por serem amigos ou parentes uns dos outros, convém para eles permanecer nesses locais, visto que ali é seu local de pertencimento e berço de suas amizades. Essa teia social formada em uma comunidade é semelhante a ideia da Representação Social, proposta por Moscovici (1978). A Representação Social é produzida na construção do cotidiano de cada

indivíduo, a teoria das Representações Sociais, tenta entender as lutas, batalhas, espaços, formas de comunicação desses indivíduos e o que eles produzem de saberes no e pelo cotidiano. A representação social é algo que vai além de formulações de conceitos acerca de determinado fato, mas produções de comportamentos embasados em experiências sociais, de forma individual e coletiva; conjunto de conceitos construídos diante de um fenômeno social.

Na psicologia social ocorre o trabalho das representações sociais no seu campo, a relação do indivíduo com a sociedade e de como os indivíduos os grupos ou sujeitos sociais constroem o seu conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural, entre outras e como a sociedade constrói esse conhecimento com o indivíduo, organizando assim a realidade a partir de uma estreita parceria que passa pela comunicação (CARVALHO & ARRUDA, 2008).

A teoria das representações sociais também pode ser útil para entender os sentidos e significados do envelhecimento a partir da investigação com os próprios idosos as suas percepções sobre essa fase. Como as representações sociais estão associadas a identidade coletiva elas são resultados do processo de socialização, em que suas vontades o modo de fazer, pensar e sentir das pessoas deixa de ser um processo individual e passa a ter influência da sociedade partilhadas por membros de um mesmo espaço e contexto.

Outro fator na qualidade de vida entre os idosos está a aceitação da chegada da velhice e a identificação com a idade que possui. Por este ponto, 76% mencionam se sentir bem, assim como 80,4% veem a velhice como algo bom, pois apesar dos problemas que surgem com a chegada da idade mais avançada, consideram ser essa uma das melhores fases da vida, visto que passa a haver uma despreocupação com compromissos e trabalho, podendo usufruir de tempo livre e da condição econômica para praticar atividades que gostam. Por outro lado, os demais entrevistados (24%) citam uma condição regular, pelo aparecimento de doenças, problemas econômicos e limitações físicas, que dificultam a realização de atividades cotidianas e desejadas.

Nesse mesmo sentido, em um estudo realizado por Cabral et al. (2013), em Portugal, expõe que os idosos na faixa de 50 anos possuem uma perspectiva positiva sobre o envelhecimento, mas que tende a diminuir com o aumento da idade. Ainda, os autores argumentam que homens com melhores condições socioeconômicas e escolaridade são mais otimistas sobre o envelhecimento, enquanto que as mulheres e demais indivíduos de menor condição financeira e escolaridade possuem a perspectiva negativa sobre o envelhecimento.

Com a satisfação de viver, aliado ao estado de pertencimento do lugar onde vive, é possível entender um dos motivos de permanência no local com a chegada da velhice. Assim, questionou-se o que os idosos mais gostam do lugar onde vivem, ou seja, da Comunidade do Cerro do Ouro, gerando respostas como: vizinhança, natureza, ar puro, tranquilidade, segurança, do local propriamente dito, das lembranças da infância, proximidade da família, entre outros aspectos. Portanto, é possível dizer que os idosos se identificam com o lugar onde vivem, tanto, que entre os defeitos apontados por eles, está restrito à distância da cidade, o acesso aos serviços e a destruição da natureza.

Como já estudado nos tópicos anteriores sobre o trabalho dos idosos rurais, este também é inserido na teoria das representações sociais e está associado à permanência no local, pois:

Na medida em que o idoso se constitui em um agente social dotado de um habitus torna-se também um indivíduo coletivo cujas preferências passam a serem produtos de sua história coletiva e individual. Infere-se, portanto, que a permanência na atividade agrícola não está relacionada apenas à necessidade financeira ou subsistência, mas à própria valorização do idoso frente à velhice e ao ambiente familiar (MACIEL, 2015, p. 67).

Moscovici (2003) e Jovchelovitch (2008) argumentam que as representações sociais são compartilhadas por indivíduos que se identificam entre si e têm relações comunitárias. Assim, os idosos rurais têm um sentimento de identidade com o lugar em que vive, o território, o trabalho e as amizades, que ressignifica o que é envelhecer no campo (AREOSA & FREITAS, 2018).

Nesse sentido, questionou-se as perspectivas do futuro do meio rural e o que pensam sobre as mudanças atuais que ocorrem, podendo ser, como exemplo, as de ordem econômica e social. Desse modo, as respostas foram predominantemente associadas às transformações agrárias e do meio ambiente, não por uma perspectiva de acesso ou aumento de capital (terras) pelos idosos, mas em relação à preocupação sobre a concentração da terra na posse de poucos (13 respostas citando esse fato) e da destruição dos recursos naturais, como o desaparecimento de fontes de água, pelo secamento dos campos com banhados para a prática da agricultura, o desmatamento e danos à natureza de forma geral, como a aplicação indiscriminada de produtos químicos de uso agrícola.

A preocupação dos idosos sobre os usos da terra na comunidade é pertinente, pois eles assistem essa mudança, a qual modifica radicalmente o meio em que esses indivíduos cresceram, visto que essa era uma região marcada pela pecuária e campos nativos e hoje, nos

últimos anos, é rapidamente convertida em áreas para o cultivo agrícola e pastagens cultivadas, com poucas áreas remanescentes de campo natural. Conjuntamente a isso, ocorre a invasão das áreas de várzea com culturas de sequeiro, necessitando, para isso, a construção de valas para o escoamento da água superficial, que, com o passar do tempo, causam o rebaixamento do lençol freático e a diminuição das fontes de água, motivo de alerta por parte dos idosos sobre as consequências desastrosas dessa prática.

O crescimento do agronegócio contribuiu para a formação desse cenário, estruturas sociais, espaços de vida, de trabalho e de produção têm sido impactados sob a sua influência no meio rural pelo peso do capital e pela manutenção da concentração fundiária e tecnologia industrializada (BRANDÃO, 2007; COSTA et al., 2020). A formação de grandes propriedades volta a aparecer, mas agora especializadas na agricultura, atividade que é mais lucrativa do que a pecuária, dominando rapidamente as áreas disponíveis na região, com aumento exorbitante nos preços de terras, o que dificulta o acesso a quem dispõe de menos recursos. A exemplo está o preço do hectare em salários, que no ano de 2022 era cotado o salário mínimo em R\$ 1.212,00, valor recebido por um aposentado, enquanto que o preço do hectare variava entre R\$ 20.000,00 a mais de R\$ 100.000,00, ou seja, entre 16 e acima de 80 salários. Desse modo, torna-se inviável ou quase impossível a um aposentado adquirir áreas para melhorar sua renda.

A modificação do ambiente natural e a desigualdade de capital nas áreas rurais são processos fortalecedores do êxodo rural, que aliado às condições pessoais dos idosos acaba por dificultar a permanência nos espaços rurais. Nesse sentido, foi possível identificar a migração para as áreas urbanas de 25 idosos nos últimos 10 anos, ou seja, a partir do ano de 2011, o que representa um pouco mais de 1/3 do total. Entre os 46 idosos que permaneceram na Comunidade do Cerro do Ouro, houve o questionamento se pretende ou tem vontade de sair do meio rural e ir residir na cidade. A resposta predominante para essa questão foi negativa para 95,6% dos entrevistados, portanto, apenas 2 idosos manifestaram a vontade de sair do meio rural, os quais, inclusive, estão em processo de saída, com a venda dos bens e arrendamento das terras.

Para os que permanecem no meio rural, todos manifestam não se arrependem da escolha, mas nem todos reconhecem a possibilidade de ficar no local até o final da vida, entre os 44 que permanecem (excluindo os 2 idosos em migração citados anteriormente) e que não estão em processo de migração, 8 deles sinalizam que se for necessário, por motivo relevante, como de problema de saúde, iriam residir na cidade em busca de maior acesso aos recursos, mas essa seria uma medida excepcional.

Entre os que ficaram no meio rural a cidade é um ambiente diferenciado, sendo utilizado apenas como ambiente para negócios, mas que, para eles, representa um local insalubre e perigoso. Entre as vantagens do meio urbano citadas está o maior acesso aos recursos de saúde, comércio e prestação de serviços. Enquanto no meio rural o acesso à serviços é prejudicado pelo fator distância e também pela precariedade dos acessos (estrada). Como desvantagens da cidade, foram mencionadas a falta de tranquilidade, criminalidade, custo de vida elevado aliado à baixa condição econômica, além da percepção subjetiva de não pertencimento e de não gostar da dinâmica de vida desse espaço.

Para os idosos que permanecem na comunidade a decisão pode ser explicada pelo sentimento de pertencimento, pois 38 deles nasceram no local e sempre viveram aqui. Areosa & Freitas explicam que essas pessoas possuem uma identificação e sentimento de pertencimento com esse espaço e a partir dele podem construir, através da atividade simbólica, suas representações sociais. Para Speller (2005) o ambiente construído, onde estão inseridos os idosos, assume um papel importante na construção e manutenção da identidade, porque é o resultado das experiências que tiveram no lugar onde viveram, pois, a partir das suas falas ocorre uma clara valorização do espaço em que vivem, ou seja, do campo.

Alguns autores como Wiles et al. (2012); Bevan & Croucher (2011); Golant (2003) e Scharf et al. (2003) argumentam que entre a população idosa ocorre o desejo de envelhecer no lugar onde sempre viveram, ainda que isso implique alterações na sua moradia e estilo de vida, de acordo com as suas necessidades. Ainda, os autores dizem que essa é uma estratégia de otimização encontrada pelos idosos para contornar as perdas do processo de envelhecimento e que tal fato proporciona a manutenção da independência, continuar socialmente ativo e usufruir de qualidade de vida.

Em um estudo conduzido em Portugal que versa sobre as condições psicossociais dos idosos obteve resultados que sustentam que a residência, ou o local onde moram, tem papel fundamental na construção da qualidade de vida e que o meio rural exerce menos pressão nos idosos pelo contexto familiar estar próximo e os idosos serem mais ativos, enquanto em ambientes urbanos verificou-se maior inatividade e isolamento social (FONSECA et al., 2005).

Entre os idosos que estão em processo de migração, um casal, ainda que goste do lugar onde vive, visto que ali construiu a sua família, tem o desejo de querer sair do local devido à idade, aposentadoria e problemas de saúde de um deles, que impede de prosseguir na atividade agrícola. Essa família é residente do local acerca de 35 anos e chegou em busca de se fortalecer

na atividade agrícola, a qual declara que conseguiu reunir um bom capital e que, agora, pretende viver da renda da terra e aproveitar a velhice em um espaço que propicie melhores condições para a qualidade de vida, como para a mulher, que possui o sonho de construir uma casa nova e de “alvenaria”, já que a atual é de madeira e foi construída quando vieram para o município, a qual nos dias de hoje já se encontra bastante deteriorada.

Por outro lado, a fixação no meio rural observada em alguns idosos é associada ao sentimento de pertencimento sobre o local, bastante influenciada pelas atividades de produzir, plantar e colher, principalmente entre os homens e os valores da masculinidade, como no trabalho com os animais (KONZEN & AREOSA, 2019). Sendo assim, o trabalho, como já visto anteriormente é apresentado como a identidade desses sujeitos e a sua incapacidade de execução decorrente da velhice e da saúde acarreta o rompimento com os sentimentos de inserção, pertencimento e integração ao meio e a masculinidade. Caso esse encontrado pelo idoso em processo de migração, que após um acidente durante o trabalho passou a ser incapacitado para as atividades agrícolas e assim “perdeu o gosto” pelo campo (BURILLE & GERHARDT, 2014). No meio rural, a tradição e as questões culturais são influentes na interrupção das atividades laborais quando ocorre a decadência física (KONZEN & AREOSA, 2019).

Pela hegemonia de suas falas, em que possuem uma vida tranquila, é possível perceber que essa realidade é compartilhada entre eles e que sua atividade simbólica é ligada por experiências mútuas de uma realidade comum (JOVCHELOVITCH, 2008). O fato de viverem em um local que os faz bem, devido a calma, plantar e criar para a própria alimentação e a baixa criminalidade é associado pelos idosos como fatores de qualidade de vida e conseqüentemente componentes que reproduzem saúde, situação essa que consideram invejável para outras pessoas que vivem em conturbados centros urbanos expostos a vários riscos (AREOSA & FREITAS, 2018).

Em resumo, para eles, apesar de algumas dificuldades como o acesso à localidade, o campo oferece tudo o que eles precisam para viver. Hoje, muitos espaços rurais contam com as mesmas tecnologias que os centros urbanos, as quais foram percebidas durante as entrevistas com os idosos, como o acesso à água encanada e luz elétrica, esgoto canalizado, telefone, internet (inclusive fibra óptica), televisão por assinatura, ar condicionado, chuveiro elétrico, entre outros. Além do descrito, quando ocorre o maior acesso às políticas públicas de saúde e sociais, melhores condições de higiene, transporte, comunicação e outros tem diminuído as diferenças entre os meios urbanos e rurais e como consequência proporcionam melhor percepção de qualidade de vida (TAVARES et al., 2012).

Proshansky et al. (1983) são os pioneiros em discutir sobre o termo identidade de lugar (*place identity*) como forma de explicar a relação existente entre os indivíduos e o lugar, sendo esse um processo dinâmico que se desenvolve em um ambiente físico e social, ocorrendo sentimentos de pertencimento ao local, como casa, bairro, comunidade. Esse conceito é considerado uma subestrutura da identidade pessoal, a qual engloba memórias, ideias, sentimentos, atitudes, valores e significados do contexto em que os indivíduos estão inseridos. Giuliani (2003) discorre que mais tarde, juntamente com esse termo, surge o conceito de vinculação ao lugar (*place attachment*) o que representa o sentimento de afeto desenvolvido por um indivíduo por determinado lugar, em que valoriza mais os pontos positivos em prejuízo dos negativos.

Nesse sentido, a vinculação a um lugar ocorre quando ele reúne certas características que satisfazem as necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais dos indivíduos, o que proporciona a eles o desenvolvimento de um sentido de identidade positivo, sendo isso essencial para a promoção da sua saúde e bem-estar subjetivo (TAYLOR, 2001; TWIGGER-ROSS & UZZELL, 1996). Por outro lado, Giuliani (2003) enfatiza que a vinculação de lugar é relativa para cada indivíduo e depende das suas experiências e interesses, variando também ao longo do tempo a partir das alterações em sua vivência.

Portanto, é a partir da vinculação de lugar que a população idosa se torna propensa a evitar realocações de moradia, assim como exerce a regularidade das atividades cotidianas e possui maior sentimento de valorização sobre o ambiente construído, ainda que ele não lhe proporcione as melhores condições possíveis (GOLANT, 2011; WANKA, 2017; CARMO, 2019).

4.3 OS IDOSOS QUE SAÍRAM DO CERRO DO OURO PARA A CIDADE

Nessa seção passamos ao outro público investigado durante a pesquisa, os idosos que saíram do meio rural, ou seja, aqueles que antes residiam na Comunidade do Cerro do Ouro e após a velhice escolheram tomar novos rumos e modificar o local de residência para o meio urbano. A população estudada é composta por 25 idosos que possuem características por parte singulares e por outras semelhantes aos demais e que merecem ser examinadas, buscando assim entender e responder o porquê das suas decisões.

A instigação dessa investigação é baseada no fato de que uma parcela significativa dos idosos residentes na comunidade migraram para as áreas urbanas nos últimos anos, com a finalidade de sintetizar a pesquisa, estudou-se a migração nos últimos 10 anos. Nesse período, houve a saída de 37 idosos, mas 12 deles faleceram, restando um total de 25 idosos da comunidade e que são passíveis de serem pesquisados, já que os que faleceram aumentaria a quantidade se inclusos nos números.

Os questionários aplicados a esse grupo são semelhantes às do grupo anterior, sofrendo algumas modificações devido às particularidades do local onde vivem. Assim, essa seção segue uma ordem de resultados estabelecida pelo capítulo I e com diversas comparações de resultados entre os grupos.

4.3.1 Perfil socioeconômico dos idosos ex-rurais.

O indicador inicial utilizado é referente à idade dos idosos que passaram a domiciliar no meio urbano. Nesse quesito foi encontrada a idade média de 69,9 anos de idade, população 4,4 anos mais jovem do que a do meio rural, demonstrando assim que os residentes urbanos são formados por idosos “mais novos”. Para fins comparativos, locais mais urbanizados, como o Distrito Federal, a média de idade dos idosos é de 69,4 anos, bastante próxima ao da pesquisa (CODEPLAN, 2013). Em reforço ao dado encontrado, uma pesquisa realizada em Santa Maria-RS verificou que os idosos possuíam em média 70,3 anos de idade (HANSEN et al., 2016).

Essa situação pode ser explicada pela maior propensão de pessoas mais novas saírem do meio rural, como os recém aposentados que encerram a sua atividade após esse marco etário, principalmente porque a pesquisa enfatiza o público que migrou recentemente para o meio urbano (últimos 10 anos), ou seja, em grande parte os que há pouco tempo passaram a ser pensionistas. Ainda, modificações na estrutura e organização rural que forçam a saída das pessoas do rural, como para acompanhar filhos e parentes ou mesmo causado por necessidade de saúde, com o aparecimento de doenças precoces incapacitantes, resultado do trabalho pesado na juventude, o que não deixa escolhas ao idoso a não ser procurar residir mais próximo aos serviços de saúde e muitos deles não conseguem atingir idades avançadas, falecendo precocemente.

Para o sexo dos idosos estudados, dos 25, 15 são mulheres (60%), ou seja, um maior número de mulheres migrando para as zonas urbanas e também quando comparado aos índices dos residentes rurais em que 52% eram homens. Alcântara (2016) cita que as mulheres tendem a representar a maioria nos espaços urbanos. Em parte, esse número é associado à viuvez, com a morte do marido as mulheres buscam viver na cidade, já que para o caso estudado, dos 7 viúvos urbanos, 6 são mulheres. Esse maior número de mulheres também é em função de que elas geralmente alcançam maior tempo de vida que os homens, cerca de 7,5 anos, bem como a significativa parcela dos casais serem formados pelo homem com maior idade que a mulher devido ao casamento de mulheres quando ainda jovens (ALVES & CAVENAGHI, 2013).

Nesse sentido, cabe discutir a situação conjugal desses idosos, que dentre os 25, 14 deles (56%) são casados entre si, ou seja, formando 7 casais. O restante possui a situação da viuvez (7 pessoas) e 4 deles divorciados (duas mulheres e dois homens). Entre as sete pessoas viúvas e as duas divorciadas ocorre a situação encontrada por um estudo sobre as vivências do envelhecimento e da viuvez com idosas do Rio Grande do Sul, em que mencionam que as razões para não se casarem novamente são diversas, como o "respeito ao esposo falecido, receio de repetir experiências negativas, perda da liberdade conquistada, resistência dos filhos e a possível perda do poder em relação aos filhos" (MORAIS et al, 2008; BUAES & DOLL, 2005).

A situação conjugal possui influência na conformação dos lares. Nesse sentido, a presente pesquisa demonstrou que a estrutura social domiciliar é bastante variada, sendo que 32% vivem sozinhos (8 idosos), resultado da viuvez somado a ausência de filhos próximos (KONZEN & AREOSA, 2018). Por outro lado, 60% dos idosos possui a presença do cônjuge no domicílio e desses que convivem com o companheiro 53,3% possuem também a companhia de filhos (8 idosos). Por fim, 2 idosos vivem apenas com a companhia dos filhos.

O índice de idosos residindo sozinhos no meio urbano foi menor que o do meio rural (54,3 %) isso pode ser explicado pelo fato de que no meio urbano ocorreu maior presença dos filhos convivendo junto aos pais, enquanto no meio rural essa situação é menos comum, principalmente ocasionada pela saída dos mais jovens do campo e pela formação de lares independentes. Ainda, a menor quantidade de idosos convivendo sozinhos no meio urbano pode se dar em razão de que o idoso ao migrar para o meio urbano busca aproximar-se da presença dos filhos e refazer os laços familiares, principalmente no aparecimento de doenças, em que a companhia da família se torna fundamental. Ao mesmo tempo, aumenta-se a quantia de pessoas dependentes que se encontram sob o abrigo dos benefícios previdenciários dos idosos (ROSA & AREOSA, 2019).

Essa situação é debatida por Camarano et al. (2004) em que em seu estudo sobre o envelhecimento da população brasileira o velho tende a viver mais e diminuir o seu estado de dependência, vivendo menos em casa de parentes e passando a ser o “chefe da família” em suas próprias casas. Nesse sentido, a companhia dos filhos é em situação de dependência desses com os mais velhos, que além disso, vivem também sob a companhia de netos e bisnetos, muitas vezes sustentados por eles. Essa configuração familiar é muito comum nas cidades, pois enquanto os filhos vão ao trabalho, os netos ficam sob os cuidados dos avós.

Na análise educacional os índices foram semelhantes os dos idosos que permaneceram no meio rural, pois entre os migrantes 88 % são escolarizados em algum nível, sabendo pelo menos ler e escrever. Dentre os que possuem alguma instrução, uma idosa possui nível técnico e outra a formação superior. Os que não sabem ler ou escrever somam 8% (2 entrevistados). O nível educacional apresentou pouca diferença entre os grupos estudados em função desses idosos terem uma origem em comum, ou seja, de agricultores e trabalhadores rurais e um público com faixa etária semelhante, o que remete a uma época em que o ensino formal era pouco desenvolvido nessas áreas, pois, apesar de passarem por uma instrução básica, a escola não era a prioridade na época. Além disso, Faleiros (2007, p.127) cita que “Quanto maior a idade, maior o grau de iletrados, revelando-se o descaso do Estado e dos proprietários rurais pela educação pública, considerando-se que 38% passaram a maior parte da vida no campo e 10% viveram no campo e na cidade”.

A naturalidade dos idosos que migraram para a zona urbana é um ponto bastante importante para a análise da pesquisa. Os dados coletados revelam que 56% dos idosos (14) que saíram da comunidade não nasceram no local. Dos que saíram da comunidade 48% (12) passaram a residir em outros municípios, enquanto o restante permaneceu na zona urbana do município de Santo Antônio das Missões. Esses dados mostram uma tendência de que as pessoas que não pertenciam ao local, originalmente, serem mais propensas a sair posteriormente, ou seja, a identidade de lugar desses indivíduos é mais frágil do que a de quem nasceu e sempre viveu no local. Ainda, tais idosos já possuem a experiência da “mudança” o que facilita o processo de adaptação a um novo local, diferente dos demais que possuem resistência às novas experiências.

Essas justificativas são encontradas em alguns dos relatos desses idosos, que expressam diferentes pontos de vista sobre o assunto:

“Hoje moramos na cidade do município mesmo, mas não éramos daqui, nascemos em Giruá-RS e um tempo depois de casados resolvemos vir plantar lá interior. Acontece que depois de um tempo voltamos para Giruá, ficamos um trabalhando lá e retornamos novamente para Santo Antônio, plantamos até a gente se aposentar, aí compramos uma casa aqui na cidade e paramos de plantar”. Idosa moradora de Santo Antônio das Missões.

“Eu não era natural da comunidade, meu marido sim, sempre moramos e trabalhamos lá, eu era funcionária pública e ele tinha um bolicho. Já fazia tempo que nos aposentamos e ele não andava bem de saúde, era doença mais grave, decidimos ir mais próximo à companhia dos filhos então a gente veio pra cá.” Idosa que migrou com o marido para Caxias do Sul-RS.

Essas falas permitem estimar que apesar de os idosos imigrantes se adaptarem ao local durante a vida laboral a fixação é menor, contudo, alguns ainda permanecem vivendo no município, o que demonstra que também há a adaptação ao lugar e a criação de novos vínculos afetivos com amigos e vizinhos do local para uma parcela desses idosos.

Entre os idosos que saíram do meio rural a profissão que mais houve ocorrência foi a de trabalhador rural, com 44% (11 idosos), já os agricultores familiares são 28% (7 idosos) dos entrevistados, conforme classificação de Silva Neto et al. (2007). Por fim, outros 28% (7 idosos) foram classificados por exercerem outras profissões.

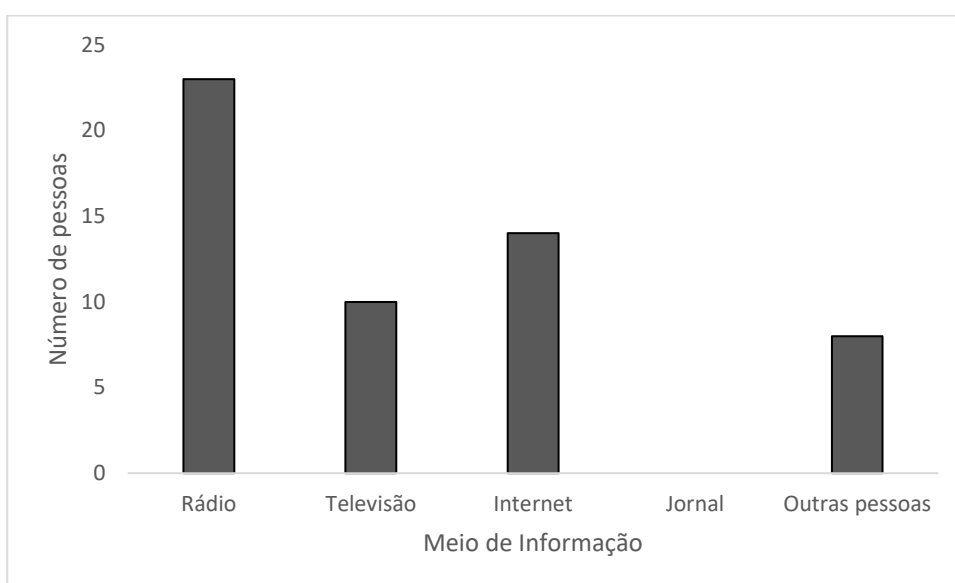
Ao analisar esses dados e comparar com os encontrados com os idosos que permaneceram no meio rural é possível perceber menor quantidade proporcional de trabalhadores rurais migrando para as cidades, maior quantidade de agricultores familiares e uma quantidade considerável de outras profissões que deixaram o meio rural (28% que saíram contra 8% dos que ficaram). A menor incidência de trabalhadores rurais em processo de migração pode ser explicada pela condição econômica desses indivíduos, os quais não detém capacidade de prover uma vida digna nas cidades devido à baixa renda mensal, que normalmente é composta apenas pelos valores do benefício previdenciário.

Não bastasse isso, a baixa renda é um fator impeditivo para adquirir um imóvel urbano, e quando possível, em maioria, é em regiões periféricas, com baixas condições de qualidade de vida, alta criminalidade e com um cenário extremamente diferente do qual sempre vivenciaram no meio rural. Ainda, no meio rural, apesar de auferir de baixa renda, o indivíduo tem a possibilidade de abater despesas como de moradia, impostos, alimentação, luz, entre outros, por serem mais baratos e subsidiados, além da alternativa de produção própria de boa parte da composição alimentar da família com pequenas plantações e a criação de animais, ou mesmo da caça de animais silvestres.

O outro grupo, dos agricultores familiares, esses em maioria são possuidores de melhores condições econômicas, principalmente os que tinham como atividade o plantio de grandes culturas (soja, milho e trigo), que possibilitou adquirir bens e ter renda mais elevada, o que permite a compra ou aluguel em locais melhores localizados no meio urbano, conforme observado nas visitas aos domicílios. Já o último grupo, que possuíam outras profissões, como professores, bolicheiros, empregadas domésticas, entre outros, migram para as cidades por não se identificar com o trabalho do campo, ficando ociosos após a aposentaria.

Uma mudança significativa entre os idosos que passam a residir no meio urbano está o meio de informação e comunicação. As fontes, assim como no meio rural, podem ser variadas, dentre as opções disponíveis estão o rádio, televisão, internet, jornal e outras pessoas, podendo optar por mais de uma, sendo relativo à sua utilização (Figura 14).

Figura 14- Meios de acesso à informação utilizado pelos idosos que saíram da Comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK, V (2022).

Em relação aos meios de informação há uma mudança nas formas de interagir com as atualidades; O rádio segue sendo o principal meio de informação por 92% dos entrevistados,

enquanto a televisão e outras pessoas tem seu uso reduzido. Por outro lado, a internet tem um aumento significativo entre os usuários, passando de 13% para 56% de adeptos.

A hegemonia do rádio continua como o principal meio de interação com as novidades, isso se dá em função da criação de um *habitus* como já mencionado no capítulo anterior sobre esse assunto. Mesmo na cidade os idosos preferem acompanhar a rádio para informar-se das notícias locais, como as da cidade, procurando saber sobre a previsão do tempo, ocorrências policiais da madrugada e recados dos órgãos públicos. Esse meio é bastante utilizado enquanto se executa outras tarefas, como cozinhar, lavar a louça, limpar a casa, já que não necessita do contato visual, apenas escutar o que é transmitido.

Outrossim, o serviço é também utilizado por idosos que passaram a morar em outros municípios distantes do Município de Santo Antônio das Missões, sintonizados na programação local por meio da internet para tomar conhecimento dos acontecimentos da sua cidade natal. Tal qual é comum escutar durante os programas pessoas de outras cidades que antes residiam no município enviando abraços aos familiares e amigos que deixaram para trás.

O uso da televisão acaba por ter menor adesão pela troca por outros meios, como a internet, a qual proporciona notícias em tempo real e filtradas pela experiência dos usuários. O que instiga curiosidade é que no meio rural essa tecnologia também está disponível, porém ela é menos utilizada, o que pode se dar em razão da menor dependência desse meio, enquanto na cidade o uso da internet passa a ser uma necessidade, como para fazer compras, acessar serviços bancários, entre outros.

Para alguns idosos a internet passa a ser o principal meio de informação, ainda que as notícias sejam também transmitidas na televisão, como é o caso de canais focados em notícias sobre política. Por outro lado, ocorre o acesso a entretenimento não disponível na televisão convencional, como filmes, séries e documentários, gratuitos ou disponíveis por valores baixos, como os serviços de *streaming*, de grande sucesso na atualidade. Ainda, o uso da internet traz facilidade aos usuários na comunicação, podendo rapidamente trocar mensagens de texto, fazer ligações e chamadas de vídeo, o que proporciona interação entre amigos e parentes. Conforme mencionam alguns idosos:

“No meu celular eu consigo ver o que eu quero e não tem essa enrolação dos canais de televisão e ainda é de graça, aqui tem tudo o que eu preciso e é fácil de usar.”

“Aqui em casa eu e o meu “veio” a gente passou a gostar de assistir série, todos os dias olhamos alguma coisa, é bom pra gente ver algo diferente do que tá acostumado. As vezes vamos dormir tarde porque ficamos assistindo.”

Entre os usuários e não usuários da internet não foi possível perceber diferença significativa sobre os índices educacionais, o que determina a sua utilização é a determinação de aprender coisas novas e de adaptar-se às tecnologias. Mesmo os que se diziam de pouca escolaridade passaram a conseguir utilizar o celular e acessar redes sociais, ainda que com certas limitações e dificuldades.

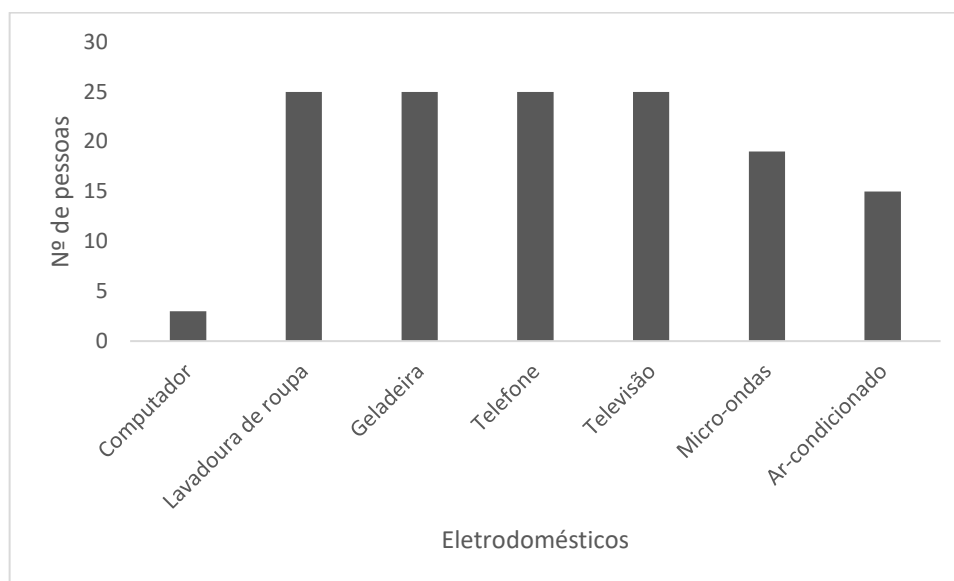
Ao analisar a condição econômica dos idosos pode-se iniciar pela situação da moradia. No meio urbano a pesquisa apresentou que todos os imóveis em que residem os idosos são próprios. Ao questionar como foi possível fazer a compra muitos dizem ser a partir da economia de dinheiro do tempo de trabalho, outros responderam ser fruto da venda de terras, como da moradia que possuía no meio rural. Todos, com exceção de um (1), optaram por adquirir imóveis já construídos, ainda que fosse necessário fazer reformas.

Diferente do que ocorre no meio rural, na cidade as moradias dos idosos, ainda que simples, são em maioria (60%) providas de acabamento, todas possuindo sanitários e piso, com acesso à água e eletricidade. Isso representa uma melhora nos índices de qualidade de vida, pois alguns idosos dizem que não possuíam anteriormente essas condições no meio rural, chegando a morar em armazéns de grãos e hoje ter uma moradia de melhor qualidade.

Devido às condições em que viviam no meio rural, principalmente pela herança do estilo de vida de quando eram jovens em que “apenas o necessário é suficiente” a casa no meio urbano é também a realização de um sonho para muitos, principalmente para as mulheres que possuíam o desejo de viver em condições melhores e em um lar aconchegante, de fácil cuidado, manutenção e limpeza.

Em relação aos equipamentos eletrodomésticos nas residências foi possível traçar algumas modificações na composição das residências (Figura 15).

Figura 15- Total de eletrodomésticos por tipo nas residências dos idosos da comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK, V (2022).

A principal alteração encontrada ao pesquisar sobre os eletrodomésticos está no aumento do uso de equipamentos como o ar-condicionado e o micro-ondas. Ainda que esses equipamentos estão disponíveis no meio rural há poucos adeptos quando comparados aos idosos migrantes. O micro-ondas se apresenta como uma solução para o preparo e aquecimento rápido de alguns alimentos, principalmente os mais industrializados que passam a ser comuns na alimentação desses idosos. Já o ar-condicionado se torna fundamental na melhoria da qualidade de vida em relação ao sono dos idosos em lugares de verões quentes ou invernos muito frios como o estudado. Ainda, diferente do meio rural em que muitos idosos passavam a noite com janelas e portas abertas para a circulação do ar fresco, no meio urbano essa opção é arriscada, devido à maior criminalidade, precisando, assim, recorrer a utensílios para minimizar o calor.

Outro fator que altera a composição de itens utilizados nas casas está a busca pela comodidade e também a realização pessoal, principalmente de mulheres que com a aposentadoria adquirem capacidade econômica e passam a mobiliar a casa da forma que desejam, ou mesmo entre os homens que alteram seus gostos, optando por viver em casas mais aconchegantes do que as que tinham no meio rural, o que proporciona melhores condições de vida e de saúde.

Contudo, a presença de utensílios domésticos modernos, assim como a condição das residências dos idosos é um fator altamente dependente da disponibilidade de renda, logo, maiores rendas possibilitam o acesso a mais e melhores condições de moradia. Dessa forma, foi importante tomar conhecimento da renda do núcleo familiar dos idosos que hoje moram no meio urbano (Tabela 5).

Tabela 5- Faixa salarial familiar dos idosos migrantes para o meio urbano.

Quantidade de salários	Nº de idosos	%
Até 1 salário	0	0
2 salários	8	32
3 salários	2	8
4 salários	3	12
5 salários	5	20
Acima de 5 salários	7	28

Fonte: BIRCK, V. (2022).

Os dados coletados entre os idosos migrantes demonstram um cenário destoante do encontrado na comunidade do Cerro do Ouro. No meio urbano a predominância é de idosos com maiores rendas que no meio rural, enquanto esse apresenta concentração de idosos com núcleos familiares com renda de dois salários (56,5%), no meio urbano essa faixa salarial é de apenas 32% dos idosos. No rural, os que recebem apenas um salário são cerca de 19,5%, já na cidade esse número é zero. Por outro lado, o número de idosos que auferem renda igual ou superior a cinco salários é percentualmente mais que o dobro no meio urbano (48% na cidade e 19,5% no rural). Cenário, semelhante é citado por Alcântara (2010) em que entre os que possuem renda acima de dois salários mínimos per capita, a proporção na cidade é três vezes maior em comparação com o espaço rural.

Proporcionalmente a maior quantidade de idosos com maiores rendas no meio urbano se dá em razão de que em maioria a composição da renda é do salário do casal aposentado e de renda da terra, o que significa que permanecem com suas propriedades, mas na forma de arrendamento para terceiros, o que garante salários mais altos mensalmente, seja pelo recebimento de produção, como o pagamento em soja (muito comum) que é comercializada em momento oportuno ou em dinheiro.

Os ganhos mais altos também alteram a composição da renda nas famílias, Tavares et al. (2011) afirma que a participação dos idosos na renda familiar é cada vez maior, sendo que em 2007 53% dos domicílios no Brasil possuíam o idoso como financiador de mais da metade da participação na renda.

Essa questão ocorre principalmente entre os idosos que anteriormente eram classificados como agricultores familiares mais capitalizados e proprietários, o que permitiu o acúmulo de terra e a não necessidade de venda de bens para migrar para o meio urbano. Situação essa oposta aos que auferem apenas dois salários, que em maioria eram apenas trabalhadores rurais e não dispõem de outra fonte de renda além dos benefícios previdenciários, visto que houve a necessidade de vender os poucos bens que possuíam no meio rural, como a casa e terras para adquirir uma propriedade urbana.

Dessa forma, a maior renda entre os idosos urbanos é determinante do motivo de nesses espaços serem evidenciados melhores condições econômicas de vida no estudo. Ainda, a maior capacidade de renda também é determinante na motivação de migrar do meio rural para o urbano, questão essa a ser debatida em momento oportuno. Alguns dados indicam uma melhora econômica geral no meio rural devido ao maior volume de aposentadorias e programas governamentais como o Bolsa Família, mas não uma situação fundamentalmente diferente daquela das últimas décadas (SOARES et al., 2006).

Ao questionar se a renda recebida é totalmente utilizada ocorre outra diferença entre os grupos estudados. Enquanto 60,8% dos residentes no meio rural afirmam que é possível haver uma economia a partir da renda recebida, apenas 40% (10 idosos) migrantes conseguem guardar parte do dinheiro. Resultado um pouco diferente do encontrado por Rosa & Areosa (2019) que na sua amostra para 64,4% a renda era suficiente para suprir os gastos, se assemelhando o encontrado entre os idosos rurais. Os principais relatos dos idosos urbanos está baseado no alto custo de vida das cidades com as despesas do dia a dia, como a alimentação, remédios, luz elétrica, água, entre outros.

Apesar de esses idosos receberem renda mais alta do que os estudos por Bolina et al. (2021) os autores identificaram que os idosos em domicílios unipessoais comprometem 63,38% de sua renda para atender necessidades básicas como habitação, assistência à saúde e alimentação dentro do domicílio. Tal situação também se assemelha a dos casais que recebem somente a aposentaria, ainda que o salário seja o dobro, o consumo também é dobrado para alguns itens, como a alimentação. Ademais, para os autores o comprometimento da renda nas

despesas essenciais afeta a disponibilidade de recursos para atividades de lazer e outras despesas, podendo comprometer a qualidade de vida de idosos nessa condição de moradia.

Nesse sentido, cabe confrontar os dados quantitativos com os qualitativos, conforme o apresentado por Alcântara (2010) que encontrou uma situação semelhante em seu estudo, pois percebe-se que apensar de haver maiores rendas no meio urbano o idoso passa a ser mais dependente do consumo de produtos que não pode ter gratuitamente, como o acesso a água, que é cobrado e aos alimentos que não podem ser amplamente cultivados pela limitação de espaço dos terrenos, principalmente das carnes, que possuem um alto valor de compra e que antes era produzido a um baixo custo no meio rural.

Ainda, a luz elétrica também é mais expressiva, visto que deixa de receber descontos devido aos subsídios rurais, que são inexistentes aos consumidores urbanos e também pelo fato de que se aumenta o número de eletrodomésticos, como visto anteriormente, o que conseqüentemente eleva o consumo energético da residência e tem como resultado faturas de energia mais dispendiosas. Portanto, afirmar que a pobreza no espaço rural é maior só porque o velho desse espaço é menos remunerado não é a forma correta de proceder, visto que o tipo de atividades que ele desempenha supre as necessidades básicas, diferentemente dos moradores da cidade (ALCÂNTARA, 2010).

Para o caso de renda excedente, em uma situação hipotética, o destino mais citado seria, assim como no meio rural, a melhoria do lar (52%), continuar guardando para 16% e o restante optaria por gastos diversos, como viajar, trocar de veículo, comprar produtos desejados, etc. Dessa forma, diferente do que ocorre no meio rural, os idosos urbanos tendem a alterar seu padrão de consumo e preferem/desejam investir o dinheiro em produtos voltados ao lazer e conforto, não em bens. Essa mudança no consumo é resultado da alteração de perspectiva de vida, pois esses idosos relatam que na cidade passou a ser importante aproveitar a idade e o fato de não mais precisar trabalhar e ter o compromisso com as atividades agropecuárias, como a de alimentar os animais, que necessita ser repetido diariamente.

Na perspectiva da renda recebida pelos idosos, conforme visto, a terra é um fator bastante importante, ainda que na zona urbana para definir a faixa de renda desses idosos. Apesar do idoso não mais trabalhar com a terra, ela quando da sua posse continua a fornecer proventos por meio do arrendamento para terceiros produzirem. Desse modo, os idosos que possuem mais terra e de melhor qualidade são capazes de possuir renda mais elevada, enquanto outros não possuem nada a receber por não mais possuir propriedade rural. Assim, a pesquisa

investigou a situação das terras desses idosos, que obteve como resultado diferentes situações agrárias.

Em um cenário geral, a média de hectares que os idosos possuem é de 28,5 hectares. Contudo, ao confrontar os dados o desvio padrão populacional fica em 26,1 hectares, demonstrando diferença significativa entre os idosos (Tabela 6).

Tabela 6 - Distribuição da área de terra das propriedades dos idosos migrantes da comunidade do Cerro do Ouro por faixa de hectares.

Hectares	Nº de idosos	%
Não possui	8	32
< 1	0	0
1-20	4	16
21-40	6	24
41-60	2	8
61-80	3	12
81-100	1	4
>100	1	4

Fonte: BIRCK, V. (2022).

Em uma análise mais específica, percebe-se que entre eles há 5 que possuem área acima de 60 hectares e outros 12 com quantidades menores, em que o valor mais baixo é de 15 hectares. As áreas maiores são propriedades de agricultores familiares capitalizados e pecuaristas médios. Por fim, 8 deles não possuem mais terras, seja por anteriormente já não ter ou pelo motivo de venda de um terreno rural ou de uma propriedade de maior extensão.

Dos que não possuem mais terras (8 idosos), 3 deles fizeram a venda da propriedade agrícola em maior escala, como exemplo as propriedades com área superior a 1 hectare. O restante também realizou a venda, mas tinha posse apenas de um terreno rural menor que 1 hectare com moradia inclusa, o que representa um capital de menor valor, sendo muitas vezes até insuficiente para adquirir um imóvel urbano, pois o preço elevado faz com que necessite desfazer-se da propriedade completamente.

As propriedades dos idosos migrantes eram utilizadas para aptidões diversas, em maior número (48% das propriedades) possuíam aptidão mista, ou seja, tinham objetivo de produção

pecuária e agrícola comercial. Em contrapartida, 20% eram utilizadas comercialmente apenas na produção de animais (pecuária) e a agricultura sem fim comercial. Já as 32% de propriedades restantes, devido a limitação de espaço, por serem basicamente o perímetro de um terreno tinham a aptidão apenas de moradia e de cultivo ou criação de pequenos animais para subsistência.

Hoje, segundo esses idosos as propriedades em maioria, pela modalidade de arrendamento, passaram a ser utilizadas exclusivamente para a agricultura, com as antigas casas e instalações destruídas ou então transformadas em “ilhas” entre os cultivos (Figura 16) para melhor aproveitamento dos lotes pelos arrendatários, que predominantemente são agricultores de outros municípios, mas que utilizam as terras da comunidade para produção.

Figura 16- Moradias que ficaram após a saída dos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK, V. (2022).

Cenários em que ocorre o êxodo rural são naturalmente compostos pelas tradicionais “taperas”, que são sedes de propriedades rurais abandonadas. Muitos desses lugares são destruídos parcialmente para a retirada de materiais de maior valor, como as aberturas, portas e telhados, ou até mesmo saqueados. Pela condição de venda ou arrendamento das propriedades torna-se comum as velhas casas formando uma espécie de “ilha” entre as glebas de cultivo.

4.3.2 Trabalho dos idosos ex-rurais

De acordo com o observado até agora, os idosos migrantes possuíam algum vínculo de trabalho com o campo, sendo que os que exerciam o trabalho com a terra eram ou trabalhadores rurais, prestadores de serviços, ou agricultores familiares pouco ou mais capitalizados ou ainda há quem classifica-se como de origem patronal. Independentemente da tipologia desses idosos o trabalho foi uma condição inerente e, assim como os que ainda vivem no local, a rotina do trabalho iniciou-se muito cedo (por volta dos 10 anos de idade), para a pesquisa de Alcântara (2010) os idosos começaram a trabalhar quando ainda criança na companhia dos pais.

Agora, na condição de ex-trabalhadores rurais e “cidadãos urbanos”, 96% dos entrevistados afirmam que sentem saudade das atividades rurais e que por mais que fossem difíceis e árduas elas possuem um significado especial, pois foi nesse meio que nasceram e aprenderam tudo o que sabem nos dias de hoje. O trabalho rural não representa apenas um labor, mas um conjunto de elementos que o compõe, como o trabalho de toda a família, as tradições, costumes e a interação com a terra, animais e natureza. A desvinculação do idoso migrante com o trabalho é difícil, pois, apesar de ser uma atividade penosa, é visto como um ofício muito além da questão econômica, mas é uma identidade criada pelo idoso (TOLFO & PICCININI, 2007).

Para alguns autores como Barros & Araújo (2018) e Tomé & Formiga (2021) o trabalho é fruto do significado que os indivíduos o atribuem, sendo subjetivo e social, já que é uma construção a partir da história individual, mas também é formado por aspectos compartilhados por um grupo inserido em determinada condição histórica e social. Assim, o trabalho recebe sentido individualmente pela realidade vivenciada e apropriada nas dimensões afetiva, cognitiva e intelectual. Marx (1986) também contribui ao falar sobre trabalho e indivíduo ao dizer que o trabalho não é um fato isolado, mas um processo humano que utiliza da força para transformar matéria/natureza em produtos que necessita, estabelecendo um significado ao indivíduo.

A condição de trabalho que é mais alterada ao mudar para as áreas urbanas é a da mulher. Conforme Heredia (2006) na agricultura familiar as mulheres além de trabalharem nas atividades agrícolas, são também responsáveis pela casa, pelo quintal e pelo cuidado com a horta e os animais, especialmente aqueles que são destinadas ao consumo familiar, ou seja, desempenhando jornadas duplas de trabalho. No entanto, estas atividades não são contabilizadas monetariamente e acabam não sendo consideradas como trabalho. Dessa forma, o papel desempenhado pela mulher na economia familiar é visto na maioria das vezes enquanto ajuda e uma extensão das suas tarefas domésticas, e não como trabalho (KONZEN & AREOSA

(2019). Já na cidade, a mulher passa a deter apenas as atividades domésticas, retirando grande parte da sua carga de trabalho diário.

Desse modo, apesar de agora ocuparem as áreas urbanas, o vínculo com o trabalho de raízes rurais não é rompido, entre os 25 idosos identificados 84% deles ainda realiza alguma atividade associada a terra, como o cuidado com o jardim, cultivo de pequenas hortas, plantio de frutíferas, ou mesmo a criação de pequenos animais, como aves, nos terrenos urbanos. O restante dos idosos (16%) cessou as atividades por incapacidade física ou pela limitação de espaço no imóvel, dedicando-se apenas aos trabalhos domésticos do interior da residência.

Ainda que continuem a dedicar-se às atividades agrícolas, ou cessá-las, alguns passaram a exercer outros afazeres, seja por motivos econômicos, a fim de complementar a renda da aposentadoria ou então por entretenimento, como o ofício da carpintaria com a fabricação de móveis e objetos de madeira, produção de pães e bolachas, artesanatos, abertura de pequenos comércios, como a venda de gás, entre outras atividades.

Essas ocupações são avaliadas por eles como importantes para manter não somente a sua condição econômica, mas fundamental para a preservação da saúde mental, pois com esses serviços conseguem ocupar-se durante o dia, ter contato com os consumidores, criando a oportunidade de desenvolver diálogos e interações com outras pessoas, desenvolver vínculos de novas amizades e aproximação de vizinhos, principalmente quando esses idosos mudam-se para cidades onde não há outros conhecidos além da sua família.

Nesse sentido, 80% dizem que trabalham principalmente por satisfação e por “não conseguirem manter-se parados”. O restante (20%) ainda trabalha pelo motivo maior de manutenção da renda, pois a aposentadoria apenas não é capaz de cobrir todas as despesas. Assim, percebemos que os idosos ainda que deixem de executar as atividades do campo, faz-se necessário à sua participação em pequenas tarefas como forma de manter a ocupação, caso contrário ocorre a sensação de “inutilidade” por parte dos idosos, os quais acreditam que é a partir do trabalho que podem demonstrar sua juvenilidade.

Considerando os que trabalham pela renda (20%) o índice se aproxima do encontrado pelo IBGE (2007) em que em geral 22,5% dos idosos brasileiros continuavam trabalhando. No entanto, na área rural, estes percentuais sobem para 46,9% segundo o IBGE, pois é comum dar prosseguimento nas atividades após a aposentaria, apenas diminuindo a intensidade.

Diferente da realidade do campo, em que o trabalho na terceira idade é normalmente voltado a atividades agropecuárias, os idosos migrantes agora passam a executar serviços mais leves e que não dependem da sua força física e sim de sua aptidão, como é o caso dos que viraram carpinteiros, comerciantes ou fabricantes de produtos. Dessa forma, o idoso tem a opção de executar os trabalhos de que gosta, ainda que para eles o trabalho do campo fosse prazeroso também.

Nessa linha de raciocínio, Maciel (2015) observa que, mesmo aqueles idosos que deixaram o meio rural quando aposentados mantêm essa relação de identidade com o trabalho, dando continuidade na cidade a certos hábitos do campo, como o cultivo de horta em casa, plantio de frutíferas, se possível a criação de pequenos animais, por exemplo. Ainda que no meio urbano não haja necessidade de um plantio para a subsistência, os idosos não deixam de cultivar em razão do hábito adquirido por toda uma vida na roça.

Por essa lógica de trabalho, Rohm e Lopes (2015) percebem o trabalho como uma “condição fundamental na existência humana”, sendo que é a partir do trabalho que os indivíduos se relacionam com o meio externo e constroem a sua realidade interna, viabilizando assim, a relação dos indivíduos com o meio, em determinado contexto, expressando-se como incessante fonte de construção de subjetividade, produzindo significado da existência e do sentido de vida.

Contudo, apesar dos idosos manterem muitos costumes que possuíam no campo, na cidade, os hábitos são gradualmente modificados, sendo o principal a mudança na rotina dos afazeres diários. Nesse aspecto, ocorre uma espécie de “flexibilização” da rotina, com horários menos rigorosos para a execução das tarefas, como o hábito de acordar cedo, que enquanto no campo o dia começa entre as 5 e 6 horas da manhã, na cidade os idosos dizem passar a acordar mais tarde, iniciando as atividades entre as 7 e 8 horas da manhã para a maioria dos entrevistados. Para Oliveira et al. (2014) evidencia-se que a migração dos idosos da zona rural para a urbana os torna mais vulneráveis após a vida ativa do campo, perdendo grande parte das atividades básicas de vida diária.

Essa mudança de hábitos está associada a mentalidade de “férias” que a aposentadoria causa nesses indivíduos, pois a mudança para o meio urbano é também objetivo de descanso e o desejo de distanciar-se da rotina das atividades rurais. Assim, esses idosos passam a buscar por qualidade de vida, mantendo certo nível de trabalho, mas priorizando atividades voltadas para o lazer e descanso.

Conforme o levantamento de dados, os 21 idosos que dizem ainda executar tarefas relacionadas a terra possuem pequenos espaços com o cultivo de diversas plantas, sejam elas para o consumo ou ornamentais, como o cultivo de flores para a decoração das residências. Entre os alimentos produzidos estão as hortaliças que podem ocupar pequenos espaços e demandam menor necessidade de luz solar, sendo os principais cultivos a alface e plantas condimentares. Alguns idosos que possuem a disponibilidade de espaços maiores aumentam a quantidade de itens produzidos, cultivando hortaliças como cebola, alho, batata doce, mandioca e passando também ao cultivo de melancia, milho e de frutíferas como manga, laranja, pêssego, entre outros. Entre os mais entusiastas com as atividades de produção é possível encontrar a criação de aves, como codornas e galinhas, as quais são alimentadas, em parte, com a produção das hortas, como mandioca e folhagens.

Assim como os idosos rurais, para os urbanos o ato de cultivar seu próprio alimento é importante na conservação da saúde, não somente física, mas também para a preservação do estado mental e econômico. A alegação dos idosos é a de que poder produzir os alimentos é a garantia de se prover de produtos mais saudáveis e de utilizar a atividade como uma terapia e no final ainda poder economizar sua renda, visto que as hortaliças possuem bastante variação de preço nas diferentes épocas do ano ou mesmo durante o mês, podendo o seu preço dobrar ou triplicar repentinamente, o que prejudica o planejamento orçamentário dos idosos.

A alimentação desses idosos também é baseada, em grande parte, na busca por produtos de melhor qualidade, sendo assim o ideal é o consumo do que eles mesmos produzem, conforme pode-se observar em suas falas:

“Mesmo aqui na cidade plantamos alguma coisinha, uma verdura, um tempero, tem no terreno do lado que a gente ocupa um mandiocal. É bom, que as vezes vou lá trabalhar um pouco, o que me judia é carpir, por conta da idade, no outro dia tô toda doída.”

“Aqui eu tenho bastante coisa, a horta até é melhor do que a que eu tinha no interior. O meu marido começou a se interessar, aí ele fez uma parte coberta por sombrite pra poder produzir no verão. A gente tem bastante árvore de fruta, que aqui não pega geadas, aí dá pra ter manga, coisa que lá fora não tinha porque morria com o frio.”

“Mas aqui eu sempre planto alguma coisa, tem batata, mandioca, laranja e ali atrás de casa tem um cercado com uns frango, eu compro milho e trato, fica melhor que esses de mercado.”

Diante do exposto, é possível perceber que para o caso estudado não houve o rompimento do vínculo dos idosos com o meio rural, ainda que em menor grau é perceptivo que a cultura e os costumes se perpetuam ao longo do tempo, o que vai contra as alegações de Araújo et al. (2013), que após a migração para a cidade ocorreria a ruptura da continuação das atividades.

O que ocorre é que após o fenômeno da aposentaria e juntamente a migração do idoso para o meio urbano, essa mudança possui um objetivo de descanso das atividades laborais, o que é inerente que a carga de trabalho acaba por diminuir já que ocorre uma ruptura com as atividades que antes eram um compromisso diário, como afirma um idoso em processo de migração para o meio urbano:

“Eu me enjoiei desse serviço, porque não interessa se é fim de semana, no inverno por exemplo, tem uma terneirada nova na pastagem, é domingo eu preciso encerrar o gado de manhã e de tarde pra dar remédio porque tem churrio (diarreia), aí a gente nunca pode sair pra passear porque tem que ficar se preocupando com eles. Eu tô velho e cansado pra tá correndo atrás de terneiro, faço isso desde que nasci, agora chega já. Agora na cidade eu fecho a casa e vou visitar os parentes com a mulher, vou fazer uma hortinha, comprei um terreno bem grande pra isso, pra passar o tempo.”

Assim, a aposentadoria é um marco importante na migração desses idosos, já que muitos ao aposentar-se já possuem uma carga laboral superior a 50 anos de trabalho pesado, além do acúmulo de diversas doenças pelo serviço penoso, principalmente entre os trabalhadores e agricultores familiares. Esse grupo possui a vantagem da aposentaria especial, como já discutido anteriormente.

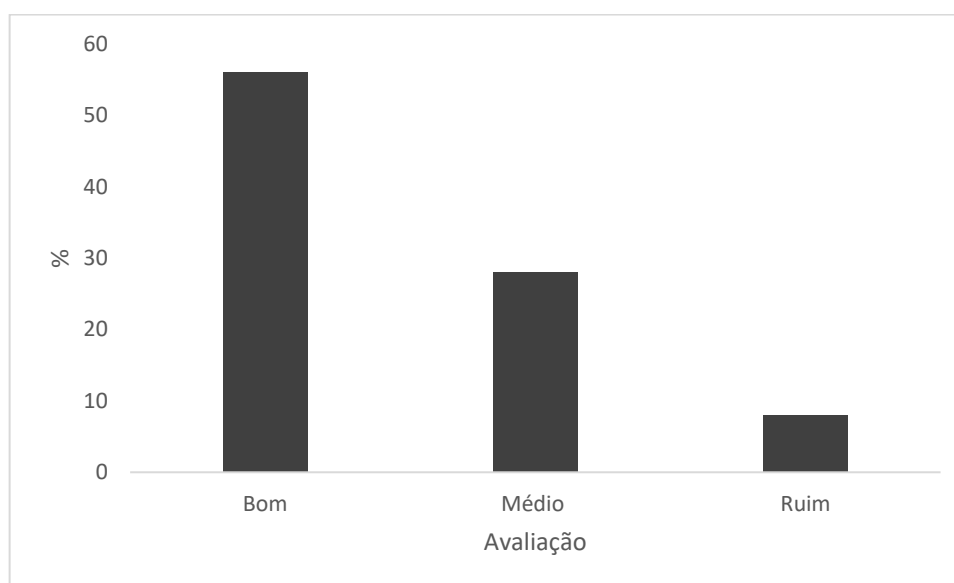
4.3.3 Saúde dos idosos ex-rurais

Apesar do público dos idosos migrantes serem em média mais jovens que os rurais, o aparecimento de doenças é inerente por conta da idade e do trabalho pesado acumulado. Essa é uma condição bastante determinante para a migração de idosos para o meio urbano, visto que muitos procuram esses espaços em busca de proximidade dos serviços de saúde e a possibilidade de encontrar cuidadores.

A partir da pesquisa foi possível chegar a 21 idosos (84%) que possuem algum tipo de doença que incompatibiliza com o trabalho, o restante também apresentou algum quadro patológico, contudo possui menor interferência na realização de tarefas. Os principais problemas incapacitantes relatados pelos idosos foram dores e problemas no corpo, como os coluna, quebras e lesões musculares, em grande parte são patologias decorrentes do excesso de esforço físico e o trabalho com cavalos e quedas, artrites, reumatismo, entre outras. Ainda, é frequente o aparecimento de doenças como o câncer, associado à idade e à exposição prolongada à produtos químicos, como os agrotóxicos, sem utilização de equipamentos de proteção individual e também a itens de consumo como o álcool e cigarro.

A despeito da presença de doenças entre os idosos, torna-se também importante avaliar a sua percepção de saúde subjetiva. A auto percepção de saúde possui a capacidade não somente de avaliar o estado físico da saúde, mas como a doença afeta o indivíduo de outras formas, a exemplo moralmente, por meio da mentalidade de bem-estar. Néri (2001) cita que a baixa saúde na velhice é associada a depressão e angústia e a baixa satisfação de vida e bem-estar. Portanto, não se deve avaliar o estado de saúde de um indivíduo apenas pelos problemas físicos, mas também pela forma com que ele convive com esses problemas. Assim, foi avaliado esse estado de saúde durante a entrevista (Figura 17).

Figura 17- Avaliação subjetiva de saúde dos idosos migrantes da Comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK, V. (2022).

Ainda que o percentual de idosos com algum tipo de doença seja maior entre os migrantes, a auto percepção de saúde demonstrou que apenas 8% dos idosos sentem-se em estado ruim e somente 28% dizem ser médio, porcentagem essa bastante inferior a encontrada entre os idosos rurais. Em trabalhos semelhantes, desenvolvidos por autores como Garbaccio et al. (2018), apresentou na avaliação da auto percepção de saúde, que 49,5% definiram-na como boa e 1,1%, como péssima, o restante como média.

A boa percepção de saúde, apesar dos problemas graves que os acompanham, pode ser resultado da melhor mentalidade e possibilidade de convivência com os problemas de saúde, igualmente como comentado ao falar sobre a população rural. A qualidade de vida aliado às atividades de lazer podem proporcionar uma melhor sensação de saúde, assim como a possibilidade de recursos para o tratamento das doenças, o que acarreta mais segurança e certeza de poder ter uma sobrevida longa. Nesse sentido, Oliveira (1985) explica que cinco fatores são recomendados para o idoso ter saúde: vida independente, casa, ocupação, afeição e comunicação, sendo que é necessário o conjunto desses fatores para a consolidação da qualidade de vida.

Néri (2001) afirma que o idoso que possui dificuldades de realizar as atividades diárias por problemas físicos, associando-se a dificuldades nas relações sociais e manutenção da autonomia, se exaure em prejuízos a saúde emocional. Sendo assim, é importante que para manter níveis bons de percepção de saúde é necessário que o idoso reúna um conjunto de atributos para a manutenção do seu estado emocional em relação a presença de doenças, como a preservação de boas relações sociais e autonomia para realizar atividades e tomar decisões. Portanto, um idoso quando incapacitado fisicamente e dependente do auxílio de terceiros pode desenvolver estados emocionais de insatisfação de viver.

Ao encontrar uma população em níveis econômicos mais elevados essa percepção também pode ser influenciada, visto que esses indivíduos podem dispor de melhores tratamentos para as doenças e conseqüentemente sentir menos os impactos dos problemas. Além disso, conseguem ter moradias mais confortáveis e acessíveis a idosos, aumentando a capacidade de locomoção e movimento na residência.

Conforme relatado pelos idosos, em média esses problemas se estendem por cerca de 11,2 anos, com muitos sentindo as primeiras limitações enquanto ainda estavam no meio rural e que em grande parte, esse foi um fator decisivo para a mudança ao meio urbano. Entre esses

problemas o principal foi a piora na condição física muscular e de articulações, o que impedia do prosseguimento em atividades agropecuária, já que com o trabalho pesado as dores acentuavam-se.

Entre os idosos que permaneceram no meio rural foi possível o contato com muitas histórias de vizinhos e amigos que ao residir na cidade foram infelizes em sua decisão, muitos contraindo quadros depressivos. Dessa forma, ao investigar tal situação pode-se chegar a um percentual de 36% (9 idosos) que apresentaram em algum momento alguma forma de depressão, número esse, ainda que maior, mas semelhante ao que foi encontrado entre os idosos da comunidade. Entre as justificativas dos idosos sobre a saúde mental, está o fato de que a maioria migrou para cidades interioranas, em que esses municípios são de baixa densidade populacional e pacatas, sendo uma situação semelhante ao que os idosos já tinham contato anteriormente, o que significa uma realidade próxima a qual já possuíam, não afetando tanto a saúde emocional.

Já os idosos migrantes para áreas mais populosas relatam haver uma mudança brusca na forma de viver, sendo comum o pensamento de “escolha errada”. Teixeira (2010) encontrou resultados que demonstram ser os idosos urbanos mais propensos ao desenvolvimento de depressão devido à solidão, que se dá principalmente quando as relações sociais são afetadas. Em áreas urbanas maiores a relação com os vizinhos pode ser mais “fria” o que afeta as interações que o idoso tem em seu dia a dia, sendo propenso ao desenvolvimento dessa patologia.

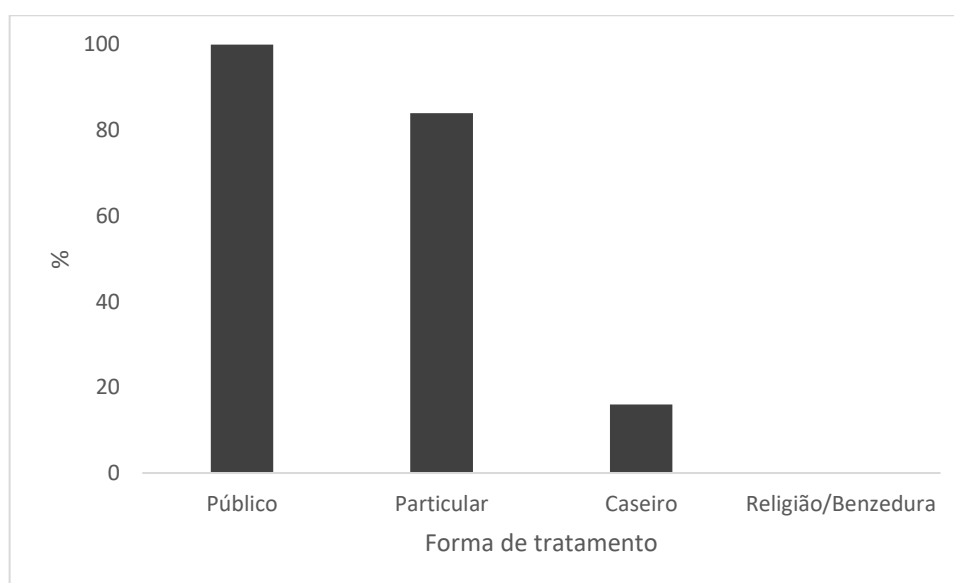
A fim de aprofundar-se mais no assunto sobre a depressão, verificou-se as condições sociais dos idosos, mais precisamente a situação de abandono por parte de familiares, amigos e vizinhos. Lembrando que Alves (2007) ressalta que morar só não possui uma relação direta com a situação de abandono ou ausência de companhia. O questionamento apontou que uma das idosos relata se sentir sozinha, principalmente em relação à família. Hoje, para esse caso, ela convive na presença de uma cuidadora e apenas um de seus filhos a auxilia diariamente, sendo possível perceber em suas falas a saudade que possui de ver seus netos, mas o contato é muito raro. Para os demais idosos não houve mudança, sendo que em alguns casos passou a sentir-se mais acolhidos, principalmente quando ocorreu a migração para a proximidade dos filhos.

Em relação ao uso de remédios, o tratamento medicamentoso foi semelhante proporcionalmente para os idosos migrantes e rurais, em que 92% fazer o uso regular de algum

medicamento. Em geral, a principal finalidade é o controle de pressão alta, hormonal, depressão e dores musculares, situação comum entre os idosos, decorrente da idade elevada.

Para ocorrer a percepção mais elevada de saúde e a possibilidade de melhores formas de tratamento é necessário que os idosos possuam acesso a serviços médicos adequados. Assim, eles dispõem de opções como os da saúde pública, particular, caseiro ou baseado na religião e benzedura (Figura 18).

Figura 18- Formas de tratamento de doenças procuradas pelos idosos migrantes da Comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK, V. (2022).

Do mesmo modo que os idosos rurais, de alguma forma todos os entrevistados fazem o uso do sistema público (100%), principalmente por problemas mais recorrentes, como a necessidade de consultas para prescrição de medicamentos, em caso de resfriados, busca por serviços oferecidos nos postos de saúde, como vacinas e medicamentos. Ainda, muitos idosos utilizam o sistema público para tratamentos e procedimentos mais complexos, como cirurgias e tratamentos de doenças, por exemplo o câncer, já que nessas situações o custo é bastante elevado. Garbaccio et al. (2018) concluem em seu trabalho que em relação à consulta com algum profissional de saúde, 50,5% afirmaram utilizar a Unidade Básica de Saúde; e 37,4%, o consultório particular, sendo essa, uma porcentagem bastante inferior na procura por serviços públicos de saúde.

O serviço particular também é utilizado pela maioria deles (84%), principalmente entre os com melhores condições econômicas, sendo a maior demanda quando há necessidade de agilidade de exames ou consultas com especialistas, em procedimentos não cobertos pelo sistema público e pode-se mencionar a aquisição de remédios na iniciativa privada, já que no SUS não é possível encontrar toda a medicação. Lebrão e Duarte (2007) esclarecem que apesar do SUS fornecer alguns remédios, uma parte considerável dos medicamentos de uso contínuo (76%) é comum ser pago pela população.

Entre os métodos alternativos 16% afirma utilizar tratamentos caseiros para os casos de doenças leves e passageiras, ou para a fabricação de remédios terapêuticos, como pomadas a base de ervas medicinais. Muitos desses tratamentos possuem origem na época em que viviam no meio rural, recurso esses utilizados pela menor disponibilidade de acesso rápido a medicamentos, visto que não há farmácias na zona rural estudada. Nesse grupo não houve adeptos aos tratamentos religiosos e de benzeduras, o que pode indicar uma certa racionalização após a migração.

O idoso no meio urbano possui algumas facilidades que os idosos rurais não possuem, como o acesso facilitado aos serviços de saúde. No meio rural, pequenas enfermidades, na forma de gripes, resfriados, machucados superficiais e algumas dores são normalmente tratados em casa com medicamentos ou receitas caseiras, pois torna-se difícil deslocar-se até a cidade para uma consulta, principalmente entre aqueles que não dispõem de transporte próprio, recorrendo a esses serviços apenas quando ocorre a piora dos sintomas ou quando ele se estende por diversos dias. Por outro lado, os idosos urbanos residem a poucos metros dos postos de saúde, o que possibilita que sejam atendidos mais rapidamente e sem o estresse do deslocamento, podendo tratar as enfermidades com maior facilidade. Contudo, ainda há resistência por alguns deles, com a justificativa de “logo passa” ou de enfrentar fila e um certo “medo” de consultar e fazer tratamentos, o que afasta o diagnóstico de muitas doenças graves que podem ser tratadas facilmente em estágios iniciais.

Segundo Burille & Gerhardt (2014) nos espaços urbanos o serviço de saúde é negligenciado pelos homens, que tendem a buscar os serviços somente quando já possuem os problemas de forma aguda. A situação para os homens do campo é ainda pior, pois soma-se a dificuldade encontrada de acesso.

Para o caso em que o idoso é questionado sobre a necessidade de cuidados em caso de ficar incapacitado e necessitar de ajuda de terceiros o esposo (a) /companheiro (a) segue sendo

o principal recurso (100% entre os casados) e os filhos para os solteiros (96%). Para o estudo de Garbaccio et al. (2018) o encontrado acerca de quem é o cuidador, 53,8% responderam que essa pessoa é o esposo (a) ou companheiro (a) e 23,6% que é o filho (a), o que destoia da porcentagem encontrada nessa pesquisa.

Camarano (2004) alerta que os velhos precisam principalmente dos filhos a partir dos 75 anos. Contudo, diferente dos residentes do meio rural, os urbanos assumem que possa haver a necessidade de cuidadores fora da família e que procuraram a cidade pensando na possibilidade de ter auxílio nesses casos, sobretudo entre os viúvos e solteiros que não tem a presença dos filhos.

Em relação a saúde da memória, o mesmo teste foi feito com os idosos urbanos, em que necessitavam atribuir uma nota de 0 a 10 pela sua auto percepção da condição. Como resultado, em média obteve-se nota 7,9, bastante semelhante ao grupo rural, com relatos de dificuldade na memória de curto prazo, como o de tomar algum remédio, esquecer o que precisava fazer imediatamente, contudo, nada muito grave.

Já sobre a capacidade funcional dos idosos, apenas 3 deles dizem não conseguir fazer todas as tarefas básicas diárias, necessitando de auxílio em alguns casos, como carregar uma cadeira, lavar roupas, subir e descer escadas, limpar a casa, entre outras tarefas que exijam maior capacidade física. Esse cenário, em que há a presença de idosos mais debilitados fisicamente, visto que entre os rurais houve menos idosos nessa condição proporcionalmente, pode ser resultado da migração, pelo fato de que essa limitação era incompatível com a vida no meio rural, precisando assim estar mais próximo de auxílios de terceiros.

A maior mudança vista ao se pesquisar e comparar os grupos de idosos está no cuidado com a aparência e com o corpo. Para esse ponto 84% dos idosos dizem que se importam com o cuidado da sua aparência, sendo preponderante entre as mulheres (100%). A principal diferença, segundo eles, é que no meio urbano estão constantemente expostos aos olhares de outras pessoas, dessa forma é importante sempre manter uma boa aparência, diferente do meio rural em que no dia a dia se torna normal o uso de qualquer roupa, com pequenos rasgos ou entre as mulheres o uso das roupas masculinas, por serem mais confortáveis.

Sobre esse assunto os autores Alcântara (2010) e Motta (1999) mencionam a “ideologia da velhice” em que a imagem do velho é rapidamente associada a feiura, principalmente sobre as mulheres, em que o homem deixa de as desejar, inclusive pelos da sua idade, por conta da ausência de beleza e do desgaste.

O meio urbano também possibilita que procedimentos estéticos sejam mais duradouros pela menor intensidade de trabalho, como o cuidado com unhas e cabelo, conforme diz uma idosa:

“Quando eu lembro dá até vergonha, lá fora quando íamos sair, no dia antes, eu tinha que desencardir meus pés e mãos, porque fica sujeira nas rachaduras da pele e é difícil tirar. Antigamente a gente tinha criação de porco, eu limpava os chiquero e saía, eu era acostumada com o cheiro, nem sentia, mas hoje eu sei que devíamos andar fedendo. Outra coisa é as unhas, eu tinha muito problema com água e esses produto de limpeza, de tanto lava roupa e com a água quente da loja. ”

Dessa forma, devido a rotina de trabalho o meio rural pode deixar a desejar quando o assunto é o cuidado com a aparência, em grande parte associado à rotina do trabalho e o menor contato com outras pessoas. Tal situação, com o tempo pode afetar não somente a aparência física desses indivíduos, mas também faz parte da construção moral e da sensação de sentir-se bem, principalmente entre as mulheres que deixam de verem-se bonitas e não gostar mais da aparência que possuem, retraindo as interações sociais e excluindo-se do convívio social, forte fator para o início de quadros depressivos.

Assim como os cuidados com itens de beleza, roupas, entre outros acessórios, estão os cuidados com o corpo, como a condição com o peso. Nesse ponto, 48% dos idosos preocupam-se com o estado corporal, tomando cuidado com a alimentação e a prática de atividades físicas, já que o ritmo de trabalho diminuiu, necessita-se da realização de outras formas de movimento, como os exercícios. A mudança de hábitos aconteceu entre muitos idosos, em que frequentemente realizam caminhadas ou participam de academias. Uma das idosas inclusive espera ansiosamente uma das suas vizinhas do interior mudar-se para a cidade e juntas fazerem algumas caminhadas.

Franchi e Montenegro (2005) explicam que além de beneficiar a capacidade funcional, o exercício físico promove melhora na aptidão física, na autonomia e controle de doenças. No idoso os componentes da aptidão física sofrem um declínio que pode comprometer sua saúde, sendo importante que desenvolva atividades que explorem a capacidade aeróbia, mas também as que envolvam força e flexibilidade.

Porém, é importante mencionar que conforme Ribeiro et al. (2017) há uma maior proporção de idosos ativos no meio rural (66,91%), enquanto no meio urbano residem mais idosos insuficientemente ativos ou sedentários (51,67%). Isso se dá em razão de que no meio

rural as atividades agropecuárias obrigatoriamente exigem a movimentação corporal, enquanto no meio urbano ficam limitados às atividades domésticas e por vontade própria a realização de atividades físicas

Para a alimentação, esse quesito é semelhante ao evidenciado na zona rural, com 96% dos entrevistados tendo, de alguma forma, cuidados com o que consomem. Esses cuidados são basicamente evitando o excesso de gordura nos alimentos e a busca por produtos mais saudáveis, como os alimentos básicos: carnes, arroz, feijão, salada, entre outros. Nesse sentido é importante acrescentar os alimentos produzidos por eles mesmos, livres de produtos químicos e, logicamente, são vegetais, produtos esses muito indicados para o consumo. O fator limitante na alimentação está na disponibilidade de produtos, a renda e o preço, esse possui variação muito alta, fazendo assim que muitas vezes deixem de ser consumidos, como é o caso do tomate, que varia a depender da época e da produção das colheitas.

Conforme já visto, em que a condição de saúde é afetada pelos serviços públicos disponibilizados, afetando não somente no tratamento das enfermidades propriamente dito, mas também na percepção do fácil acesso a eles e os demais serviços que reúnem condições para proporcionar melhores índices de qualidade de vida, como a segurança pública, transporte, educação, trafegabilidade, entre outros serviços.

De início, os idosos foram questionados em: “Como o poder público deveria agir para manter/ melhorar a vida dos idosos no meio urbano? ”. Como resposta predominante foram a melhoria nos serviços de saúde com 76% das respostas, seguidos por 24% em segurança pública. Nesse ponto, apesar da maior necessidade continuar sendo os investimentos em saúde, assim como os idosos rurais, a segurança pública passou a ser a outra demanda da população.

A saúde pública ainda é uma limitação enfrentada pelos idosos, para eles, ocorre certa má prestação do serviço, com a pouca disponibilidade de médicos clínicos geral e médicos especialistas, demora no atendimento e a pouca oferta de medicamentos disponíveis nos postos de saúde. É importante se observar que agora o acesso aos serviços deixou de ser um problema, sendo a prestação do serviço o maior empecilho.

O que difere também é as outras necessidades apontadas, enquanto o meio rural possui problemas de acesso, devido às más condições das estradas, no meio urbano a demanda não é a mesma. Ainda que nos bairros mais afastados do centro não tenha ruas pavimentadas, com muitas ainda de terra, esse não foi uma necessidade prioritária para os idosos. No meio urbano a segunda demanda mais necessitada foi a melhoria com a segurança pública, devendo haver

maior policiamento das ruas, profissionais em maior número, mais capacitados e maior rigor legislativo para evitar a criminalidade reiterada. Cabral et al. (2010) reforçam que os idosos em idade avançada migram para as zonas urbanas em busca de maiores facilidades de acesso aos serviços públicos de saúde e de segurança.

Entre serviços considerados não principais solicitados pelos idosos está o transporte, pois alguns idosos não possuem veículo próprio, sendo que os que moram mais afastados do centro necessitam de ajuda de terceiros para o deslocamento ou de transporte pago, como é o caso de serviços de táxi, encarecendo os deslocamentos. A demanda é de haver pelo menos um ônibus que realize o deslocamento entre os bairros e o centro, entre os que vivem nas cidades mais interioranas e menores. Entre os que residem em cidades maiores, ainda que tenha transporte público, é dificultoso por conta da acessibilidade desse público, visto a sua altura dos coletivos e a presença de escadas.

Conjuntamente com o transporte, há o problema da acessibilidade, principalmente das calçadas e passeios irregulares e degradados ou para muitos casos faltantes, precisando que o idoso caminhe pela rua, o que oferece bastante perigo e vulnerável a atropelamento. Esse problema acontece, em maioria, nos locais mais afastados do centro da cidade, ou então em ruas com árvores grandes as quais danificam as calçadas, dificultando a locomoção.

Por fim, houve também a demanda de espaços de convivência e a melhor organização dos que já existem, como é o caso das praças. Para eles, é importante haver espaços que propiciem atividades de lazer e que ofereçam boa aparência, assim como a organização da cidade em geral, a fim de que quem mora nela se sinta bem e quem a visita possua uma boa impressão sobre o lugar.

As demandas por serviços de lazer são importantes e necessárias de serem tratadas, pois quando na fase de não trabalho ou tempo livre o idoso deve se ocupar com novas aprendizagens (FRANCHI & MONTENEGRO, 2005). Portanto, o poder público deve fornecer o acesso a formas de entretenimento e convivência para os idosos, os quais ofereçam segurança e práticas adequadas para sua idade, como espaços para caminhadas, exercícios físicos e diversão com amigos e conhecidos.

4.3.4 Porque sair do meio rural na velhice

Assim como feita a análise entre os idosos residentes da comunidade do Cerro do Ouro, neste item discutiremos sobre os motivos que levaram os idosos a sair da comunidade e ocupar os meios urbanos. É importante lembrar que é uma percepção subjetiva do grupo estudado e se enquadra nas condições que o meio oferece a eles, o que influencia nas decisões, não sendo assim, necessariamente, uma regra geral.

Como primeiro ponto a ser debatido está a percepção de felicidade e de qualidade de vida. A avaliação de percepção da satisfação com a vida demonstrou que 92% dos entrevistados dizem estar satisfeitos com as condições atuais e que apesar dos problemas que enfrentam, como os de base econômica e de saúde, possuem hoje mais qualidade de vida do que possuíam antes, o que demonstra melhora nas condições.

Alguns estudos, como o de Teixeira (2010) e Ribeiro et al. (2017) apontam que os idosos do meio rural relataram uma percepção geral da qualidade de vida melhor que seus pares da zona urbana. Contudo, no presente estudo não ocorre essa percepção, podendo ser que seu desenvolvimento por ocorrer em região do interior do estado e a migração dos idosos tenha acontecido, na maior parte, para cidades pequenas que reúnem características próximas as da zona rural. Assim, não há evidências que marquem diferenças perceptíveis na qualidade de vida pois cada espaço é marcado por vantagens e desvantagens, além de ser necessário explorar a percepção subjetiva de cada indivíduo.

Entre os que se dizem estar menos satisfeitos, um deles aponta que possui bastante problemas de saúde, havendo dificuldade para a realização das tarefas, aliado a sensação de abandono por parte da família. Condições essas que tornam o indivíduo propenso a adquirir quadros depressivos, e valorar a condição de vida como ruim. Para o outro os motivos são econômicos, sendo que a renda da aposentadoria e dos trabalhos que realiza é pouco para manter as condições de vida, além disso, afirma ter feito negociações ruins no passado, comprometendo a capacidade de renda atual, necessitando frequentemente recorrer a venda de porções da sua propriedade para manter-se.

Para os que se dizem satisfeitos com a vida, questionou-se o que havia de bom nela. Assim como para os idosos rurais, a resposta está associada ao meio social em que vivem. Nesse sentido, os idosos dizem que um dos motivos é a família, visto que alguns mudaram para a proximidade da companhia dos filhos e parentes, sendo essa uma das melhores decisões já feitas, pois por muito tempo conviviam à distância. Outro ponto relevante é o cultivo das amizades, sendo que apesar da mudança, no meio urbano houve a formação de novos laços de

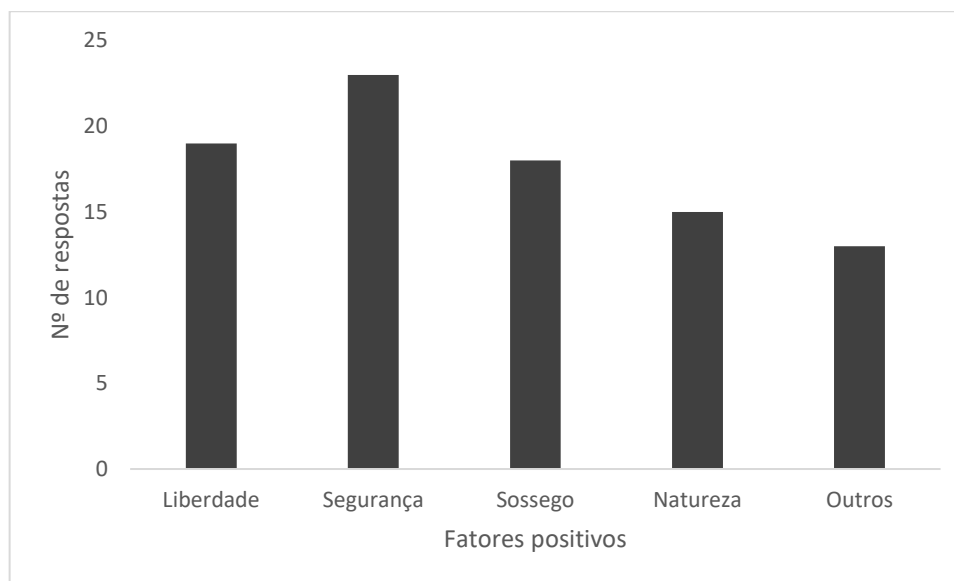
afeto e a reaproximação de amigos e vizinhos mais antigos, que também migraram para a cidade e muitos hoje são vizinhos novamente no meio urbano.

Adicionalmente, apesar de que a maioria possui algum tipo de doença, dizem que no geral gozam de boa saúde e consideram isso importante para a qualidade de vida. Ademais, atribuem a terceira idade como com momento para aproveitar o sacrifício do trabalho no passado, podendo agora fazer as atividades que desejam, ter um lar digno e a despreocupação com compromissos, e para alguns a possibilidade de ter uma renda satisfatória e com baixo esforço, proveniente de investimentos, como o arrendamento das propriedades.

Muitos idosos migraram para as cidades interioranas e com características rurais, logo, é possível ainda ter a proximidade com o meio rural e manter certos costumes que tinham quando lá residiam, como ter pátios grandes, possibilidade de cultivo de plantas, contato com animais e a opção de visitar suas propriedades quando quiserem (quando ainda as possuem). Nesse ponto, 76% dos entrevistados dizem sentir saudade do meio rural, mas que não pretendem voltar a morar lá, pois hoje já se adaptaram ao novo lugar. Para 16% não existe a possibilidade de voltar, pois passaram a preferir a vida da cidade enquanto os outros 8% se pudessem voltariam, mas as condições de saúde não os permitem mais. Sobre sentir saudade, Ecléa Bosi (1994) no livro *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, descreve os depoimentos dos entrevistados de sua pesquisa e revela que há os acontecimentos pessoais, os quais remetem à infância, às brincadeiras, às amizades e à vida familiar, expressados pelo cotidiano, os costumes, o trabalho... que deixam saudade, mas ao mesmo tempo há a lembrança dos conflitos e frustrações.

Os idosos urbanos foram submetidos a mesma pergunta que os rurais, “quais vantagens ou benefícios o campo possui em relação ao meio urbano” (Figura 19), visto que para os urbanos já ocorreu a possibilidade de habitar os dois ambientes. Assim, pode-se compreender com mais fidedignidade esses quesitos.

Figura 19- Vantagens do meio rural na percepção dos idosos migrantes da Comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK.V (2022).

Em geral as respostas dos dois grupos foram semelhantes e apontaram para quase os mesmos fatores que dizem ser melhores no meio rural. Lembrando que essa questão permite mais de uma resposta. Para os idosos migrantes, 23 deles dizem haver maior sensação de segurança no meio rural, sendo maior a criminalidade no espaço urbano. Esse grupo relata se sentir inseguro de sair à noite na rua, mesmo sabendo que as cidades são calmas, além de contar haver bastante furtos nas casas, mesmo em terrenos fechados, necessitando assim evitar de deixar objetos de maior valor nas áreas externas das casas. No mais, a insegurança dos idosos faz necessário que sejam instalados nas moradias equipamentos de segurança, como câmeras, alarme, grades, cercas elétricas, entre outros.

O segundo e o terceiro fator mais mencionado foi a liberdade e o sossego, com 19 e 18 respostas, respectivamente. Os idosos dizem que a cidade é um local com bastante barulho e a presença de vizinhos muito próximos afeta a privacidade. Apesar de hoje já estarem acostumados, no início possuíam dificuldade em dormir, acordando com os sons da cidade, como barulhos de carro, cães latindo, música e outras pessoas conversando. No campo também há bastante barulho, mas normalmente é produzido por animais domésticos, pássaros, vento nas árvores e outros animais selvagens. Já a liberdade é afetada pela criminalidade, precisando assim evitar de sair em certos horários ou sozinho, necessidade de trancar portas ao anoitecer e

a liberdade é limitada pela presença de vizinhos, precisando alterar hábitos, como falar alto, ouvir música alta, a presença de muros entre as casas e a sensação de estar “confinado”.

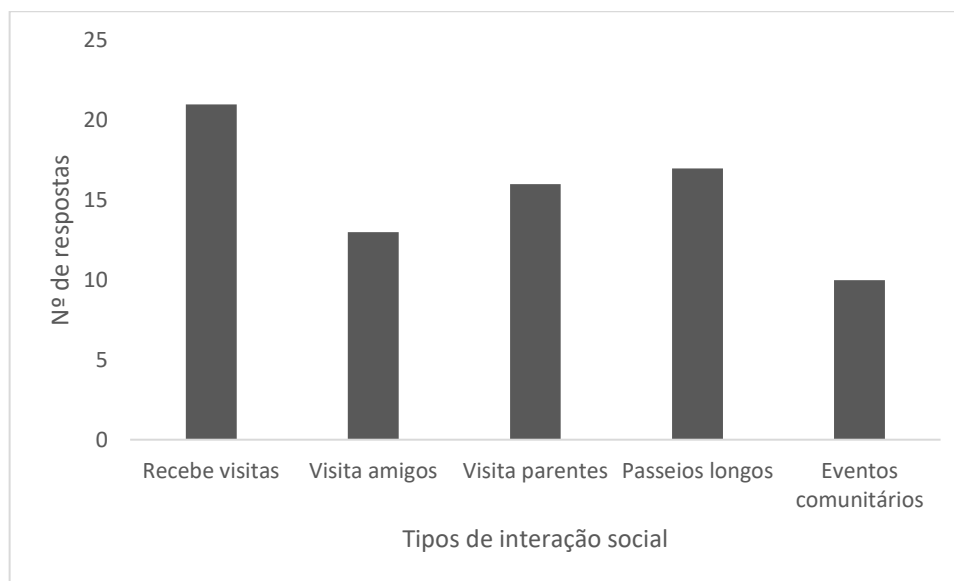
Outro aspecto bastante citado está relacionado a natureza, reunindo nesse grupo o contato com o meio ambiente, a interação com as plantas, os animais, a água, entre outros elementos que compõe as paisagens naturais. Esse fator é citado pela supressão de vegetação na construção das cidades, sendo que os idosos reclamam da pouca arborização das ruas, o que gera uma sensação térmica elevada nos períodos quentes pelo aquecimento das construções. Ademais, sentem falta do contato com os animais, visto que no campo é comum haver, por exemplo, tratamento aos animais pelo nome, atribuindo apelidos a bovinos, porcos, cavalos, entre outros, sendo quase um “membro da família”.

Entre os mais tradicionalistas é possível perceber a partir das suas falas a saudade dos seus companheiros de trabalho, o cavalo e os cachorros que sempre os acompanhavam no dia a dia. Ainda, para alguns há a vontade de caminhar pelo campo ou mato, sentir o “cheiro” do ar desses ambientes, pois enquanto estava no meio rural, regularmente fazia caminhadas em meio aos ambientes naturais. Hoje, alguns acabam substituindo esses hábitos através de acampamentos em matas à beira de rios, como uma atividade de contato com a natureza.

Para os que citaram outras condições (13 respostas) uma delas é a vizinhança, com alguns preferindo os vizinhos do meio rural, por serem conhecidos de longa data, “mais calmos” e amigáveis, já que alguns possuem problemas no relacionamento com os vizinhos na cidade. Outro ponto mencionado está na disponibilidade de recursos, coisas que não eram valoradas no meio rural, como a lenha para o fogão e produtos de alimentação como carnes e ovos na cidade possuem um alto valor, algo que eles não estavam familiarizados em pagar por isso.

Ao se falar sobre a interação social dos idosos urbanos, investigou-se como ocorre o contato com as pessoas conhecidas, vizinhos e familiares, a frequência dos passeios e visitas (Figura 20).

Figura 20- Formas de interação social utilizadas pelos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro.



Fonte: BIRCK, V. (2022).

Os resultados demonstram que houve certas diferenças na forma como os idosos tem contato com as outras pessoas. Ambos os grupos são semelhantes ao dizer que recebem visitas (21 respostas), sendo elas não tão frequentes, mas regulares, com algum vizinho, amigo ou familiar que vem visitá-los. Para outros, as visitas são mais restritas, tendo companhia da família, apenas, na maior parte dos dias.

Já em relação a visitar outras pessoas, como amigos e parentes, houve uma queda no número de respostas e aumento nos passeios mais longos. Essa condição pode ser atribuída a um relacionamento mais restrito nas cidades, com os idosos saindo menos de casa e tendo o contato com os conhecidos ao sair para a rua, como nas filas dos pontos comerciais, ocorrendo conversas mais rápidas. Ainda, há dificuldade para sair de casa para alguns, pela mudança da rotina, problemas de saúde que impedem, entre outros. No entanto, houve o aumento da quantidade de passeios longos, o que demonstra que os idosos passam a sair em lugares mais distantes, principalmente em visita a parentes, algo que era mais difícil anteriormente devido ao compromisso do trabalho no meio rural.

Essa situação tem sido exposta em alguns estudos, como os de Martins et al. (2007) Cabral et al. (2010) e Teixeira (2010) que demonstram a existência de uma menor rede social no ambiente urbano em relação ao rural, sendo que os aspectos mais significativos foram o

contato frequente com familiares, a identidade com o meio e sentimento de pertencimento a um grupo social, fatores que talvez possam ser atribuídos aos resultados do nosso estudo, já que os idosos rurais estão na sua maioria alocados em assentamentos ou comunidades, em convívio direto e cotidiano com seus familiares.

A busca dos idosos por eventos comunitários é menor que no meio rural. Segundo os que não participam, a cidade não proporciona encontros ou festas do seu interesse, preferindo ficar em casa ou saindo apenas em algumas oportunidades. A maior parte desses entrevistados é do próprio município de Santo Antônio das Missões, e tem como justificativa a cidade não proporcionar bons eventos, sendo restrito a comemoração do padroeiro da cidade, em que ocorre a confraternização e festa da igreja católica. Ademais, a feira agropecuária da cidade há anos não acontece e os desfiles de 7 e 20 de setembro são pouco atrativos. Nesse ponto uma das idosas chega a citar:

“Lá fora tinha clube de mães e aqui nem tem isso, acho que eu vou ter que criar um com as minhas amigas.”

Por outro lado, os que participam dos eventos, eles atribuem que o idoso precisa sair, quando não tem evento na cidade onde mora, procura em outras, como alguns que participam de excursões organizadas por grupos de idosos de outros locais. Também há a possibilidade de se inserir em grupos organizados pela assistência social, que promove pequenas festas, com bingos e dança, passeios, entre outras possibilidades. Conforme uma idosa que relata o seguinte:

“Eu morava pra fora, aí me aposentei, vim pra cidade e fiquei viúva, já faz bastante tempo, então comecei a participar desses grupos, viajava muito, a gente foi pra praia, no santuário de Nossa Senhora de Aparecida e mais um monte de lugar. Mas aí eu fiquei muito doente passei vários meses internada, agora que estou bem não perco a oportunidade de sair, meu filho tem medo que eu fico andando por aí, mas eu gosto muito disso, tenho minhas amigas, o pessoal da prefeitura quando precisa vem me pegar aqui em casa.”

Portanto, o que ocorre é que apesar de haver poucos eventos, os idosos não buscam participar, principalmente os homens que não aderem a eles, preferindo apenas a participação nas festas. Nesse ponto, é fundamental que o poder público promova eventos que sejam

atrativos para os mais diversos públicos e gostos, visto que a participação do idoso é fundamental para a promoção da qualidade de vida e é estado de saúde.

Areosa & Konzen (2019) citam que idosos que participam de grupos de convivência, como é o caso de grupos de terceira idade relatam que as atividades realizadas nestes encontros possibilitam o reconhecimento social no espaço onde estão inseridos, bem como melhorias na qualidade de vida e no bem-estar individual e coletivo. Os estudos mostram que estas atividades de inserção social promovem mudanças nos participantes, já que estão em contato com outros idosos, compartilhando experiências e vivências entre semelhantes.

Ainda, cabe observar que a ausência de uma vida conjugal está associada a melhores resultados no domínio das relações sociais, pois indivíduos que vivem sozinhos participam com maior frequência em atividades sociais, (CARMO, 2019). Assim, os achados de Carmo (2019) vão de encontro com o observado na pesquisa, em que os idosos viúvos ou solteiros apresentaram tendências de participar mais das festividades e atividades oferecidas.

O que se percebe, de fato, nesses locais é a forma como os idosos se reúnem e interagem. É comum no Município de Santo Antônio das Missões, em que a pesquisa foi mais intensa, observar que os homens tendem a reunir-se em espaços masculinizados, como os tradicionais bares e bolichos, conversar nas agências bancárias, agropecuárias e a tradicional Praça da Matriz, na esquina das agências bancárias do centro, que durante a manhã é possível encontrar muitos idosos conversando naquele local. Já as mulheres tendem a ser mais caseiras, visitando-se nas residências umas às outras ou então encontrando-se em conversas rápidas nos comércios da cidade. Enquanto isso, outras são mais participativas nos eventos sociais, participando das atividades promovidas pela Assistência Social, e instituições como o lar de idosos e da paróquia.

Essa organização das interações sociais é discutida por Motta (2004) que cita os “homens em conversas nas praças públicas e mulheres em ‘trabalhos’ ou apoios a rituais da Igreja Católica”. Essa é também uma situação “nichada” normalmente praticada por determinados grupos, principalmente ao se falar na participação das mulheres na igreja católica, uma cultura bastante associada aos imigrantes das colônias que vivem na região.

Sobre a vizinhança em que moram esses idosos, 76% deles dizem ter bons vizinhos, apesar de não haver muito vínculo afetivos entre alguns, não há motivos para reclamar, enquanto outros afirmam manter uma boa amizade com os vizinhos, sendo possível haver conhecidos de quando viviam no meio rural morando próximos. Já para os 24% restantes, nem

todos os vizinhos são bons, havendo alguns conflitos e outros, principalmente para os que moram em cidades maiores, são desconhecidos.

Já ao ser perguntados sobre a vizinhança que possuía no meio rural, unanimemente (100%) responderam que lá era melhor pelo fato de conhecer todos os seus vizinhos e que apesar de haver desavença com algum, ele também era alguém conhecido pelo idoso. Em geral, a vizinhança no meio rural era mais harmônica e dificilmente havia pessoas desconhecidas vizinhando-se, enquanto na cidade nem sempre isso é possível saber sobre as pessoas que moram na proximidade.

Assim como os laços sociais que o idoso cultiva e que é importante para a formação da qualidade de vida se torna necessário entender sobre a auto identificação que eles têm sobre a idade que possuem, ou sejam como se sentem em seu estado atual. Entre os idosos migrantes 84% dizem se sentir bem com a sua idade e 88% avalia a velhice como uma boa tapa da vida, sendo que para muitos desses idosos essa está sendo a melhor parte, pois reúnem condições melhores do que possuíam no passado, como melhor moradia, renda, despreocupação com trabalho, entre outros fatores. Já para os que não se sentem bem com a idade que possuem, está associado principalmente ao aparecimento de doenças, dificuldades econômicas e más condições de vida.

Para a permanência do idoso no meio urbano, faz-se necessário ele gostar do lugar em que vive, assim, questionados sobre o que mais gostam do lugar em que moram antes, foi possível reunir algumas respostas em comum. No meio urbano as respostas foram baseadas na casa em que vivem, os vizinhos, o acesso facilitado as necessidades, como mercado, farmácia, serviços médicos, possibilidade de ver mais pessoas (muitos moravam em lugares bastante distante do vizinho mais próximo) e para alguns a cidade onde moram também é um lugar bastante tranquilo em que podem fazer as atividades que desejam. Assim, apesar dos idosos não citarem necessariamente que gostam do lugar em que moram, é possível extrair de suas falas que eles gozam dos benefícios que morar na cidade trás, como o acesso a recursos e a interação social.

Por conseguinte, a casa, para o idoso, é um lugar que ultrapassa as paredes da sua habitação privada, que abrange espaços externos como o bairro, comunidade, cidade, lojas, centros comunitários, espaços públicos, utilizados para a realização de atividades pessoais e sociais (PEACE et al., 2006; WILES et al., 2012). Assim, mesmo no meio urbano a atratividade do ambiente construído e a acessibilidade dos espaços públicos contribuem para que os idosos

desenvolvam um forte sentimento de identidade e vinculação positiva, relativamente ao seu local de residência o que pode contribuir para a melhora na qualidade de vida social (GARCIA-RAMON et al., 2004; PHILLIPS et al., 2011; TARTAGLIA, 2013)

As escolhas que esses idosos fazem ao sair do meio rural, em muitos casos é bastante dolorosa, tendo de deixar muitas “paixões” para trás e sofrendo mudanças radicais na sua forma de viver, principalmente para os que migraram para cidades com tamanho (população) e cultura diferente do que estavam acostumados na comunidade. Para alguns desses idosos, a comunidade do Cerro do Ouro foi o seu berço e o local onde cresceram e sempre viveram, para outros, foi o lugar que os acolheu quando resolveram mudar-se para a comunidade, mas o ponto fundamental é que para qualquer um deles deixar a comunidade é uma decisão bastante difícil.

Assim, questionamos se possuem vontade de voltar para o meio rural. Apesar de todos (100%) concordar com o fato de que não voltam mais, pois, o campo não suporta mais as suas necessidades, 32% dizem que se pudessem retornar, retornariam. O meio rural, para muitos, é um sinônimo de fartura, pois lá plantavam criavam, caçavam e pescavam, apesar de ter anos de plantação ruim a natureza sempre permitia a alimentação de outras formas, com peixes em abundância nos rios e animais nas matas, situação essa também encontrada por Alcântara (2010) em sua pesquisa.

Apesar de querer voltar, nem todos dizem que retornariam para a comunidade (4 idosos), mas procurariam locais que fossem mais próximos da cidade, como pequenas propriedades periféricas, para formar chácaras, apenas com o objetivo de residência e a possibilidade de criar pequenos animais. Para esses idosos a comunidade é muito longe da cidade e que pela idade o deslocamento é cansativo devido à distância e as condições ruins das estradas. Os outros 4 idosos que sentem vontade em voltar para a comunidade, seria para onde viviam ou em alguma terra próxima, utilizando como moradia, não tendo nenhum compromisso com o trabalho.

Ao aprofundar a discussão sobre o porquê de sair do meio rural, supomos algumas possibilidades que foram desenvolvidas no decorrer das entrevistas com o grupo migrante. Essas justificativas de migração são baseadas em falas dos idosos, algumas não ditas explicitamente, mas elaboradas pelo pesquisador a partir da reunião de fatores que foram percebidos até chegar esses possíveis motivos.

Em primeiro lugar, quando falamos sobre o idoso que permanece na comunidade do Cerro do Ouro, foi atribuído a esse indivíduo o gosto pelo local, lembranças e costumes que resumidamente são traduzidos pelo “sentimento de pertencimento”, debatido no capítulo

anterior. Para o caso dos idosos migrantes uma das possíveis variáveis que influenciam na mudança é uma menor identidade que esse idoso possui com o lugar, ou seja, o sentimento de pertencimento é de menor intensidade.

Para chegar a essa conclusão, foi associado a isso a porcentagem de idosos que não são naturais do lugar e migraram após a velhice. No caso estudado, 56% dos idosos (14 pessoas das 25) que saíram da comunidade não eram naturais do lugar e 48% (12 pessoas das 25) dos que saíram foram para outras cidades, sendo que desses que foram para outras cidades 83,33% (10 pessoas entre 12) não eram naturais da comunidade. Além disso, o casal que não foi computado nesse grupo (está entre os que permanecem na comunidade), mas está em processo de migração também não é natural do local, juntamente com o observado de que os possíveis futuros migrantes do grupo rural também são pessoas que vieram de outras localidades.

Ocorre que o idoso que ficou na comunidade alguns deles sequer mudaram-se de residência ao longo da sua vida e quando mudam é para uma nova casa construída ao lado da antiga, dentro da mesma propriedade, essa é a realidade em que eles foram moldados. Tal situação é tão comum que algumas músicas da cultura gaúcha retratam essa realidade, como é o caso da famosa canção “Contraponto” que cita:

“Essa audácia de buscar o novo
Sem pisar no rastro ou reacender as brasa
É o contraponto de ter prenda e filhos
E ficar tordilho ao redor das casa”.

Autor- Cristiano Quevedo

Essa música narra a história de jovens que saem ao mundo em busca de coisas novas, sendo que é o oposto do escolhido pelos pais (contraponto), os quais tem seus filhos e permanecem tordilhos (idosos) nas suas residências. Nesse sentido, é possível entender que esses idosos preferem envelhecer no local em que sempre viveram, assim como seus pais que viveram ali e morrem no local, com a tradição de fazer as sepulturas nas suas terras.

Em oposição, muitos dos idosos hoje migrantes chegaram na comunidade ainda jovens em busca de oportunidades, como a oferta barata de terras. Para eles, apesar de terem sido acolhidos pela comunidade a ela não se sentem pertencidos, visto que a maioria possui outra cultura já que migraram das colônias para essas localidades com a finalidade de agricultar as

terras. Ao aposentar-se e ter seu dever cumprido cessam as atividades e procuram viver próximos aos seus familiares ou explorando novos locais para exclusivamente fazer de moradia.

O fato de os idosos migrantes já terem realizado uma mudança de local enquanto jovens, ou até mais vezes é também um fator impulsionador, uma vez que já tiveram a experiência de enfrentar um “mundo novo”. Dessa forma, a barreira de ter a primeira mudança já foi rompida, sendo mais fácil realizar o processo novamente, uma espécie de “desapego” a lugares.

O segundo argumento que se formulou para justificar a permanência ou saída de idosos dá-se pela sua condição financeira. Essa proposição tem por base a observação do pesquisador e reúne os argumentos e os resultados levantados na pesquisa, principalmente sobre o perfil socioeconômico dos idosos. Para isso podemos dividi-los em 4 grupos: Os que tem condições de migrar para o meio urbano e saíram; os que tem condições e permaneceram, os que não tem condições e saíram e os que não tem condições e permaneceram.

O primeiro grupo, os que possuem condições de migrar e saíram é formado por idosos de melhores condições econômicas, para eles, a migração é um processo de escolha, visto que possuem capital suficiente para ocupar os espaços urbanos usufruindo de boa qualidade de vida, o que é percebido pela escolha de um local que atende as condições que deseja, como morar em um bairro de sua escolha, construir ou comprar um imóvel que satisfaça as suas necessidades e dispor de uma renda se não suficiente, excedente ao que necessita para viver da forma que deseja, sendo muitas vezes resultado da renda da terra, a qual não precisou se desfazer para adquirir um imóvel urbano.

O segundo grupo é composto por aquele idoso que possui condição econômica semelhante ao do primeiro grupo, porém ficou no meio rural, para esse idoso migrar também é somente uma questão de escolha, em virtude de reunir as condições necessárias para ter qualidade de vida desejada em ambos os espaços. Ocorre que os indivíduos desse grupo podem ser enquadrados em permanecer no meio rural por “paixão”, ou seja, ainda permanecem na localidade porque realmente gostam e se identificam, pois tendem a perceber mais vantagens que desvantagens de residir nesses espaços.

O terceiro grupo é formado por aqueles que não possuíam boa condição, mas migraram para as cidades. Aqui enquadramos o grupo mais crítico, é formado por aquele idoso que possuía poucos bens e baixa renda enquanto estava no meio rural e por algum motivo alheio a sua vontade precisou sair do meio rural, como é o caso das doenças incapacitantes. Para esse idoso, sair do meio rural não é uma condição de escolha como no primeiro e segundo grupo, é

uma necessidade. Nesse sentido, por ter baixa capacidade econômica, viver nos espaços urbanos é um desafio, uma vez que é “obrigado” a ocupar bairros mais periféricos em que os imóveis são mais baratos e conseqüentemente mais distantes, de menor qualidade, menor capacidade de escolha de onde pode residir e também precisa sobreviver em muitos casos apenas com os proventos dos benefícios previdenciários, o que é insuficiente para cobrir as necessidades de um idoso, principalmente na presença de doenças e exigência de medicamentos. A propriedade que residia no meio rural também possuía pouco valor e a venda integral do lote não cobria a compra de um imóvel urbano em melhor localização e condições.

O quarto e último grupo reúne os indivíduos que não possuem condições econômicas e permanecem no meio rural. Para esse grupo, permanecer no meio rural também não é uma escolha, mas uma necessidade, ainda que queira sair do meio rural, a sua condição econômica não é suficiente para viver na cidade, conforme o grupo anterior. A baixa renda desse grupo, normalmente apenas a aposentadoria, como o terceiro grupo, permite que no meio rural tenha uma condição de vida mediana, em função de possuir menor custo de vida pois não depende de aluguel, tem uma residência simples, consome apenas o necessário, planta e cria animais para a sobrevivência, entre outras formas de perpetuação.

Portanto, percebe-se que a saída do meio rural também é influenciada pela renda dos idosos, sendo que o primeiro e o segundo grupo possuem a liberdade de escolha em permanecer ou ficar, principalmente os do segundo grupo, já que os do primeiro poder ter saído por alguma necessidade, como problemas de saúde, ausência da família, cuidadores, entre outros. Em contrapartida os dois últimos grupos abrangem os idosos que não tem escolha, precisam ficar ou sair exclusivamente por necessidade, isso é influenciado principalmente pela sua renda e capital que possui, como quantidade de terras, casa, veículos, animais, entre outros bens, que precisam muitas vezes ser vendidos para adquirir o imóvel, o que faz com que sua renda passe a ser somente a da aposentadoria.

Garcia (2017) conclui que na migração de idosos ocorrem dois tipos de migrantes. O primeiro deles são os idosos que possuem melhores condições econômicas e de saúde, em que a migração tem o objetivo de usufruto dos benefícios desta fase da vida, ou seja, o descanso e o gasto dos recursos acumulados durante a vida. O segundo grupo é o dos vulneráveis, que por insuficiência financeira ou física migram em busca de suporte para vencer as dificuldades. O que possui relação com os resultados encontrados na pesquisa.

Ao analisar a situação da migração pela renda e comparar com a faixa de ganhos entre os grupos estudados foi possível perceber que no meio urbano se concentram em maior parte os idosos que recebem maiores salários. Tal constatação reforça a tese de que o êxodo do caso estudado é regido pela frase “migrar para a cidade não é para quem quer, é para quem pode”. Quando ocorre a migração de idosos apenas com o uso da aposentadoria são esses que apresentam os piores indicadores de qualidade de vida. Ainda, apesar do grupo urbano ter maior média de renda, são penalizados com custo de vida mais elevado.

O salário da aposentadoria para o idoso urbano acaba por se tornar a principal fonte de rendimento quando não há outras formas de ganho e, em muitos casos, a sustentação da família depende somente desse benefício, já para os mais abastados o arrendamento de terras auxilia na complementação da renda recebida pela aposentadoria. Enquanto isso, para o idoso rural a aposentadoria é um complemento dos demais ganhos advindos do trabalho, principalmente relacionado às atividades agrícolas e possuem uma produção de subsistência, uma horta e alguns animais na propriedade, o que supre eventuais faltas de recursos (RIBEIRO et al., 2017; ROSA & AREOSA, 2019).

Esses idosos de menor renda ao migrarem para as cidades são “empurrados” para as periferias, principalmente em regiões urbanas mais populosas em que os imóveis centrais possuem alto custo. Esse fenômeno não é novidade, pois já foi observado durante o período do auge do êxodo rural entre 1960 e 1980 que se iniciou o processo de favelização das cidades (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999). Conjuntamente a viver nas periferias, carecem de serviços básicos, como saneamento, segurança e transporte, o que torna essa experiência desagradável e dolorosa.

Bolina et al. (2021) discorrem que nos seus estudos havia predominância de idosos que recebiam apenas um salário mínimo em diferentes formas de arranjo domiciliar, o que é preocupante ao se pensar na sustentabilidade do idoso visto a maior necessidade de gastos que possui, sendo principalmente relativo à medicação, a qual compromete até mesmo o atendimento às necessidades básicas, sendo que no meio urbano elas são mais dependentes da economia do idoso, enquanto que nas áreas rurais há formas para conseguir “viver com menos”.

A partir do exposto podemos formular a terceira hipótese de saída do meio rural: a necessidade. E ela pode ser atribuída a dois fatores, a doença e a viuvez, sendo que cada uma atinge com mais intensidade determinado sexo. Ainda, é possível citar outros fatores menos

recorrentes que também foram evidenciados durante a pesquisa, mas que, porém, são casos isolados, como o da falta de terras, impossibilitando a continuidade da produção.

Para os idosos do sexo masculino o fator principal de migração é a doença, atingindo 70% da população pesquisada (7 dos 10 idosos migrantes). Os casos mais frequentes encontrados estão relacionados a incapacidade física por lesões corporais, como quebras, dores musculares e articulações, associadas principalmente ao desempenho de atividades penosas e que requerem esforço físico, como carregar peso, arar a terra com arado de boi, alambrar cercas e montar a cavalo. Por outro lado, há também as doenças adquiridas, como o câncer, diabetes, hipertensão, entre outras, as quais requerem tratamentos frequentes e prolongados, afetando mais severamente os homens, que buscam o diagnóstico tardiamente e também por estarem mais expostos aos fatores de risco, como o uso de agrotóxicos sem observar as regras de segurança, tabagismo, alcoolismo e alimentação inadequada.

Como citado, essas doenças e traumas quando não incapacitam permanentemente podem necessitar tratamentos prolongados, o que é dificultado ao residir nas áreas rurais em que o acesso aos serviços de saúde são mais distantes, principalmente quando requer deslocamentos frequentes, representando alto custo aos idosos, bem como quando há a necessidade de cuidadores permanentes, sendo pouco provável encontrar pessoas capacitadas para essa função nas áreas rurais, além de também exigir um alto custo.

Esses homens ao verem-se incapacitados para o trabalho preferem abandonar as atividades e migrar para as áreas urbanas, pois a falta de capacidade para executar as tarefas é tratada por eles como “humilhante”. Conforme Burille & Gerhardt (2014), especialmente os homens são influenciados pela tradição, fortemente arraigada nos valores que representam a masculinidade do campo, em que para ser homem nesse meio é necessário ser trabalhador e provedor do sustento do lar a fim de demonstrar o que é considerado masculinidade. Além da masculinidade, ocorre a figura do patriarcado, sendo que mesmo que os filhos deem continuidade às atividades, sentem a necessidade de “ditar as ordens”, que em alguns casos não são seguidas por seus subordinados, sendo assim mais conveniente o encerramento das atividades e o abandono total do campo para distanciar-se da realidade.

Já as idosas do sexo feminino são mais intensamente afetadas pela viuvez (6 entre as 15 migrantes), relacionado às doenças adquiridas pelos maridos conforme visto, em que o marido tende a falecer mais precocemente que a mulher. Para essas mulheres ocorrem alguns estados que afetam na migração. O primeiro está relacionado a incapacidade de continuidade do

processo produtivo, enquanto o outro está ligada ao estado de libertação da figura do marido e por fim há as mulheres que migram para a cidade para acompanhar o cônjuge incapacitado.

Para o primeiro caso ocorre a relação com o estado patriarcal da atividade produtiva, em que todo o processo está centralizado na figura do marido, como o trabalho em si, o controle dos custos, manipulação das economias, ou seja, todo o processo. Ainda que a mulher realize parte das atividades agropecuárias ou tenha conhecimento do processo, após a morte do marido não consegue dar continuidade por limitação de mão de obra conjuntamente com a idade e a necessidade de cuidar do lar, sendo que as tarefas antes realizadas por duas pessoas passam a concentrar-se apenas em uma.

Esse assunto é tratado por Hirt et al. (2018) afirmando que na divisão do trabalho rural a mulher tem a função apenas de ajudante do marido nos trabalhos agrícolas, o que desencadeia a falta de identidade feminina no trabalho rural e a invisibilidade dela, sendo apenas uma coadjuvante do processo produtivo, que dele não se apropria. Assim, as mulheres em geral e especialmente as idosas são vistas apenas pelo seu papel doméstico com a tradição de subordinação e de obediência ao marido.

Já ao falarmos sobre o estado de libertação é relacionado ao machismo presente nas relações rurais em que a mulher está sob o “comando” do marido e não possui poder de decisão na família. Apesar de possuir vontade de sair do meio rural, não detém capacidade de opinar sobre essa mudança e muito menos ir sozinha, pois apresenta, entre outras características dependência financeira do marido. Somente torna-se possível exercer a sua vontade após a morte de seu esposo. Adairllon e Caldeira (1984) em alusão a Simone de Beauvoir no livro: *O segundo sexo*, relacionam a impossibilidade de ação pela mulher e do impedimento de individualizar-se, sendo que ela não pode “fazer, produzir ou criar”, enquanto o homem pode “projetar sua liberdade no mundo”

Essa relação entre marido e mulher é citada por Areosa (2015) que ressalta que em sua maioria as mulheres tornam-se chefes de família normalmente após a aposentadoria ou viuvez/pensão, ou seja, constituem-se como provedoras do núcleo familiar no qual estão inseridas. Isso é em razão da mulher não ser considerada parte no provento do lar, a partir do momento em que ela percebe a aposentaria também passa a ter representatividade e autonomia financeira. Hirt et al (2018) aponta que a maioria das mulheres rurais depende financeiramente de seus companheiros e não é incentivada a procurar outros meios para prover seu sustento e permanece suportando diferentes manifestações de violência e violação de seus direitos.

O cenário de violência contra as idosas no meio rural por parte da família não é necessariamente física, mas sim psicológica, moral e econômica em que é naturalizado que a família deve seguir as orientações da figura masculina (marido ou pai) nas decisões a serem tomadas, principalmente nos negócios, que é culturalmente aceito, o que é um fenômeno social pouco combatido e discutido. Essa situação pode ser extraída das falas das idosas:

“Eu já tô cheia aqui de fora, a gente trabalha o dia todo e não muda nada, essa casa veia parece que não adianta limpar, eu não vejo a hora de ter minha casinha na cidade bem feita pra eu parar de trabalhar, porque se fosse pelo meu marido ele morava em um galpão com os cachorros.”

“[...] Não conseguia me aposentar, porque eu me separei do meu marido, aí ele foi lá e tirou meu nome dos livro de guia, foi uma briga pra eu conseguir me aposentar, mas por sorte eu consegui provar que era agricultora.”

Esse cenário é tratado durante a pesquisa sendo exclusivamente o questionamento feito às mulheres (37 mulheres, 22 do meio rural de 15 migrantes) sobre a sua autonomia financeira. Até a aposentadoria, apenas 18,9% (7 mulheres) possuíam alguma espécie de salário, as demais tiveram o primeiro salário de suas vidas e o controle do dinheiro após a aposentaria. Ainda, questionou-se se possuíam conta bancária antes de aposentar-se, apresentando que somente 35,1% (13 mulheres) tinha conta bancária em seu nome, enquanto as demais ou nunca tiveram ou era em conjunto com seus maridos.

Konzen & Areosa (2019) e Gomes & Cordeiro (2014) reforçam essa ideia ao dizer que a aposentadoria rural é um marco muito significativo para essas mulheres, dando a possibilidade de comprar o que quiser e possuir liberdade financeira sendo socialmente reconhecidas após anos com o dinheiro administrado pelo marido. Esse cenário é uma mudança nas relações e na forma como as idosas percebem a si próprias, como alguém autônomo. Ainda, o IBGE sugere que morar na cidade possa favorecer o segmento idoso, com destaque para as viúvas, em razão da maior oferta dos serviços de saúde e de outros fatores mais vantajosos do dia a dia.

O que também é necessário mencionar é a responsabilidade do controle da renda. Apesar de ser o marido o “chefe da família” e o responsável pelo controle do dinheiro, a mulher assume um papel importante no gerenciamento dos gastos da casa, Sarti (2005) analisa que o fato do marido ser a figura de autoridade da casa, não significa que a mulher seja privada de autoridade e que o controle do dinheiro pela mulher é uma atribuição de seu papel de dona de casa, ou seja, o papel sexual em um universo simbólico pelas posições hierárquicas.

Por fim, há a figura da mulher que conjuntamente com o marido (normalmente incapacitado) migram para a zona urbana a fim de interromper as atividades produtivas. Para essas mulheres ocorre uma forte diminuição da carga de trabalho, pois deixam de executar as jornadas duplas de trabalho, a das atividades produtivas e o cuidado com o lar. Em alguns casos também passam a ser viúvas pouco tempo depois pelas doenças do cônjuge.

Por obviedade ocorre os casos particulares, aqueles que não se enquadram na regra geral, entre esses há a história de um casal de idosos que saiu do meio rural pela ausência de terras para o cultivo. Para contextualizar, esse casal chegou ao município cerca de trinta anos atrás para o cultivo de grãos em uma área de terra em que fixou moradia, contudo a área estava sobre a condição de arrendamento e eles nunca adquiriram nenhuma outra propriedade. Aproximadamente a sete anos atrás, a terra onde moravam foi posta à venda pelo proprietário, necessitando ser desocupada e na impossibilidade de adquirir outra terra (a produção acumulada de anos “desapareceu” após a falência da empresa cerealista em que entregavam e armazenavam a sua produção) assim, migraram para a cidade, sendo que o marido ainda sonha em poder voltar a produzir.

Como encerramento da discussão sobre a migração de idosos, é importante destacar a característica da migração, pois ela ocorre predominantemente para a zona urbana de municípios que conservam características do meio rural, sendo que a principal rota de migração é internamente na Região das Missões, uma região considerada interior do estado. É importante que o leitor se atente para as características do local de estudo, pois a maneira de agir das pessoas também é determinada pelo conjunto de fatores que formam o cenário em que vivem.

Outros trabalhos desenvolvidos abordando essa mesma temática: “Migração de idosos rurais”, como o de Alcântara (2010) que foi desenvolvido em uma realidade totalmente diferente da do presente trabalho, em que estuda os idosos da região Nordeste, a qual segundo Barroso (1988) é deficitária nos parâmetros de saúde, ausência de instalações sanitárias adequadas, a baixa expectativa de vida em relação à nacional, a fome, o baixo nível educacional e, ainda, a estrutura climática responsável há séculos pelos episódios das secas, que provocam toda uma desagregação ecológica, econômica e social. Em uma realidade dessas ser idoso e de baixa condição econômica, tanto no meio rural quanto no urbano é cruel e um grande desafio para o setor público.

Já ao estudarmos a realidade dos idosos residentes na Comunidade do Cerro do Ouro, em um município do interior do Estado do Rio Grande do Sul entendemos que a organização

socioeconômica é totalmente diferente, seja nas zonas rurais ou urbanas. Para um idoso residente da comunidade, ainda que a condição econômica não seja a ideal, ele possui acesso aos serviços públicos, possui luz elétrica, água encanada, acesso à internet, baixa criminalidade, possibilidade de farta alimentação, o que reúne características que possibilitam ter uma excelente qualidade de vida no meio rural. Assim, ao comparar com outros espaços brasileiros, como os descritos por José Graziano da Silva (1997) em que há privação de água, um elemento básico para a vida, diz-se que a comunidade é um lugar “abençoado” conforme os idosos.

Ao se estudar as áreas urbanas dos municípios missioneiros, eles reúnem características de zona rural, com baixa população, poucos prédios, alguns com ausência até mesmo de sinalizadoras por não haver necessidade, uma vez que o trânsito é de baixa dimensão, a violência é pouco expressiva e muitos indivíduos possuem ligação com o meio rural, pois tem a casa na cidade como moradia, mas sua economia é baseada na propriedade rural, além de serem municípios essencialmente agrícolas.

Woortmann e Woortmann (1999) ao falarem sobre o idoso na área urbana citam que:

No mundo urbano individualista, pessoas idosas não possuem *status* elevado. São tratadas como irrelevantes pela sociedade. No mundo camponês, contudo, o velho encarna a continuidade da comunidade, na medida em que transmite normas, saberes e valores aos jovens (WOORTMANN & WOORTMANN, 1999, p. 140).

Porém, conforme discutimos, a região de estudos não reúne municípios que possuam de fato características de locais urbanizados, sendo assim, pouco se aplica situações como essa para o caso estudado, tanto que na pesquisa questionou-se se alguma vez já foi ridicularizado por ser idoso ou do meio rural e com unanimidade a resposta foi não, o que reforça que nessas “cidades” a divisão entre o que é rural e o que é urbano é quase inexistente e em geral as características, conforme eles mesmos mencionam “hoje é tudo igual”. Apesar disso, o interior ainda é associado a uma ordem moral, pautado por valores tradicionais e com uma identidade rural, de *campesinidade*, conforme Klass Woortmann (1990) em oposição aos modos da cidade.

Nesse sentido, apesar de haver exceções, com alguns idosos tendo limitações na qualidade de vida, em geral, tanto o meio rural quanto a cidade são locais que podem proporcionar aos idosos ótimas condições de vida. Essa realidade pode ser afirmada ao analisar o confronto de dados feitos durante a pesquisa, em que os idosos na região apresentam boa capacidade econômica, acesso à educação superior à média brasileira, alimentação de

qualidade, entre outros índices verificados no decorrer da pesquisa. Essa situação também é explanada por Alcântara (2010) ao afirmar que é na Região Nordeste do Brasil que se concentra a maior parte dos velhos em situação de pobreza, 24,2% e em contrapartida a Região Sul compreende a menor porcentagem de pobreza.

Portanto, a mudança que ocorre do meio rural para o urbano é uma consequência de vários fatores, conforme visto no decorrer do trabalho, sendo também fruto da imagem da boa vida mostrada pelos meios de comunicação. Todavia, esse fato traz profundas transformações na estrutura da sociedade e para a população idosa (VERAS et al., 1987).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, tratou-se de assuntos gerais para chegar até os pontos específicos do objetivo, passando pela situação socioeconômica, trabalho, saúde, aposentadoria e serviços públicos a fim de servir de respaldo para entender os fatores e motivos que influenciam no processo de permanência, ou migração para as cidades, dos idosos da Comunidade do Cerro do Ouro. Dessa forma, analisou-se esses pontos para, assim, compreender essa dinâmica, percebendo as vantagens e dificuldades que os idosos enfrentam ao viver a velhice no rural ou na cidade.

Como visto na apresentação e discussão dos resultados, existem relações entre quem migra e permanece no meio rural, pois, apesar de haver características distintas entre os grupos estudados e que essas são determinantes e influenciadoras nas decisões tomadas por esses indivíduos, eles apresentam, em geral, uma certa semelhança, visto que todos possuem, de alguma forma, uma passagem pela comunidade, seja por sempre ter vivido ali ou seja por ter buscado o lugar para desenvolver-se financeiramente.

Os elementos identificados na pesquisa indicam três principais fatores que afetam na migração dos idosos, na seguinte ordem: saúde, renda e família. A saúde, pela incapacidade de permanecer no meio rural a partir de certo nível de desgaste da condição corporal e o acesso aos serviços de saúde; A renda, por sua vez, determina se o indivíduo possui ou não os requisitos para viver em um ambiente urbano com, no mínimo, manutenção ou aumento da qualidade de vida; E, por fim, a família, que com o êxodo rural dos mais novos ou a morte do cônjuge, os idosos passam a encontrarem-se solitários e sozinhos nesses locais, realizando a migração buscando a companhia ou ao menos a proximidade dos filhos e familiares.

Já ao tratar sobre quem permaneceu no meio rural as motivações são embasadas em fatores como o sossego, segurança, alimentação, trabalho, natureza e pelo lugar em que vivem.

Para esse público, o campo é um lugar mais calmo e que ainda é pouco afetado pela violência vivenciada nas cidades, sendo essas condições que proporcionam elementos para uma boa qualidade de vida. Ainda, o campo é fonte de contato com o ambiente natural, o ar puro e a possibilidade de acesso à alimentação mais saudável e de trabalho com contato direto com a natureza, como as plantas e animais.

Essas características motivacionais encontradas vão a favor das hipóteses levantadas inicialmente, com a migração dos idosos motivada por fatores de acesso à recursos (saúde), fuga de solidão (busca pela família), sendo a renda determinante na possibilidade ou não de migrar. Enquanto isso, para os que ficam as hipóteses foram atendidas ao encontrar motivações relacionadas à qualidade de vida e ao lugar em que vivem.

Conforme já citado, esse trabalho abordou um cenário específico, não aplicando-se o encontrado a uma regra geral, pois as escolhas dos idosos poderiam facilmente serem diferentes se caso o ambiente fosse outro, como é o caso de trocar as cidades de pequeno porte ou interioranas por capitais e regiões metropolitanas, a exemplo de outros trabalhos que tratam do assunto, em que as características dos locais são bruscamente opostas e que certamente a resistência de sair do meio rural seria demasiadamente maior.

Para os idosos do meio rural, ainda que muitos deles não precisam mais trabalhar ou simplesmente não possuem condições físicas para o desempenho das tarefas, essa é uma atividade que ainda é muito comum para eles, intrínseco no seu hábito diário e que mesmo incapacitados, adaptam-se para conseguir desempenhar alguma tarefa, uma maneira de demonstrar que: “estou vivo”. Isso é também uma forma de “escape” para os seus problemas e passar o tempo, pois não há muitas formas de entretenimento nesses locais, o que merece mais atenção por parte do poder público e da organização de moradores.

Enquanto isso na cidade, os homens sentem-se vagos, sem trabalho, recorrendo aos pequenos serviços domésticos, como trabalhar na horta, cortar a grama ou reparos na casa, aos que não possuem essa opção, alguns acabam por adquirir vícios e frequentar bares. Para as mulheres ainda existe uma rotina, já que lhes é atribuído o trabalho da casa, porém, elas encontram atividades alternativas para desempenhar, como pequenos ofícios e atividades com outros idosos. Portanto, percebemos que os dois grupos necessitam de atenção pela sociedade para o desempenho de atividades de lazer que desenvolvam outras habilidades para além do trabalho.

Em relação a renda, é fato que tanto o campo, quanto a cidade ainda possuem vulnerabilidades e dificuldades para comportar as necessidades dos idosos, entretanto é notória a melhora verificada e percebida sobre as condições de vida pelo aumento da renda a partir da

ampliação dos benefícios previdenciários, que possibilitou aos idosos o acesso a serviços e produtos básicos, como a alimentação, moradia e saúde, o que modificou significativamente os índices de qualidade de vida nesses espaços.

Como demanda verificada a partir das falas dos idosos, percebe-se que o meio rural é carente em serviços públicos, sendo preferencialmente os de acesso, que necessitam da melhoria e manutenção das estradas e de retorno da linha de ônibus rural. A outra política de serviço muito demandada é a de saúde, com a reabertura do posto de saúde com equipamentos e profissionais que atendam no local e contratação de agente de saúde, além disso é necessário um hospital operante no município, pois não há recursos próximos em caso de emergência, sendo essa uma demanda da população geral, igualmente. Essas políticas são cruciais para a manutenção do idoso e das demais pessoas no campo.

Sobre as temáticas de gênero, como é um cenário socialmente construído, ele pode ser modificado, para isso, se faz necessário mais análises e estudos sobre essas relações, visto que as desigualdades resultam em sofrimento tanto para homens quanto para mulheres. Nesse sentido, a maior visualização e estudo sobre o tema auxiliam na erradicação e no processo da desnaturalização da violência simbólica, como no caso de as decisões serem tomadas pelo chefe da casa (marido).

Por fim, a pesquisa ao trabalhar a oposição entre o urbano e o rural necessitou desconstruir a dicotomia que permeiam esses espaços e dar ênfase a forma como interagem, pois, são ambientes dinâmicos, com semelhanças, mas também são marcados pelas suas especificidades. De todo modo, o Brasil é bastante diverso e apresenta particularidades regionais que afetam a forma como os indivíduos agem. Assim, é fato que o envelhecimento da população é um desafio para os gestores e para as políticas públicas no Brasil.

Ter uma vida digna e com qualidade é um direito legal, independentemente de onde o idoso se encontre, garantido a partir de dispositivos como a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso, entre outros. Portanto, é de suma importância que os estudos sobre a população idosa sejam intensificados, para assim, garantir a visibilidade dessa parcela da população e chamar a atenção para ações do poder público frente as rápidas mudanças e necessidades da sociedade, principalmente do público idoso.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Editora Hucitec. 275p. 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

ABRAMOVAY, R.; FERRARI, D. L.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; TESTA, V. M.; BALDISSERA, I. T. Sucessão Profissional e Transferência Hereditária na Agricultura Familiar. **Anais Encontro Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**: SOBER, 2000.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.

ALCÂNTARA, A. Envelhecer no contexto rural: a vida depois do aposento. In: ALCÂNTARA, A.; CAMARANO, A. A; GIACOMIN, K. C. (Org). **Políticas Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 323-342. 2016.

ALCÂNTARA, A. O. **Da velhice da praça à velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural**. Tese de Doutorado. Tese (doutorado em Antropologia Social) –Instituto de Filosofia e ciências Humanas–IFcH, Universidade estadual de campinas–Unicamp, campinas, SP. 2010. 319 p.

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1-23, 2007.

ALVES, J. E. D; CAVENAGHI, S. M. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 83-105, 2013.

ALVES, E., et al. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola** Ano XX – nº 2, p. 80 – 88, 2011.

ALVES, J. E. D. Envelhecimento populacional e desenvolvimento humano nos municípios brasileiros. **Revista Longeviver**, n.58. p. 9-12. 2018.

AMARAL, L. **História geral da agricultura Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, volume 1, 2ª ed. 1958.

ANDREOTTI, R. A. **Efeitos de um programa de educação física sobre as atividades da vida diária de idosos**. Tese de Doutorado. Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. 1999.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V; POLLONOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas: a transição demográfica no Brasil rural meridional. **Rev. Extensão Rural**. p. 94-116. 2014.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, p.661-694. 2005.

ARAÚJO, S. A.; FONTES, B. C.; CARVALHO, M. D. S.; NASCIMENTO, J. M. M. F. Gênero, geração e trabalho: modos de vida de idosos/as residentes em zona rural. **Revista Brasileira Ciência do Envelhecimento Humano**. p. 66-78. 2013.

AREOSA, S. V. C. (Org.). **Envelhecimento e Universidade**: um Estudo do Fórum Gaúcho das IES do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Casa Leiria, 2015.

AREOSA, S. C; FREITAS, C. R. Representações sociais de idosos e condições de vida no meio rural. **Revista Ciências Humanas**, Vol. 11, nº 2, 2018.

ASSAD, M. L. L; ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade: Contexto, Desafios e Cenários. **Ciência & Ambiente**, n. 29, p.15-30. 2004.

ASPINALL, P. A.; THOMPSON, C. W.; ALVES, S.; SUGIYAMA, T.; BRICE, R.; VICKERS, A. Preference and relative importance for environmental attributes of neighbourhood open space in older people. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v.37, p. 1022-1039. 2010.

ATLAS. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

AUGUSTO, H. A. & RIBEIRO, E. M. O idoso rural e os efeitos das aposentadorias rurais no domicílio e no comércio local: O caso de Medina, nordeste de Minas. **Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2006.

AYRES, J. R. C. M; FRANÇA JUNIOR, I; CALAZANS, G. J; SALETTI FILHO, H. C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia D, Freitas CM. **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz; p. 117-39. 2003.

AZAMBUJA, M. A. **Sociologia de São Borja**. UNIJUI- Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. 1966.

BALTES, P. B.; SMITH, J. **New frontiers in the future of aging**: From successful aging of the young old to the dilemmas of the fourth age. *Gerontology*, 49, 123- 135. 2003.

BALTES, P. B.; BALTES, M. M. **Psychological perspectives on successful aging: The model of selective optimization with compensation**. In P. B. Baltes & M. M. Baltes (Eds.), *Successful aging: Perspectives from the behavioral sciences* (pp.1- 35). Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

BARROS, V. M. A. de. **A aposentadoria rural e as mudanças nos modos de vida dos idosos que vivem no campo: em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta**, Minas Gerais. Dissertação (Pós-graduação em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Programa de PósGraduação em Extensão Rural Viçosa, 2014.

BARROS, M. M. S; ARAÚJO, M. R. M. Significado do trabalho para gerações de trabalhadores rurais no beneficiamento da castanha. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 18, p. 364-372, 2018.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEVAN, M. & CROUCHER, K. **Lifetime Neighbourhoods**. London: Department for Communities and Local Government. 2011. Disponível em: <https://www.york.ac.uk/media/chp/documents/2011/lifetimeneighbourhoods.pdf>. Acesso em: 28 de Abril de 2022.

BIANCHI, G. S. Perspectivas e possibilidades de abordagem das mediações no trabalho investigativo: questões envolvendo o rural e o rádio. **Intexto**, n. 43, p. 172-187, 2018.

BITENCOURT, R. O. M. de; DALTO, F. A. S. A internalização da Previdência Social Rural na autonomia e no consumo dos idosos: um estudo de caso. **Revista de Estudos Sociais, Mato Grosso**, v.18, n. 37, p. 42-57, 2017.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Elsevier Brasil, 2004.

BOLINA, A. F; ARAÚJO, M. D. C; HAAS, V. J; TAVARES, D. M. D. S. Associação entre arranjo domiciliar e qualidade de vida de idosos da comunidade. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 29, 2021.

BOLINA, A. F; TAVARES, D. M. dos S. Living arrangements of the elderly and the sociodemographic and health determinants: a longitudinal study1. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 24, 2016.

BOMBARDELLI, C; ROSA, L. H. T. D; KELLER, K. D; KLAHR, P. D. S; ROSA, P. V. D; PERES, A. Qualidade de vida de idosos residentes em município com características rurais do interior do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, p. 85-90, 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, p. 68-80. 2005.

BORIM, F. S. A; BARROS, M. B. A; NERI, A. L. Autoavaliação da saúde em idosos: pesquisa de base populacional no Município de Campinas, São Paulo, Brasil. **Cad Saúde Pública**. Vol. 28. Pág. 769-780. 2012.

BORRAS, S. M. J. et al. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 38, n. 2, p. 209-216, Mar. 2011.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.

BOURDIEU, P. El baile de los solteros. **Barcelona: Anagrama**, p. 282. 2004.

BOWLING, A. & WINDSOR, J. Towards the good life: A population Survey of dimensions of quality of life. **Journal of Happiness Studies**, 2. pág.55-81. 2001.

BRAGA, P.; VIANNA, M. **Curso de direito do idoso**. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 02 de Abril de 2021.

_____. **Lei Ordinária n. 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm> Acesso em: 02 de Abril de 2021.

_____. **Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, v. 3, 2003.

_____. **Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

_____. **Lei Nº 5.889, de 8 de junho de 1973**. Institui normas reguladoras do trabalho rural. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1973.

BROWN, C.; GRANT, M. Natural medicine for planners. **Town & Country Planning**. v.76, p. 67- 69. 2007.

BRUM, N. T. M. **O programa minha casa minha vida rural no município de Santo Antônio Das Missões/RS**. (Trabalho de Conclusão de Curso) Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. 2015.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 12, n. 1, p. 205-227, abr. 2004 .

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan-jun, p. 50-81. 2002.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura**: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Paper presented at the XXII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA), Miami, March 16-18, 2000.

BUAES, C. S; DOLL, J. Aprende a ser viúva: narrativas de mulheres idosas no meio rural. **Revista Kairós**. vol. 8 (nº 2). pág. 171-88. 2005.

BURILLE, A; GERHARDT, T. E. Experienci (a) ções de reconhecimento e de cuidado no cotidiano de homens idosos rurais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, p. e280307, 2018.

BURILLE, A.; GERHARDT, T. E. Doenças crônicas, problemas crônicos: encontros e desencontros com os serviços de saúde em itinerários terapêuticos de homens rurais. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v.23, n.2, p. 664-676, 2014.

BUZ MAINARDI, D. C; TAMBARA LEITE, M; HILDEBRANDT, L. M; KIRCHNER, R. M. Envelhecendo no campo: perfil de idosos residentes no meio rural. **Cultura de los cuidados**, n. 54, p. 384-395. 2019.

CABRAL, S. O. T; OLIVEIRA, C. C. C; VARGAS, M. M; NEVES, A. C. S. Condições de ambiente e saúde em idosos residentes nas zonas rural e urbana em um município da região nordeste. **Geriatrics e Gerontologia**. Vol. 4, nº2. Pág. 76-84. 2010.

CABRAL, R. W. L., SANTOS, S. R., MENEZES, K. D. N. B., ALBUQUERQUE, A. V., MEDEIROS, A. L. Fatores Sociais e melhoria da qualidade de vida dos idosos: revisão sistemática. **Revista de Enfermagem UFPE**. 2013.

CACHIONI, M. et al. Bem-estar subjetivo e psicológico de idosos participantes de uma Universidade Aberta à Terceira Idade. **Revista Brasileira de Geriatrics e Gerontologia**, v. 20, p. 340-351, 2017.

CAMARANO, A. A; KANSO, S; FERNANDES, D; **Brasil envelhecer antes e pós-PNI**. In: ALCÂNTARA, A. O; CAMARANO, A. A; GIACOMIN, K. C. (Org). Políticas Nacional do Idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA, p. 63-103. 2016.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 253-292. 2004.

CANAVARRO M. C., PEREIRA, M., MOREIRA, H., PAREDES, T. Qualidade de vida e saúde: Aplicações do WHOQOL. **Alicerces**, vol. 3, pág. 243-268. 2010.

CARDOSO, C. M. C. **Trabalho e identidade do idoso em municípios de pequeno porte da região do Vale do Rio Pardo (RS)**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul. 2016.

CARDOSO, D. M., LIMA, I. M., PERES, M. S., CABRAL, L. F. F., DA SILVA SARMENTO, B. C., & LEITE, P. M. Estados brasileiros com maior produção científica sobre medicina de família e comunidade apresentam maiores expectativas de vida. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 7457-7471, 2021.

CARDOSO, C. F. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARMO, C. S. F. **Qualidade de vida dos idosos em ambiente urbano: a importância da percepção do estado de saúde, autonomia, identidade, vínculo ao lugar e características do bairro**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora. 2019.

CARVALHO, J. G. da S; ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 18, n. 41, p. 445-456, 2008.

CAUBI, A. F. et. al. Fratura de mandíbula em paciente geriátrico: relato de caso clínico. **Revista de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial**. v 4. n 2 pg 115-120, 2004.

CHAKIEL, J. “El envejecimiento de la población latinoamericana: ¿hacia una relación de dependencia favorable?” Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía/División de Población de la cepal. 2000.

CÍCERO, M. T. **Saber envelhecer**- Seguido de A amizade. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L & PM, 1999.

CODEPLAN. **Perfil dos idosos no Distrito Federal segundo as Regiões Administrativas**. Brasília: Codeplan GDF, 2013.

CONFORTIN, S. C; GIEHL, M. W. C; ANTES, D. L; SCHNEIDER, I. J. C; D'ORSI, E. Autopercepção positiva de saúde em idosos: estudo populacional no Sul do Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Vol. 31 nº5. Pág.1049-1060. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Envelhecimento e subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social**. Brasília: CFP. 2008.

COSTA, E. D. A.; PORTO, C. C.; ALMEIDA, J. C.; CIPULLO, J. P.; MARTIN, J. F. V. Semiologia do idoso. **Porto CC Semiologia Médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 163-197, 2001.

CRESCENZO, L. de. **História da filosofia grega – a partir de Sócrates**. Lisboa: Presença, 1988.

DA COSTA, C; FROEHLICH, J. M. Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul-uma abordagem a partir das condições regionais. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, 2014.

DA COSTA, C. Contornos do celibato no espaço rural: solteirões do sul do Brasil. **Extensão Rural**, v. 20, n. 3, p. 22-51, 2013.

DA COSTA, C; FROEHLICH, J. M; CARPES, R. H. “Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul”. **Rev. bras. estud. popul.** São Paulo, p. 465-483. 2013.

DANIEL, F.; ANTUNES, A.; AMARAL, I. Representações sociais da velhice. **Análise Psicológica**. Vol. 33, nº 3, p. 291-301, 2015.

DA ROSA, D. L. F; AREOSA, S. V. C. Caracterização socioeconômica de idosos residentes do meio rural. **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 9, n. 1, p. 62-72, 2019.

DA SILVA H.S; DE LIMA A.M.M.; GALHARDONI, R. Envelhecimento bem-sucedido e vulnerabilidade em saúde: **aproximações e perspectivas**. Intervace. p. 1-11. 2014.

DA SILVA, J. G. et al. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 19, n. 1, p. 37-67, 2002.

DATASEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil das cidades gaúchas**- Santo Antônio das Missões. SEBRAE, Porto Alegre. 2020. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Santo_Antonio_das_Missoes.pdf. Acesso em 05 de janeiro de 2022.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DE GUSMÃO, N.M.M; ALCÂNTARA, A.O. Velhice, mundo rural e sociedades modernas: tensos itinerários. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 2, n. 1, 2008.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural da Região Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, (Texto para Discussão, 734). 2000.

DE MERA, C. M. P; NETTO; C. G. A. Envelhecimento dos produtores no meio rural na região do Alto Jacuí/RS e conseqüente migração para cidade. **Estudo Interdisciplinar do Envelhecimento**. vol. 19, pág.759-774. 2014

DIENER, E; TAY, L. Subjective well-being and human welfare around the world as reflected in the Gallup World Poll. **Int J Psychol**. 2015.

DOS ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

DUARTE, N.; BARBOSA, C. Sinta-se seguro. In O. Ribeiro & C. Paúl (Eds.), **Manual de envelhecimento ativo**. Lisboa: Lidel. p.171-204. 2011.

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole: manuel d'expertise**. Paris: CTA–Karthala, 1996. 354 p.

FAYERS, P. M & SPRANGERS, M. A. Understanding self-rated health. **Lancet**. Vol. 359. Pág. 187-188. 2002

FERNANDES, J. C. Urbanismo e envelhecimento: algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 1, n. 2, p.31-49, 2000.

FERRAZ, L. PAULY, L; BADALOTTI, R. M; KOLHS, M. Homem idoso que trabalha no campo: vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas. **Rev. Gênero e Direito [Internet]**, v. 7, n. 1, p. 47-60, 2018.

FERRAZ, L.; ALVES, J.; FERRETTI, F. A vulnerabilidade ocupacional do idoso no meio rural. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 8, n. 1, p. 47-60, 2017.

FERREIRA, M. M. et al. Relação da prática de atividade física e qualidade de vida na terceira idade. **Caderno Científico UNIFAGOC de Graduação e Pós-Graduação**, v. 1, n. 2, 2017.

FERRETTI, F. et al. Aspectos que influenciam no acesso do idoso com Alzheimer aos serviços de saúde nos meios rural e urbano: olhar do cuidador. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 8, n. 1, p. 18-28, 2017.

FIALHO, J.F. A formação do pesquisador juvenil: **um estudo sob o enfoque da competência informacional**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FONSECA, A. M; PAÚL, C; MARTIN, I; AMADO, J. Condição psicossocial de idosos rurais numa aldeia do interior de Portugal. In: Paúl M, AM Fonseca, coordenadores. *Envelhecer em Portugal: psicologia, saúde e prestação de cuidados*. Lisboa: **Climepsi**, p. 97-108. 2005.

FORNASIER, M. de O.; LEITE, F. P. A. A exclusão social do idoso no ambiente urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 10, n. 3, p. 2073-2105, 2018.

FORNASIER, M. de O. Transdisciplinaridade e teoria dos sistemas autopoieticos: convergências interessantes para a observação jurídica da complexidade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 16, n. 109, jul./dez. 2015

FORTES-BURGOS, A., & NERI, A. Estresse no desenvolvimento adulto e na velhice: Uma Revisão. **Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano**, p. 103-114. 2008.

FRANCHI, Kristiane Mesquita Barros; MONTENEGRO, Renan Magalhães. Atividade física: uma necessidade para a boa saúde na terceira idade. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 18, n. 3, p. 152-156, 2005.

FREIRE JUNIOR, R. C.; ARÊAS, G. P. T.; ARÊAS, F. Z. da S.; BARBOSA, L. G.. Estudo da acessibilidade de idosos ao centro da cidade de Caratinga, MG. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 16, n. 3, p. 541-558. 2013.

FROEHLICH, J. M. Rural e Natureza. A Construção Social do Rural Contemporâneo na Região Central do Rio Grande do Sul. **Tese de Doutorado** apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ. 2002.

FROEHLICH, J. M. et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, 2011.

GARBACCIO, J. L.; TONACO L. A. B.; ESTÊVÃO W. G.; BARCELOS B. Envelhecimento e qualidade de vida de idosos residentes da zona rural. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 724-732, 2018.

GARCIA-RAMON, M. D; ORTIZ, A; PRATS, M. Urban planning, gender and the use of public space in a peripheral neighbourhood of Barcelona. **Cities**, vol. 21, pág. 215-223. 2004.

GARCIA, L. A. A. Reflexões sobre o processo de migração frente ao envelhecimento populacional. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 5, n. 3, p. 361, 2017.

- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- GIULIANI, M. V. **Theory of attachment and place attachment**. 2003.
- GOBBENS, R. J. J. & VAN ASSEN, M. A. L. M. Associations of environmental factors with quality of life in older adults. **The Gerontologist**, 0, 1-10. 2017.
- GODOY, C. M.; PÉREZ, F. C. P.; WIZNIEWSKY, J. G.; GUEDES, A. C.; MORAES, C. S.; Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. **Anais Encontro Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural** :SOBER, Campo Grande, 2009.
- GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.
- GOLANT, S. M. Conceptualizing time and behavior in environmental gerontology: A pair of old issues deserving new thought. **The Gerontologist**, vol. 43, pág. 638-648. 2003.
- GOLANT, S. M. The quest for residential normalcy by older adults: Relocation but one pathway. **Journal of Aging Studies**, vol. 25, pág. 193-205. 2011.
- GOLDANI, A. M. “Ageism” in Brazil: what is it? who does it? what to do with it?. **Revista brasileira de estudos populacionais** [Internet]. 2010. Acesso em 05 abr 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/DfvmdJWBWvKRFgcTTdZCCdM/?lang=en>
- GOLDANI, A. M. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. 1999. p. 75-115.
- GOMES, G. C; CORDEIRO, R. L. M. As mulheres idosas sertanejas no contexto rural: como se configura o debate na psicologia?. In: 18º Encontro da REDOR, 2014. **Anais eletrônicos: GT 2 – Gênero e Geração**. Recife: UFPe, 2014.
- GUILHOTO, J.J.M.; AZZONI, C.R.; SILVEIRA, F.G.; ICHIHARA, S.M.; DINIZ, B.P.C.; MOREIRA, G.R.C. **PIB da Agricultura Familiar: Brasil-Estados**. Brasília: MDA, 2007.
- GUTIERREZ, C. B. B. et al. Dinâmica multitemporal da urbanização na região metropolitana de Belém. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 9, 2021.
- HANSEN, D., RÜCKERT, T. K., ROSA, C. B., GARCES, S. B. B., FIGUEIRÓ, M. F., DE CARVALHO MYSKIW, COSER, J; BRUNELLI, Â. V. Nível de atividade física e risco de quedas em idosos da comunidade. **Saúde (Santa Maria)**. Santa Maria, v. 42, n.2, p. 157-166, jul./dez. 2016.
- HAYFLICK, L. How and why we age. **Experimental Gerontology**, v. 33, n. 7/8, p. 639-653, 1998.
- HENNING-SMITH, C. Quality of Life and Psychological Distress among Older Adults: The Role of Living Arrangements. **Journal of Applied Gerontology**. Vol. 35. p. 39-61. 2016.

HEREDIA, B. M. A. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 9. n. 8. p. 01-28, jan/jun, 2006.

HINCK S. The lived experience of oldest-old rural adults. **Qual. Health Res.** July; Vol. 14. p. 779-791. 2004.

HIRT, M. C; COSTA, M. C; ARBOIT, J; LEITE, M. T; HESLER, L. Z; SILVA E. B. Representações sociais da violência contra mulheres rurais para um grupo de idosas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, n. 04 v. 38, p. 01- 31.2018.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, p. 1- 18, 2010.

HUGO, G. J.; SMAILES, P. J. Urban-rural migration in Australia: a process view of the turnaround. **Journal of Rural Studies**, v. 1, n. 1, p. 11-30, 1985.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro. 2007. Acesso em 15 de jan. de 2022 Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/sintese_indic/indic_sociais.pdf.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2017. [Internet]. Rio de Janeiro. 2018. Acesso em 31 jan de 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20154-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliarper-capita-2017>

IBGE .**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. **Censo Demográfico 2010**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em 18 set 2021.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. —Estação Meteorológica de São Luiz Gonzaga/RS. **Boletins Meteorológicos**. São Luiz Gonzaga, RS, 2021. Documento não publicado.

ISHIZAKI, T; YOSHIDA, H; KUMAGAI, S; WATANABE, S; SHINKAI, S; SUZUKI, T; IMANAKA, Y. Active life expectancy based on activities of daily living for older people living in a rural community in Japan. **Geriatrics & Gerontology International**, v. 3, p. 78-82, 2003.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Tradução Pedrinho Guareschi. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2008.

KALACHE, A. O mundo envelhece: é imperativo um pacto de solidariedade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, jul./ago. 2008.

KILMARTIN, C. **The masculine self**. 2. ed. New York: McGrawHill, 2002.

KIM, H. J., & FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. I. Living arrangement and loneliness among lesbian, gay, and bisexual older adults. **The Gerontologist**, v. 56, n. 3, p. 548-558, 2016.

KONZEN, L. T; AREOSA, S. V. C. Gênero e os desafios do envelhecimento no meio rural. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2019.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LAMEIRA, F. R. **Análises das barreiras percebidas para a prática de atividade física de idosos no meio rural e urbano do município de Santa Maria, RS**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Gerontologia, Área de Concentração em Saúde, Funcionalidade e Qualidade de Vida no Envelhecimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). 2018.

LARANJEIRA, C. A. “Velhos são os Trapos”: do positivismo clássico à nova era. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.19, n.4p.763-770. 2010.

LAWTON, M. P. Competence, environmental press, and the adaptation of older people. **Aging and the environment: Theoretical approaches**. New York: Springer. p.33-59. 1982.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LUHMANN, N. **La sociedad de la sociedad**. Tradução de Javier Torres Nafarrate. México: Herder, 2007.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, p. 24-41, 2016.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins**, v. 25, p. 1-26, 2015.

MARQUES, Sibila et al. Determinants of ageism against older adults: a systematic review. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 7, p. 2560, 2020.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, C. R; ALBUQUERQUE, J. F. B; GOUVEIA, C. N. N. A; RODRIGUES, C. F. F; NEVES, M. T. S. Avaliação da qualidade de vida subjetiva dos idosos: uma comparação entre os residentes em cidades rurais e urbanas. **Revista Estudo Interdisciplinar do Envelhecimento**. Vol. 11, pág.135-154. 2007.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo. Editora: Nova Cultural, v. I. 1986.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**; suivi d'une réflexion sur La fin des paysans vingt ans après. Paris, Actes Sud, 1984. 437 p.

MELO, F; BARREIROS, J. A terceira idade, uma população de peso a nível social. **Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física**, n. 23, p. 23-33, 2017.

MELO, L. A. D., FERREIRA, L. M. D. B. M., SANTOS, M. M. D., & LIMA, K. C. D. Fatores socioeconômicos, demográficos e regionais associados ao envelhecimento populacional. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 20, p. 493-501, 2017.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; AUGUSTO, H. A. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 2, p. 445-463, 2013

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. **Pesquisa qualitativa em saúde**. 4 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MOCELLIN, M. C.; HERÉDIA, V. B. M.; GONÇALVES, M. C. S. Migrantes da fronteira: entre dois mundos. **MÉTIS: história & cultura**, v. 11, n. 22, p. 141-159, 2012.

MONTES, J. F. G; BORRERO, C. L. C. **Envejecimiento rural: el anciano en las zonas cafeteras colombianas**. Universidad de Caldas, Vicerrectoría de Investigaciones y Posgrados, 2004.

MORAIS, E. P. de; RODRIGUES, R. A. P; GERHARDT, T. E. “Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho”. **Texto & Contexto Enfermagem**. Florianópolis. v.17, p. 374-383. 2008.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Trad. CABRAL, A. Rio de Janeiro: Jahar Editores, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTTA, A. B. Chegando pra idade. In: BARROS, Myriam L. (org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 223-235.

NEGRINI, E. L. D., NASCIMENTO, C. F. D., SILVA, A. D., & ANTUNES, J. L. F. Elderly persons who live alone in Brazil and their lifestyle. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 21, p. 523-531, 2018.

NERI, A.L. **Fragilidade e qualidade de vida na velhice**. Campinas: Alínea. p.16-29. 2013.

NERI, A.L. Maturidade e velhice. **Trajetórias individuais e socioculturais**. Campinas: Papirus editora; 2001.

NERI, A. L. Palavras-chave em gerontologia. In: **Palavras-chave em gerontologia**. p. 136-136. 2001.

NERI, A.L.; CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin (Org.). **Velhice e sociedade**. Campinas, SP: Papirus, p. 113-140.1999.

- NETTO, M. P. Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. In: **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. p. 524-524. 2002.
- NEUMANN, P. S. e SILVEIRA, P. R. Enfoque sistêmico e desenvolvimento regional: a experiência da Universidade Federal de Santa Maria. In: **Brandenburg, A. et alii (Orgs.). Sistemas de Produção: conceitos, metodologias e aplicações**. Curitiba: UFPR. 1999.
- NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. **Geografia Agrária: teoria e poder**, v. 1, p. 211-270, 2007.
- NOON, R. B.; AYALON, L. A. Older adults in public open spaces: Age and gender segregation. **The Gerontologist**, v.58, p.149-158. 2018.
- NORONHA, B. P., NASCIMENTO-SOUZA, M. A., LIMA-COSTA, M. F., & PEIXOTO, S. V. Padrões de consumo de álcool e fatores associados entre idosos brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde (2013). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4171-4180, 2019.
- NOVAES, D. T. P; DO VALLE, I. R. O idoso e a cidade. **DIREITO INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA**, v. 4, n. 04, p. 57-72, 2018.
- NUNES, L; MENEZES, O. Bem-estar, qualidade de vida e saúde. In L. Nunes & O. Menezes (Eds.), **O bem-estar, a qualidade de vida e a saúde dos idosos**. Lisboa:Caminho pág. 17-22, SA. 2014.
- OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **The basic demography: Sources and methods used in annex I of “ Maintaining prosperity in na ageing society ”**. França: OECD. 1998
- OLIVEIRA, B. L. C. A; THOMAZ, E. B. A. F; SILVA, R. A. Associação da cor/raça aos indicadores de saúde para idosos no Brasil: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2008). **Cad Saúde Pública**. Vol. 30 nº7. Pág. 1-15. 2014.
- OLIVEIRA, C. Por que asilamos nossos velhos. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 1985.
- OLIVEIRA, R. P.; AQUINO, J. R. A previdência rural e sua importância para as famílias pobres no Nordeste: resultados de um estudo de caso no Rio Grande do Norte. **Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza**, v. 48, n. 1, p. 115-130, 2017.
- ORTIZ, L. C. V. **Instituições no processo de agroindustrialização na agricultura familiar na Região das Missões/RS-Brasil**. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. 2019.
- PAGOTTO, V; BACHION, M. M; SILVEIRA, E. A. Autoavaliação da saúde por idosos brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Revista Pan-americana de Salud Pública**. Vol. 33. Pág. 302-310. 2013.
- PAPALÉO NETTO, M. **O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos**. In: E. V. de Freitas, L. Py, F. A. X. Cançado, J. Doll, & Gorzoni, M. L. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. (3. ed.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2013.

PARK, M. Educação formal versus educação não-formal: impasses, equívocos e possibilidades de superação. In: PARK, Margareth Brandini e FERNANDES, Renata Sieiro (Orgs). **Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos**. Campinas, SP: UNICAMP/CMU; HOLAMBRA, SP: Editora setembro, p. 67 – 90, 2005.

PAÚL, C; FONSECA, A. M; MARTIN, I; AMADO, J. C. **Satisfação e qualidade de vida em idosos portugueses**. In PAÚL, C; FONSECA, A. (coord.) *Envelhecer em Portugal: Psicologia, saúde e prestação de cuidados*. Lisboa: Climepsi Editores, (Manuais Universitários; 42). ISBN 972-796-185-1. Parte 1, p. 75-95. 2005.

PAULILO, M. A. S.; JEOLÁS, L. S. Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximações teóricas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 1, jul./dez. 2000.

PAVÃO, A. L. B; WERNECK, G. L; CAMPOS, M. R. Autoavaliação do estado de saúde e a associação com fatores sociodemográficos, hábitos de vida e morbidade na população: um inquérito nacional. **Cad Saúde Pública**. vol. 29, pág. 723-734. 2013.

PEACE, S; HOLLAND, C; KELLAHER, L. Placing the self. In S. Peace, C. Holland & L. Kellaher (Eds.), **Environment and identity in later life**. New York: Open University Press. pág. 1-31. 2006.

PEDREIRA, R.B. S.; ANDRADE, C.B.; BARRETO, V.G.A.; JUNIOR, E.P.P.; ROCHA, S. V. Autopercepção de saúde entre idosos residentes em áreas rurais. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v.19, n.1, p. 103-119, 2016.

PEREIRA, E.F.; TEIXEIRA, C.S.; SANTOS, A dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012.

PEREIRA, J.L.G.; SANTOS, I.C.B. dos. **Algumas questões para se pensar o envelhecimento no campo: experiências dos idosos de Santa Rita de Minas (MG)**. 2007. Disponível em: [www.nead.gov.br/ tmp/encontro/cdrom/gt/3/Jorge_LG_Pereira.pdf](http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Jorge_LG_Pereira.pdf). Acesso em 28 mar. 2021.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1984.

PHILLIPS, J., WALFORD, N., & HOCKEY, A. How do unfamiliar environments convey meaning to older people? Urban dimensions of placelessness and attachment. **International Journal of Ageing and Later Life**, vol. 6, pág, 73-102. 2011.

PICOLOTTO, E. L. As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-Rio de Janeiro**, 2011.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE. 2010. Acesso em: 30 de jan. de 2022. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf.

POUPART, J. et al. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 215-253. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL. **Prefeitura Municipal de Santo Antônio das Missões- A cidade**. Disponível em: <https://www.santoantoniiodasmissoes.rs.gov.br/site/conteudos/862-a-cidade> . Acesso em: 23 nov. 2021.

PROSHANSKY, H. M; FABIAN, A. K; KAMINOFF, R. Place-identity: physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, vol. 3, pág. 57-83. 1983.

PY, L. & SCHARFSTEIN, E. Caminhos da maturidade: representações do corpo, vivências de afetos e consciência de finitude. In: NERI, A. (Org.). **Maturidade e velhice trajetórias individuais e socioculturais**. São Paulo: Papirus, 2001, p. 117-150.

RAMOS, P. R. B. **Curso de direito do idoso**. São Paulo: Saraiva, 2014

RIBEIRO, C. G.; FERRETTI, F.; SÁ, C. A. de. Qualidade de vida em função do nível de atividade física em idosos urbanos e rurais. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, p. 330-339, 2017.

RIBEIRO, K. G; ANDRADE, L. O. M. D; AGUIAR, J. B. D; MOREIRA, A. E. M. M; FROTA, A. C. Education and health in a region under social vulnerability situation: breakthroughs and challenges for public policies. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, p. 1387-1398, 2018.

RIBEIRO, O. Saúde, masculinidade e envelhecimento: reflexões sociais numa perspectiva de gênero. In: STREY, M. N.; NOGUEIRA, C.; AZAMBUJA, M. R. (Org.). **Gênero & saúde: diálogos ibero-brasileiros**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 303-324. 2010.

RIGO, I. I; PASKULIN, L. M; MORAIS E. P. Capacidade funcional de idosos de uma comunidade rural do Rio Grande do Sul. **Rev Gaúcha Enferm.** v.31, p.254-261. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Departamento de Planejamento Governamental. **Perfil Socioeconômico COREDE Missões**. 2015. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf> . Acesso em: 12 de mar. 2021.

ROCHA, A. **O Autoconceito dos Idosos**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Medicina de Lisboa, Lisboa. 2007.

RODRIGUES L. R; SILVA A. T. M; DIAS F. A; FERREIRA P. C. S; SILVA L. M. A; VIANA D. A. Perfil sociodemográfico, econômico e de saúde de idosos rurais segundo o indicativo de depressão. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. 2014.

ROGERS, C. C. The graying of rural America. In: **Forum for Applied Research and Public Policy**. University of Tennessee, Energy, Environment and Resources Center, p. 52. 2000.

ROHDE, J.; AREOSA, S. V. C. Pensando sobre a população idosa rural de Santa Cruz do Sul. **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 8, n. 1, p. 75-83, 2018.

ROHM, R. H. D; LOPES, N. F. O novo sentido do trabalho para o sujeito pósmoderno: uma abordagem crítica. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, Artigo 6, 2015.

ROWE, J.W., KAHN, R.L. Successful aging. **Gerontologist**. p. 433-440. 1997.

ROSA, D. L. F; AREOSA, S. V. C.. Caracterização socioeconômica de idosos residentes do meio rural. **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 9, n. 1, p. 62-72, 2019.

RYFF, C. D. Psychological well-being revisited: Advances in the science and practice of eudaimonia. **Psychother Psychosom**. p.10-28. 2013.

SAKAMOTO, C. S. **Mudanças na composição das famílias e impactos na distribuição de rendimentos**: um comparativo entre áreas rurais e urbanas no Brasil. 138 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em desenvolvimento econômico)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SAKAMOTO, C.; MAIA, A. G. **Os impactos das mudanças na estrutura das famílias sobre a distribuição de renda**: uma comparação entre áreas urbanas e rurais no Brasil. Belém: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2013.

SARAIVA, C. E. do A. B. et al. Comparação entre os benefícios concedidos pela previdência social brasileira à população rural e urbana. **Revista de Estudos Sociais**, v. 21, n. 42, p. 19-34, 2019.

SARGENT-COX, K. A; ANSTEY, K. J; LUSZCZ, M. A. Determinants of self-rated health items with different points of reference: implications for health measurement of older adults. **Journal Aging Health**. Vol. 20. Pág. 739-761. 2008.

SCHAIK, K. W. Theoretical perspectives for the psychology of aging in a lifespan context. In K. W. Schaie & S. L. Willis (Eds.), **Handbook of the psychology of aging** (8 ed, pp. 3-13). San Diego:Academic Press. 2016.

SCHARF, T; PHILLIPSON, C. & SMITH, A. Older people's perceptions of the neighbourhood: Evidence from socially deprived urban areas. **Sociological Research Online**, vol. 8, pág. 1-12. 2003.

SCHMITZ, H; MOTA, D. M. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. **Revista Agrotrópica. Itabuna**, v. 19, p. 21-30, 2007.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In.:MARQUES, F. C. et al.: **Construção demercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre:Editora da UFRGS, p. 93 - 140. 2016.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, p. 99-122, 2003.

SCHUMACHER, J. D. et al. **Aposentadoria e êxodo rural no município de Nova Boa Vista-RS: o caso dos aposentados que migram para a cidade.** 2019.

SCOTT, L. D & JACKS, L. L. Promoting healthy lifestyles in urban and rural elders. **Journal Rur Nurs Health Care.** Vol. 1 nº 2. Pág. 74-100. 2000.

SÉGUIN, É. **O idoso aqui e agora.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

SILVA, E. R. A. Efeitos da previdência social rural sobre a questão de gênero. In: Guilherme DELGADO e José Celso CARDOSO Jr. (orgs.), **A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90.** Brasília: IPEA. 2000.

SILVA, M. do R. de F. e; YAZBEK, M. C. Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil. **Revista Katálysis,** Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 102-110, jan./jun. 2014.

SILVA NETO, B.; STAMBERG, A. R. P.; DE OLIVEIRA, A. Dinâmica do sistema agrário e transformações da agricultura familiar do município de Santo Antônio das Missões, RS. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** v. 24, n. 1/3, p. 77-114, 2007.

SILVA NETO, B. **Les potentialités de l'agriculture familiale dans une région de grands domaines d'élevage extensif: contribution à la réflexion sur la réforme agraire dans l'état du Rio Grande do Sul (Brésil).** 1994. Thèse (Doctorat em Développement agricole) – Institut National Agronomique Paris-Grignon, Paris, 1994.

SIQUEIRA, M. E. C. de S.. Velhice e políticas públicas. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, p. 209-223. 2007.

SNYDER, C. R.; LOPEZ, S. J. Bom trabalho: a psicologia do emprego gratificante, p.364-396. In.: SNYDER, C. R.; LOPEZ, S. J. **Psicologia Positiva: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas.** Porto Alegre: Artmed, p. 516. 2009.

SOARES, F. V; SOARES, S; MEDEIROS, M; OSÓRIO, R. G. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade.** Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006.

SOLARI, A. El envejecimiento de la población uruguaya treinta años Después. **Cuadernos del CLAEH.** 1987.

SOUZA, E. L. da C; STADUTO, J. A. R; KRETER, A. C. Previdência rural e mulher: uma análise interregional a partir da perspectiva de gênero. **Revista da ABET,** Brasília, v. 16, n. 1, p. 119-137, 2017.

SOUSA, R. "Pirâmides etárias"; **Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/piramides-etarias.htm>. Acesso em 07 de janeiro de 2022.

SOUTO, G. D. N; BECKER, C; TROIAN, A. Efeitos da previdência social rural em um assentamento da reforma agrária: estudo de caso em Santana do Livramento/RS/. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 6, p. 2876-2897, 2018.

SOUZA, R. F. DE; MATIAS, H. A.; BRETAS, A. C. P. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. **Ciênc. saúde coletiva** [online], v.15, n.6, 2010.

SPELLER, G. M. A Importância da vinculação aos lugares. In L. Sockza (Ed.), **Contextos humanos e psicologia ambiental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Pág. 133-167. 2005.

TARTAGLIA, S. Different predictors of quality of life in urban environment. **Social Indicators Research**, vol. 113, pág.1045-1053. 2013.

TAVARES D. M. S; ARDUINI G. O; MARTINS N. P. F; DIAS F. A; FERREIRA L.A. Características socioeconômicas e qualidade de vida de idosos urbanos e rurais com doenças cardíacas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. vol. 36, pág. 21-27. 2015.

TAVARES, D. M. S.; GOMES, N. C.; DIAS, F.A.; SANTOS, N. M. F. Fatores associados à qualidade de vida de idosos com osteoporose residentes na zona rural. *Esc Anna Nery*. **Revista Enfermagem**. v. 16, p. 371-378. 2012.

TAVARES, V. O., TEIXEIRA, K. D., WAJNMAN, S., DE LORETO, M. D. D. S..Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 94-108, 2011.

TANDOGAN, O.; ILHAN, B. S. Fear of crime in public spaces: From the view of women living in cities. **Procedia Engineering**, 161, 2011-2018. 2016.

TAYLOR, S. A. P. Place identification and positive realities of aging. **Journal of Cross-Cultural Gerontology**, Vol. 16, pág. 5-20. 2001.

TEIXEIRA, L. M. F. **Solidão, depressão e qualidade de vida em idosos: um estudo avaliativo exploratório e implementação-piloto de um programa de intervenção**. Dissertação (Mestrado em psicologia). Faculdade de Psicologia. Lisboa: Universidade de Lisboa; 2010.

TEIXEIRA, P. P. G. **O fenômeno land grabbing como objeto de estudo: complexidade e diversidade**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2018.

THE WORLD BANK. **World Bank Open Data**. 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

THIES, V. F.; SCHNEIDER, E. P.; CONTERATO, M. A. Agricultura Familiar, formas de agricultura e desenvolvimento na Região das Missões do Rio Grande do Sul. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 1, 2020.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 38-46, 2007.

TOMÉ, A; FORMIGA, N. S. O que é o trabalho? Representações sociais em produtores rurais idosos de Diamantino–MT. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 2, n. 3, p. 233-249, 2021.

TONEZER, C.; TRZCINSKI, C.; MAGRO, M. Dal. As Vulnerabilidades da Velhice Rural: Um Estudo de Casos Múltiplos no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v.15, n.40, p.7-38. 2017.

TRAVASSOS C.; VIACAVAL F. Acesso e uso de serviços de saúde em idosos residentes em áreas rurais, Brasil, 1998 e 2003. **Cad Saúde Pública**. 2007.

TWIGGER-ROSS, C. L., & UZZELL, D. L. Place and identity processes. **Journal of Environmental Psychology**, vol. 16, pág. 205-220. 1996.

VANZELLA, Elídio; LIMA NETO, Eufrásio de A.; SILVA, César C. da. A terceira idade e o mercado de trabalho. **Revista brasileira de ciências da saúde**, v. 14, n. 4, p. 97-100, 2011.

VALADARES, A., ALVES, F. A Redução do número de estabelecimentos familiares e do pessoal ocupado na agricultura familiar: **hipóteses à luz da análise dos Censos Agropecuários 2006 e 2017**. Brasília: IPEA, 2020.

VECCHIA, R. D. et al. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista brasileira de epidemiologia**, v. 8, p. 246-252, 2005.

VEIGA, J. E. A opção pela agricultura familiar. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 25, n. 3, p. 127-146, 1997.

VERAS, R P; RAMOS, L. R; KALACHE, A. Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e consequências na sociedade. **Revista de Saúde Pública**, v. 21, p. 225-233, 1987.

VOGT, C; FOCHEZATTO, A. Fatores associados ao envelhecimento rural nos municípios brasileiros: uma análise usando regressões quantílicas. **Anais do XVII Enaber**, 2019, Brasil., 2019.

WAJNMAN, S; OLIVEIRA, A. M. H. C.; OLIVEIRA, E. L. de. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos**, v. 60, p. 453-480, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas–o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 15, p. 87-145 .2000.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: Realidades e perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WANKA, A. Disengagement as withdrawal from public space: Rethinking the relation between place attachment, place appropriation, and identity-building among older adults. **The Gerontologist**, vol. 58, pág. 130-139. 2017.

WILES, J. L.; LEIBING, A.; GUBERMAN, N.; REEVE, J.; ALLEN, R. E. The meaning of aging in place to older people. **The Gerontologist**, vol. 52, pág. 357-366. 2012.

WHO. World Health Organization . **Elder abuse**. [Internet]. Geneva: WHO; 2018. acesso em 05 abr 2021; Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/elder-abuse>.

WHO. World Health Organization. **Dementia: a public health priority**. Geneva. 2012.

WHO. World Health Organization. **Global age-friendly cities: A guide**. Geneva. 2007.

WHO. World Health Organization. **Division of Mental Health and Prevention of Substance Abuse**. WHOQOL User Manual; 1998.

_____. Organización Panamericana de la Salud. **Salud de las personas de edad, envejecimiento y salud: un cambio de paradigma**. 122ª sección. Washington (USA): OMS/OPAS; 1998.

WHO. Development of the WHOQOL: Rationale and current status. **International Journal of Mental Health**, v.23, p. 24-56. 1994.

WILES, J. L., LEIBING, A., GUBERMAN, N., REEVE, J., & ALLEN, R. E. The meaning of aging in place to older people. **The Gerontologist**, vol. 52, pág. 357-366. 2012.

ZIMERMAN, G. I. **Velhice: aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artmed. 2000.

ZUANAZZI, P. T. A Taxa de Fecundidade no RS por Regiões Funcionais e características socioeconômicas: o desafio da transição demográfica. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 4, p. 109-122, 2015.